REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

Equipe Editorial

EDITOR

Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho
UERJ, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Manoel Fernandes de Souza Neto
USP, Brasil

Sueli Angelo Furlan
USP, Brasil

Maria Adailza Martins de Albuquerque
UFPB, Brasil

Contato Principal

Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho
E-mail: revanpege@gmail.com

Secretário Executivo

Rael Silva de Santana
Universidade Federal Fluminense
E-mail: revanpege@gmail.com

Contato de Suporte

Givaldo Ramos da Silva Filho
Telefone: 3410-2651
E-mail: givaldofilho@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Alessandro Gallo,
UNIVE, Itália
Ana Fani Alessandri Carlos
USP, Brasil
Antonio Augusto Rossotto Loris
SGUE, Scotland, Reino Unido
Antônio Vázquez-Barquero
UAM, Espanha
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
USP, Brasil
Beatriz Ribeiro Soares
UFU, Brasil
Carmen Bellet
UdL, Espanha
Charlei Aparecido da Silva
UFGD, Brasil
Claudete Vitte
UNICAMP, Brasil
Cristián Henríquez Ruiz
PUC, Chile
Diana Lan
UNICEN, Argentina
Dirce Maria Antunes Suertegaray
UFRGS, Brasil
Eduardo Salinas Chavez
GEO-UH, Cuba
Eliseu Savério Spósito
UNESP, Brasil
Emerson Galvani
USP, Brasil
Eustógio Wanderley C. Dantas
UFC, Fortaleza(CE), Brasil
Everaldo Santos Melazzo
UNESP, Brasil
Federico Arenas Vazquez
PUC, Chile
Francisco Mendonça
UFPR, Brasil
Hervé Théry
USP, Brasil
João Lima Sant´Anna Netto
UNESP PP
José Alberto Rio Fernandez
UP, Portugal
José Borzacchiello da Silva
UFC, Brasil
José Gilberto de Souza
UNESP, Brasil
Luis Cruz Lima
UECE, Brasil
Lisandra Pereira Lamoso
UFGD, Brasil
Marcelo Lopes de Souza
UFRJ, Brasil
Márcio Antonio Cataia
UNICAMP, Brasil
Márcio Oliveira Piñon
UFF, Brasil
Marcos Marcos Saquet
UNIOESTE, Brasil
Maria Encarnação Beltrão Spósito
UNESP, Brasil
Maria Geralda Almeida
UFG, Brasil
Maria Laura Silveira
CIIPME, Argentina
Maria Tereza Duarte Paes
UNICAMP, Brasil
Nelson Rego
UFGRS, Brasil
Paulo César da Costa Gomes
UFRJ, Brasil
Pedro Almeida Vasconcelos
UFBA, Brasil
Rogério Haesbaert
UFF, Brasil
Ruy Moreira
UFF, Brasil
Samuel do Carmo Livma
UFU, Brasil
Sandra Elisa Contri Pitton
UNESP, Brasil
Sylvio Fausto Gil Filho
UFPR, Brasil
Tadeu Pereira Alencar Arrais
UFG, Brasil

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

5 CIDADES EM NEGOCIAÇÃO. "MÁQUINAS DE CRESCIMENTO URBANO" E O MERCADO IMOBILIÁRIO NAS CIDADES MÉDIAS DE LONDRINA E MARINGÁ (PARANÁ)

CITIES IN NEGOTIATION. "MACHINES OF URBAN GROWTH" AND THE REAL ESTATE MARKET IN THE MIDDLE-SIZE CITIES OF LONDRINA AND MARINGÁ (PARANÁ, BRAZIL)

CIUDADES EN NEGOCIACIÓN. "MÁQUINAS DE CRECIMIENTO URBANO" Y EL MERCADO INMOBILIARIO EN LAS CIUDADES INTERMEDIAS DE LONDRINA Y MARINGÁ (PARANÁ, BRASIL)

Wagner Vinicius Amorim

46 TEMPOS E LUGARES DE BATUQUE: MANIFESTAÇÕES EM UMA CIDADE DO INTERIOR PAULISTA

TIMES AND PLACES OF BATUQUE: MANIFESTATIONS IN A COUNTRYSIDE TOWN OF SÃO PAULO/BRAZIL

TIEMPOS Y LUGARES DE BATUQUE: MANIFESTACIONES EN UNA CIUDAD DEL INTERIOR DE SÃO PAULO/BRASIL

Elisabete de Fátima Farias Silva | Monique Marques Faria

83 COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE: DA (IN)SEGURANÇA TERRITORIAL À ALTERIDADE CONSTRUÍDA PELA SOBERANIA POPULAR

SOUTH-SOUTH COOPERATION BETWEEN BRAZIL AND MOZAMBIQUE: FROM TERRITORIAL (IN)SECURITY TO ALTERITY BUILT THROUGH POPULAR SOVEREIGNTY

COOPERACIÓN SUR-SUR ENTRE BRASIL Y MOZAMBIQUE: DE LA (IN)SEGURIDAD TERRITORIAL A LA ALTERIDAD CONSTRUIDA POR LA SOBERANÍA POPULAR

Thiago Sebastiano de Melo | Adriano Rodrigues de Oliveira | Ricardo Barbosa Jr.

115 EVOCATIVOS EXPERIENCIAIS DOS VÍNCULOS DE LUGAR: ENSAIO ACERCA DA GEOGRAFICIDADE DE SER-NO-MUNDO

THE EXPERIENTIAL EVOCATIVE OF PLACE ATTACHMENTS: ESSAY ABOUT THE GEOGRAPHICITY OF BEING-IN-THE-WORLD

L'EVOCATIVES EXPERIENTIELES DU ATTACHEMENT AUX LIEUX: ESSAI SUR LE GEOGRAPHICITE D'ETRE-AU-MONDE

Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior | Maria Geralda de Almeida

144 O TERRITÓRIO EM REDE E O RAMO SUPERMERCADISTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS OPERAÇÕES DO GRUPO IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA.

THE NETWORK TERRITORY AND THE SUPERMARKET SEGMENT: AN ANALYSIS FROM THE OPERATIONS OF THE IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA. GROUP

TERRITORIO EN RED Y LA INDÚSTRIA SUPERMERCADISTA: UN ANÁLISIS A PARTIR DE OPERACIONES DEL GRUPO IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA.

Vinicius Biazotto Gomes

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

179 **COAUTORIA OU ORIENTAÇÃO? ALGUMAS QUESTÕES ÉTICAS E CIENTÍFICAS ENVOLVIDAS NA COLABORAÇÃO ACADÊMICA ENTRE ORIENTADORES E ORIENTANDOS**

CO-AUTHORSHIP OR SUPERVISION? SOME ETHICAL AND SCIENTIFIC QUESTIONS INVOLVED IN THE COLLABORATION BETWEEN ACADEMIC SUPERVISORS AND THEIR STUDENTS

COAUTORÍA O ORIENTACIÓN? ALGUNAS CUESTIONES ÉTICAS Y CIENTÍFICAS INVOLUCRADAS EN LA COLABORACIÓN ACADÉMICA ENTRE DOCENTES ORIENTADORES Y SUS ESTUDIANTES

Marcelo Lopes de Souza | Rafael Luiz Leite Lessa Chaves | Thiago Roniere Rebouças Tavares | Thiago Wentzel de Melo Vieira

DOI 105418/RA2018.1424.0001

CIDADES EM NEGOCIAÇÃO. "MÁQUINAS DE CRESCIMENTO URBANO" E O MERCADO IMOBILIÁRIO NAS CIDADES MÉDIAS DE LONDRINA E MARINGÁ (PARANÁ)[1]

CITIES IN NEGOTIATION. "MACHINES OF URBAN GROWTH" AND THE REAL ESTATE MARKET IN THE MIDDLE-SIZE CITIES OF LONDRINA AND MARINGÁ (PARANÁ, BRAZIL)

CIUDADES EN NEGOCIACIÓN. "MÁQUINAS DE CRECIMIENTO URBANO" Y EL MERCADO INMOBILIARIO EN LAS CIUDADES INTERMEDIAS DE LONDRINA Y MARINGÁ (PARANÁ, BRASIL)

Wagner Vinicius Amorim
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Professor adjunto nos cursos de bacharelado e licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: wagner_g3@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo, detemo-nos no estudo do mercado da terra, apreciando a estruturação do preço da terra urbana em duas cidades médias brasileiras, Londrina e Maringá (Paraná), em contexto recente. A compreensão da produção da terra urbana perpassa a análise do que orbita em torno a ela, tal como a produção e a valorização imobiliária, seus agentes e suas estruturas. A partir disso, então, estaremos em face dos atributos essenciais para apreendermos a distribuição e o deslocamento espaciais da valorização imobiliária no ambiente construído e, finalmente, para analisarmos especificamente a oferta de terrenos urbanos, bem como os agentes que negociam e vendem frações e parcelas da cidade, fazendo desta, cada vez mais, uma "máquina de crescimento urbano", locomotiva das várias formas de rentismo e especulação imobiliária.

Palavras-chave: preço da terra urbana, valorização imobiliária, cidades médias, "máquina de crescimento urbano", Londrina/PR, Maringá/PR.

[1] O autor agradece ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP, onde desenvolveu a pesquisa de doutorado da qual este artigo resulta; à orientadora Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito e ao coorientador Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo. Agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de doutorado que viabilizou a realização desta pesquisa; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de uma bolsa de doutorado sanduiche na Universidade de Lleida (Catalunha – Espanha), entre 2013 e 2014; ao Lincoln Institute of Land Policy pelo apoio na modalidade Tesistas de Maestría y Doctorado Apoyados por el Programa para América Latina y el Caribe, 2014-2015; bem como ao Conselho Editorial Acadêmico pela viabilização da publicação da tese no formato de livro digital sob o selo da Editora Cultura Acadêmica.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Abstract

In this article, we study the land market, appreciating the structuring of urban land prices in two brazilian medium-sized cities, Londrina and Maringá (Paraná State), in a recent context. The understanding of the production of urban land runs through the analysis of what orbits around it, such as production and real estate valuation, its agents and its structures. From this, then, we will be faced with the essential attributes to apprehend the spatial distribution and displacement of real estate valuation in the built environment, and finally, to analyze specifically the supply of urban land, as well as the agents that negotiate and sell fractions and parcels of city, making it increasingly an "urban growth machine", locomotive of the various forms of renting and real estate speculation.

Keywords: urban land price, real estate valuation, medium sized cities, "urban growth machine", Londrina (Paraná), Maringá (Paraná).

Resumen

En este artículo nos detenemos en el estudio del mercado de la tierra, apreciando la estructuración del precio de la tierra urbana en dos ciudades medias brasileñas, Londrina e Maringá (estado de Paraná), en un contexto reciente. La comprensión de la producción de la tierra urbana sobrepasa el análisis que rodea a ella, como la producción y la valorización inmobiliaria, sus agentes y sus estructuras. A partir de eso, entonces, estaremos frente a los atributos esenciales para aprehender la distribución y el desplazamiento espaciales de la valorización inmobiliaria en el ambiente construido y, finalmente, para analizar específicamente la oferta de terrenos urbanos, así como los agentes que negocian y venden fracciones y parcelas de la ciudad, haciendo desta, cada vez más, una "máquina de crecimiento urbano, locomotora de las diversas formas de ganancias y especulación inmobiliaria.

Palabras-clave: precio de la tierra urbana, valorización inmobiliaria, ciudades intermedias, "máquina de crecimiento urbano", Londrina (Paraná), Maringá (Paraná).

Introdução

A compreensão do processo de valorização da terra urbana perpassa a análise do que orbita em torno a ela, tal como a produção do espaço urbano e a dinâmica imobiliária. Considerando a realidade de duas cidades médias brasileiras, Londrina e Maringá – ambas situadas na região norte do estado do Paraná, na região sul do Brasil –, desenvolvemos um estudo sobre o mercado imobiliário local a partir das variáveis atinentes à oferta de terrenos urbanos.

Consideramos que a compreensão da propriedade privada da terra urbana como uma mercadoria imiscuída em contradições perpassa o debate mais geral ensejado neste artigo, isto porque sua localização, produzida socialmente, mas apropriada privadamente – a propriedade privada da terra urbana –, possui um duplo aspecto de expressão sob o capitalismo: o valor de uso e o valor de troca (HARVEY, 1980). **É desse modo que** a terra urbana, ao se tornar propriedade privada e ascender à condição de mercadoria na superfície dessa manifestação fenomênica, passa a ser precificada e comercializada como tal, no mercado imobiliário. Ainda que resida na sua essência o valor de uso, a composição do preço incorpora a dimensão da renda da terra e, como mercadoria a ser trocada, a dimensão do valor de troca, posto que é no mercado imobiliário (AMORIM, 2017b), "ambiente" de recepção e de tomadas de decisões e ações cumulativas individuais, corporativas e institucionais, que se perfaz o preço, esta superfície fenomênica cuja dinâmica analisamos no presente artigo.

Valorizamos os aportes analíticos e técnicos compreendidos no formal de investigação das variáveis do mercado imobiliário (MELAZZO, 2013), dando-se amplo destaque à realização da pesquisa qualiquantitativa. Algumas pesquisas conduzidas no âmbito da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) convergiram na construção de técnicas analíticas voltadas ao estudo do mercado imobiliário, entre as quais podemos citar: Amorim (2011), Santos (2011), Alcântara (2013), Coimbra (2013), Abreu (2011, 2014), Silva (2015, 2018) e Querino Jr. (2017), além da própria contribuição metodológica de Melazzo (2010, 2013). Antes do contexto de criação da ReCiMe, no ano de 2007, Sposito (1983) pesquisou a lógica da expansão territorial urbana na cidade de Presidente Prudente (SP) a partir do estudo do aumento do número de loteamentos e da sua comercialização. Sposito (1990) analisou a produção e a apropriação da renda fundiária urbana, nessa mesma cidade, manejando variáveis atinentes à propriedade fundiária e ao mercado da terra urbana. Em Abreu e Amorim (2014), encontram-se sintetizados os procedimentos pertinentes ao estudo da oferta no mercado imobiliário em cidades médias, destacando-

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

se as limitações e as possibilidades oriundas do uso dos classificados de imóveis como principal fonte de dados.

Para a finalidade quantitativa da referida pesquisa desenvolvida em âmbito doutoral (AMORIM, 2015, 2017a), selecionamos anos específicos representativos da oferta imobiliária nas duas cidades focalizadas, cuja cartografia aplicada articulada à estrutura, organização e desenvolvimento das investigações histórica, local, econômica e política possibilitou a leitura geográfica de alguns dos processos apreendidos.

Essas escolhas embasaram a análise da oferta presente nos classificados imobiliários. Selecionamos os principais classificados nas duas cidades pesquisadas. Optamos pela extração, compilação, processamento e mapeamento dos anúncios referentes ao mercado de terrenos, entendendo-o como estruturante, condicionante e resultante da produção e da valorização imobiliária. Analisamos três anos específicos do contexto econômico brasileiro imperante na primeira década do século XXI (2000, 2008 e 2012) a fim de identificar, no referido ciclo, as possíveis influências sobre os preços imobiliários por parte da macroconjuntura econômica, bem como do atual programa habitacional brasileiro – o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) –, além da influência despendida por fatores de ordem local.

No que diz respeito às cidades médias, nossa hipótese fundamental é a de que tais cidades compartem elementos fundamentais nas estratégias dos investidores imobiliários, distintas das desenvolvidas nas metrópoles. Nas cidades médias, historicamente, a renda do solo não apenas estruturou a definição dos vetores de ocupação e de valorização do espaço urbano como ainda estrutura, e isto porque a força da propriedade privada da terra é muito presente e concentrada. Nestas cidades, os agentes imobiliários se organizam de maneiras distintas em relação às metrópoles. Ainda que sua lógica econômica não difira em essência, as dimensões, as articulações, as estratégias espaciais e os resultados efetivos de suas alianças correspondem a diferenças qualiquantitativas na produção-valorização imobiliária.

Se, num primeiro momento, a atuação intensificada dos capitais se consolida numa determinada área da cidade, ao definir o "padrão de ocupação" e estabilizar a sua respectiva margem de lucro, num segundo momento, estes capitais se deslocam para outras áreas onde irão reiniciar as operações de mudanças nos "padrões" de ocupação da terra urbana (ABRAMO, 1989, p. 54). Dessa maneira, observa Abramo (1989, p. 54), "a estrutura interna da cidade apresenta áreas com estágios diferenciados de ocupação", verdadeiros "ciclos de vida", vistos a partir de seu estoque imobiliário, do que também decorre a

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

expansão territorial da cidade, desencadeada não pela escassez de terrenos desocupados em áreas consolidadas, mas pelo movimento dos capitais em busca de novas frentes de atuação, expansão e sobrelucros. O primeiro argumento, comum às metrópoles e às cidades médias, **não assegura as especificidades que queremos demonstrar** neste estudo, mas, articuladamente ao segundo, nos possibilita inquirir as particularidades do mercado imobiliário nas cidades ora estudadas.

Desses argumentos, advém uma opção teórica crítica com a qual queremos não apenas satisfazer uma leitura do deslocamento de um "padrão" de valorização inter-áreas ou dos seus mencionados "ciclos de vida" (ABRAMO, 2007), mas operacionalizar a demonstração do deslocamento do par valorização-desvalorização imobiliária, compreendendo tal movimento num determinado contexto temporal e espacial – o local –, cujas "sinergias" ensejam e são ensejadas por agentes específicos e particularidades próprias da escala espacial em questão – a das cidades médias (MELAZZO, 2013; AMORIM, 2015).

Este artigo está organizado em três partes: na primeira delas, a partir de uma perspectiva teórica, debatemos as "coalizões", as "redes de crescimento" (GOTTDIENER, 1997) e a "máquina de crescimento urbano" (LOGAN, MOLOTCH, 1987), buscando compreender a articulação dos agentes locais que promovem as "convenções urbanas" (ABRAMO, 2007) e as mudanças que reestruturam as cidades consideradas. Na segunda parte, analisamos detidamente o deslocamento espacial do preço da terra urbana, nas cidades de Londrina e Maringá, a partir de uma leitura geográfica das ofertas de terrenos urbanos, nos anos de 2000, 2008 e 2012. Por fim, na terceira parte, apresentamos um rol de considerações a respeito das particularidades do mercado imobiliário e das mudanças observadas nas cidades em questão, cuja vigência de uma "ordem urbana" mercadológica reproduz, assim**étrica e** conflituosamente, a reposição capitalista do excedente econômico auferido pelas diferentes formas de rentismo e especulação imobiliária.

Coalizões, redes de crescimento e a máquina de crescimento urbano

A escolha desses conceitos balizadores e a opção analítica realizada se inspiram na leitura de Gottdiener (1997) a partir do que este autor chama de "redes de crescimento", que dizem respeito precisamente à manipulação do espaço por interesses articulados, responsáveis pelos arranjos particulares no ambiente construído (GOTTDIENER, 1997, p. 221). Estes interesses são, na perspectiva deste autor, como *coalizões público-privadas*, que aglutinam demandas de instituições patronais altamente organizadas e influentes, mediante a intervenção direta do Estado, cuja justificativa política ressignifica, em bases

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

mercadológicas, as reivindicações legítimas de determinados grupos sociais, distorcendo-as e amalgamando-as aos interesses imobiliários, fazendo-os parecer como se fossem de interesse da coletividade (GOTTDIENER, 1997, p. 221).

Para Gottdiener (1997, p. 221-223), essas redes de crescimento consistem em coalizões público-privadas combinadas que abrangem elementos de um esforço direcionado do empresariado e de segmentos da mídia local que se mantêm, por meio de governos locais, profundamente dependentes do crescimento econômico presente no ambiente do "bom negócio", dependentes do apoio manipulado de amplos segmentos da "sociedade civil organizada". Embora sensíveis às reivindicações locais, essas redes são dotadas de dimensões ideológicas, políticas, econômicas e culturais que respondem a seus próprios e particulares interesses.

Tanto em Londrina como em Maringá, percebemos, na agenda central da gestão e do planejamento urbano, esses falsos encontros de interesses na incorporação das áreas de maior valorização imobiliária, dos investimentos públicos e privados e, ainda, na condução dos espaços de participação política, em que as demandas da sociedade civil organizada e representada se coadunam forçosamente à lógica dos interesses empresariais. Estes se organizam em torno da valorização imobiliária e da apropriação dos benefícios trazidos pelos investimentos públicos e privados.

Também empregamos a contribuição de Logan e Molotch (1987), obra em que estes autores trataram do mercado imobiliário local a partir de uma "economia política do lugar" – apesar de pensarmos tratar-se apropriadamente não de "lugar", mas de "cidade" ou, então, de "local". De acordo com Logan e Molotch (1987), não apenas o imperativo macroeconômico, mas o "empenho paroquial das elites locais" coopera para que a cidade gere mais dinheiro por meio do chamado "desenvolvimento urbano,"[2] por meio do qual as elites fazem do "local" um recurso econômico, uma mercadoria. O *atributo local* e o contexto social, na acepção desses autores, são fundamentais de toda mercadoria, particularmente da terra e da edificação, sendo *determinantes* da sua capacidade de "fazer dinheiro" (LOGAN, MOLOTCH, 1987, p. 1). Estes autores (1987, p. 3) nos oferecem a hipótese de que "todos os lugares são capitalistas e que atuam com força para alterar a forma como os mercados funcionam, como os preços são fixados e como as vidas são alteradas".[3]

[2] Neste artigo, fazemos uso da ideia de "desenvolvimento urbano" na sua acepção mais mercadológica, no sentido de developments, ou como crescimento econômico, via produção imobiliária, construção sobre um solo; qual acepção presente na bibliografia estadunidense está embebida da "ideologia capitalista modernizante", segundo Souza (2011, p. 73).

[3] "[...] we offer the basic hypothesis that all capitalist places are the creations of activists who push hard to alter how markets function, how prices are set, and how lives are affected" (LOGAN, MOLOTCH, 1987, p. 3).

Segundo Logan e Molotch (1987, p. 7-8), a articulação direta entre "estruturas sociais urbanas" e estruturas da sociedade de classes em geral, e entre o processo de urbanização e o processo de acumulação de capital foi evitada pelos apologéticos do mercado e pelos ecologistas urbanos, em sua maioria. Estes procuraram manter uma visão do local como espaço ordenado pelo e para o mercado, para o qual a atividade humana responde, e cujos produtores apenas competem uns com os outros para proporcionarem produtos, numa relação final em que o preço é determinado pelos compradores que, dispondo de informações perfeitas, buscam maximizar suas próprias eficiências individuais no falso reino da "soberania da demanda".

Para Logan e Molotch,

> *A falha real de tais escolas [ecologistas] é que elas ignoram que os próprios mercados são o resultado de culturas; mercados estão vinculados com os interesses humanos em riqueza, poder e afeto. Os mercados funcionam através de tais interesses e das instituições que são derivadas e sustentam-nos. Estas forças humanas organizam como os mercados funcionarão, como serão os preços, como será a resposta comportamental aos preços.*
>
> *As pessoas se utilizam de seus recursos emocionais e sociais para construir vidas e desenvolver esquemas empresariais em torno das oportunidades disponíveis para eles em um lugar particular. Em resumo, preço é sociológico, e sociologia é necessária para analisar a sua determinação como bem, como consequência. Ao mostrar, na prática, como os fatores sociais moldam os preços de lugares e como seres humanos respondem a esses preços, nós podemos compreender a forma física e social das cidades (LOGAN, MOLOCTH, 1987, p. 9, grifos no original).*[4]

A hipótese de Logan e Molotch (1987, p. 9) é a de que as pessoas tendem, em seu comportamento no mercado, em direção à coalizão e à organização de interesses. Todavia, para os dois autores citados, a ideia de eficiência de resultados é vaga e problemática. Ademais, eles enxergam os mercados como uma unidade, e não como bens dissociados expostos em uma prateleira, como enxergam as teorias por eles criticadas.

Esses interesses, quase oligopolistas, segundo Gottdiener (1997), dentro das redes de crescimento, podem manipular o desenvolvimento urbano a seu favor, por exemplo, na canalização do fluxo de investimento social para áreas e empreendimentos

[4] The real flaw of such schools is that they ignore that markets themselves are the result of cultures; markets are bound up with human interests in wealth, power, and affection. Markets work through such interests and the institutions that are derived from and sustain them. These human forces organize how markets will work, what prices will be, as well as the behavioral response to prices.
People draw upon their emotional and social resources to build lives and develop entrepreneurial schemes around the opportunities available to them in a particular place. In brief, price is sociological and sociology is needed to analyze its determination as well as its consequence. By showing, in effect, how social factors shape prices of places and humans' response to those prices, we can understand the physical and social shape of cities (LOGAN, MOLOCTH, 1987, p. 9, grifos no original).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

específicos, fazendo com que a forma da expansão da cidade reflita questões contestáveis, afetando até mesmo a capacidade mútua de crescer, como é o caso da superprodução de empreendimentos imobiliários de grande porte, que, variavelmente, prejudica o capitalista menor, além de pressionar a acelerada valorização imobiliária de teor especulativo a patamares pouco competitivos.

> *Invariavelmente, através de suas ações, a articulação entre o setor da propriedade e o Estado modifica para pior o padrão de crescimento, porque ele é impelido pelo esforço de crescimento e porque a atividade do circuito secundário não é coordenada. Portanto, as atividades das redes pró-crescimento constituem uma fonte adicional de padrões espaciais desordenados ao lado daquelas que derivam da lógica interna da acumulação de capital [...] ou daquelas desenvolvidas por conflito e negociação entre frações de classes separadas. Assim como acontece com outras ações do setor da propriedade, os resultados espaciais têm ganhadores e perdedores. Estes, em particular, são os que devem suportar os custos externos do crescimento [...]. Consequentemente, o desenvolvimento é usualmente acompanhado de problemas contenciosos que podem gerar conflito político (GOTTDIENER, 1997, p. 225).*

Esse tipo de regulação política local e a coordenação privada característica das atividades do mercado imobiliário, historicamente, refletem e estendem os problemas estruturais das cidades e da urbanização, ampliando as questões contestáveis da política e do planejamento urbano, seja de curto ou de longo prazo. Influem na estruturação da cidade quando, em função de uma superprodução de empreendimentos imobiliários, sobrecarregam a capacidade física das infraestruturas urbanas, onerando proprietários e futuros investidores com a intensificação desmedida e não planejada da produção imobiliária, que, por fim, reduz a própria capacidade futura de auferir rendas fundiárias e lucros imobiliários junto a estas áreas "sobrecarregadas". Neste ponto, podemos exemplificar com o panorama atual da Gleba Palhano, em Londrina, e do Novo Centro, em Maringá, onde a intensificação das atividades imobiliárias elevou o preço da terra a patamares desinteressantes a determinados segmentos do próprio mercado e onde a "sobrecarga urbanística" (ALOCHIO, 2010, p. 69-74), de acordo com a mídia local, começa a se refletir negativamente no *status* residencial superestimado nestas áreas (TÖWS, 2010; SILVA, 2014, p. 208).

Consideramos que o protagonismo de certos agentes e/ou grupos de agentes vem permitindo que alcancem posições privilegiadas na produção da cidade, o que inclui o poder exercido nos espaços de planejamento, bem como a capacidade de certos segmentos pressionarem o direcionamento das estratégias econômicas espaciais nas escalas local e regional, convergindo-as aos interesses imobiliários. Nesse sentido, Gottdiener (1997, p. 216) aponta que os interesses monopolistas e/ou oligopolistas operam com protagonismo por meio do denominado "setor da propriedade", não sem a intervenção do Estado ao

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

lado dos interesses pró-crescimento, em busca da produção do ambiente construído e da obtenção de lucros com a sua venda, ou simplesmente com a conversão jurídico formal da propriedade da terra, cuja antecipação lhes garante o retorno do investimento. Este processo só é ponderável, em termos mercadológicos, se as precondições forem estabelecidas e se a antecipação espacial for colocada em prática e for "controlada" e pré-conhecida pelos agentes, garantindo, assim, vantagens comparativas da expansão urbana em termos de localização.

Para Gottdiener (1997, p. 216), no contexto local, a desigualdade de desenvolvimento espacial e suas contratendências acontecem devido à forma qualitativamente diferente pela qual as frações de capital des-apropriam o espaço, criando conflitos entre interesses monopolistas externos, de um lado, e interesses comerciais de base local e/ou regional, de outro, resultando, em suma, num caráter "espacialmente anárquico", porém planejado pelos interesses da coalizão forjada. Chamamos a atenção para o caráter espacialmente anárquico (GOTTDIENER, 1997), todavia "presumido", "programado" pelos interesses das coalizões, das redes de crescimento, das convenções urbanas (ABRAMO, 2007) ou, simplesmente, dos grupos locais ensejados na trama do desenvolvimento urbano e dos negócios imobiliários. O fato é que, sob esta perspectiva, a produção da cidade corresponde não apenas a uma arena local para a acumulação de capital global, mas, de acordo com Brenner (2013, p. 206), corresponde a "[...] uma coordenada regulatória estratégica onde se está desenrolando, atualmente, uma reestruturação multiescalar [...]", cujo nível local passa a ser "[...] não apenas um nível encaixado nas hierarquias político-econômicas supraurbanas, mas também é o produto de densas redes interescalares vinculando lugares espalhados por todo o sistema global" (BRENNER, 2013, p. 206).

Um dos principais contributos de Logan e Molotch (1987), em *Urban Fortunes*, trata da discussão atinente às "máquinas de crescimento", a partir da realidade das cidades norte-americanas do último quartel do século XX, cuja noção *mutatis mutandis* nos possibilita compreender melhor os principais e mais definidores arranjos concertados no rol das ações dos grandes agentes do mercado imobiliário local, cujas "alianças" criam condições que facilitam o uso do local, isto é, o planejamento sobre o uso e a ocupação da terra com finalidades pró-crescimento (LOGAN, MOLOTCH, 1987, p. 32).

De acordo com a ideia de *growth machines*, a maioria dos empreendedores imobiliários, independentemente da posição econômica ou área e nicho de atuação na cidade, facilmente chega a acordos sobre a questão do crescimento amparado sempre na doutrina do livre mercado, em que o único e legítimo mecanismo de escolha do *que* e *onde* deve ser produzido é a "mão invisível", neste caso, do mercado imobiliário local, inclusive, fazendo-o confundir-se

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

com os próprios anseios da população local, para quem parece que o crescimento agregado sempre é retratado como bem público, benéfico a toda e qualquer atividade econômica, e creditado para, enfim, ajudar toda a comunidade, porque traz empregos, gera renda, receitas fiscais, serviços etc. (LOGAN, MOLOTCH, 1987, p. 32-33).

Estratégias desse tipo visam a alçar o modelo imperativo da competição por capitais públicos e privados, e chegam até mesmo a incorporar uma suposta participação popular no processo de tomada de decisão governamental, que, no entanto, não impede o desenvolvimento das estratégias econômicas empresariais, que se sobrepõem, inclusive, ao pacto político condensado em planos diretores, leis orgânicas e demais documentos constitucionais (COMPANS, 2005, p. 16 e 17).

É certo que nem todas as cidades podem ser entendidas como "máquinas de crescimento", como também é certo que estas têm duração temporal, e ainda mais certo é que nem todas as cidades, bem como nem todas as localizações em uma cidade são objetos de valorização e de interesses imobiliários. Além da situação geográfica e das economias local e regional, algumas condições locais necessitam se estabelecer para que ambientes favoráveis se prestem às "máquinas de crescimento", às "coalizões" e às "redes de crescimento". Um dos elementos centrais é a própria "terra-localização" (VILLAÇA, 2012a), como fator de produção, produto social e mercadoria, combinada à existência de uma elite local, estruturada, geralmente, em grupos de interesses clivados e/ou coesos que consentem que o crescimento local possa ser mutuamente benéfico, ainda que difiram sobre qual estratégia lhes será mais bem-sucedida. Sobre este aspecto, Logan e Molotch (1987) afirmam que locais com elites mais ativas e criativas desempenham vantagens em relação a outras áreas, isso porque dada elite e, especificamente, o empresariado do mercado imobiliário mais ativo estimula o crescimento e encoraja os outros membros da elite a manterem ativamente suas vantagens, sustentando favores e vantagens competitivas no "[...] sistema urbano, incluindo a ascensão e a queda de determinados lugares" (LOGAN, MOLOTCH, 1987, p. 52).

As contribuições que acabamos de utilizar objetivam traçar um pano de fundo teórico aos exemplos dos Grandes Projetos Urbanos[5] e dos empreendimentos multiusos, que combinam residências, centros comerciais, serviços, hipermercados, espaços culturais, de alimentação, de entretenimento, de **ócio,** de hotelaria etc., objetos de desenvolvimento

[5] Fazemos menção à Operação Urbana Consorciada Novo Centro Cívico de Maringá Eurogarden, que foi apresentada pelo Executivo Municipal por meio das Mensagens de Lei nº 37/2013 e 40/2013.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

imobiliário nas duas cidades pesquisadas.[6] No caso destas cidades, tais projetos e empreendimentos vêm sendo desenvolvidos seja pela presença de um grupo de agentes a expensas do poder público local e dos benefícios daí sacados –como nos dois exemplos constatados na cidade de Maringá, sendo o atual caso do projeto do Novo Centro Cívico Eurogarden (TÖWS, MENDES, 2013; SILVA, 2013; CORDOVIL, RODRIGUES, 2012) –, seja sob o protagonismo de agentes cujos capitais lhes permitem granjear e articular investimentos externos, saltando escalas espaciais, desenvolvendo grandes empreendimentos com menor participação de outras empresas locais – como no caso do Complexo Marco Zero/Boulevard Londrina Shopping, constatado na cidade de Londrina (AMORIM, 2011). De todo modo, são casos que se valem de estratégias benéficas, dos pontos de vista imobiliário, tributário, urbanístico, normativo e espacial, cujo poder de influência possui voz nos conselhos municipais, nas esferas legislativas, executivas e/ou nas instâncias técnicas da municipalidade.

Este panorama em perspectiva tem como objetivo desvelar as nuanças da produção e comercialização da cidade, cujos contextos locais expressam particularidades e até mesmo especificidades de um repertório não homogêneo. Tais arranjos se expressam de modo diferenciado de um contexto urbano para o outro, e sua compreensão não pode ser captada por uma leitura única da cidade e da produção do espaço urbano.

A conformação dessas estruturas de poder, engendradas a partir da posição diferenciada dos agentes em questão, reverbera em lógicas específicas da produção imobiliária, em cujos movimentos as posições protagonistas e suas relações com o poder público local também são diferenciadas, resultando em estratégias e produtos igualmente diferenciados.

Em síntese, o "padrão" espacial de desenvolvimento do ambiente construído é explicado pelas atuações das coalizões e redes de crescimento junto às negociações e conflitos que envolvem grupos e frações de classe, e que, na maioria das vezes, atuam na linha de frente da produção do espaço urbano, sem oposição e dissenso que coloquem em xeque suas estratégias e projetos (GOTTDIENER, 1997, p. 226-226). A ausência de enfrentamentos expressivos, nessas cidades, conforma uma situação semelhante, marcada pela fraca oposição ao discurso competente do empresariado ou dos dirigentes locais.

Essas estratégias constituem o epicentro dos negócios imobiliários, em cidades médias ou de porte médio, cuja disponibilidade de terra-localização, no sentido tratado por Villaça (1985), corresponde às possibilidades de rendas e lucros nas transações realizadas,

[6] Com esses espaços, pretendemos fazer menção ao Complexo Marco Zero, na cidade de Londrina, e, em certa medida, ao Novo Centro, na cidade de Maringá.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

nos atos da venda do terreno e da comercialização do imóvel, respectivamente. Importa, portanto, compreender o protagonismo que a terra-localização assume, nessas cidades, uma vez que isto interfere na definição de estratégias e produtos imobiliários, diferindo das estratégias engendradas em outros espaços, onde a densidade urbana, a complexidade da estrutura urbana, a diversidade de papéis e de funções e a menor presença de lotes vazios em grandes dimensões recobram outras estratégias espaciais.

A confluência das estruturas e das ações, no bojo da produção imobiliária como linha de frente da reestruturação espacial, possibilita o "uso" do planejamento urbano para interesses particulares, segundo Gottdiener (1997), o que ocorre por meio de um processo de tomada de decisão que é iniciado nos ambientes profissionais, corporativos e classistas dos negócios imobiliários locais (entidades de classes representativas dos segmentos patronais e profissionais liberais), cujas estratégias centralizam a mobilização da terra urbana como meio de reprodução e sobrevivência no setor. Gottdiener (1997, p. 225) afirma que "tais redes constituem como que um negócio que faz dinheiro mais por força de um controle do uso da terra do que de capital", e a validade deste argumento reside, em boa medida, na natureza dos capitais aí arrolados, majoritariamente de origem mercantil (CANO, 2010).

Em nosso entendimento, o arranjo global desses interesses corresponde à reestruturação urbana, à reestruturação da cidade e, preliminarmente, à reestruturação imobiliária, cujas escalas se entrecruzam e se desvelam na investigação por nós desenvolvida (AMORIM, 2015, 2017a), tendo em vista o alcance e o desenvolvimento de novos papéis e a atualização de antigos papéis ensejados na cidade a partir dessas novas lógicas da produção do espaço urbano. Esta leitura também revela como as cidades têm mediado diferentes ordens correlatas à política e à economia urbana, e traz à luz e ao debate a urgência de compreender essas transformações a partir de perspectivas que proponham uma construção escalar heterogênea e que demonstrem as especificidades das estruturas e agentes, quantitativas e qualitativas, das lógicas e estratégias engendradas na produção imobiliária nas cidades médias.

O deslocamento espacial do preço da terra urbana entre 2000 e 2012, nas cidades de Londrina e Maringá

Apoiando-nos no suporte metodológico desenvolvido pelas pesquisas realizadas no âmbito da ReCiMe atinentes ao estudo do mercado imobiliário, cujas referências encontram-se citadas na introdução deste artigo, elaboramos a base de dados pautada nos anúncios publicados nos classificados imobiliários dos jornais de maior circulação **local nas cidades estudadas**: a *Folha de Londrina*, e, para o caso maringaense, utilizamos duas

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

fontes diferenciadas: os classificados do jornal impresso *O Diário*, do ano 2000, e o *Jornal de Ofertas Imobiliárias* (*online*[7] e impresso), dos anos 2008 e 2012, haja vista este último ter passado a concentrar mais ofertas que o primeiro, ao longo da década em foco.

Em nossa investigação (AMORIM, 2015, 2017a), optamos pela escolha dos seguintes anos base para a implementação dos levantamentos nas duas cidades: 2000, 2008 e 2012. Esta escolha foi condicionada pelos seguintes fatores:

- partimos da análise mais detida do contexto 2000-2012 do mercado imobiliário e da produção imobiliária no Brasil e nas duas cidades, e o contexto em questão comporta acontecimentos (institucionais, financeiros, econômicos, políticos etc.) que deflagraram mudanças conjunturais muito significativas processadas no conjunto das últimas três décadas;
- as últimas duas décadas são também significativas no contexto local, e, apesar de muitos empreendimentos terem sido implantados com mais expressividade a partir de meados da década de 1990, as influências destes empreendimentos nas alterações dos preços se confirmaram na década de 2000. Assim, vislumbramos um recorte temporal plausível e possível para a implementação do levantamento dos dados;
- a escolha do ano de 2008 deveu-se ao fato de que, no Brasil, houve abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) por parte das "empresas imobiliárias",[8] majoritariamente entre os anos de 2006 e 2008, repercutindo posteriormente na produção imobiliária em diferentes contextos espaciais, numa conjuntura que foi intensificada ainda mais a partir do lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no ano de 2009;
- por este último motivo, além de outros pertinentes à escala local, tal como a inauguração de grandes empreendimentos imobiliários e a aprovação de novas leis dos planos diretores, optamos pela escolha do ano de 2012, além de podermos captar as influências do PMCMV e da maior intensidade dos negócios imobiliários ensejada, tendo em mãos, assim, um "antes" e um "depois".

Na Tabela 1, dispomos os anúncios de ofertas de terrenos coletados mensalmente, nas cidades de Londrina e Maringá, ao longo dos três anos analisados. No caso londrinense, selecionamos os classificados imobiliários do jornal *Folha de Londrina* do primeiro domingo

[7] Os números mais atuais estão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: http://www.centralnegocios.com.br/jornal-de-ofertas-imobiliarias. Acessado em 18 de setembro de 2015.

[8] Nomenclatura genérica utilizada pela Bolsa de Valores de São Paulo para classificar as empresas do setor imobiliário de capital aberto (MELAZZO, 2013, p. 6).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

de cada mês. No caso maringaense, para o ano de 2000, efetuamos o mesmo procedimento a partir do jornal *O Diário do Norte do Paraná*, mas, para 2008 e 2012, coletamos os anúncios da primeira quinzena do *Jornal de Ofertas Imobiliárias*, da Central de Negócios Imobiliários.

Tabela 1 – Londrina e Maringá. Quantidade de anúncios de terrenos coletados (2000, 2008 e 2012).

	2000		2008		2012	
	Londrina	Maringá	Londrina	Maringá	Londrina	Maringá
Janeiro	109	212	478	162	547	290
Fevereiro	151	332	512	203	574	316
Março	88	271	475	210	634	327
Abril	130	336	529	233	521	304
Maio	184	278	461	243	584	274
Junho	117	284	437	233	616	344
Julho	165	278	469	233	570	311
Agosto	195	296	442	220	526	352
Setembro	198	285	491	220	474	352
Outubro	208	273	438	265	525	357
Novembro	170	200	452	265	508	399
Dezembro	167	131	461	231	520	403
Total	**1.882**	**3.176**	**5.645**	**2.718**	**6.599**	**4.029**

Fonte: Classificados imobiliários da Folha de Londrina, primeiro domingo de janeiro a dezembro de 2000, 2008 e 2012; classificados imobiliários do jornal O Diário do Norte do Paraná, primeiro domingo de janeiro a dezembro de 2000; e Jornal de Ofertas Imobiliárias, da Central de Negócios Imobiliários, primeira quinzena de janeiro a dezembro de 2008 e 2012. Organização: Amorim, 2015.

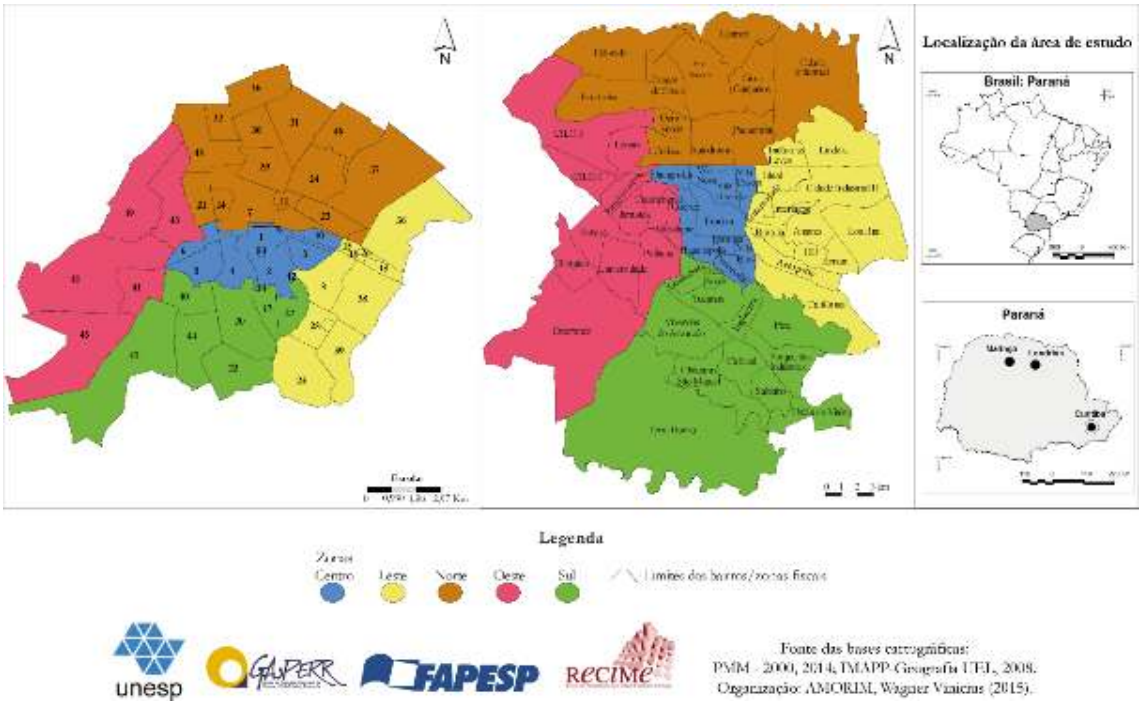
Ao todo, foram coletados 24.049 anúncios de terrenos, sendo 14.126 referentes a Londrina e 9.923 referentes a Maringá. Em função da mudança da fonte de extração dos dados em Maringá, houve uma variação no montante de ofertas compiladas. Isto porque, até o ano de 2004, a maior parte dos anunciantes de Maringá centralizava suas ofertas em *O Diário*, porém, a partir de então, a oferta foi descentralizada entre três mídias, sendo duas delas exclusivas dos classificados imobiliários.

As variáveis extraídas dos anúncios dos terrenos foram registradas de acordo com a sua localização (loteamentos/bairros/zonas), tornando possível a identificação da intensidade das ocorrências em cada uma das áreas da cidade, enquadrando, no conjunto das informações processadas, diversas possibilidades de análise da espacialização das ofertas.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Maringá e Londrina estão institucionalmente subdivididas em zonas fiscais urbanas e "bairros", respectivamente, sendo que, em Maringá, esta subdivisão se encontra na gênese da concepção do seu plano, e, em Londrina, trata-se de uma subdivisão recente, contudo oficial. São 53 as zonas fiscais urbanas em que se subdivide a cidade de Maringá, e 57 os bairros em Londrina (Figura 1).

Figura 1 – Maringá e Londrina. Divisão por zonas fiscais e bairros (2008).



Os termos bairros e zonas fiscais, na acepção aqui mencionada, **são delimitações espaciais oficiais equivalentes nas duas cidades, apesar de possuírem nomenclaturas distintas – já que o termo bairro possui uma dimensão sociológica, e**, de fato, existe como tal, em Londrina e Maringá.

A respeito do emprego desse recorte espacial e analítico, sugerimos a contribuição de Souza (2013), em que este autor explica que o que aqui é denominado oficialmente como bairro, na verdade, consiste no "setor geográfico", que é "[...] um conjunto de bairros com características próprias e "personalidade definida" (SOUZA, 2013, p. 159), podendo o "setor geográfico [...], às vezes, ser confundido com um bairro ou tratado como se fosse um 'bairro muito grande'" (SOUZA, 2013, p. 162).

A subdivisão da cidade de Londrina em bairros foi desenvolvida segundo uma tipologia da Prefeitura Municipal de Londrina, que levou em conta as semelhanças socioeconômicas e os nomes dos bairros mais populares e conhecidos, que herdaram nomes atribuídos às glebas

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

em que foi subdividido o sítio urbano, no início de sua ocupação. Menores que as zonas (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro) s**ão os referidos "bairros",** que agrupam setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – como também, logicamente, vilas, jardins, residências, conjuntos habitacionais, parques industriais, loteamentos, condomínios horizontais, loteamentos fechados etc. – a partir de uma estruturação "reconhecida" e "aceita" pelos londrinenses, de acordo com o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) (AMORIM, 2011, p. 50).

Tomando por base essa subdivisão apresentada na Figura 1, realizamos o mapeamento de todas as variáveis levantadas. Consideramos esta escolha apropriada, ainda que com limitações, uma vez que, em Maringá, é consensual e constante a sua utilização nos meios de comunicação e divulgação do mercado imobiliário, e, em Londrina, seu emprego resultou satisfatoriamente para a leitura espacial das variáveis, na ocasião da nossa dissertação de mestrado (AMORIM, 2011).

As limitações decorrentes do emprego dessa subdivisão para os mapeamentos realizados nesta pesquisa se referem às generalizações, que são resultantes da aglutinação da informação referida aos mais de mil loteamentos existentes na cidade de Londrina e mais de 360 em Maringá, entre jardins, residências, condomínios e loteamentos fechados. Se, por um lado, as subdivisões adotadas são oficiais, por outro, elas são impostas sobre espacializações atinentes ao pontual, ao específico, ao local, de uma avenida, de uma quadra, da proximidade de uma área valorizada etc., próprias da dinâmica de valorização diferencial do mercado imobiliário, que opera seletivamente nas cidades, em segmentações que escapam ao normativo e ao recorte institucional. Em Maringá, essa perda devido à generalização é menor do que em Londrina, pois foi projetada segundo diretrizes que tinham por base o princípio da homogeneidade socio-ocupacional das zonas, sendo que, no interior de muitas dessas zonas fiscais, **não existem outras subdivisões menores, como loteamentos, jardins e residê**ncias, tais como existem em Londrina.

A variável preço, que completa o banco de dados em seu conjunto, oferece a base relacional, principalmente com a variável referente à metragem do imóvel. Entretanto, alguns critérios são necessários para que sejam evitadas as distorções temporais, quando comparados temporalmente, por isso, eles foram deflacionados pelo **Índice** Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), tomando-se por base o último mês levantado na pesquisa (dezembro de 2012). Este procedimento visa a corrigir os preços do passado para podermos compará-los aos preços atuais, já que a taxa de inflação de nossa economia "corrói" os preços passados, e, sem esta correção, compará-los em termos reais seria impossível. Assim, se

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

pode discernir o aumento inflacionário no preço de uma valorização real do imóvel. Após a extração das médias por bairros/zonas, para cada planilha separadamente, e a partir das bases cartográficas de Londrina e Maringá, procedemos com o mapeamento desses dados.[9]

As variáveis utilizadas para a elaboração de todos os mapas apresentados neste estudo foram agrupadas de acordo com a localização dos loteamentos e endereços informados nos classificados. Os preços mapeados correspondem aos preços médios dos bairros e das zonas fiscais, uma vez que a soma do preço dos terrenos em reais (R$)[10] foi dividida pela soma total da área. Assim, ofertas em diferentes loteamentos e endereços, mas que estavam situadas num mesmo bairro/zona fiscal, foram agrupadas sob estas últimas subdivisões, e a soma total do preço informado foi dividida pela soma total da área dos terrenos. Desse modo, generalizamos um mesmo patamar de preços para diferentes loteamentos, mas as perdas de proximidade em relação aos preços individuais de cada terreno não foram discrepantes, já que, em quase todos os casos, esse produto final ficou próximo do preço médio dos terrenos ofertados nestes loteamentos. Contudo, frequentemente, a média a que chegamos por meio dessa técnica ficou abaixo das médias aritméticas particulares dos bairros/zonas fiscais. Isto se deve ao fato de que muitos proprietários ofertam seus terrenos a um preço muito acima da média, seja por expectativa de que possa auferi-lo, seja por uma melhor localização no interior desses loteamentos, ou seja porque isto também se constitui numa prática trivial, já que se espera que, no ato da transação, o preço realizado seja menor que o preço divulgado inicialmente.

Na sequência das figuras 2 a 13, apresentadas ao longo deste artigo, dispomos o mapeamento do volume total de terrenos ofertados em metros quadrados e em R$ e do preço médio do metro quadrado de terrenos urbanos, para o caso das cidades de Londrina e de Maringá, ao longo dos anos 2000, 2008 e 2012.

Os mapas de volume total de terrenos ofertados em metros quadrados e em R$ possibilitam identificar em quais bairros estão concentradas as ofertas, e a leitura de ambos evidencia que a concentração do volume de ofertas em R$ não está necessariamente ligada à concentração do volume de ofertas em metros quadrados. Esta distinção decorre da – e demonstra a – diferencial valorização da terra na cidade.

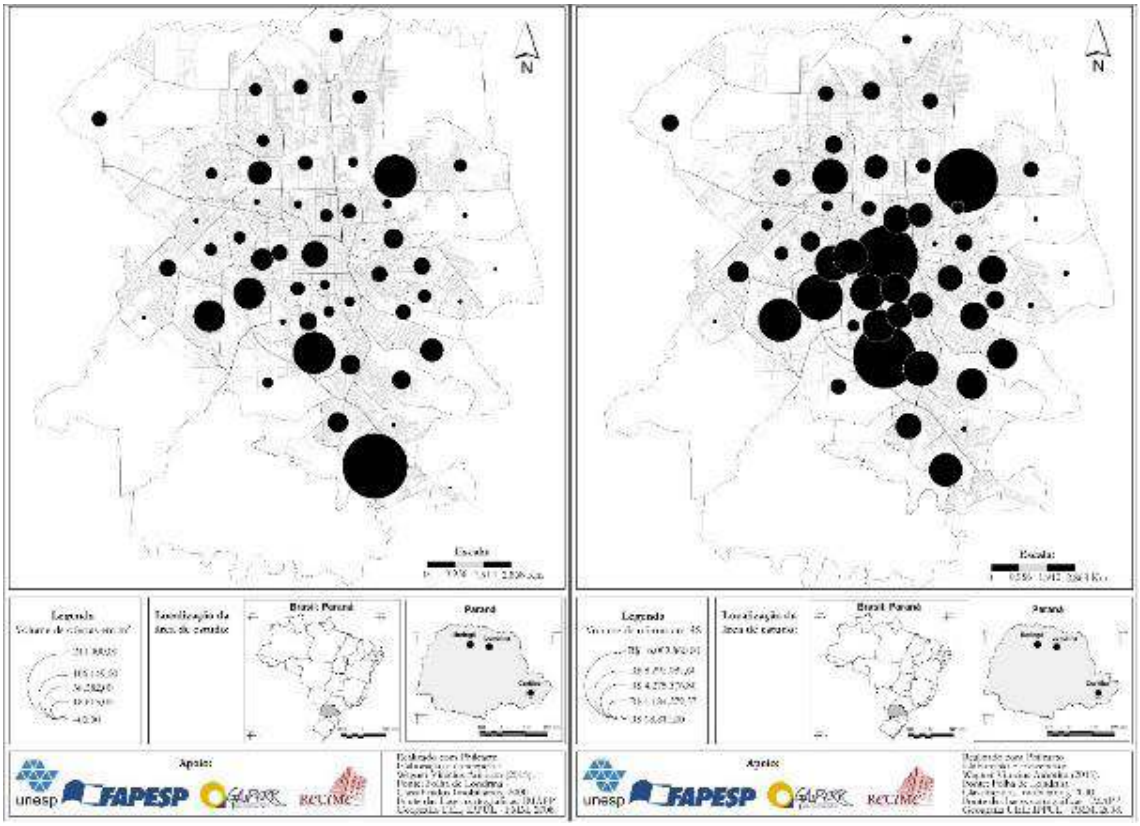
[9] Todos os mapas foram elaborados com o software livre Philcarto. As bases cartográficas podem ser vetorizadas pelo usuário no software acessório Phildigit. Para mais informações sobre o uso do Philcarto, consultar Girardi (2007) e Archela e Théry (2008). Além do uso do software Philcarto, utilizamos os programas Adobe Illustrator CC 2014® e Corel Draw® X5 na elaboração do layout final dos mapas.

[10] Real (R$), atual moeda brasileira, em vigor desde 1994.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Nas figuras 2 e 3, dispõem-se os volumes de ofertas de terrenos em metros quadrados e em R$, no ano de 2000. No primeiro caso (Figura 2), verificamos como as ofertas estão dispersas pela cidade, havendo concentrações ao nordeste e ao sudeste da área central e, em menor monta, ao sul e ao sudoeste. Entretanto, se analisarmos o mapeamento dessas ofertas em R$, percebemos o quanto a valorização estava concentrada na área central e ao sudoeste desta, especificamente nos bairros Palhano e Tucanos. Estes bairros dispunham de grandes áreas, muitas delas próprias ao parcelamento e à incorporação de loteamentos e/ou de "espaços residenciais fechados". Ainda que percebamos uma concentração ao nordeste, esta está intimamente relacionada aos terrenos existentes numa área de zoneamento industrial da cidade, nas proximidades da rodovia BR 369, onde eram ofertados lotes de grandes dimensões.

Figura 2 - Londrina. Total de terrenos, em metros quadrados e em R$, ofertados nos classificados da Folha de Londrina (2000).

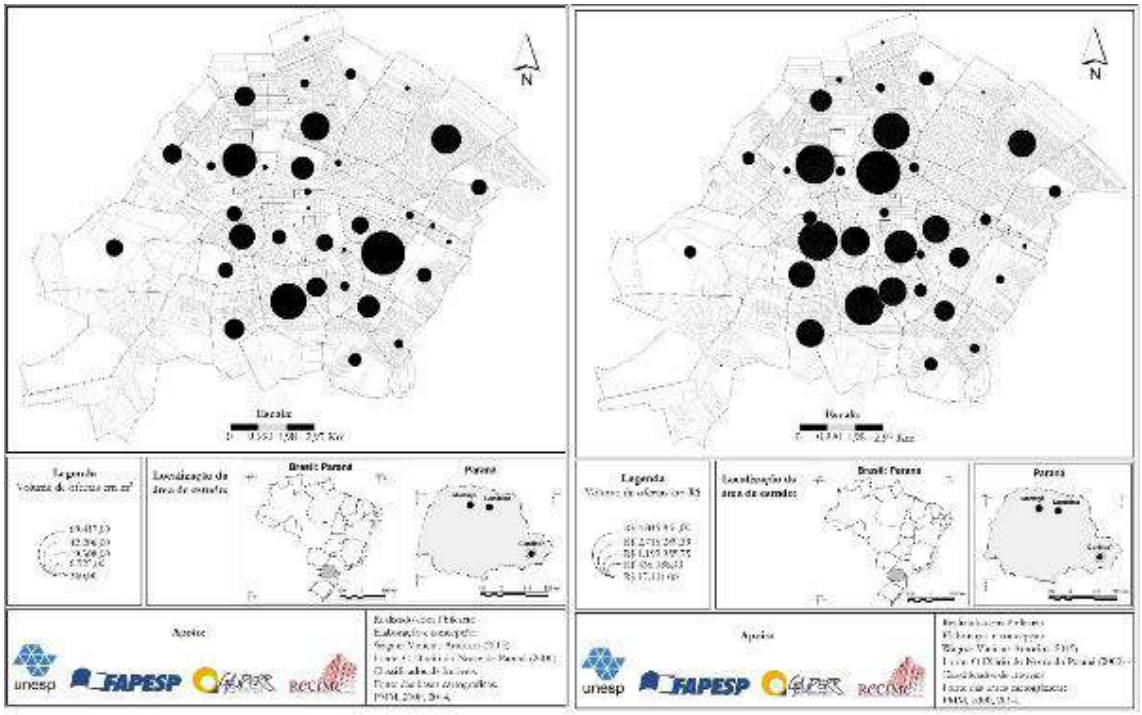


Na Figura 3, estão dispostos os volumes de ofertas de terrenos em metros quadrados e em R$, na cidade de Maringá, no ano de 2000. O caso maringaense é enfático em demonstrar como a valorização urbana está concentrada nas zonas fiscais centrais e pericentrais da cidade. Ainda que haja menor oferta de terrenos em metros quadrados nestas áreas, os

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

círculos proporcionais das ofertas em R$ atestam como são altos os preços aí cobrados pelo metro quadrado da terra, corroborando a hipótese da valorização diferencial. As zonas fiscais situadas ao sul da zona central se destacam, nos montantes em R$. Nestas zonas, estão localizados muitos espaços residenciais fechados da cidade. Também se destacam as zonas ao norte da área central, que, devido à proximidade em relação à Universidade Estadual de Maringá, são valorizadas no mercado imobiliário local em função da procura para fins de edificações residenciais.

Figura 3 – Maringá. Total de terrenos, em metros quadrados e em R$, ofertados nos classificados do jornal O Diário do Norte do Paraná (2000).



Na Figura 4, expomos o preço médio dos terrenos ofertados na cidade de Londrina, ao longo do ano 2000. O mapeamento foi realizado a partir da análise de amplitude classes (Tabela 2), com o maior número possível de classes de preços a fim de reduzir os intervalos e evitar generalizações, além de demonstrar como a valorização é pontual e seccionada, e como, em alguns casos, "salta áreas", apresentando descontinuidades. Sendo muito seletiva, a valorização nem sempre segue a forma de "eixos" ou "vetores", como frequentemente afirmam os agentes do mercado imobiliário.

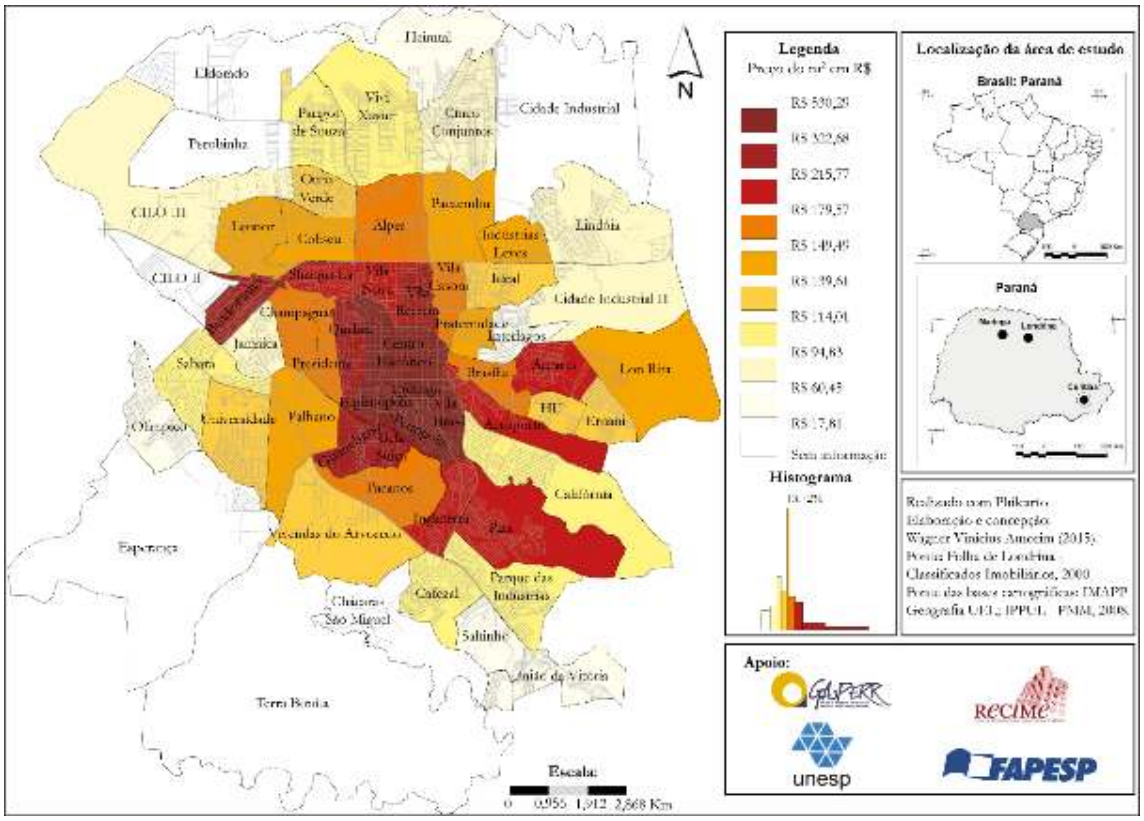
A técnica utilizada para a geração da distribuição das classes nos mapas coropléticos consistiu na amplitude de classes, produto do número de valores pelo número de classes. Assim, demonstramos classes com o mesmo número de unidades espaciais, neste caso, com cinco e seis ocorrências para cada classe. Esta classificação mantém as proporções,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

situa as médias intraclasses e minimiza o desvio padrão.

A primeira constatação, a partir da Figura 4, é que o maior preço do metro quadrado concentrava-se estritamente na área central, embora não estivesse na área central o maior volume de terrenos ofertados. A ocorrência dos anúncios nas zonas centrais deve-se à existência de antigos terrenos não edificados ou com antigas casas de madeira, resistindo seja pelo alto preço exigido pelo proprietário, seja pelo tipo de uso potencial futuro mais adequado do terreno em função da localização central.

Figura 4 – Londrina. Preço médio de terrenos ofertados nos classificados da *Folha de Londrina* (2000).



Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Tabela 2 – Londrina. Análise estatística dos terrenos ofertados nos classificados da *Folha de Londrina*, segundo classes de preços (2000).

Classes de preços em R$		Preço menor	Preço maior	Preço médio	Desvio padrão	Nº de ocorrências na classe
1ª	530,29 a 322,68	322,68	530,29	406,86	68,46	5
2ª	322,68 a 215,77	215,77	297,57	264,34	30,45	5
3ª	215,77 a 179,57	179,57	213,84	197,15	13,99	6
4ª	179,57 a 149,49	149,49	177,59	167,50	9,44	6
5ª	149,49 a 139,61	139,61	149,25	144,07	2,72	7
6ª	139,61 a 114,01	114,01	137,52	125,97	8,30	6
7ª	114,01 a 94,83	94,83	110,78	102,60	5,79	6
8ª	94,83 a 60,45	60,45	92,93	78,92	10,52	5
9ª	60,45 a 17,81	17,81	48,79	38,11	12,54	5

Fonte: Classificados Imobiliários – Folha de Londrina, janeiro a dezembro de 2000. Organização: Amorim, 2015.

Outras áreas, também situadas nas proximidades do centro, apresentam preços elevados, como é o caso dos bairros identificados na segunda classe. Além da proximidade em relação ao centro, **há a presença do** lago Igapó, ao sudoeste, como fator de valorização diferencial da terra urbana, seja para finalidades residenciais e/ou comerciais.

Na terceira e quarta classes de preços, aparecem os terrenos situados ao leste. São os casos dos bairros Aeroporto, Brasília e Antares. Os dois primeiros, situados nas proximidades do aeroporto, **e o último**, na área mais consolidada da Zona Leste, onde, inclusive, em fins da década de 1990 e início da década de 2000, ocorreu a incorporação dos seus primeiros espaços residenciais fechados.

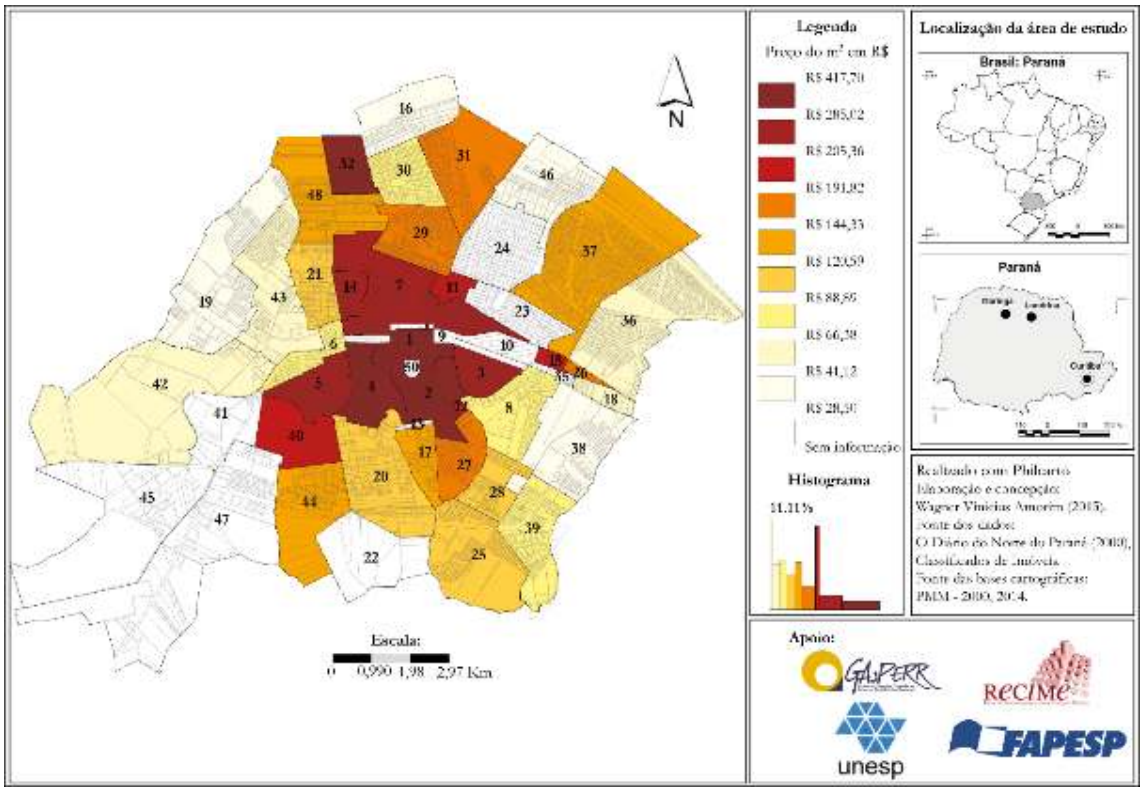
A Figura 5 apresenta o preço médio dos terrenos ofertados em Maringá, ao longo do ano 2000. Igualmente ao procedimento adotado para o cálculo das médias de preço dos bairros em Londrina, foram extraídas as médias de preços por zonas fiscais, que estão numeradas na Figura 5. Por sua vez, a Tabela 3, que apresentamos mais adiante, contém a análise estatística das classes de preços dos terrenos.

Observamos que, em algumas zonas fiscais da cidade, **não ocorreram ofertas de terrenos**, em 2000. É o caso das zonas 9, 10, 13, 22, 23, 24, 35, 41, 45 e 47, enquanto noutras zonas, como na zona fiscal 32, houve uma única oferta que, no entanto, por se tratar de um lote a R$ 285,03 o metro quadrado, a inseriu na primeira classe de preços, embora

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

tal ocorrência, supostamente localizada no ponto mais valorizado da zona 32, destoe do conjunto desta zona como um todo e do conjunto das zonas norte da cidade. Não obstante, a valorização esteve concentrada nas zonas centrais 1, 2, 3, 4, 5 e nas zonas 7, 11, 14, 15 e 40.

Figura 5 – Maringá. Preço médio de terrenos ofertados nos classificados do jornal *O Diário do Norte do Paraná* (2000).



A utilização de um maior número de classes permite aglutinar e identificar zonas com preços mais próximos entre si, cujo baixo desvio padrão designa que os preços dentro destas classes estão muito próximos das médias centrais intraclasse. Já no caso da classe de maior preço, o maior desvio padrão se deve ao fato de que a distância entre tais preços com relação à média intraclasse é maior e que **há, por consequência, uma dispersão maior dos preços dentro d**esta. Este desvio padrão será ainda maior na classe mais alta quanto maior for a escala de preços analisados, como são os casos dos mapas de preços de 2008 e 2012.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Tabela 3 – Maringá. Análise estatística dos terrenos ofertados nos classificados do jornal *O Diário do Norte do Paraná*, segundo classes de preços (2000).

Classes de preços em R$		Preço menor	Preço maior	Preço médio	Desvio padrão	Nº de ocorrências na classe
1ª	417,70 a 285,02	285,02	417,70	353,12	58,84	4
2ª	285,02 a 205,36	205,36	242,92	228,16	14,47	4
3ª	205,36 a 191,82	191,82	203,50	198,67	4,67	4
4ª	191,82 a 144,33	144,33	165,88	154,51	8,18	4
5ª	144,33 a 120,59	120,59	132,47	126,20	4,21	4
6ª	120,59 a 88,89	88,89	103,63	95,80	5,27	4
7ª	88,89 a 66,38	66,38	87,16	80,08	8,08	4
8ª	66,38 a 41,12	41,12	62,53	56,54	8,96	4
9ª	41,12 a 28,50	28,50	34,63	32,27	2,40	4

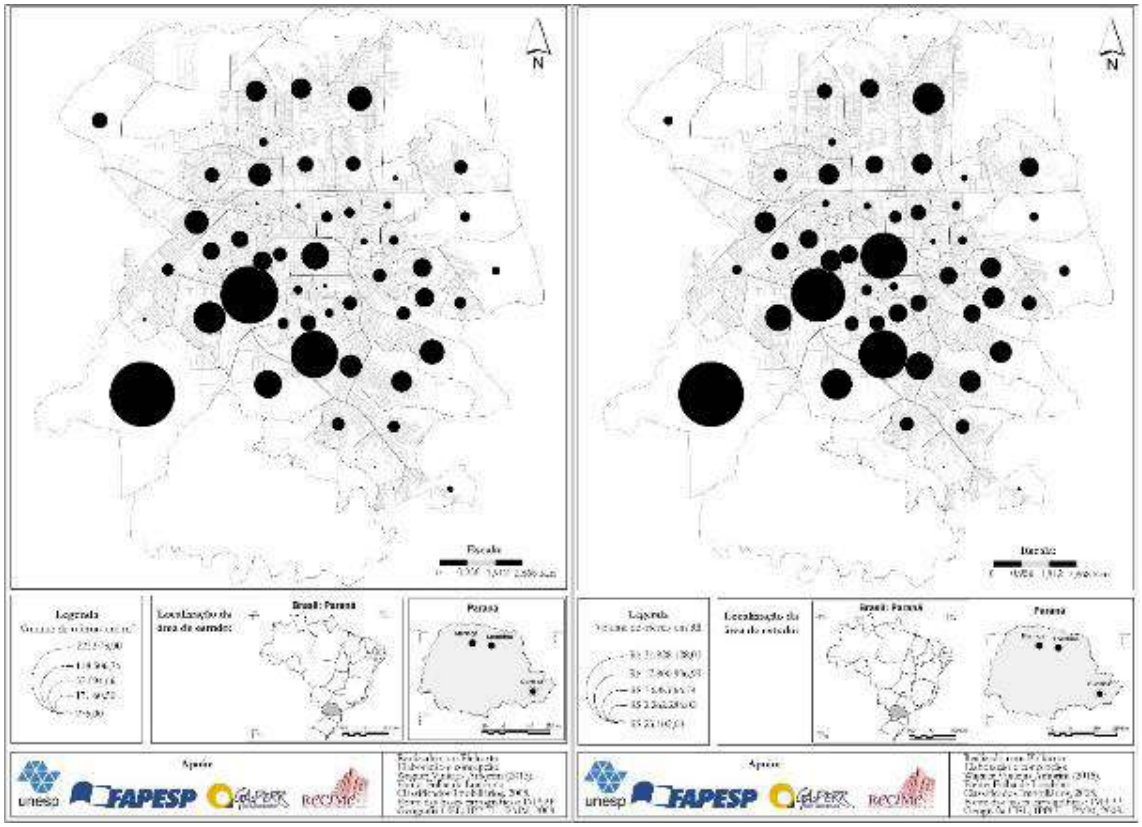
Fonte: Classificados Imobiliários – O Diário do Norte do Paraná, janeiro a dezembro de 2000. Organização: Amorim, 2015.

Nos mapas dispostos nas figuras 6 e 7, estão representados os volumes de ofertas de terrenos em metros quadrados e em R$, em Londrina e Maringá, ao longo do ano 2008. A primeira observação é com relação aos montantes de ofertas em R$, que praticamente dobraram, em Londrina (Figura 6), em relação ao ano de 2000 (Figura 2), enquanto o montante de ofertas em metros quadrados permaneceu basicamente muito pouco alterado.

A alta nos preços em bairros fora do eixo principal de valorização imobiliária apresentou uma maior equalização no montante de ofertas em R$ com relação ao seu montante em metros quadrados, embora o montante de ofertas em R$, no bairro Centro Histórico, tenha sido alto (Figura 6). Diferentemente do quadro observado no ano de 2000, houve, em 2008, uma grande oferta de lotes, no bairro Esperança e Palhano, em função da dinâmica induzida nesta área, atrelada ao uso residencial de alto padrão.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 6 – Londrina. Total de terrenos, em metros quadrados e em R$, ofertados nos classificados da *Folha de Londrina* (2008).



Já no caso maringaense, na Figura 7, demonstra-se o mesmo "padrão" de concentração da valorização em determinadas zonas, pois, por menor que seja a oferta da metragem de lotes nas zonas centrais, esta se destaca quando observada em R$. Diferentemente do quadro londrinense, a área ofertada em Maringá aumentou vertiginosamente, sendo que os montantes mais que triplicaram. Do mesmo modo, o montante em R$ sofreu um grande aumento.

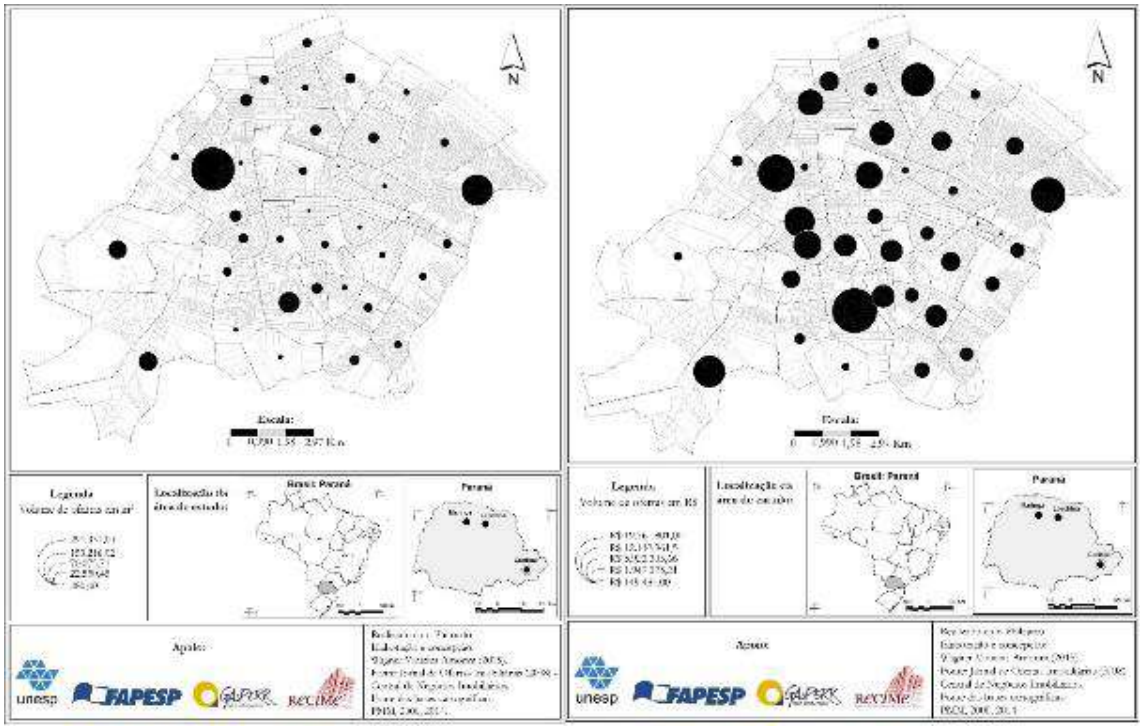
A oferta de terrenos, em Maringá, aproximou-se muito da oferta constatada em Londrina, nesse mesmo ano, ao contrário do cenário apresentado em 2000, cujos valores absolutos em R$ ficaram muito aquém dos de Londrina. As ofertas em R$ tiveram maior destaque nas zonas fiscais 20, 5, 6, 31, 29 e 7, onde os respectivos montantes em metros quadrados não foram tão significativos, portanto, demonstrando aí um alto preço dos terrenos.

O caso maringaense, assim, desvela as nuances das estratégias dos agentes do mercado imobiliário, que constantemente pressionam o poder público local para expandir o perímetro urbano da cidade na justificativa de rebaixarem os preços da terra na medida em que

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

passam a ofertar em maior quantidade. Porém, as evidências empíricas vão na contramão desta afirmação.

Figura 7 – Maringá. Total de terrenos, em metros quadrados e em R$, ofertados nos classificados do *Jornal de Ofertas Imobiliárias* – CNI (2008).



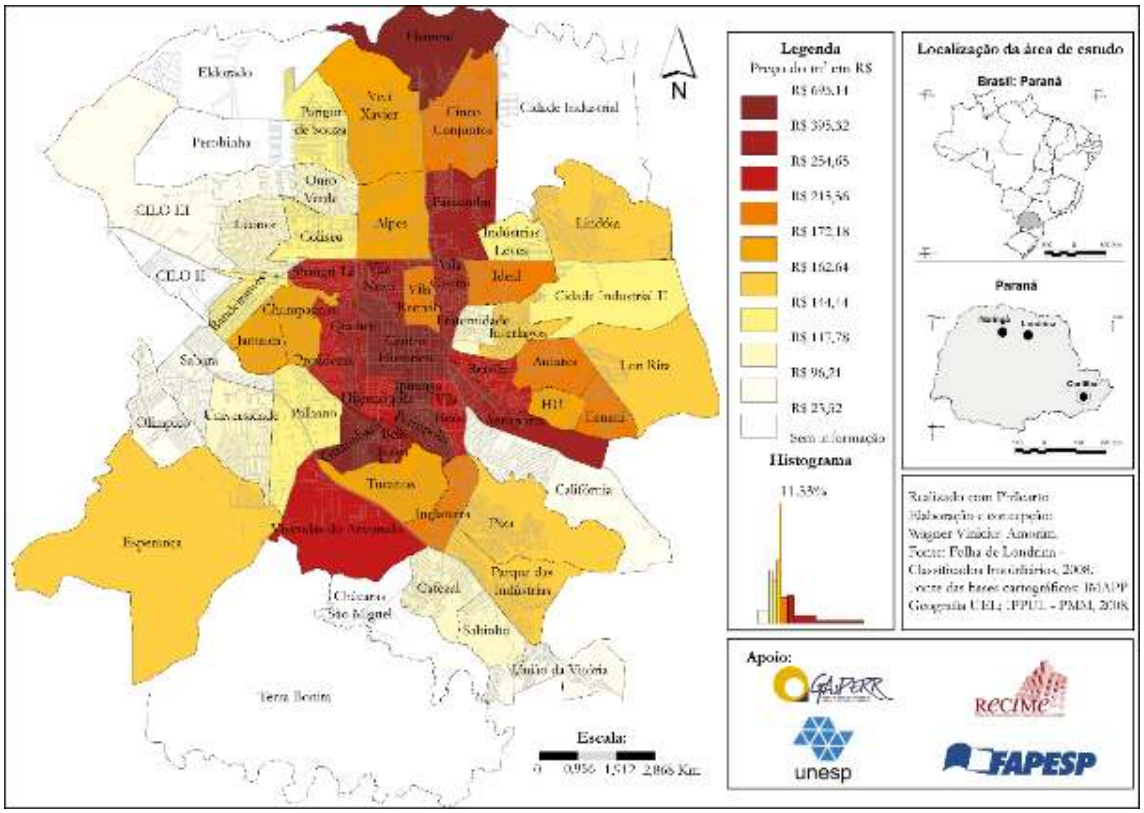
Na Figura 8, estão representados os preços médios dos terrenos ofertados em Londrina, ao longo de 2008. Em apenas seis bairros, espacialmente muito periféricos, não houve oferta de terrenos. S**ão eles: Eldorado, Perobinha, Cidade Industrial, CILO III, Chácaras São Miguel e Terra Bonita. Com exceção do bairro Heimtal**, que apresentou somente uma oferta, em todos os demais bairros, o número de ofertas foi significativo.

Mais uma vez, o problema da representação de uma ocorrência fez destoar no conjunto a inserção de um bairro, neste caso, junto à classe mais alta. Trata-se do caso específico do bairro Heimtal, com apenas uma oferta de terreno ao preço de R$ 395,32 o metro quadrado (oferta localizada às margens da avenida principal que perpassa este bairro, destacado também pela proximidade com a avenida Saul Elkind, que cruza toda a zona norte de Londrina, com os supermercados ali existentes e um pequeno *shopping center* situado nas imediações do bairro, exatamente no cruzamento de sua principal avenida com a avenida Saul Elkind).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Nos demais casos, a valorização seguiu concentrada e as maiores médias recaíram nos bairros centrais, daí deslocando-se nos sentidos sudoeste, leste e norte. Nestes mapeamentos, optamos por computar o preço dos terrenos em espaços residenciais fechados no cálculo das médias dos bairros. Esta escolha se justifica em função de que, em alguns bairros, **há predomínio e quase completa dominância da oferta de terrenos dentro de empreendimentos fechados**, e o alto preço auferido nessas mesmas zonas está intimamente relacionado a este fato, por um lado. Por outro lado, a média acaba sendo diluída, já que, comumente, existem nesses bairros grandes lotes de terra não fracionada em terrenos menores, cujo preço médio de oferta é baixo em função da grande dimensão da área vendida. Ao observarmos essas ocorrências e essas correlações, optamos por computar os preços dos terrenos de dentro e de fora dos espaços residenciais fechados nas médias dos seus respectivos bairros. Há, inclusive, na porção sudoeste da cidade de Londrina, alguns bairros que apresentam quase que completamente ofertas de terrenos somente em espaços residenciais fechados.

Figura 8 – Londrina. Preço médio de terrenos ofertados nos classificados da *Folha de Londrina* (2008).



Conforme a Tabela 4, que auxilia na compreensão da Figura 8, as nove classes delimitadas apontam coerência na forma de representação dos preços. Embora a amplitude de preços, em algumas classes, seja muito pequena, ela se refere ao número de ocorrências

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

dentro do universo amostral e privilegia sua maior distribuição, evitando generalizações e induzindo à leitura das áreas específicas dos preços em que foram ofertados os terrenos na cidade. Ainda que sejam muitas, não prejudicam a leitura dos preços, mas favorecem a identificação mais aproximada dos preços médios em cada bairro.

Tabela 4 – Londrina. Análise estatística dos terrenos ofertados nos classificados da *Folha de Londrina*, segundo classes de preços (2008).

Classes de preços em R$		Preço menor	Preço maior	Preço médio	Desvio padrão	Nº de ocorrências na classe
1ª	695,14 a 395,32	395,32	695,14	517,27	112,67	5
2ª	395,32 a 254,65	254,65	317,8	280,65	25,89	6
3ª	254,65 a 215,56	215,56	246,76	232,02	11,29	6
4ª	215,56 a 172,18	172,18	202,14	188,20	10,60	6
5ª	172,18 a 162,64	162,64	166,09	164,83	1,08	6
6ª	162,64 a 144,44	144,44	158,25	153,09	4,29	6
7ª	144,44 a 117,78	117,78	132,13	124,38	4,74	6
8ª	117,78 a 96,21	96,21	115,92	109,24	6,60	6
9ª	96,21 a 23,52	23,52	93,44	65,05	26,45	5

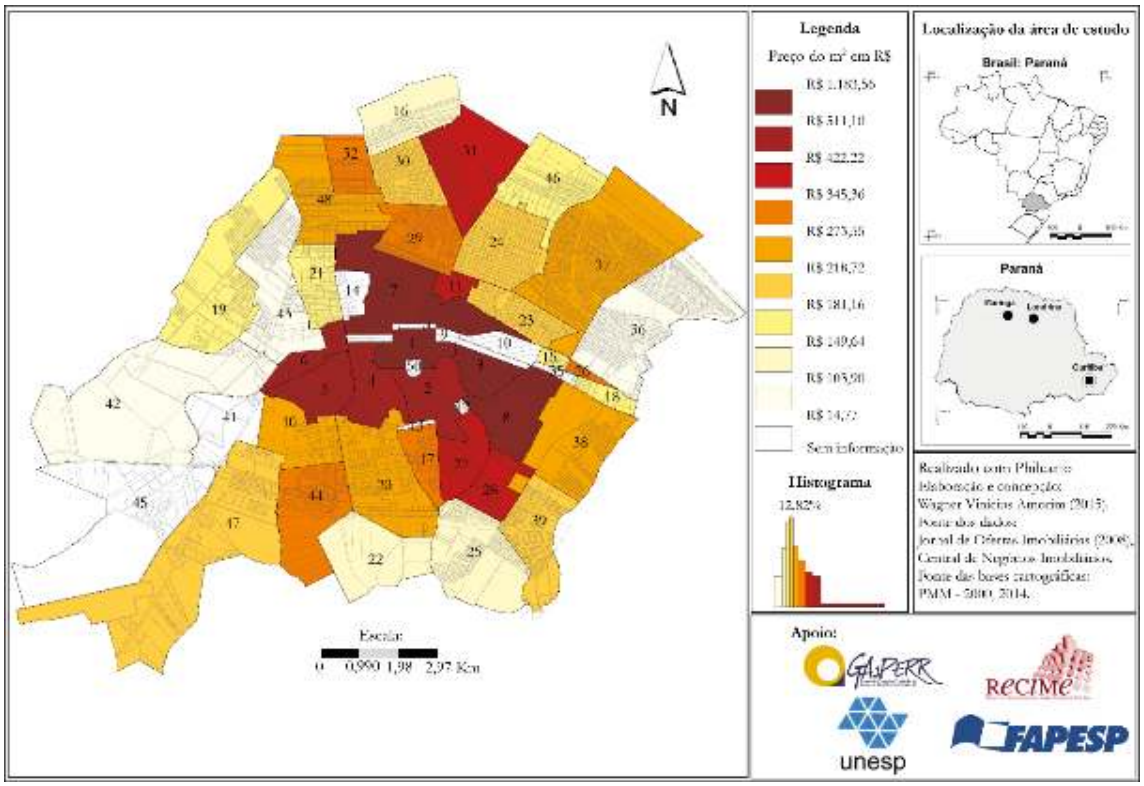
Fonte: Classificados Imobiliários – *Folha de Londrina*, janeiro a dezembro de 2008. Organização: Amorim, 2015.

Na Figura 9, dispomos os preços médios de terrenos ofertados em Maringá, ao longo do ano de 2008. Estes continuaram concentrados nas zonas fiscais centrais (1, 2, 3, 4, 5 e 6) e nas zonas fiscais sul, leste e norte mais próximas da zona central (27, 28, 7, 11 e 31). As zonas fiscais 9, 10, 12, 13, 14, 35, 41 e 45 não apresentaram ofertas de terrenos, no mencionado ano.

Ainda no caso da Figura 9, a Zona 31, que se destaca das demais zonas com preços mais altos, porque situada no extremo norte da cidade, apresentou significativo número de ofertas no referido ano. Isto correspondeu às atividades das loteadoras na área em questão, onde ainda há quantidade expressiva de lotes vazios e abertura de novos loteamentos, além de ser também por onde passa uma importante via de acesso à cidade pela entrada norte (a avenida Morangueira).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 9 – Maringá. Preço médio de terrenos ofertados nos classificados do *Jornal de Ofertas Imobiliárias* – CNI (2008).



Na Tabela 5, **a análise estatística das classes de preços de terrenos ofertados em 2008 evidencia como a classe mais alta se distancia das demais, embora a maior ocorrência aí registrada seja para a** Zona Fiscal 1, cujo preço do metro quadrado foi de R$ 1.183,56, enquanto as demais ocorrências situaram-se abaixo da média da classe.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Tabela 5 – Maringá. Análise estatística dos terrenos ofertados nos classificados do *Jornal de Ofertas Imobiliárias* – CNI, segundo classes de preços (2008).

	Classes de preços em R$	Preço menor	Preço maior	Preço médio	Desvio padrão	Nº de ocorrências na classe
1ª	1.183,56 a 511,10	511,10	1183,56	714,64	273,09	4
2ª	511,10 a 422,22	422,22	499,57	468,58	30,46	4
3ª	422,22 a 345,36	345,36	374,48	358,81	11,74	4
4ª	345,36 a 273,55	273,55	339,73	299,30	23,15	5
5ª	273,55 a 218,72	218,72	268,17	248,94	19,30	5
6ª	218,72 a 181,16	181,16	211,04	198,31	10,58	5
7ª	181,16 a 149,64	149,64	159,62	154,18	3,97	5
8ª	149,64 a 103,90	103,90	147,85	131,13	16,54	4
9ª	103,90 a 14,77	14,77	78,64	48,53	22,75	4

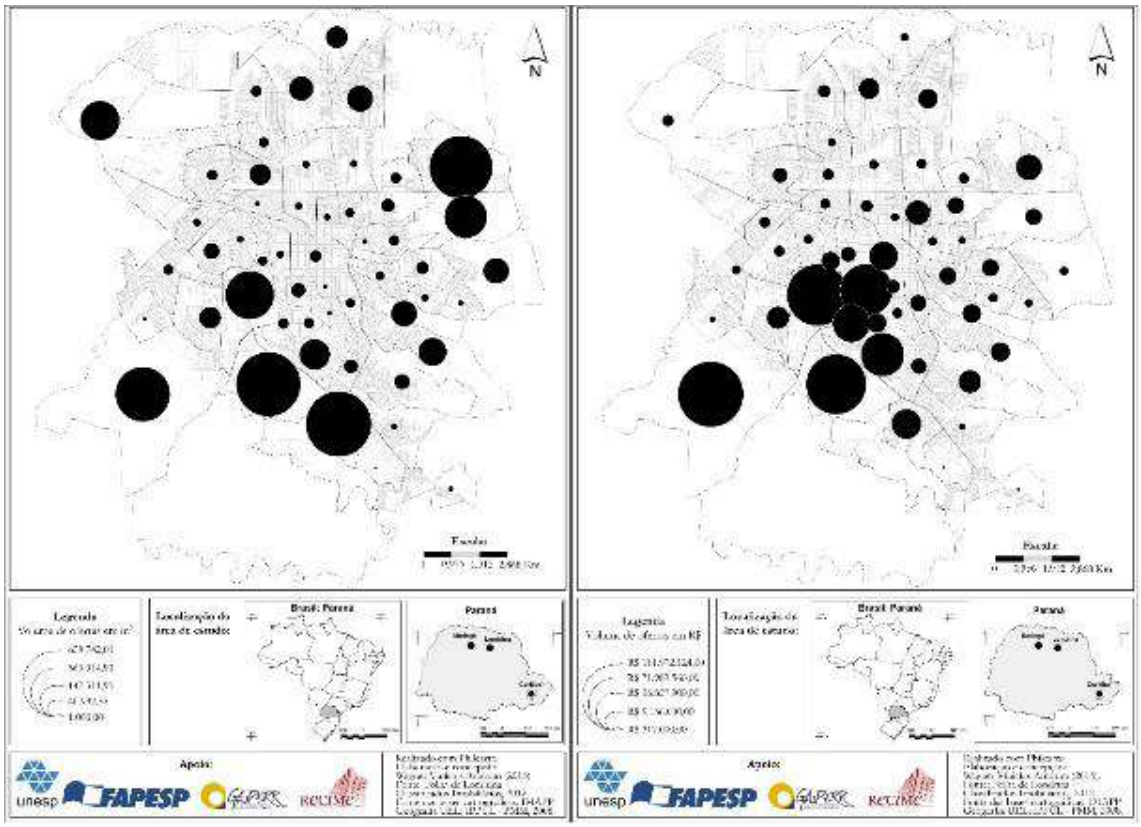
Fonte: *Jornal de Ofertas Imobiliárias* – CNI, janeiro a dezembro de 2008. Organização: Amorim, 2015.

Nas figuras 10 e 11, apresentamos o volume de ofertas de terrenos, em termos de área ofertada e em R$, ao longo do ano de 2012. Estes dois mapas apresentam as possibilidades mais atuais de leitura do mercado de terras nestas duas cidades proporcionadas por esta pesquisa.

No caso londrinense (Figura 10), os montantes ofertados em área quase triplicaram se os compararmos aos montantes registrados em 2008 (Figura 6). Estes montantes estavam concentrados em bairros localizados nas zonas sul, oeste e leste da cidade, havendo pouca expressão por parte daqueles ofertados nos demais bairros, principalmente na Zona Centro. Por outro lado, a sua representação em R$ segue uma tendência concentrada nos bairros centrais e na porção sudoeste da cidade, cujos montantes mais que triplicaram se os compararmos aos de 2008 (Figura 6).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 10 – Londrina. Total de terrenos, em metros quadrados e em R$, ofertados nos classificados da *Folha de Londrina* (2012).

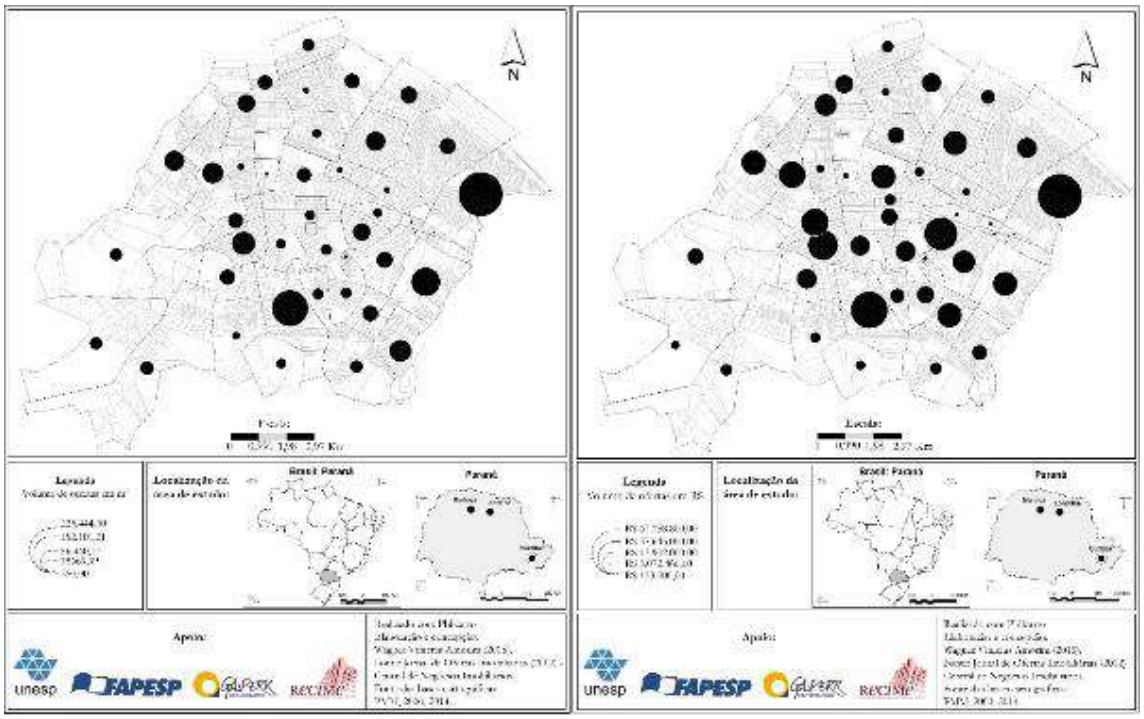


Já o caso maringaense (Figura 11) apontou uma ligeira maior distribuição dos montantes ofertados em metros quadrados e em R$, aludindo à ideia comum de que toda a cidade está valorizada, tal como afirmou um dos corretores entrevistados. Mas esta ideia é generalizada, porque a valorização é seletiva e segmentada, ainda que a cidade de Maringá apresente uma tendência de valorização imobiliária ligeiramente menos segmentada que Londrina.

Em Maringá, por um lado, a oferta de terrenos urbanos em área total permaneceu quase inalterada com relação a 2008, chegando até mesmo a diminuir, se compararmos a área de maior oferta de 2012 com a de 2008, que foi de 225.444 metros quadrados, em 2012 (Figura 11), contra 291.337 metros quadrados, em 2008 (Figura 7). E, mesmo nas demais áreas apontadas na Figura 11, a metragem ofertada permaneceu basicamente constante ou foi menor que aquelas registradas em 2008. Por outro lado, a oferta computada em R$ sofreu um aumento de mais de três vezes, quando comparada à de 2008. Embora tenha ocorrido melhor distribuição desses montantes pela cidade, os maiores picos ainda se concentraram nas zonas fiscais centrais e ao sul.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 11 – Maringá. Total de terrenos, em metros quadrados e em R$, ofertados nos classificados do *Jornal de Ofertas Imobiliárias* – CNI (2012).



Os mapas dispostos nas figuras 12 e 13 finalizam essa análise da variação dos preços médios dos terrenos urbanos em Londrina e Maringá. Em Londrina (Figura 12), os preços tiveram uma grande alta, nesse intervalo de quatro anos, e, em quatro bairros, os preços médios ultrapassaram a casa dos R$1.000,00 por metro quadrado. São os casos dos bairros Higienópolis, Guanabara, Ipiranga e Centro Histórico. Três destes bairros estão localizados na Zona Centro e um deles (o bairro Guanabara) na Zona Sul, nas proximidades do lago Igapó.

Alguns bairros depreciaram, apresentando médias menores do que aquelas registradas em 2008, o que demonstra como a valorização está segmentada e apresenta modulações interbairros, resultante da abertura de novas frentes de empreendimentos imobiliários, carreadas por investimentos públicos e privados.

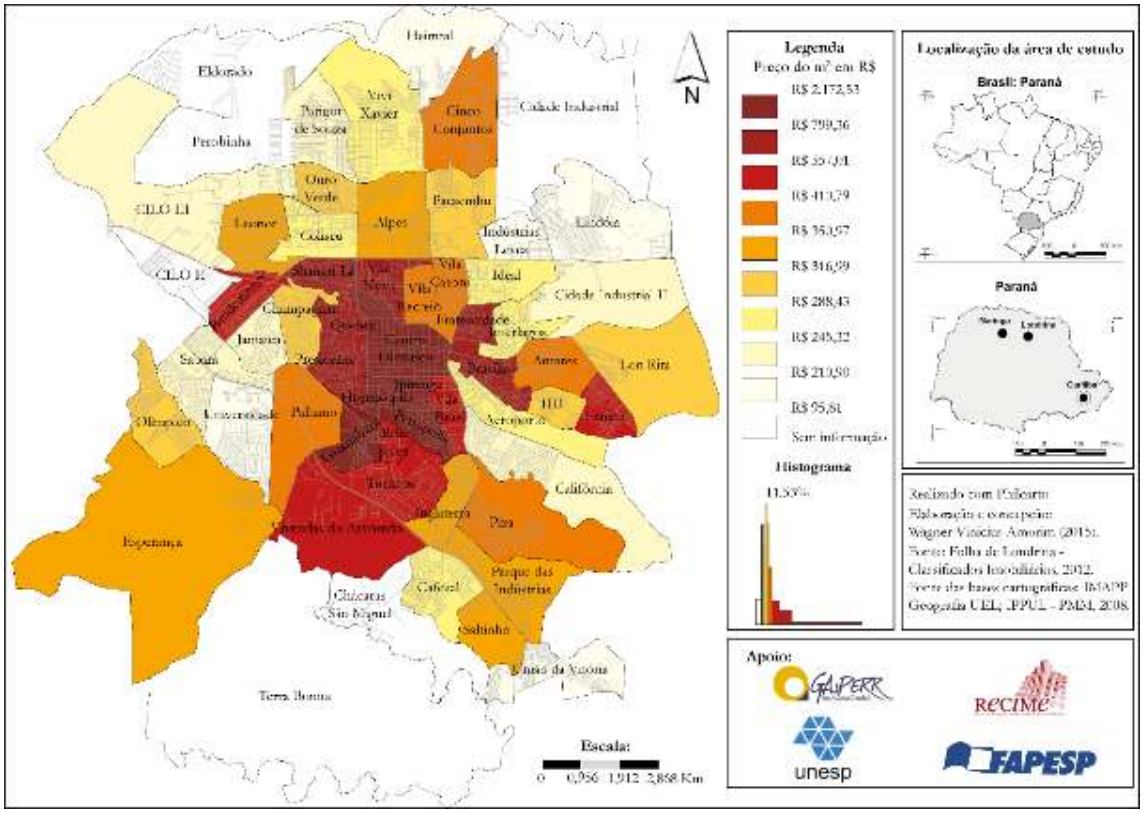
Na Tabela 6, podemos observar como foi grande a amplitude dos preços observada em Londrina, em 2012, uma vez que o desvio padrão registrado foi maior que o dos anos anteriores, havendo maior dispersão nas classes de maior preço, mas também estando presente na classe de menor preço.

A amplitude dos preços entre cada classe e entre as próprias classes indica como as mudanças da produção imobiliária repercutiram no rearranjo do gradiente de preços no

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

espaço urbano, segmentando-os ainda mais. Enquanto alguns bairros são privilegiados na dinâmica de valorização imobiliária, outros são alijados destes "prêmios". Neste ponto, podemos conjecturar como o ativo terra se comporta e é manejado na órbita da valorização imobiliária. À medida que alguns ativos são premiados com os bônus do processo de produção do espaço urbano, a outros competem os seus ônus, cuja conjectura se depreende a partir dos preços ofertados.

Figura 12 – Londrina. Preço médio de terrenos ofertados nos classificados da *Folha de Londrina* (2012).



No caso dos bairros espacialmente mais periféricos da cidade de Londrina, que apresentaram preços médios entre as quatro classes de preços mais altos, estes se destacaram por causa dos terrenos localizados em pontos muito valorizados destes bairros, como avenidas onde são permitidos usos comerciais do solo urbano, ou devido à proximidade com relação aos elementos estruturadores do espaço urbano, que agregam valor às suas imediações, como hipermercados, *shopping centers*, centros comerciais e mesmo espaços residenciais fechados.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Tabela 6 – Londrina. Análise estatística dos terrenos ofertados nos classificados da Folha de Londrina, segundo classes de preços (2012).

	Classes de preços em R$	Preço menor	Preço maior	Preço médio	Desvio padrão	Nº de ocorrências na classe
1ª	2.172,53 a 799,36	799,36	2172,53	1433,88	516,85	5
2ª	799,36 a 557,01	557,01	745,51	635,07	64,91	6
3ª	557,01 a 410,79	410,79	542,25	484,05	43,76	6
4ª	410,79 a 350,97	350,97	404,76	376,73	18,43	6
5ª	350,97 a 316,99	316,99	340,99	329,25	8,56	6
6ª	316,99 a 288,43	288,43	313,76	299,25	9,39	6
7ª	288,43 a 245,32	245,32	261,86	252,48	5,45	6
8ª	245,32 a 210,90	210,90	241,21	225,41	9,93	6
9ª	210,90 a 95,81	95,81	204,47	170,49	39,38	5

Fonte: Classificados Imobiliários – Folha de Londrina, janeiro a dezembro de 2012. Organização: Amorim, 2015.

Chama a atenção também o pico dos preços máximos registrados em Maringá (Figura 13 e Tabela 7), que passou dos R$ 5.000,00 o metro quadrado. Neste caso, em particular, trata-se de um terreno comercial de 800 metros quadrados que estava à venda no Novo Centro (Zona 9) por R$ 4.500.000,00. Mas este é o único preço nesta classe que ultrapassou os R$ 2.000,00 o metro quadrado, estando todas as demais médias de preços das zonas fiscais desta classe abaixo de R$ 1.545,00 o metro quadrado. É interessante observar que, em Maringá, as médias de preços inferiores a R$ 100,00 registradas em 2012 não estão localizadas no perímetro urbano, e, por isso, **não puderam ser mapeadas. Diferentemente, em Londrina**, um bairro apresentou preço médio abaixo dos R$ 100,00, no ano de 2012, o que decorre da descontinuidade entre os loteamentos e da existência de extensos vazios urbanos não fracionados, resultando na inserção destas grandes áreas no interior do perímetro urbano, cujos baixos preços de ofertas, ainda que sejam maiores que os da terra rural pelo simples fato de serem urbanas, permaneceram muito aquém das médias dos terrenos em área loteadas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 13 – Maringá. Preço médio de terrenos ofertados nos classificados do *Jornal de Ofertas Imobiliárias* – CNI (2012).

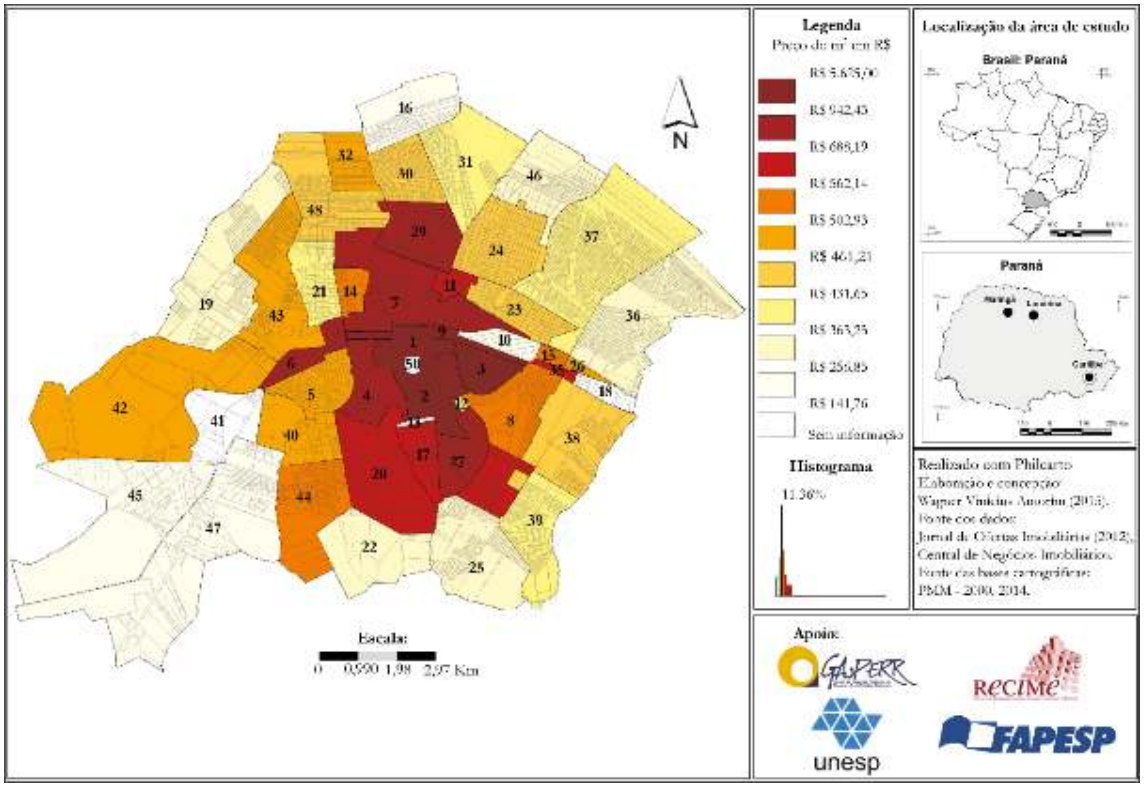


Tabela 7 – Maringá. Análise estatística dos terrenos ofertados nos classificados do *Jornal de Ofertas Imobiliárias* – CNI, segundo classes de preços (2012).

	Classes de preços em R$	Preço menor	Preço maior	Preço médio	Desvio padrão	Nº de ocorrências na classe
1ª	5.625,00 a 942,43	942,43	5625,00	2270,19	1951,88	4
2ª	942,43 a 688,19	688,19	917,92	805,00	85,94	5
3ª	688,19 a 562,14	562,14	673,11	609,55	48,48	5
4ª	562,14 a 502,93	502,93	552,54	527,97	19,40	5
5ª	502,93 a 461,21	461,21	499,27	479,42	12,82	6
6ª	461,21 a 431,65	431,65	458,88	443,27	9,04	5
7ª	431,65 a 363,25	363,25	420,44	396,56	26,96	5
8ª	363,25 a 256,85	256,85	353,03	295,65	36,94	5
9ª	256,85 a 141,76	141,76	252,42	205,71	40,50	4

Fonte: *Jornal de Ofertas Imobiliárias* – CNI, janeiro a dezembro de 2012. Organização: Amorim, 2015.

Em 2012, a presença de oferta de terrenos foi registrada em quase todas as zonas fiscais urbanas, com exceção das zonas 13, 18 e 41. Também em 2012, compareceu um maior número de ofertas em zonas fiscais rurais nos classificados, o que indica que estas áreas vão sendo gradativamente incorporadas à dinâmica de valorização urbana, uma vez que a simples oferta de lotes e/ou glebas nestas áreas já indica a pressão, por parte dos agentes, pela conversão de uso e ocupação do solo e pelo aumento na sua valorização. Especificamente no caso maringaense, se destacam as ofertas em espaços residenciais fechados em zona rural. Já em Londrina, o caso das ofertas fora da zona urbana é explicado também pela comercialização de lotes em espaços residenciais fechados de chácaras, na Zona de Expansão Urbana, no sentido sul. Todavia, suas ofertas não puderam ser mapeadas, devido às mesmas razões pelas quais não mapeamos as ofertas imobiliárias em área rural de Maringá.

Conclusões

Por meio desta investigação, como um todo, procuramos demonstrar a distribuição e o deslocamento espaciais da valorização imobiliária no ambiente construído como um momento e uma expressão da "produção imobiliária" e da diferenciação dos espaços. A apreensão do papel desempenhado pela terra urbana na estruturação e na valorização da cidade se dá pela compreensão de um conjunto de processos aglutinados em torno da "produção imobiliária" – tomada aqui em seu sentido mais amplo, ainda que escape aos objetivos propostos para este artigo –, processos estes ensejados diferenciadamente em função das condicionantes escalares. Foi justamente esta diferenciação escalar que nos compeliu ao estudo dessas transformações, a partir dos exemplos das cidades médias de Londrina e Maringá.

Definitivamente, consideramos que o volume de dados analisados está intimamente relacionado às dinâmicas do mercado imobiliário específicas das cidades médias que, diferentemente das metrópoles, possibilitam estudos cujo escopo abarque toda a cidade, sem necessariamente incorrer em "recortes espaciais". Ademais, as limitações decorrentes da generalização na representação dos dados podem ser superadas a partir do emprego de bases cartográficas que contenham unidades de representação mais específicas em relação à natureza da informação produzida, tais como os loteamentos, e não os bairros ou as zonas fiscais que congregam vários loteamentos.

Compreendemos como a segmentação do e no mercado imobiliário, expressa na distribuição e no deslocamento espacial dos gradientes do preço da terra urbana, está

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

articulada à segmentação socioespacial – que pode ser representada por meio de indicadores socioeconômicos e de rendimento, por exemplo – e como ambas se reiteram mutuamente. Sem reduzi-las a si mesmas, ciente de que são condicionadas por elementos mais complexos, essas segmentações são operacionalizadas pelos agentes privados e públicos, e, no caso dos primeiros, tais segmentações encampam boa parte das suas decisões que, quando pactuadas e articuladas entre um "grupo local" de agentes, rearranjam a estruturação urbana e impõem à cidade e aos citadinos uma "matriz espacial imobiliária", superpondo-a às práticas espaciais.

Se considerarmos que ao "substrato" de preços "se superpõem" os empreendimentos habitacionais, as suas localizações variam em função da disponibilidade de área a um preço satisfatório, a fim de que os mesmos possam ser implantados. Quando analisamos a inserção dos empreendimentos do PMCMV, em Londrina e em Maringá, à luz do mapa dos preços médios da terra urbana, constatamos como as faixas de renda do PMCMV "obedecem" à hierarquia destes preços. Desse modo, consideramos que as especificidades dos mercados imobiliários locais influenciam na localização e na implementação dos empreendimentos habitacionais.[11]

A estrutura urbana da cidade também exprime sua influência na formação dos preços, mantendo as médias em patamares elevados mesmo em bairros espacialmente periféricos. Se, em Londrina, podemos observar essas ocorrências periféricas em função dos subcentros existentes (tal como é o caso do Cinco Conjuntos, na Zona Norte), em Maringá, elas se apresentam mais contíguas à porção central da cidade, em função da compacidade do plano urbano, e se estendendo a partir da porção central.

Segundo a presente investigação, consideramos que o processo de valorização – problema que é a transformação do valor em preço –, pela demonstração das mudanças na estrutura dos preços, ainda que num curto interregno temporal (2000, 2008 e 2012), revela alterações estruturais em função da natureza e das especificidades da estruturação das cidades médias. Esse processo demonstra, ainda, que a valorização se dá por meio de vetores espaciais contíguos como também descontíguos – "saltando áreas" –, especificamente, na forma de setores e áreas seletivas de valorização nas cidades.

O preço consiste na aparição fenomênica para o conjunto da sociedade que concerta a valorização imobiliária, em que determinados segmentos socioeconômicos e agentes produtores do espaço tornam-se associados da "empresa cidade". Este expediente de valorização é nítido e se processa de um modo liberal, nas duas cidades estudadas. Este

[11] Todavia, a demonstração desta "superposição" escapa aos propósitos deste artigo.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

concerto se dá sem muitas resistências, conflituoso, mas sem concorrência estrutural, em função das convenções urbanas estabelecidas. Revela um mercado de coalizões e de cooperações que impõe a valorização seletiva no tempo e no espaço pela "m**ão mais que** visível" da "máquina de crescimento urbano". Ao mesmo tempo, impõe uma segmentação que pesa desigual e desproporcionalmente sobre pobres e ricos, estando desigualmente distribuída na cidade, tal como pudemos observar ao longo da série de mapas apresentados neste artigo.[12]

Para sintetizar, podemos afirmar que as alterações nos preços revelam amplitudes temporais mais pronunciadas entre os gradientes mais altos e menos pronunciadas entre os gradientes mais baixos, isto é, a valorização premia, com mais intensidade, aquelas áreas já historicamente valorizadas e com menos intensidade as áreas mais desvalorizadas. Se isto é constatável no contexto temporal analisado, também o é no sentido espacial, quando verificamos aumentos mais pronunciados naquelas áreas mais valorizadas e menos pronunciados nas áreas desprestigiadas – o que invalida completamente argumentos do senso comum do tipo: "de um modo geral, a cidade toda se valoriza" –, ainda que, por exemplo, o caso maringaense apresente uma relativa maior homogeneidade na distribuição dos gradientes de preço no tempo e no espaço, se o compararmos ao caso londrinense. Isto, de fato, se explica pelo modo como empresários urbanos manejam a cidade e a política urbana em questão, recobrando, assim, de nossa parte, esforços analíticos e explicativos do uso, da apropriação e dos sentidos das cidades que temos e das cidades que desejamos.

Referências bibliográficas

1. ABRAMO, Pedro. **A cidade caleidoscópica**. Coordenação espacial e convenção urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
2. _____. **A dinâmica imobiliária.** Elementos para o entendimento da espacialidade urbana. In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano III, nº **especial, 1989.**
3. ABREU, Marlon A. de. **O mercado imobiliário em Londrina, Marília e São José do Rio Preto:** análise comparativa do processo de estruturação intraurbano. 136f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2011.

[12] Em nossa tese (AMORIM, 2015, p. 394-409), especificamente nos apêndices, realizamos um mapeamento dos rendimentos salariais dos chefes de família, para Londrina e Maringá, dos censos de 2000 e 2010, nas seguintes faixas salariais: sem rendimento; de zero a três salários mínimos; de três a cinco; de cinco a dez; de dez a vinte e acima de vinte salários mínimos, o que demonstra e corrobora o argumento da segmentação mencionado neste estudo.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

4. _____. **Diferenciando o espaço e produzindo cidades**: lógicas e agentes da produção do espaço urbano em Ribeirão Preto/SP e Londrina/PR. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2014.

5. _____; AMORIM, Wagner Vinicius. **O estudo do mercado imobiliário em cidades médias:** procedimentos para coleta e sistematização dos dados. In: *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 297-323, 2014. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/10403. Acessado em 28 de março de 2015.

6. ALCANTARA, Danilo M. de. **Mudanças na produção do espaço urbano de Londrina (PR), São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG)**: análise comparativa da dinâmica imobiliária recente. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2013.

7. ALOCHIO, Luiz Henrique A. **Plano diretor urbano e estatuto da cidade**. Medidas cautelares e moratórias urbanísticas. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2010.

8. AMORIM, Wagner Vinicius. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias:** Londrina e Maringá (PR). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017a.

9. _____. **Abordagens e tipologias da produção imobiliária e do local como mercadoria.** In: *Mercator*, Fortaleza, vol. 16, nov. 2017b. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1626. Acessado em 5 de junho de 2018.

10. _____. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias:** Londrina e Maringá/PR. 413f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2015.

11. _____. **A produção social do espaço urbano em Londrina/PR:** a valorização imobiliária e a reestruturação urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2011.

12. ARCHELA, Rosely S.; THÉRY, Hervy. **Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos.** In: *Confins*, Paris, v. 3, p. 1-14, 2008. Disponível em: http://confins.revues.org/3483?lang=pt. Acessado em 31 de março de 2015.

13. BRENNER, Neil. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana.** In: *GEOUSP*, São Paulo, n. 33, pp. 198-220, 2013.

14. CANO, Wilson. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil.** In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 27, p. 29-57, 2010.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

15. COIMBRA, Aline F. **Análise comparativa do mercado imobiliário em cidades médias**: a oferta de apartamentos, casas e terrenos urbanos em Campina Grande/PB, Mossoró/RN e Passo Fundo/RS. 126f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2013.

16. COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**. Entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

17. CORDOVIL, Fabíola C. de S.; RODRIGUES, Ana L. **Segregação socioespacial e a negligência ao patrimônio construído:** legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá/PR (Brasil). In: *Scripta Nova.* Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, n. 418 (41). Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-41.htm. Acessado em 14 de agosto de 2013.

18. GIRARDI, Eduardo P. **Manual de utilização do programa Philcarto 4.XX para Windows.** Presidente Prudente: [s.n.], 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2013/geografia_artigos/manual_do_philcarto.pdf. Acessado em 31 de março de 2015.

19. GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. (2ª ed.). São Paulo: Edusp, 1997.

20. HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

21. LOGAN, John R.; MOLOTCH, Harvey L. **Urban fortunes**. The political economy of place. Los Angeles: University of California Press, 1987.

22. MELAZZO, Everaldo S. **Dinâmica imobiliária e processos de estruturação intraurbana em cidades de porte médio:** hipóteses e propostas de trabalho. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4500. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

23. _____. **Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil dos anos 2000.** In: *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. Especial (2), 2013, p. 29-40. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1118/507. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

24. QUERINO JR., Sidney. **A produção do espaço urbano e os programas de habitação de interesse social**: COHABs, CDHU e o Programa Minha Casa Minha Vida em Marília e Araçatuba. 224f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2017.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

25. SANTOS, Cintia P. dos. **Processo de verticalização em Londrina:** novas formas de produção e consumo de imóveis residenciais – 2000 a 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2011.

26. SILVA, Andressa L. **Edifícios de alto padrão e as estratégias de venda dos agentes imobiliários.** Um estudo de casos: Ecoville (Curitiba/PR) e Gleba Palhano (Londrina/PR). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, 2014.

27. SILVA, Beatriz F. e. **Quando o planejamento urbano conspira contra a cidade:** uma avaliação através da recente produção imobiliária de Maringá. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico*, São Paulo, 2013.

28. SILVA, Bruno L. B. da. **O mercado de terras urbanas e seu papel na produção e transformação do espaço intraurbano em cidades médias**: os casos de Ribeirão Preto/SP e São Carlos/SP. 112f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2015.

29. _____. **A dinâmica dos agentes imobiliários e suas estratégias fundiárias em cidades médias**: da reprodução do capital à reprodução das desigualdades socioespaciais. 216f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2018.

30. SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 [2001].

31. _____. **Região, bairro e setor geográfico.** In: _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

32. SPOSITO, Eliseu S. **Produção e a apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. 156f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 1990.

33. SPOSITO, Maria E. B. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro/SP, 1983.

34. TÖWS, Ricardo L. **O processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR), Brasil**: o Estado e o capital imobiliário na produção do espaço. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2010.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

35. _____.; MENDES, César M. **Projeto Eurogarden em Maringá (PR):** conflitos e estratégias na produção do espaço urbano. In: *Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT13_ricardo.pdf. Acessado em 9 de janeiro de 2015.

36. VILLAÇA, Flávio. **A terra como capital (ou terra-localização).** In: *Espaço & Debates.* São Paulo, n. 16, p. 5-14, 1985.

37. _____. **A terra como capital (ou terra-localização).** In: _____. *Reflexões sobre as cidades brasileiras.* São Paulo: Studio Nobel, Presidente Prudente, p. 25-40, 2012.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2018.1424.0002

TEMPOS E LUGARES DE BATUQUE: MANIFESTAÇÕES EM UMA CIDADE DO INTERIOR PAULISTA

TIMES AND PLACES OF BATUQUE: MANIFESTATIONS IN A COUNTRYSIDE TOWN OF SÃO PAULO/BRAZIL

TIEMPOS Y LUGARES DE BATUQUE: MANIFESTACIONES EN UNA CIUDAD DEL INTERIOR DE SÃO PAULO/BRASIL

Elisabete de Fátima Farias Silva
Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: lisafariasgeografia@gmail.com

Monique Marques Faria
Mestra em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: moniquemfaria@gmail.com

RESUMO

Em Rio Claro (SP), tambu e congada são manifestações do batuque que, ao com-viver pelos tambores, expressam valores da matriz africana diaspórica em acordos e tensões com outras racionalidades. Historicamente, a realização dos encontros de batuque passou por diferentes processos, demarcando tempos-lugares-corpos. A proposta deste artigo em delimitar os batuques "de antigamente" e os "de agora" parte da investigação realizada nas dissertações de Faria (2014) e de Silva (2016) com os relatos de batuqueiros, a partir dos quais se pode refletir sobre as seguintes questões: quais os lugares permitidos/proibidos aos corpos-batuqueiros e que estratégias são realizadas, no plano do urbano, para esconder, esquecer e deslocar tais corpos; e, por outro lado, quais são as respostas de r-existência a isto? Dessa forma, compreender estes processos consiste em registrar e pensar a geograficidade das relações estabelecidas entre os sujeitos e os lugares que perfazem e existem na manifestação do fenômeno, e, assim, produzir uma geografia que se preocupe com a realidade latino-americana voltada ao cotidiano e aos mundos de sentidos que se situam na encruzilhada de matrizes, tempos, lugares e corpos.

Palavras-chave: corpos, espaços de memória, lugar, batuque, Rio Claro/SP.

ABSTRACT

In Rio Claro (São Paulo state, Brazil), tambu and congada are manifestations of the batuque that, while living by the drums, express values of the diasporic African matrix in agreements and tensions with other rationalities. Historically, the accomplishment of the meetings of batuque went through different processes, marking times-places-bodies. In between "former batuques" and "batuques from now", we investigate by oral narratives: Which places are allowed/prohibited to the *batuqueiros* bodies and what strategies are carried out, in the urban plane, to hide, forget and displace such bodies, and on the other hand, what are

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

the strategies of r-existence to this? To understand these processes consists in registering and thinking the geographicity of established relations among the *batuqueiros* and places that accomplish and exist in the manifestation of the phenomenon and, thus, produce a geography that is concerned with the Latin American reality focused on daily life and the worlds of meaning which are at the intersections of matrices, times, places and bodies.

Keywords: bodies, memory spaces, place, batuque, Rio Claro/São Paulo state.

RESUMEN

En Rio Claro (estado de São Paulo, Brasil), tambu y congada son manifestaciones del batuque que, al con-vivir por los tambores, expresan valores de la matriz africana díaspórica en acuerdos y tensiones con otras racionalidades. Históricamente, la realización de los encuentros de batuque pasó por diferentes procesos, demarcando tiempos-lugares-cuerpos. La propuesta de ese artículo en delimitar los "batuques de antiguas" y los "batuques de ahora", parte de la investigación realizada en las disertaciones de Faria (2014) e Silva (2016) con los relatos orales de batuqueros, junto a los cuales se puede reflejar en las cuestiones: ¿Cuáles son los lugares permitidos/prohibidos a los cuerpos-batuqueiros y qué estrategias se realizan, en el plano urbano, para ocultar, olvidar y desplazar tales los cuerpos y, por otro lado, cuáles son las respuestas de r-existencia a eso? Comprender estos procesos consiste en registrar y pensar la geografía de las relaciones establecidas entre los sujetos y lugares que constituyen y existen en la manifestación del fenómeno y así producir una geografía que se preocupe con la realidad latinoamericana enfocada en el cotidiano y a los mundos de sentidos que se sitúan en la encrucijada de matrices, tiempos, lugares y cuerpos.

Palabras clave: cuerpos, espacios de memoria, lugar, batuque, Rio Claro/estado de São Paulo.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

INTRODUÇÃO

Expressão de uma comunidade que com-vive pelos tambores, os batuques são manifestações populares de origem africana, em tensão com outras racionalidades, e estão presentes em todo o território brasileiro. Historicamente, a realização dos batuques passou por diferentes processos, demarcando tempos-lugares-corpos.

Em Rio Claro, cidade do interior paulista, as manifestações tambu e congada são batuques que, pela memória dos mais velhos, revelam as relações estabelecidas no cotidiano entre sujeitos e lugares. Tanto a exclusão, a recusa e o silenciamento que levaram aos deslocamentos forçados, quanto a afirmação, a retomada e a valorização constituem esses processos, que não são, necessariamente, instituídos por alternância, mas sim por simultaneidade, já que tempos-lugares-corpos são adjetivados na função do com-viver.

A partir, então, do diálogo entre as dissertações *Valorização dos percursos negros no Brasil: perspectivas de educação nos territórios afro-rio-clarenses* (FARIA, 2014) e *Entre corpos e lugares: experiências com a congada e o tambu em Rio Claro/SP* (SILVA, 2016), este artigo tem por objetivo refletir acerca dos tempos e dos lugares de batuque, na cidade de Rio Claro, e as estratégias desenvolvidas para a realização e a permanência destas manifestações.

Silva (2016), na experiência com o batuque, buscou a geograficidade (DARDEL, 2011) deste fenômeno: a relação existencial do ser-e-estar-no-mundo dos batuqueiros que, escolhendo se manifestar entre corpos, tambores e rituais, fazem do espaço o lugar da manifestação. Faria (2014) presenciou, por anos, a retomada dos tambores e dos espaços simbólicos, em Rio Claro, e, dessa maneira, pôde entender a memória viva na oralidade dos batuqueiros e dos griôs da comunidade negra como meio de resistência e preservação das suas manifestações. Estudos que, neste artigo, dialogam a fim de permitir a compreensão do fenômeno, nessa cidade do interior paulista, que constitui tempos e lugares próprios.

Em ambas as dissertações (FARIA, 2014; SILVA, 2016), entendeu-se o batuque a partir de seus praticantes, por isso a relevância dada aos relatos orais e à vivência das pesquisadoras junto aos batuqueiros. Nesse quadro, Silva (2016) afirmou que batuque é um modo de ser-e-estar-com que revela um mundo de sentidos outros; não se trata, assim, de uma faceta cultural apenas, pois compõe a própria existência do ser corpo-batuqueiro: são corpos que se dispõem a com-viver pelos tambores. Ao cunhar o termo *com-viver*, Silva (2016) atenta para uma relação especialmente importante nas manifestações de batuque: um viver coletivo, um estar junto, próprio desta episteme constituída.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ainda assim, este artigo põe-se a desdobrar os estudos de Faria (2014) e Silva (2016) em diálogo com outros autores que tangenciaram essa temática e puderam contribuir para a discussão acerca dos batuques. Sobre isso, mais especificamente, Carneiro (1961, p. 27) explicou que, à época colonial no Brasil, o batuque era aplicado, indiscriminadamente, "ao conjunto de sons produzidos por instrumentos de percussão, em especial se considerados desarmônicos ou ensurdecedores", e que o termo tenha provável etimologia portuguesa, advindo do verbo *bater* (do latim *battuere, battere*). Já Nei Lopes (2006) cogitou a possibilidade de o batuque ser uma corruptela da expressão em quimbundo *bu atuka*, que significa "onde se salta ou se pinoteia". De qualquer modo, o que os portugueses denominavam, de modo genérico, por batuques não se tratava simplesmente de bailes ou de brincadeiras, mas sim de "uma diversidade de práticas religiosas, danças rituais e formas de lazer" (TINHORÃO, 1988, p. 45).

Nos batuques contemporâneos, está um vasto e diverso repertório das artes musicais negras que, ao longo do tempo, foram estabelecidas num diálogo entre distintos arquivos de matrizes africanas locais, nacionais e diaspóricas, inclusive, as dos europeus e ameríndios, com diversos alinhamentos, fricções e tensões (MAKL, 2011). No início do século XVIII, os batuques já chamavam a atenção da elite branca brasileira e, por consequência, também das autoridades policiais, pois, não se restringindo exclusivamente aos negros e à zona rural, contavam com uma significativa adesão de brancos e mestiços de "camadas mais baixas" da formação social brasileira da época (TAVARES, BARBIERI, SAMPAIO, 2012, p. 18).

Os batuques extrapolam o ato de tocar e dançar, tratando-se de um mundo de sentidos que parte de uma racionalidade outra – daí a constante vigilância e repressão. Muniz Sodré (1998, p. 18), a respeito das manifestações negras e do corpo negro que dança, interpretou que, por serem "uma inequívoca demonstração de resistência ao imperativo social (escravista) de redução do corpo negro a uma máquina produtiva", os batuques, sem sombra de dúvida, são "como uma afirmação de continuidade do universo cultural africano". Em outras palavras, o corpo negro controlado *para* a escravização não se deixou reduzir ao corpo-máquina, dadas as condições de violência e ausência de liberdade, e resistiu, com seu próprio corpo, a esta circunstância dando continuidade ao universo cultural africano em terras brasileiras, fazendo-se corpo que dança, corpo *para* o batuque.

Desde as diásporas africanas forçadas pela colonização até os dias atuais, situações e estratégias diversas constituíram os tempos e os lugares de manifestação dos batuques. Tais situações implicaram, e ainda implicam, diretamente nos corpos-batuqueiros e suas r-existências (PORTO-GONÇALVES, 2008). Proibições, perseguições e planejamentos urbanos contrários à lógica de encontro nos lugares do com-viver pelos batuques foram

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

empreendidos, por séculos, para que os tambores e os corpos fossem silenciados. Quijano (2010, p. 126) apontou que "a corporalidade é o nível decisivo das relações de poder. [...]. Nas relações de gênero, trata-se do corpo. Na raça, a referência é ao corpo, a cor presume o corpo". Assim, forçar o deslocamento dos batuques e prender tambores é uma relação de poder sobre os corpos-sujeitos que manifestam estes valores em r-existências.

O conceito de *r-existência* do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves é interessante para a compreensão pretendida nesta pesquisa quanto aos tempos e aos lugares de batuque, pois articula racionalidades e território. Ou seja, justamente o que Silva (2016) buscou trabalhar com modos de ser-batuqueiro no com-viver pelos tambores, e Faria (2014) com os percursos negros que produziram territórios afro-rio-clarenses. Por isso, mesmo que as autoras não tenham se valido especificamente desse conceito em suas dissertações, neste artigo, propõe-se que r-existência tenha uma força teórica capaz de mediar as discussões das autoras, e ainda proporciona tempos e lugares que sejam desvelados pela existência dos corpos-batuqueiros. Compartilha-se, portanto, do pensamento de Porto-Gonçalves, quando afirma:

> *Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 51, grifos nossos).*

Nesse sentido, tempos e lugares de batuque partem de uma racionalidade africana em terras brasileiras que não apenas reagem às circunstâncias das diásporas, da escravização, da segregação e da desigualdade, mas se fazem existir por outras formas, criando-se e recriando-se nos lugares (epistêmicos e geográficos). Porto-Gonçalves (2006, p. 51) ainda sintetizou: "Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo".

Como desdobramento da cultura africana, historicamente, os corpos-batuqueiros-negros foram inferiorizados e subjugados, em suas manifestações culturais e religiosas, por força da dominação colonial (CASTRO, 2013; DEAN, 1977; LÓPEZ, 2015). A despeito disto, os corpos-batuqueiros estabeleceram, estrategicamente, um uso social e simbólico de territórios (FARIA, 2014), nos quais compartilhavam mundos de sentidos comuns entre os seus, transformando-os em lugar de ser-e-estar coletivamente. Os vários deslocamentos forçados pelos quais foram submetidos por conta da escravização, da proibição de suas práticas e da circulação em certas áreas, assim como da segregação socioespacial em periferias, da perseguição policial e da tomada de lugares simbólicos, impulsionaram

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

estratégias para que a realização dos encontros de pares continuasse a acontecer pelas festas e pelas manifestações de batuques.

López (2015) enfatizou a dimensão diaspórica como força desse deslocamento, nas mobilizações negras, e como ela se vincula às políticas e às poéticas do corpo-espaço-tempo. Esta autora propõe uma antropologia política do corpo em perspectivas diaspóricas afro-latino-americanas que possibilite pluralizar as sociedades desta América. Em consonância a tal proposta, o mapeamento espaço-temporal dos batuques, em Rio Claro (FARIA, 2014; SILVA, 2016), via discussão dos tempos e dos lugares significados pelos corpos-batuqueiros, corrobora para se pensar modos outros de existência a partir dos corpos que buscam e praticam o com-viver pelos tambores (SILVA, 2016).

Por conseguinte, compreender, geograficamente, esses processos consiste em registrar e pensar as relações estabelecidas entre os sujeitos e lugares que perfazem e existem na manifestação do fenômeno, e, assim, produzir uma geografia que se preocupe com a realidade latino-americana voltada ao cotidiano, aos mundos e às diversas matrizes de racionalidades. Assim, entender os deslocamentos dos corpos no espaço permite apreender as estratégias e os conflitos assumidos nesse trânsito, que é limitado e conduzido por políticas – muitas vezes, sutis – quanto às permissões/proibições dos batuques.

O LUGAR DA MANIFESTAÇÃO

Em muitos e diversos lugares da América, este Novo Mundo inventado no compasso da colonialidade/modernidade (QUIJANO, 2005), o povo negro empreendeu estratégias e sofreu situações de confronto para r-existir e manter seus territórios, memórias e culturas (LOPES, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2008). Neste processo, novas relações sociais materiais implicaram, no mesmo movimento, na formação de novas relações intersubjetivas (QUIJANO, 1995). Mapear os lugares de memória da comunidade negra rio-clarense (CASTRO, 2013) e relatar tais existências é parte de uma geografia compromissada em compreender a formação socioespacial a partir de diversas matrizes e racionalidades outras: é buscar, para além do discurso homogeneizador da globalização e da modernidade (QUIJANO, 2005, 2010), os modos de vida pelos quais se estabelece outra lógica no espaço.

O fenômeno Batuque tem uma considerável amplitude na América Latina negra, fato que ora permite articular escalas continentais, ora necessita aprofundar-se na escala local para compreender as lógicas estabelecidas naquele espaço por aquele certo grupo de corpos-batuqueiros. Acredita-se que essa relação interescalar, a partir das experiências vivenciadas com o batuque e os corpos-batuqueiros, como trabalhados por Faria (2014)

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

e Silva (2016), possibilita um adensamento reflexivo necessário à geografia para não cair em generalizações ou pessoalismo (MARANDOLA, 2016). Assim, pensar o lugar da manifestação é conferir ao fenômeno batuque a circunstância da manifestação, constituída pela imbricação de diferentes escalas (espaciais e temporais), situações e racionalidades.

Na tese *Batuque de umbigada paulista: memória familiar e educação não formal no âmbito da cultura afro-brasileira*, Nogueira (2009) defendeu que o batuque nasceu entre o café e o açúcar. Se foi a exportação cafeeira que desenvolveu a província de São Paulo, então, por sua vez, foi a antiga manufatura açucareira, com seus engenhos, que introduziu a *plantation* no planalto paulista (DEAN, 1977; PETRONE, 1968). Nesses ciclos econômicos, a região do centro-oeste paulista tornou-se um grande polo de utilização do trabalho escravo negro: "mais do que o tamanho das terras, era o número de escravos que dava importância ao senhor de engenho" (PETRONE, 1968, p. 110). Esta quantidade de escravizados escondeu, num primeiro momento, a diversidade e as contribuições desses diferentes grupos étnicos para aquilo que, neste artigo, se trata por batuques.

A respeito das diásporas africanas, Bastide (1974) apontou que os bantos pertencentes a várias etnias do Congo, de Angola e de Moçambique foram a força motriz do Brasil colônia. Pelo imenso território brasileiro, os bantos legaram aos seus descendentes diversas formas de batuque, que, primeiramente, eram rurais e executados nos terreiros das fazendas dos senhores brancos, sendo, atualmente, manifestados em várias cidades de norte a sul do país (CARNEIRO, 1961).

Com a vinda das populações negras para as cidades, as danças ancestrais passaram da roça às periferias urbanas, conservando, ainda assim, o seu caráter intracomunitário coletivo (BUENO, TRONCARELLI, DIAS, 2015). Tal deslocamento é um processo que ainda acontece e abre uma série de discussões quanto à cultura no urbano, à aceitação e à recusa das manifestações ligadas ao tambor e à sua ancestralidade. Questões estas inerentes às manifestações *congada* e *batuque de umbigada*, pesquisadas por Silva (2016), e aos territórios simbólicos afro-rio-clarenses propostos por Faria (2014), que, por sua essência geográfica, provocam os seguintes questionamentos: qual o lugar do batuque? Quais os lugares permitidos/proibidos aos corpos-batuqueiros; e que estratégias são realizadas, no plano do urbano, para esconder, esquecer e deslocar tais corpos; e, por outro lado, quais são as repostas de r-existência a isto?

A esse respeito, Sodré (1998) relatou que a *crioulização* (ou o *mestiçamento*) dos costumes tornou menos ostensivos os batuques, o que obrigou os negros a novas táticas de preservação e de continuidade de suas manifestações culturais. Historicamente, os

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

batuques se modificaram, ora para se incorporarem às festas populares de origem branca, ora para se adaptarem à vida urbana.

Congada e batuque de umbigada, entendidos como batuques, em Rio Claro, pelos estudos de Silva (2016) em diálogo com os de Faria (2014), são manifestações nascidas da diáspora africana e possuem características e desdobramentos específicos nesse processo citado por Sodré. É de se destacar que a congada era considerada uma diversão honesta, para os negros escravizados, justamente pela estratégia adotada de se valer do sincretismo religioso com o catolicismo dominante à época colonial (ANDRADE, 1959; QUINTÃO, 2007; SILVA, 2016). Isto permitiu à congada tornar-se uma expressão bem aceita socialmente, ganhando adeptos, ainda na atualidade, por todo o Brasil, incluindo outros lugares, tempos e corpos à manifestação (SILVA, 2016). Já as "danças de umbigada" (CARNEIRO, 1961) espalharam-se pelo interior paulista, ao longo do vale do Médio Tietê, principalmente na região onde se localizam as cidades de Campinas, Tietê, Capivari, Piracicaba, Limeira, Rio Claro, São Pedro, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Jundiaí e Indaiatuba, entre outras localidades. Contudo, atualmente, as cidades que mantêm encontros frequentes de batuque são apenas Tietê, Capivari e Piracicaba (BUENO, TRONCARELLI, DIAS, 2016).

O BATUQUE EM RIO CLARO: DESLOCAMENTOS DE TEMPOS-LUGARES-CORPOS

Deve-se destacar por que Bueno, Troncarelli e Dias (2015) não incluíram Rio Claro como uma das cidades do centro-oeste paulista que, atualmente, manifestam o batuque de umbigada. Para isto, Faria (2014) e Silva (2016) são base para se compreender os deslocamentos de tempos-lugares-corpos sofridos em Rio Claro que fizeram com que, nos festejos do "grande Treze de Maio" – que atraíam batuqueiros de toda esta região, até fins de 1950 –, o batuque pelo tambu tenha diminuído tanto a sua frequência e adesão, e se configurasse tal como se dá agora.

Em Rio Claro, muitos dos lugares onde se aglomeravam famílias negras eram discriminados pelas autoridades locais e por grande parte da população, também composta de imigrantes italianos e alemães (DEAN, 1977). Estes bairros eram considerados lugar de desocupados, de gente perigosa – o lugar dos pretos. A imprensa rio-clarense denunciava estas localidades como espaços de indivíduos fora da ordem, que viviam em situação de desajuste social, sendo os negros, dessa forma, portadores de uma cultura em decadência, devendo ser vigiados e controlados (CASTRO, 2013; FARIA, 2011, 2014; NASCIMENTO, 2005).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Pereira (2008), na tese *Organizações e espaços da raça do Oeste paulista: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)*, defendeu que o movimento negro local necessitou empreender uma série de estratégias para passar dos "espaços intermitentes da raça" para ocupar os "espaços próprios da raça", construídos somente ao final dos anos de 1960, nesta cidade. Espaços intermitentes, pois os negros enfrentavam barreiras constantes em detrimento da realização de suas manifestações, ora por um discurso aberto de imposição e intolerância aparatado pela força policial, ora por discursos sutilizados em que, justamente, aquele lugar de manifestação sempre ganhava outra função, a favor do "desenvolvimento" da cidade, forçando a manifestação dos batuques a rearranjar-se no espaço. Foi o caso, por exemplo, da área conhecida por Quilombo, atual bairro do Estádio, onde foi inaugurada, em 1905, a igreja de São Benedito, em que, por conflitos com o padre, forçou-se o deslocamento dos batuques dali para outra área, a partir de 1923. Além disso, também houve o caso da área conhecida antigamente por Buracão, atual bairro Consolação, onde foi construída uma escola de origem alemã em detrimento dos batuques negros que lá aconteciam, destituindo a manifestação de seu lugar (FARIA, 2014; SILVA, 2016).

Pereira (2008), como socióloga, ainda denuncia que essa intermitência e posterior conquista de um espaço próprio, por sua vez, advinham sustentadas por um modelo político bipolar tácito, no qual a troca de favores se sobrepunha às necessidades sociais. Políticos e comerciantes brancos faziam o papel de agentes catalisadores das demandas da população negra. Num jogo nada igualitário de barganha por direitos e representatividade perante o poder político local, tudo o que era conseguido, para a população negra, tinha um acordo assinado e levado adiante por brancos.

Nesse processo de deslocamentos constantes, os lugares eram ressignificados pelos corpos-batuqueiros que persistiram com a manifestação do batuque pelo tambu até fins de 1950 e iniciaram o batuque pela congada nos anos 2000, na esteira da retomada da umbigada na cidade. Assim, a partir de Faria (2014) e Silva (2016), pensou-se este fenômeno, em Rio Claro, em dois momentos, por apresentarem mudanças substanciais quanto aos sujeitos e aos lugares envolvidos: os "batuques de antigamente" e os "batuques de agora", tais como expressos nas falas dos batuqueiros registradas por Silva (2016).

Contudo, mesmo em face dos diversos deslocamentos ocorridos, esses tempos e lugares não são estanques e apartados, mas continuamente rememorados (RICOUER, 2014) pela comunidade, como aprofundaram Faria (2014) e Silva (2016). Tempos e lugares de batuque são cantados, nas músicas de batuque de umbigada e congada, e contados pelos seus mais velhos, quando, pelo encontro de pares em tempos e lugares "de antigamente", se

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

fazem também no "de agora", significados na oralidade e na musicalidade dos corpos que com-vivem pelos tambores, r-existindo, assim, os primeiros batuques ancestrais.

Para dar conta da experiência geográfica vivida que revelou outra lógica estabelecida entre corpos e lugares pelo batuque, Silva (2016, p. 144) cunhou o termo *com-viver*, que seria a essência coletiva e coletivizadora que abrange o fenômeno batuque: "Sem essa essência do com-viver, do reunir para celebrar a vida com seus pares, o batuque só é mera representação de uma expressão da cultura afro-brasileira". Assim, com-viver expressa um modo de ser-e-estar que envolve batuqueiros e tambores, na relação existencial de corpos e lugares. Por sua vez, o termo com-viver (SILVA, 2016) e o conceito r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006) se comunicam, neste artigo, a fim de tornarem compreensíveis os deslocamentos sofridos pelo batuque em Rio Claro, a partir da negação deste modo de ser e estar *com* tambores.

Na espacialidade do fenômeno batuque, o deslocamento acontece na inseparabilidade de tempos-lugares-corpos (LÓPEZ, 2015). Para Arboleda (2007, p. 473), deslocamento se presta a tirar do lugar, negando o direito de existência, que seria "arrancar de la tierra, desenraizar del paisaje, romper el paisanaje [...] Es también cortar la savia, arrancarnos del árbol que nos une y da sentido a nuestra existencia, porque nosotros somos como un tronco con todas sus ramas y se nos está matando la posibilidad de los renacientes". Nesse quadro, os deslocamentos forçados impõem uma ruptura no tempo-espaço existencial da manifestação ao coibir as práticas de batuques, o que implica, diretamente, na segregação dos corpos-batuqueiros-negros, sendo uma ameaça proposital aos saberes e às práticas ancestrais (FARIA, 2014).

Ao dar ênfase no deslocamento de tempos-lugares-corpos nos batuques, o conceito geográfico de lugar torna-se muito valioso quando pensado como espaço acolhedor (DARDEL, 2011), de realização de laços sociais imediatos, vividos e memorizado nos corpos (ARBOLEDA, 2007). Nesse sentido, nos batuques, os lugares são *para* estes corpos e tempos, lugar de com-viver e de r-existência demarcado pelo simbolismo da natureza à luz da cosmovisão africana (OLIVEIRA, 2006, 2007). Por isso, os batuques aconteciam naquele solo, no rio, junto àquela árvore, próximos ao cruzeiro, em certo campo aberto ou em dada encruzilhada. São espaços de memória (CASTRO, 2013) que relacionam tempo-lugares-corpos para a comunidade que com-vive pelos tambores.

Nesse com-viver, valores outros compõem essa relação existencial de corpos e lugares. A epistemologia da filosofia africana se manifesta como ética pela prática ancestral das comunidades de tambor, nos batuques pelo Brasil, e desvela outras racionalidades

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

rememorada nestes encontros coletivos guiados por tambores: "A tarefa é vislumbrar o que o reconhecimento da Forma Cultural Africana pode contribuir para uma crítica devastadora da tradição ocidental de pensamento e, na outra face, construir/reconhecer experiências éticas da maior importância para o mundo contemporâneo" (OLIVEIRA, 2012, p. 36). Por Forma Cultural Africana, Oliveira (2007, 2012) entende o escopo cultural presente na narrativa dos sujeitos no espaço, dando condições para a produção de sentidos territorializados, que tem a ancestralidade como conceito de unidade por excelência. O estudo de Faria (2014) tangencia essa forma cultural ao trabalhar com territórios simbólicos afro-rio-clarenses como espaços de valorização do percurso dos negros no Brasil.

Ao se batucar no pé de uma figueira, rememora-se também a natureza africana, em seu tempo e lugar, não como passado longínquo, mas como ancestralidade a se fazer, no corpo-batuqueiro que se é. A concepção africana de circularidade totalizante (MOURÃO, 1995) possibilita conceber que tudo nasce e se destrói indefinidamente, tudo renasce de maneira ininterrupta, por isso, a tradição é viva (HAMPATÉ BÁ, 2010) e se faz no tempo-lugar-corpo com o que se é agora, acrescida das novas gerações e situações.

Mourão (1995), ao abordar as múltiplas faces da identidade africana, afirma que, para os bantos, as noções de lugar e tempo são a mesma palavra (*Hantu*), e ajudam a compreender os sentidos das manifestações de matriz africana presentes, atualmente. São expressões em que a força (prática de ser-e-estar-com) e a matéria (base materializada da realização humana) se apresentam unidas, sem as separações ocidentais de sagrado e profano, natureza e seres humanos, alma e corpo (OLIVEIRA, 2006, 2007). Por isso, "é lúcido afirmar, portanto, que a tradição, por sua riqueza e complexidade, obriga a trabalhar com vários níveis de profundidade" (MOURÃO, 1995, p. 14).

Tal como analisado por Leda Martins (2003) no enfoque do corpo-encruzilhada dos congadeiros, compartilha-se que, na tradição africana, o tempo presente é aquele que faz acontecer o passado e o futuro: é o tempo *para* com-viver. O *logos* em movimento recria o ritual, "restitui e revisa um círculo fenomenológico no qual pulsa, na mesma contemporaneidade, a ação de um pretérito contínuo, sincronizada em uma temporalidade presente que atrai para si o passado e o futuro e neles também se esparge, abolindo não o tempo, mas a sua concepção linear e consecutiva" (MARTINS, 2003, p. 79).

Assim, pela oralidade dos corpos-batuqueiros de agora, é possível trazer ao presente um evento do passado em toda a sua totalidade (MOURÃO, 1995), tal como rememorada. A própria noção de circularidade africana remete ao que se fez, foi e, por isso, é. Os "batuques de agora", ao serem comemorados e rememorados coletivamente pela narrativa (RICOUER,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

2014) dos tambores, permitem que os sujeitos se façam tempo-lugar de ancestralidade (OLIVEIRA, 2007). Portanto, assegurar os lugares de batuque é assegurar os corpos e as memórias que lhes dão existência, tanto quanto permitir/recusar estes corpos é, por conseguinte, reverberar/silenciar os tambores que vibram no tempo-lugar-corpo.

BATUQUES DE ANTIGAMENTE: POEIRÃO E MADRUGADA, UM CHAMADO A SETE-LÉGUAS

Contextualizar a presença dos batuques no Brasil remonta ao tempo e ao espaço das senzalas, das roças e dos quilombos, assim como dos quintais e dos terreiros de bairros periféricos onde residia a população afrodescendente. Tanto na atualidade quanto antigamente, os encontros de batuques são a possibilidade de estar entre iguais, mesmo que advindos de culturas distintas (LOPES, 2006), e, construindo um mundo comum de sentidos, firmar uma comunidade.

Nesse âmbito de criação de sentidos entre corpos e lugares, a partir do com-viver pelos tambores, rememoram-se tradições africanas e constituem-se as tradições afro-brasileiras. Nos batuques, os tempos e os lugares se cruzam: origem e desdobramentos, o que foi e o que será, a força da coletividade pela r-existência dos sujeitos, as vidas que se encontram no que é ser-e-estar agora.

Os "batuques de antigamente", em Rio Claro – aqui apontados, quanto à trajetória de espacialização e costumes, até fins da década de 1950 –, são assim considerados devido a uma ruptura na festa do tambu (em comemoração ao Treze de Maio) e à mudança de lideranças e lugares desta manifestação. Associada à forte pressão da elite branca, por intermédio de aparatos policiais, à expansão da área urbana da cidade rumo às regiões mais periféricas onde se concentravam as manifestações e a desacordos internos na comunidade negra,[1] a grandiosa festa do tambu deixou de ser realizada, em Rio Claro, tal como era feita sistematicamente, ano após ano.[2]

[1] […] esse entrevero aí foi colocando coisa na cabeça das pessoas contra meu pai. Aí, o pessoal chegou e disse: "A partir de hoje, nós vamos tirar a festa. Que a gente acha que você tá ganhando dinheiro com isso [...] Meu pai passou o instrumento pro pessoal, porque eles não tinham, e, por cargas d'água, quando parou, depois desses três anos que eles estavam tirando a festa, quando parou, eu corri atrás do instrumento. Eu fui ver quem é que estava com o instrumento, aí tinha sempre aquela coisa: "Não, o instrumento não está comigo, está com fulano". Aí, eu ia na casa do fulano: "Não, comigo não ficou". Aí, pensei: tem qualquer coisa errada nisso aí. […] Final, né, filha: a festa que o pessoal começou a fazer começou a ter muito entrevero com mulheres, entende? Aí, a esposa de um descobriu, e o que ela fez? Colocou o instrumento no meio do quintal, tacou o machado e tacou fogo! (Malvino, em entrevista à SILVA, 2016). Fato divulgado também em Nascimento (2005).

[2] Tem-se, em Nascimento (2005), que uma festa de tambu fora realizada, por volta da década de 1970, na frente do clube negro Tamoyo, mas este foi um evento esporádico. Tal como acontecia na década de 1950, não se teve mais registro, em Rio Claro. Acredita-se, contudo, que o tambu não parou totalmente. Famílias batuqueiras ainda mantinham a manifestação em seus terreiros, no seio familiar, tal como apontou a griô dona Diva (SILVA, 2016).

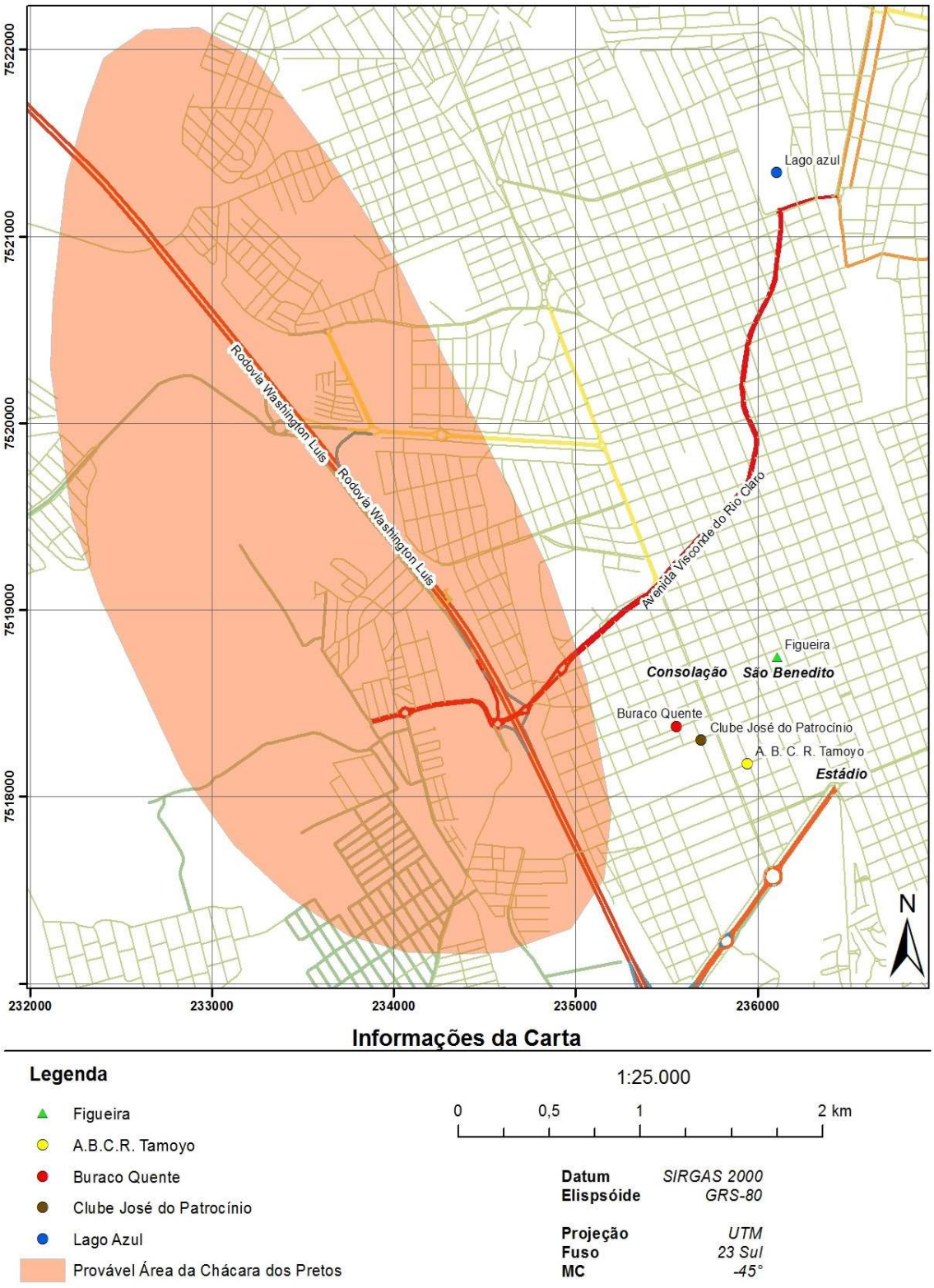
Revista da Anpege ISSN 1679-768X

As memórias dos mais velhos, nos dias de hoje, percorrem os tempos do poeirão e do batuque enfezado na Chacrinha dos Pretos (região de maior concentração da população negra pós-abolição), na praça de São Benedito, ao pé da figueira branca (quando, antes da construção da igreja dedicada a este santo negro, a área era conhecida como Quilombo), no Buraco Quente, na Vila dos Apertados e no Buracão (atuais bairros do Estádio, da Boa Morte e Consolação), onde se reuniam batuqueiros de várias cidades do centro-oeste paulista. Ou ainda, antes disso, no período da escravidão, quando o tambu era tocado na Mata Negra (atual distrito de Ajapi), no Quilombo da Cabana do Mato ou no Quilombo das Mulheres (atual Centro Cultural de Rio Claro, Lago Azul) (FARIA, 2014).

Com base nos relatos orais que destacaram tais espaços de memória (CASTRO, 2013), Faria (2014, p. 51) construiu um mapa dos territórios simbólicos afro-rio-clarenses (Figura 1), com destaque para os lugares onde ocorriam diversas tradições afro-brasileiras, como o tambu, relembrado nos "batuques de antigamente":

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 1: Territórios simbólicos afro-rio-clarenses.



Fonte: Faria (2014, p. 51).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Faria destacou, em sua dissertação, a concentração dos territórios simbólicos nas regiões mais periféricas da cidade, longe dos centros de desenvolvimento e também do controle policial, onde era possível a livre manifestação das diversas expressões do com-viver dessa população predominantemente afrodescendente. Com o passar dos anos, tais regiões tornaram-se áreas de interesse da expansão urbana, fortalecida pela chegada de imigrantes, fator que contribuiu para a intensificação da pressão da elite branca sobre tais territórios afro-rio-clarenses.

O momento dos "batuques de antigamente" é relembrado pela batuqueira Eunice Becém ao descrever os bons tempos do batuque de umbigada:

> *[…] Nossa! Aquele barulhão, aquele poeirão, aquele batuque, e o povo dançando, né… Vinha aqueles batuqueiros de Piracicaba, de Limeira, de Catanduva e vinha as batuqueiras de longe pra dançar, porque o Treze de Maio era aqui, né… Era no Treze de Maio que fazia o samba. Antes, era qualquer dia, mas, antes, era Treze de Maio que fazia o samba, o tambu. Nossa! A mulherada com aquelas saionas compridas, turbante na cabeça, e dançava. Nossa! Eu gostava de ver! E o chão ainda não era cimento, era tudo terra mesmo, aquele poeirão que levantava, sabe, a noite inteira… E a gente ia assistir. Nós ficava em cima da calçada, porque o Buracão era embaixo, era uma descida, então a gente ficava em cima olhando. Tinha aquelas barracas, vinho quente, quentão, batida, pipoca. Nossa! (SILVA, 2016, p. 65).*

O senhor José Ariovaldo Pereira Bueno, capitão da congada, também se recorda do batuque de umbigada de antigamente, em Rio Claro, quando a cidade tinha um batuque tão renomado que atraía a população negra de toda a redondeza da região do centro-oeste paulista. Destaca-se que não era permitido que crianças participassem do batuque, dado o horário e a tradição de a umbigada ser um gesto de celebração da fertilidade – o ventre como primeira boca e primeira casa (BUENO, TRONCARELLI, DIAS, 2015) –, e, mesmo assim, o garoto Ariovaldo era atraído pelo tambu:

> *Eu morava em Santa Gertrudes. Era criança de tudo, saía de lá e vinha dançar o tambu aqui. Depois, aliás, com o preconceito racial, o tambu veio aqui para o Consolação, antigo Buraco Quente, hoje, atual Consolação (SILVA, 2016, p. 65).*

Ariovaldo, ainda menino à época, se lembra das décadas de 1940 e 1950, quando os lugares de batuque sofreram deslocamentos forçados por conta do preconceito racial. Ele relatou o último lugar em que se realizou a festa do Treze de Maio, porém, anteriormente, o tambu já havia passado por outros processos de deslocamento, tal como discorreu Faria (2014), embasada, principalmente, nos relatos da griô dona Ângela, já falecida, e do senhor Ailton, filho do batuqueiro responsável por fazer a grande festa de tambu em Rio Claro, até a década de 1950, sendo ele também criança, na época dos grandes festejos.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ailton, de família toda batuqueira e de muito conhecimento sobre o tambu, é conhecido, na realidade, pelo nome do pai, Malvino, e ainda ganhou mais um adjetivo, Mestre. Foi o Sr. Ailton, o Mestre Malvino, que descreveu a dinâmica da festa de grandes proporções nos "batuques de antigamente":

> *– [...] da época do meu pai, é o que foram passando pra ele, veio vindo, né? Pra mim, a festa ele fazia pra lembrar – porque esta festa era feita sempre no dia treze de maio. Religiosamente, treze de maio, não tinha outra data. O que eu ouvia ele falar era que esta data era pra lembrar o problema dos escravos, lembrar da música, da cultura africana, coisa que não poderia deixar morrer, entende? E eu sinto, porque, quando parou... Eu sinto não ter uma idade mais avançada, porque, quando parou o tambu, eu tinha 8-9 anos […] A festa era feita num campo de futebol, entende? [...]. E era tudo iluminado né! Tudo iluminado!*
>
> *[Entrevistadora:] – E onde era a festa?*
>
> *– Ah, filha, cada ano era num lugar. Eu teria que ir com você e mostrar onde era...*
>
> *[Entrevistadora:] – E o que vendia, lá, de gostoso?*
>
> *– Ixi! Tinha tudo! Cachorro quente, quentão, batata doce, pipoca, essas coisas. O pessoal vendia tudo, e tinha bastante comida típica também.*
>
> *[Entrevistadora:] – Entendi, tinha bastante coisa para comer! [risos]*
>
> *– É, porque a festa começava às 11[da noite] e terminava 5 horas da manhã!*
>
> *[Entrevistadora:] – E tinha canja?*
>
> *– Tinha, tinha! O pessoal fazia... [...] Era pra fortificar. Depois de tocar, de umbigar e cantar a noite inteira, precisa, né, filha? (SILVA, 2016, p. 66).*

Entre outros relatos, os batuqueiros comentam quando, na madrugada, o sete-léguas mandava chamar e, ao longe, na cidade – à época, ainda não tão povoada, naquela região –, ouvia-se a festiva batucada. Isto justifica o tambor tambu também ser conhecido, entre os mais velhos, como sete-léguas, devido à distância alcançada por sua potência sonora. Os pontos, cantados de improviso, narravam os encontros memoráveis de negros a com-viver pelos tambores, em que se cantava a situação vivida, o cotidiano, a paquera, as rinchas, as tristezas e a força de um povo, ou seja, ancestralidade do tempo-lugar-corpo a se fazer em cada encontro.

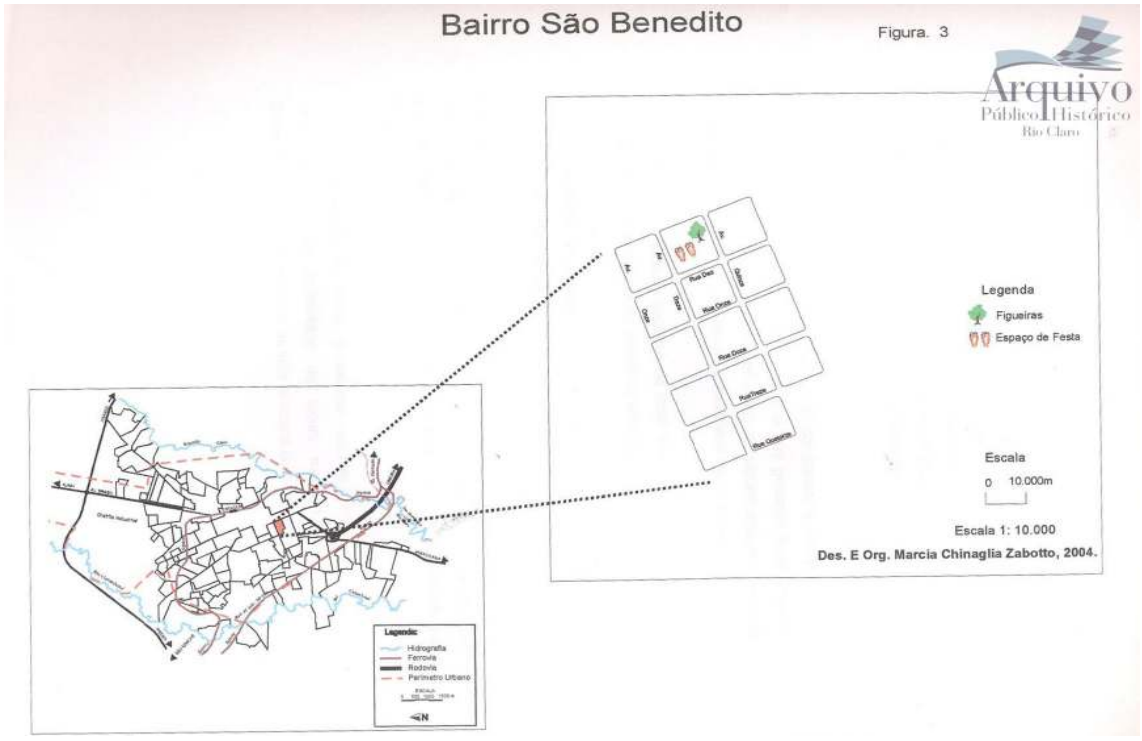
Em *Os espaços negros na cidade de Rio Claro/SP*, Nascimento (2005) mapeou os bairros onde existia a manifestação tambu. Tal pesquisa surgiu por meio do contato desta pesquisadora com apresentações do grupo de congada, que estavam em pleno vigor nesta cidade, nos anos 2000. Como alguns dos integrantes da congada daquele período também tinham conhecimento do tambu, por descendência e ancestralidade, Nascimento (2005) entrevistou setes batuqueiros, com o que construiu um trabalho que colocou em diálogo tambu e congada. Entende-se que esta autora respeitou os tempos e os espaços distintos das manifestações que, em Rio Claro, se encontram na encruzilhada do batuque (SODRÉ, 1998), como mundo de sentidos da comunidade negra que aciona espaços de memórias (CASTRO, 2013).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Nascimento (2005), em seus mapeamentos (Figuras de 2 a 6), pôs em evidência os batuques realizados junto às figueiras. Dessa pesquisa, em diálogo também com as de Castro (2013), de Faria (2014) e de Silva (2016), entende-se que a figueira é a demarcação de um tempo-lugar-corpo, é o símbolo vivo da tradição, pois se batuca *com* e *para* esta árvore sagrada, plantada pelos negros em sinal de conexão com seus ancestrais. No entanto, os deslocamentos forçados impostos às manifestações ignoram este território afro-simbólico cultivado (FARIA, 2014) e designam para tais áreas outras funções urbanas em detrimento a uma história de existência naquele lugar.

A escala dos mapas de Nascimento (2005) é em nível de rua, tal qual o relato dos sujeitos de pesquisa, delimitando exatamente as quadras do batuque – normalmente, em grandes terrenos de terra carpidos e sem muitas construções próximas, devido à batucada ocorrer noite adentro. Abaixo, o mapeamento dos "batuques de antigamente" que aconteciam nos bairros de São Benedito (Figura 2), Consolação (Figura 3), Estádio (Figura 4), Vila Aparecida (Figura 5) e Boa Morte (Figura 6).

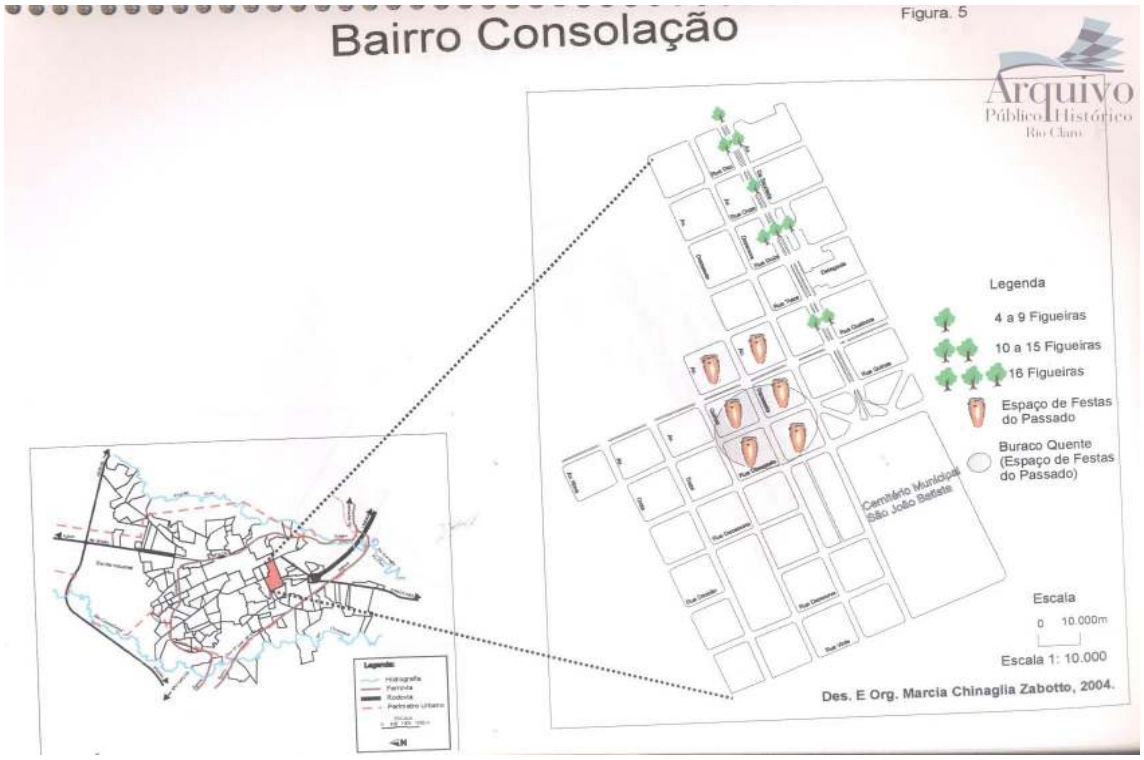
Figura 2: Bairro São Benedito – a área já era conhecida como Quilombo, dada a grande quantidade de pessoas negras residentes ali. Após a construção da igreja, construída bem em frente à grande e simbólica figueira branca, foi proibido que os tambores tocassem.



Fonte: Nascimento (2005, p. 46).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 3: Bairro Consolação – área próxima à avenida da Saudade, com suas muitas figueiras.



Fonte: Nascimento (2005, p. 54).

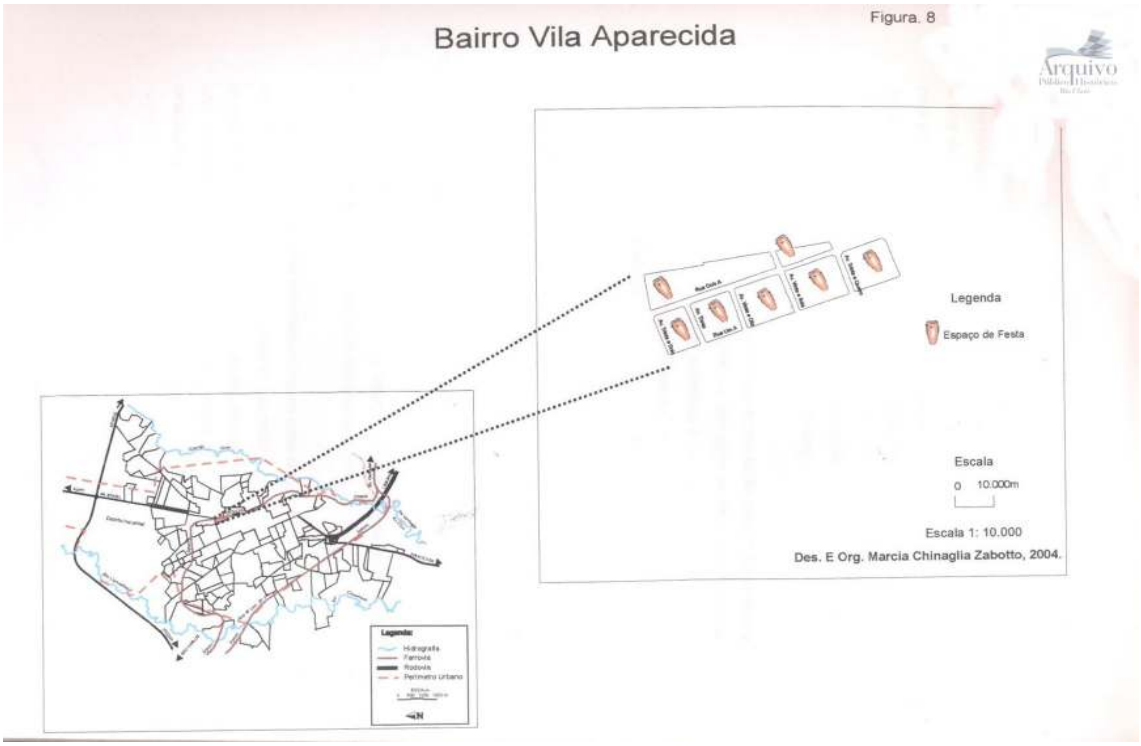
Figura 4: Bairro do Estádio – uma parte do chamado Buraco Quente. É uma grande extensão de área onde o tambu foi tocado por muito tempo, próxima aos atuais clubes sociais negros construídos na década de 1960, demarcando estes espaços de memória.



Fonte: Nascimento (2005, p. 55).

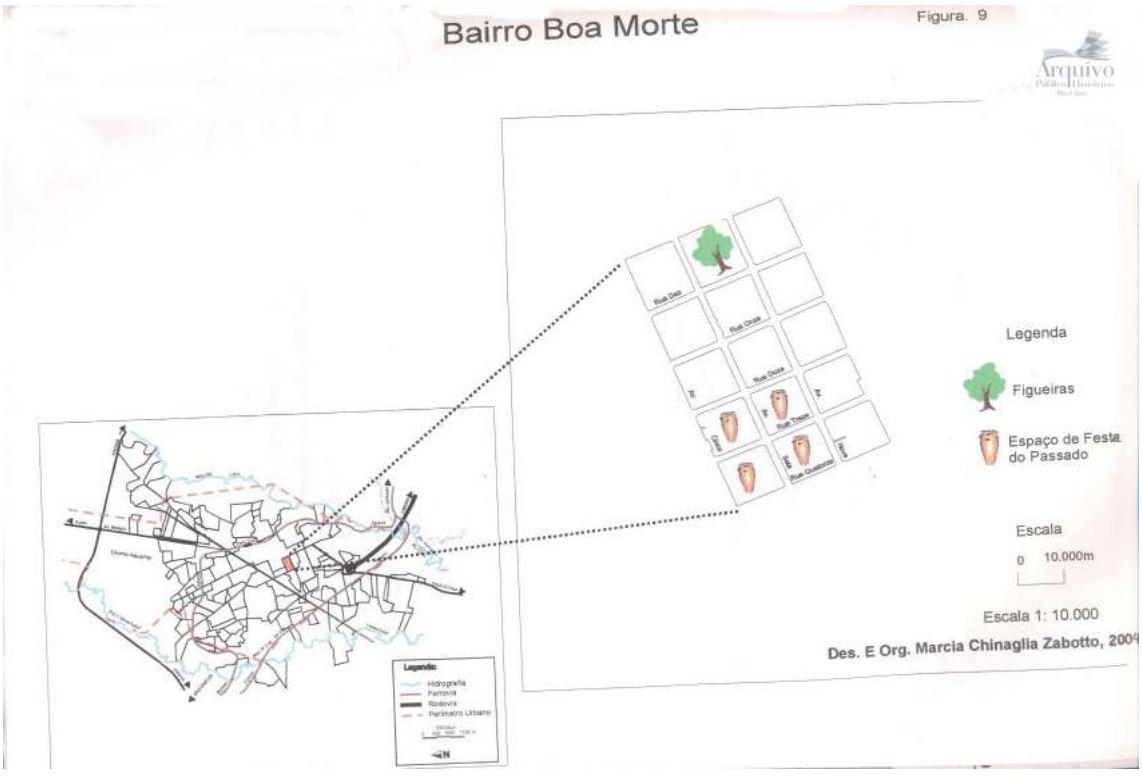
Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 5: Vila Aparecida – área onde morava a família que "puxava" as festas e detinha os tambores, por volta de 1950.



Fonte: Nascimento (2005, p. 60).

Figura 6: Boa Morte, o conhecido Buracão, onde as últimas grandes festas do Treze de Maio aconteceram, encerrando os "batuques de antigamente", com o silenciamento dos tambores por algumas décadas.



Fonte: Nascimento (2005, p. 46).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ressalta-se que esses lugares de batuque não foram simultâneos, na temporalidade dos "batuques de antigamente". Cada um deles sofreu políticas de deslocamentos forçados[3] da manifestação: "Com a desapropriação de terras, casos de polícia, construção de igrejas e escolas, o tambu em Rio Claro perdeu seus lugares de existência" (SILVA, 2016, p. 70). E perder o lugar de existência constitui, exatamente, um ataque aos corpos-sujeitos em seu com-viver e r-existência.

Ironicamente, a série de fotografias que se tem sobre os batuques de umbigada, na década de 1950, em Rio Claro, foi justamente financiada por mando policial. Leite (2011) analisa as fotografias de Rodolpho Copriva, que datam dos tambus de Treze de Maio de 1952 (Figura 7), de 1953 (Figura 8) e de 1955 (Figura 9), ano da última grande manifestação deste tipo de batuque na cidade, até ser recuperada, em 1974, com a criação do grupo de congada de São Benedito Rio-Clarense (a ser trabalhada em "batuques de agora").

Figura 7: Fotografias do tambu, de 1952, registrado por Rodolpho Copriva a mando da polícia.



Fonte: Leite (2011, p. 184-187).

[3] Encontra-se, em Silva (2016) e Faria (2014), um detalhamento mais aprofundado desses deslocamentos forçados.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 8: Fotografias do tambu, de 1953, registrado por Rodolpho Copriva a mando da polícia.



Fonte: Leite (2011, p. 187-189).

Figura 9: Fotografia do tambu, de 1955, registrado por Rodolpho Copriva a mando da polícia.



Fonte: Leite (2011, p. 190).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Leite (2011, p. 189) explica que "assim como em outros lugares do interior, a cidade de Rio Claro demarcou, na década de 1950, uma ofensiva das elites locais contra esta prática [batuque]". A ida do fotógrafo Copriva aos batuques foi um pedido da polícia, com fins de tornar substancial a acusação feita por parte da população, incomodada com os encontros de tambu (como é conhecido o batuque de umbigada, nesta cidade, e tal como se denomina o grande tambor que leva esta manifestação).

O cerceamento sofrido pelas práticas de batuques foi enfatizado por Sodré (1998, p. 14), quando comentou que "como em toda a história do negro no Brasil, as reuniões e os batuques eram objeto de frequentes perseguições policiais ou de antipatia por parte das autoridades brancas". Estas perseguições são ainda lembradas nas modas cantadas dos "batuques de agora", tal como nos versos abaixo, ouvidos num batuque de umbigada:

> *"Na sua festa eu não vou*
> *Nem que mande me avisar*
> *Nem que me mande convidar*
> *A festa tava tão bão*
> *O delegado fez parar*
> *O delegado fez parar".*[4]

Antes mesmo de se fazer um batuque, já havia a necessidade de ir à delegacia e pedir a autorização policial para a realização do "samba" – como eram, nesse período, registradas as festas de batuque, e como, desta mesma forma, eram divulgadas pelos jornais (CASTRO, 2013; NASCIMENTO, 2005; PEREIRA, 2008). Desde o fim do século XIX, antes da abolição da escravidão no Brasil, até mais da metade do século XXI, permaneceu dessa maneira: em relação à manifestação do batuque, a autorização, a supervisão e a repreensão eram casos de polícia. Nascimento recorda que

> *No código de Posturas de 1867 ficam proibidas, no âmbito urbano, "[...] as cantorias e danças conhecidas vulgarmente como batuques, sem pedido de licença da autoridade Polícia, sob pena de multa de 20$ a cada um dos participantes, sendo dispensado o ajuntamento. Na reincidência sofrerá o dono da casa 4 dias de prisão e os demais 24 horas" (NASCIMENTO, 2005, p. 19).*

Divanilde de Paula, a dona Diva, griô da comunidade negra rio-clarense, sempre comenta sobre os instrumentos e batuqueiros que foram apreendidos pelos policiais, e que esta opressão sofrida seria uma das principais justificativas para a pausa e o recolhimento do tambu entre os "batuques de antigamente" e os "batuque de agora", em Rio Claro (SILVA, 2016). O medo, a repreensão, os mandos e os desmandos da elite branca – ou seja, o preconceito – marcaram os tempos-lugares-corpos dos batuques.

[4] Moda cantada por Plínio (BUENO, TRONCARELLI, DIAS, 2015, p. 176).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Entre idas e vindas, ocultamentos e exposições, o tambu, em Rio Claro, tem registros orais de festas antes mesmo de 1905, ano de inauguração da igreja de São Benedito. Esta igreja fora construída com o objetivo de abafar as manifestações culturais do povo negro que aconteciam ao pé da figueira branca, na área conhecida então como Quilombo, dado o aglomerado de negros que ali viviam (FARIA, 2014; NASCIMENTO, 2005). Supõe-se que, pelo histórico escravagista dessa cidade (DEAN, 1977), o tambu tenha ocorrido muito antes, entretanto, devido à marginalização desta manifestação, a tradição oral não fora registrada e acabou por se perder no tempo, com a morte dos batuqueiros mais antigos. Por isso, os dados que se tem sobre os batuques do início do século XX são os relatos orais de membros da comunidade negra a falar sobre seus pais e avós, e também do que ouviram sobre seus bisavós, além dos registros policiais de 1952, 1953 e 1955, em fotografias de Copriva (LEITE, 2011).

Para Silva (2016, p. 79), o batuqueiro Ailton reiterou o preconceito sofrido e apontou, com pesar, o fim dos grandes batuques de Rio Claro, destacando a afronta dos negros em se organizar de maneira tão grandiosa, transformando o espaço aberto de insegurança em lugar de acolhimento da liberdade humana (DARDEL, 2011), em nome da coletividade e da afirmação da ancestralidade que com-vive pelos tambores:

> *– A questão do racismo era bravo, era forte.*
> *[Entrevistadora:] – O senhor acha que hoje melhorou?*
> *– Com relação à festa, sim.*
> *[Entrevistadora:] – Eles sentiam como uma afronta fazer uma festa tão grande assim, né?*
> *– Ah, era...*
> *[Entrevistadora:] – E como que o pai do senhor ficou, quando parou de tirar a festa?*
> *– Ah, ele ficou muito mal, porque aquilo era a vida dele. Ele não fazia aquilo com intuito de ganhar dinheiro ou de ganhar nada, sabe? Era a vida dele!*

A opressão policial é também uma questão política, econômica, histórica e social. Por mais que o cerceamento da polícia não tenha sido o único responsável pelo recolhimento dos batuques, em Rio Claro, por cerca de quatro décadas, este cerceamento se somou às forçantes dos deslocamentos, à segregação e aos abafamentos capazes de silenciar este movimento público de com-viver pelos tambores. Reprimir esses encontros de tambor irrompe em calar um próprio modo de vida, como expresso no relato acima, e, por conseguinte, consiste em calar a existência de outros mundos de sentidos encarnados no tempo-lugar.

Silva (2016) esclarece que, quanto aos "batuques de antigamente" que se referem à congada, não se encontrou, na fala dos sujeitos, nenhuma alusão a um grupo mais antigo, em Rio Claro. O capitão do Grupo Folclórico Congada e Tambu de São Benedito Rio-Clarense, Ariovaldo, afirmou que aprendeu sobre a congada com um senhor branco

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

chamado Barbosa, natural de Minas Gerais e que foi morar em Rio Claro por volta do ano de 1974,[5] com quem viajou duas vezes para se apresentar em outras cidades. No entanto, esse grupo logo parou, e, nos anos 2000, decidiu-se iniciar um grupo de congada de São Benedito com o que o senhor Ariovaldo havia aprendido brevemente com o senhor Barbosa, aproveitando a retomada do tambu na cidade por iniciativa da irmandade negra local.

Contudo, no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, encontra-se uma fotografia, sem datação, de um grupo de moçambique – manifestação que compartilha algumas semelhanças com a congada (Figura 10). Mesmo nessa autarquia, não se tem informação a respeito deste registro histórico:

Figura 10: Lê-se, na legenda: "Escravos do Visconde do Rio Claro em trajes para dançar o 'moçambique'. Com violas, tambores e pandeiro, homens e meninos negros estão vestidos com roupas características das manifestações congada/moçambique (roupas brancas, saias, chapéus enfeitados de flores)".



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (2015) (SILVA, 2016, p. 80).

[5] De acordo com o capitão Ariovaldo, o Grupo Folclórico Congada e Tambu de São Benedito foi fundado em 1974, por comando de um mineiro de nome Barbosa. Nascimento (2005) e jornais da cidade apontam que a criação da congada, em Rio Claro, se deu depois dos anos 2000. Nesta dissertação, segue-se a fala do senhor Ariovaldo, o que, mesmo assim, configura a manifestação como "batuques de agora", em Rio Claro.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Além dessa fotografia do Arquivo Público, sobre a qual não se tem conhecimento de ter sido abordada por outros pesquisadores, Nascimento faz um levantamento interessante:

> *Segundo informações do "Grupo Banzo",[6] antigamente, em Rio Claro, um pouco depois das primeiras ocupações de expansão do oeste do estado, existiam outras manifestações folclóricas que até chegaram a ser estudadas por membros da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mas, depois, muita coisa sumiu com a transferência de um campus para outro. As manifestações eram o moçambique e a congada (NASCIMENTO, 2005, p. 53).*

Acerca do exposto acima, não foi encontrado nenhum documento que pudesse embasar o levantamento de Nascimento (2005), além desse registro iconográfico do acervo do Arquivo Público, do qual não se obtiveram mais detalhes ou relações com outros escritos, pesquisas e imagens. Os batuqueiros também mencionaram não ter conhecimento, em Rio Claro, a respeito de grupos de congada ou moçambique anteriores aos que o capitão Ariovaldo relatou. Em autores que se dedicaram a pesquisar a manifestação congada (ANDRADE, 1959; RABAÇAL, 1976), não foi encontrado nenhum registro da existência histórica desta manifestação, na cidade de Rio Claro.

É válido destacar que, nas festas negras cujos objetivos eram promover o encontro entre a comunidade de tambor, havia – como ainda há – a interação e as trocas culturais de um lugar para o outro, assim como de uma manifestação para a outra (BUENO, TROCARELLI, DIAS, 2015). Os batuqueiros mais antigos comentam que, entre seus familiares, era comum a prática da visitação em festas religiosas nas cidades de Tietê, Pirapora do Bom Jesus, Piracicaba e São Paulo – cidades em que se sabe da existência de ternos de congadas datados do começo do século XX –, e, em muitas delas, se convidavam e se recebiam grupos de fora, até mesmo os de Minas Gerais, estado brasileiro onde a congada é uma manifestação muito expressiva. Deste modo, nessas visitações, aprendia-se sobre as diversas manifestações a ponto de recriá-las em locais onde não se tinha uma tradição antiga para, assim, reviverem-se os valores das comunidades de tambor em diversos lugares, formando uma rede estabelecida no movimento de trocas de conhecimentos e repetição de experiências. Nesta dinâmica cultural, os conceitos de circularidade e oralidade se apresentam ainda mais conectados à tradição viva como ela é, sempre em renascimento, pois sempre é tempo-lugar de se fazer presente pelos corpos que r-existem nesse mundo de sentidos dos batuques.

[6] "O Grupo Banzo, encabeçado pelo pesquisador já falecido Paulo Rodrigues, surgiu oficialmente no ano de 1976, com um propósito sociocultural". Fonte: Visite Rio Claro. Disponível em <http://www.visiterioclaro.com.br/ interna.php?idm=10&coract=1&matt=636>. Acesso em: 18 junho 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

"BATUQUES DE AGORA": OUTROS TEMPOS-LUGARES-CORPOS

> *A partir do final da década de 90, assistimos, com muita alegria, a uma reversão gradual daquele quadro preocupante. O batuque de umbigada volta a crescer! Um fator importante para essa expansão foram as ações em torno da conscientização política de comunidades negras de algumas cidades do oeste paulista, com a propagação de agendas antirracistas e a promoção e valorização de heranças culturais regionais de matriz africana, como o batuque de umbigada, a congada e o samba de bumbo (BUENO, TRONCARELLI, DIAS, 2015, p. 249).*

O que, neste artigo, se denominam os "batuques de agora" são as manifestações do tambu e da congada, a partir dos anos 2000, na cidade de Rio Claro, e, de certa maneira, o fortalecimento do batuque em toda a área do centro-oeste paulista. De acordo com os autores supracitados, a organização das comunidades negras, a partir da abertura política, foi um fator importante para essa retomada do tambu, que, não apenas em Rio Claro, mas também em outras cidades da região batuqueira, sofrera o silenciamento de seus tambores ancestrais.

Nascimento (2005), Faria (2014) e Silva (2016), a partir da coleta de relatos, abordaram que, em 2003, por influência de integrantes da Irmandade de São Benedito e do Conselho da Comunidade Negra (CONERC), o tambu passou a ser ensaiado no pátio da igreja de Sant'Ana, no bairro da Saúde, e decidiu-se re-viver o grupo de congada, em Rio Claro. O capitão Ariovaldo relatou esses novos tempos do batuque pelo tambu e congada, nesta cidade, fazendo menção à respeitada e já falecida griô dona Olga, que fora uma importante liderança nesse processo:

> *Então, a Olga dizia: "Olha, morreu o tambu aqui, em Rio Claro. Meus pais, meus avôs eram do tambu... Vamos renovar o tambu?" Então, eu disse: "Sim, vamos!" Então, nós começamos a ensaiar ali, na igreja de Nossa Senhora de Santana. Nós começamos a ensaiar no quintal com umas cinco ou seis pessoas, mais ou menos... E tinha missa afro, que a dona Olga era presidente da comunidade, da pastoral. E nós começamos a ensaiar ali. Depois, teve um probleminha lá... um padre muito bom, o padre Zezinho Pizonha, muito bom... mas teve um probleminha, que eles iam precisar do quintal. Então, nós começamos a ensaiar aqui, no ginásio de esportes. O Quintino que nos trouxe, mas não ensaiava lá dentro, ensaiava aqui fora. Então, não tínhamos instrumentos, nada, sabe? Pra cantar, tinha um cavalete, e uma senhora, bem de idade já, por nome de Nicinha [Eunice Becém], ela batia nos cavaletes pra começar a ensaiar a umbigada, o tambu. Aí, eu disse: "Dona Olga, escuta, vamos pôr a congada?" E ela disse: "Mas como é que faz?" Eu falei assim: "Se a senhora está renovando o tambu, vamos renovar a congada também!" Ela disse: "Você que sabe, então vamos!" "Olha, precisamos dos pauzinhos pra bater no ensaio", e ela concordou com tudo. Começamos a catar pau de vassoura, dividia eles no meio assim... E eu comecei a ensinar o que eu tinha aprendido. Até hoje, então, foi indo, foi indo, foi indo... e existe a congada, até hoje (SILVA, 2016, p. 82).*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Para a batuqueira Eunice, por exemplo, a congada seria uma continuidade do tambu, já que ambas as manifestações tinham integrantes em comum:

> *[Entrevistadora:] – E como foi o começo da congada?*
> *– Do tambu, né? Depois do tambu, virou pra congada... Quem vinha vindo mais pra frente assim, começaram a bater pauzinho, bater pauzinho assim, você já viu, né? E era gostoso, eu gostava de dançar de pauzinho. Agora, de pauzinho, eu dancei no tempo da Olga. A gente ia no ensaio, então, a gente batia pauzinho... Ah, eu me sentia! A roupa rodada, né? Eu sempre fui vaidosa… (SILVA, 2016, p. 82).*

Resumidos os contextos, na fala do capitão Ariovaldo e na percepção do dançar da batuqueira Eunice, assim se iniciou a decisão do acontecer dos "batuques de agora". Mesmo sem instrumentos, os negros da Irmandade de São Benedito decidiram retomar o tambu[7] e iniciar a congada. Para tanto, valeram-se do que tinham em mãos: cavaletes, paus de vassoura, tambores outros que não o tambu, e ora o quintal de uma igreja, ora outro. Fato é que o fizeram. Outras manifestações, por falta de recursos financeiros, físicos e humanos, também se utilizaram de outros elementos para atingirem o acontecer da manifestação, mesmo que com prejuízos à maneira original de tocar, dançar e também do lugar de sua realização. Sodré atesta que essa fluidez e dinamicidade, entre os instrumentos e as pessoas, são próprias do fazer e do consumir cultural popular, o que possibilita que o samba não pare:

> *No meio natural do samba, todo instrumento podia tornar-se musical: pratos, pentes, latas, caixas de fósforo, chapéus etc. E a organização própria do ritmo não impedia a abertura do processo musical à participação das pessoas, isto é, não separava radicalmente as instâncias de produção e de consumo, permitindo a intervenção de elementos novos, da surpresa, no circuito da festa (SODRÉ, 1998, p. 52).*

Na obra *Batuque de umbigada: Tietê, Piracicaba e Capivari/SP* (2015), organizada por uma associação de pesquisadores que estiveram vinte anos junto às comunidades batuqueiras das cidades de mais destaque quanto à realização e à continuidade dessa manifestação no interior paulista, aponta-se que, historicamente, fora nomeada por "tradição antiga da caiumba, que depois passou a batuque ou tambu, e, na boca dos folcloristas, a batuque paulista. Hoje, a união de batalhões prefere *batuque de umbigada*" (BUENO, TRONCARELLI, DIAS, 2015, p. 273).

[7] Bonifácio (2010, p. 56), que acompanhou o processo em Rio Claro, contrapõe que "é importante ressaltar o entendimento de que uma manifestação tradicional somente é possível quando determinados elementos estão presentes e se respeita uma liturgia em sua realização. Haver os tambores é quesito fundamental nesse processo. Em 2000, quando alguns membros da comunidade tentaram retomar o batuque, uma timba servia como tambu, um atabaque como quinjengue, a matraca era tocada em um cavalete de madeira. O guaiá era um chocalho do pokemón Pikachú, como recorda Daniel Moi. Malvino, na ocasião, se recusou a participar dessa tentativa por considerar não haver condições mínimas. Como dizia: 'Não vou jogar pra baixo aquilo que meu pai deixou no auge'".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Rio Claro consta, nesta obra, como uma das cidades onde, tradicionalmente, se tinha o tambu – tanto que muitos relatos foram colhidos de batuqueiros e seus descendentes, referindo-se ao prestigioso Treze de Maio, nesta cidade, que era de uma atratividade tal capaz de chamar, a muitas léguas, os batuqueiros de todo o oeste-paulista para Rio Claro. Porém, os pesquisadores justificam que, na atualidade, Rio Claro não consegue – tanto quanto Tietê, Piracicaba e Capivari – manter os batuques com frequência e agregar a comunidade. Para se compreender tal esmorecimento do tambu, em Rio Claro, fez-se necessário ressaltar os tempos e os lugares desta manifestação, já que estes sofreram deslocamentos forçados e, nos dias presentes, configuram-se de outra maneira, não mais como as grandes festas do Treze de Maio das décadas de 1950. O tambu, todavia, ainda vibra pelo grupo de congada e por outros corpos-batuqueiros que se reúnem, em Rio Claro, e também participam de batucadas mais movimentadas e atrativas, nesta região.

Acompanhando a circulação dos "batuques de agora", Silva (2016) aponta que, atualmente, por mérito da comunidade organizada, a manifestação do tambu ganhou outros espaços: agora, é encontrada em livros, documentários, reportagens em jornal e revista; tem *site* na Internet e *shows* marcados; está nas escolas, em exposições e em diversos projetos. Os "batuques de agora", a partir dos anos 2000, compreendido nos processos de continuidade-ruptura, ocultamento-exposição, têm por referência a ancestralidade da tradição que, viva como é, produz – ao mesmo passo em que é produzida – novos tempos-lugares-corpos.

O batuque de umbigada, como "batuque de agora", ganhou muitos batuqueiros brancos, muitas mulheres tocadoras, muitos *flashs* e curiosos. O tambu ganhou chão cimentado, microfone, gravação de *compact disk* e publicação de livros (MORETTI, 2012; BUENO, TRONCARELLI, DIA, 2015; BONIFÁCIO, DIAS, 2016). Além do Treze de Maio, de poderem participar homens e mulheres que não estejam com roupas próprias à manifestação (homens com calças compridas e mulheres com saias compridas) e da presença das crianças, no presente, o tambu ganhou alguns elementos e perdeu outros, como: a improvisação de pontos, a resposta nas cantorias demandadas, o contato com o chão de terra, o conhecimento sobre a produção dos instrumentos e o vínculo com as gerações negras mais novas (pelo menos, no caso de Rio Claro). Todavia, é sabido que algumas famílias mantêm, em seu seio, esta tradição e organizam batuques que não são divulgados, o que não demanda grande estrutura e intervenções tecnológicas para a sua realização (FARIA, 2014). Assim, a manifestação se mantém tanto em grandes *shows* e exposições da umbigada, para que a população geral tome contato com ela, quanto nos terreiros batidos de famílias batuqueiras, em reuniões mais íntimas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Já a congada, como "batuque de agora", em 2018, é composta, em sua maioria, de senhoras brancas que dançam e que afirmaram não ter nenhuma tradição ou conhecimento anterior às manifestações da cultura negra. O núcleo dos integrantes que tocam os instrumentos percussivos (caixas, surdos, repique e guaía), por sua vez, é de batuqueiros negros que participam de outras manifestações, como o samba e o tambu, e têm tradição familiar nos batuques. A congada do presente se apresenta mais em festas religiosas em outras cidades do que, propriamente, em Rio Claro, e tem a liderança e o carisma na figura de seu capitão.[8] Da pesquisa de Nascimento (2005) para a de Silva (2016), na congada rio-clarense, muitos integrantes e elementos foram alterados, visto que este se configura como um grupo de grande fluxo de pessoas e trocas culturais.

Geograficamente, os "batuques de antigamente" se posicionavam em grandes terrenos vazios próximos aos bairros residenciais pobres e periféricos, o que proporcionava à festa adentrar a madrugada na cadência dos muitos corpos chamados a com-viver pelos tambores. Os "batuques de agora" se deslocam para áreas principais, mas sem referência entre pares e obedecendo às regras sociais ali impostas, sendo que estas, muitas vezes, travam o ritual, como ocorre, por exemplo, na dificuldade de se ocupar as ruas para compor cortejos, fazer fogueiras e realizar os batuques madrugada adentro. Então, mesmo que os "batuques de agora" (tanto a congada quanto o tambu) aconteçam numa área de destaque na cidade e possam ter mais visibilidade, isto não significa, necessariamente, que as manifestações sejam mais bem compreendidas ou procuradas pela comunidade negra; ainda assim é já uma possibilidade de se dar visibilidade a estes modos de existir que, pelo batuque, manifestam mundos de sentidos outros.

Os "batuques de agora" também se consolidaram nos "espaços próprios da raça" (PEREIRA, 2008), principalmente, no clube social negro Tamoyo (SILVA, CASTRO, 2015), onde os batuques têm voz e vez, sendo um lugar onde a prática e os saberes da tradição africana encontram lugar e se estabelecem sem tantas oposições.

ENTRE TEMPOS-LUGARES DE "ANTIGAMENTE" E "AGORA"

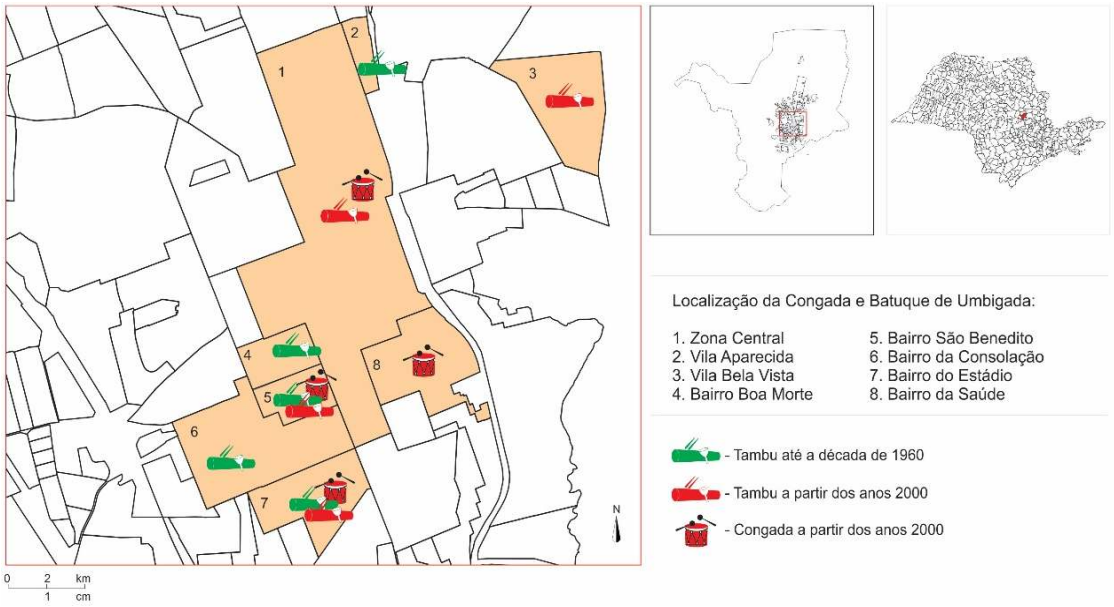
Silva (2016) elaborou um mapa (Figura 11) da manifestação da congada e tambu, em Rio Claro, dividindo os batuques em "do passado" e "do presente", dos quais, neste artigo, se fez uma releitura para "de antigamente" e "de agora". Metodologicamente, esta pesquisadora

[8] O senhor Ariovaldo se afastou dos ensaios do Grupo Folclórico Congada e Tambu de São Benedito Rio-Clarense no final de 2017, devido à sua idade (87 anos). Contudo, ele ainda vai às festas mais tradicionais de congada, quando o grupo rio-clarense é convidado. Atualmente, quem coordena o grupo é a senhora Nordilia, que já participava desde 2014. O senhor Ariovaldo será o eterno capitão da congada de Rio Claro, tamanho é o respeito que se tem a ele e a tudo o que fez, nesses anos de dedicação.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

procurou com-viver com os batuqueiros, conhecer suas festas e seus costumes, ouvir os sujeitos e estar nos lugares que eram referências na/da memória, para, então, relacionar os relatos aos registros de outros autores (CASTRO, 2013; DEAN, 1977; FARIA, 2011, 2014; NASCIMENTO, 2005). Foram considerados, no mapa, aqueles bairros onde as manifestações de batuques se apresentavam com frequência temporal significativa, sendo lembradas por vários batuqueiros. A congada, por exemplo, já se apresentou em outros bairros, e o tambu também já fora realizado em outras áreas, mas, por serem estes eventos esporádicos e não terem uma relação efetiva com o local, não foram localizados no mapa seguinte.

Figura 11: Localização dos bairros de Rio Claro em que havia manifestação do tambu até fins de 1950 ("batuques do passado") e dos bairros em que há manifestação do tambu e da congada a partir dos anos 2000 ("batuques do presente").



Fonte: Silva (2016, p. 88).

Silva (2016) analisa, a partir do mapa acima, que, em Rio Claro, o tambu diminuiu e alterou sua área de manifestação dos "batuques de antigamente" comparada aos "de agora" (2, 4, 5, 6 e 7 para 1, 3, 5 e 7). A congada, por sua vez, tem sua manifestação localizada temporalmente apenas como "batuque de agora", a partir dos anos 2000, nas áreas 1,5, 7 e 8.

Pelo mesmo motivo que o tambu acontecia na Vila Aparecida (bairro 2, na legenda), por ocasião de um batuqueiro detentor dos tambores "puxar" a manifestação para próximo de sua residência, tal como apontado por Nascimento (2005), entre 2014-2016, o batuque de umbigada ocorria pelo menos duas vezes ao ano, no bairro Bela Vista (bairro 3, na legenda).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A partir de 2012, o grupo/projeto "No Terreiro do Tambu" fez vários encontros, nas áreas 5 e 7, levando o batuque de umbigada para eventos diversos, inclusive, para um público que não havia tido contato com esta manifestação (FARIA, 2014). No Clube Tamoyo (7, na legenda), os batuqueiros desse projeto desenvolveram um grande trabalho, em 2013.[9] Em 2014, os integrantes do grupo já haviam diminuído a quantidade de apresentações públicas, e, em 2015 e 2016, estas foram bem poucas.

O Grupo Folclórico Congada e Tambu de São Benedito Rio-Clarense também manifesta o batuque de umbigada, mas, como já mencionado, não se apresenta muito na cidade de Rio Claro. Por isso, explica-se que o bairro da Saúde (8, na legenda) foi onde, em 2003, a congada iniciou e o tambu foi retomado por este grupo, ensaiando no pátio da igreja Sant'Anna. No bairro São Benedito (5, na legenda), o grupo já se apresentou diversas vezes e com motivos variados, tanto em apresentações de congada quanto de tambu. Entre idas e vindas, o bairro do Estádio já foi lugar de reunião, ensaio e apresentação do grupo do capitão Ariovaldo. Desde fevereiro de 2016, o grupo folclórico ensaia na área central da cidade (1, na legenda) e, por vezes, também lá se apresenta em festividades cívicas do município.

Destaca-se que os lugares comuns à congada e ao tambu, e aos tempos de manifestações "de antigamente" e "de agora", são os bairros do Estádio e do São Benedito (7 e 5, na legenda), sendo estes conhecidos, antigamente, como Quilombo. Nestes bairros, estão situados alguns espaços que dão suporte à realização dos batuques, ainda na atualidade: o clube social negro Tamoyo e a igreja e a praça de São Benedito. Também nestes espaços se fazem as comemorações referentes ao dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, feriado em Rio Claro. Contudo, por outros motivos além deste feriado, os batuques também acontecem nesses bairros e, mais especificamente, nesses pontos (Tamoyo e praça de São Benedito).

Do mapa de Silva (2016), depreende-se também que, apesar das estratégias terem sido realizadas para que os lugares dos "batuques de antigamente" perdessem sua força – ou mesmo que, por motivos internos aos batuqueiros, as manifestações tenham se deslocado para outros lugares –, os "batuques de agora", a partir de 2000, ainda se espacializam próximos aos lugares da manifestação anterior aos fins de 1950.

[9] 2013 foi o ano em que a organização não governamental Cruzeiro do Sul, da qual Ivan Bonifácio é presidente, foi contemplada para aplicar os recursos que lhe foram destinados pelo Programa de Ação Cultural (PROAC) do estado de São Paulo. Então, por meio deste financiamento, foi possível organizar, quinzenalmente, encontros de tambu, no clube social negro Tamoyo, além de uma grande festa de encerramento, na praça de São Benedito, no bairro do Estádio (FARIA, 2014; BONIFÁCIO, 2016).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mapeamento de Silva (2016), percebe-se que os "batuques de antigamente" ficavam restritos às áreas conhecidas como "bairros de pretos", afastados perifericamente dos "bairros de brancos". Os "batuques de agora", no entanto, tomam também as áreas centrais da cidade de Rio Claro.

Os "batuques de antigamente" foram estimados até fins da década de 1950, enquanto os "batuques de agora" se dão a partir dos anos 2000, o que expressa um vazio de quatro décadas entre esses tempos-lugares-corpos de batuque. Compartilha-se, pelos relatos das pesquisas (FARIA, 2014; SILVA, 2016), que os tambores e os corpos não necessariamente foram silenciados por completo, já que houve uma ocultação desta manifestação no seio das famílias negras, dado o contexto vivido de grande preconceito e perseguição por parte da elite branca local. Assim que possível, os batuques voltaram a marcar seus espaços, e os corpos-batuqueiros ressignificaram seus lugares e tempos de r-existência. Os "batuques de agora", ainda recentes e com uma maior movimentação pelo espaço da cidade, ganharam outros tempos-lugares-corpos e estão a constituir existências que escolhem com-viver pelos tambores. Todavia, mantêm-se conectados pela ancestralidade dos primeiros tempos-lugares-corpos em um tempo circular.

Informações atualizadas mostram que, nos anos de 2017 e 2018, os batuques pelo tambu e pela congada continuaram se manifestando, em Rio Claro. O tambu foi tocado, algumas vezes, no clube social negro Tamoyo, no bairro do Estádio, e também em áreas centrais, quando de eventos culturais nessa cidade (Figura 12). A congada permanece se apresentando, majoritariamente, em outras cidades a convite de cortejos católicos. Conquanto, nesses dois últimos anos, ambos os grupos se apresentaram juntos por duas ocasiões, fortalecendo o movimento do batuque, em Rio Claro. Entende-se que tambu e congada se encontram na encruzilhada (SODRÉ, 1998), com origens diferentes e propósitos comuns, sujeitos e lugares de manifestação diversos, mas que, em alguns momentos, confluem.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 12: Participação da congada e do tambu, em Rio Claro, em 28 de abril de 2018, no fechamento da "Semana de Ogum: a cultura africana entre nós", organizada pela Diretoria de Políticas Públicas e pela Secretaria de Cultura de Rio Claro. Esta apresentação aconteceu no Jardim Público, área comercial central. De vestes laranja e azul, alguns integrantes da congada umbigam-se ao som do tambu, que também contou com a contribuição dos batuqueiros convidados de Piracicaba (de branco e vermelho).



Fonte: Acervo das autoras (2018).

Quiçá os sujeitos continuem esses processos de deslocamento, ruptura-continuidade e ocultamento-exposição dos batuques, demarcando tempos-lugares-corpos, e, se necessário, constantemente, refazendo tal mapeamento e repensando os tempos e os lugares de batuque. O importante é, entretanto, registrar tais situações que compõem as geografias do cotidiano de corpos que com-vivem por racionalidades outras. Urge dar voz aos sujeitos e seus espaços de memória, construindo uma Geografia Sul, compromissada com sua realidade e com os fenômenos aqui situados, com suas diferentes matrizes (ANJOS, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2008).

A tradição africana viva (HAMPATÉ BÁ, 2010) continua no chamado-resposta das músicas negras originadas pelas diásporas (MAKL, 2011). No movimento de r-existência, o

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

batuque ainda atrai corpos que se percebem batuqueiros no contato com as manifestações, por isso, a relevância de os tambores também expandirem e ocuparem novos espaços e sujeitos, sem, no entanto, perderem os espaços de memória tradicionais da comunidade negra (CASTRO, 2013). O tambor do tambu ou da congada, deitado no chão de terra ou levado nos cortejos católicos, é capaz de despertar nos sujeitos um modo de ser que lhes fora tirado quando da proibição dos "batuques de antigamente", provocando uma aderência (DARDEL, 2011) a esta realidade existencial.

O chamado para existir e com-viver pelos tambores é aceito por sujeitos de ascendência negra, próxima ou não, que escolhem ser-e-estar com o batuque, afirmando-se nos lugares. Nesse sentido, manter os batuques é uma provocação, uma invocação, uma convocação aos corpos e aos tempos-lugares. Assim, essa provocação também se deu na encruzilhada de conceitos e teorias pela qual se buscou articular a complexidade e a riqueza do fenômeno batuque. Para tanto, trabalharam-se corpos-sujeitos e corpos-batuqueiros que se diferenciam na aderência das manifestações.

Temporalmente, "batuques de antigamente" e "batuques de agora" foram distinguidos para se posicionarem pontos de interseção dessa encruzilhada, onde existem convergências e dissonâncias. Por fim, a geografia das manifestações foi abordada em diversas categorias espaciais, pois se acredita que são espaços, territórios e lugares que se entrecruzam nas significações atribuídas aos batuques. As manifestações foram compreendidas tanto na análise da categoria do espaço, que se refere à amplidão, à abertura e às possibilidades, quanto no território vivido, delimitado politicamente pelos saberes da comunidade, e do lugar, menção ao acolhimento e à pertença da realização da condição humana (DARDEL, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2008).

Ainda que se tenha tratado de Rio Claro como recorte de pesquisa, em vista do enfoque na dinâmica do espaço e das estratégias impostas ao deslocamento com impacto na região do oeste-paulista, as manifestações de batuque acontecem e se reconhecem por toda a América Latina (LÓPEZ, 2015; MAKL, 2011; QUIJANO, 1995, 2010), e não apenas conformam-se contrárias a uma exterioridade, mas existem perante elas. Os batuques, entre corpos e lugares, existem em seu modo outro de ser-e-estar-com, constituindo r-existências de saberes e territórios (PORTO-GONÇALVES, 2008; FARIA, 2014) ao com-viver pelos tambores (SILVA, 2016).

Por fim, considera-se que dominar o espaço é um desdobramento da dominação dos sujeitos que ali existem. Limites, fronteiras, zonas de exclusão, catracas, arquiteturas que acolhem ou rejeitam certas práticas e modos de ser implicam, certamente, na recusa

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

de certas existências corporais. O corpo-batuqueiro necessita de um lugar para acender a fogueira que afinará os robustos tambores, precisa de espaço para que os casais rodopiem e para que a vibração dos tambores ecoe, falando aos que sabem ouvi-los. Desta forma, perder o lugar da manifestação ou recorrer à delegacia para pedir licença, tal como se dava nos "batuques de antigamente", é uma limitação da existência dos corpos que se fazem pelo/no batuque. É privar-lhes o movimento, determinando onde podem e não podem ser-e-estar-com. Alterar direções e distâncias que fixam territórios simbólicos (FARIA, 2014), forçando os corpos ao deslocamento, é promover a perda da localização daquele lugar de sentido: "Novamente a geografia, sem sair do concreto, empresta seus símbolos aos movimentos interiores do homem" (DARDEL, 2011, p. 14).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, M. **Danças dramáticas no Brasil**. V. 2. São Paulo: Livraria Martin Editôra: 1959.
2. ANJOS, R. S. A. **Cartografia a diáspora África-Brasil**. In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, 2011, p. 261-274.
3. BASTIDE, R. **As Américas negras**. São Paulo: EDUSP, 1974.
4. BONIFÁCIO, I. S.; DIAS, P. **Terreiros do tambu**: histórias sobre os tambores no batuque de umbigada. Rio Claro: Associação Cruzeiro do Sul, 2016.
5. BUENO, A. P.; TRONCARELLI, M. C.; DIAS, P. (org.). **Batuque de umbigada**: Tietê, Piracicaba, Capivari/SP. São Paulo: Associação Cultural Cachuera! 2015.
6. CARNEIRO, E. **Samba de umbigada**. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1961.
7. CASTRO, B. A. C. de. **Patrimônio cultural e territorialidade negra em Rio Claro/SP.** In: *Espaço & Geografia*, v. 16, n. 2, 2013, p. 557-57.
8. DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. HOLZER, W. (trad.). São Paulo: Perspectiva, 2011.
9. DEAN, W. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). POTINHO, W. M. (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
10. FARIA, M. M. **Resistir e fixar**: a formação de negros territórios e suas manifestações na cidade de Rio Claro/SP. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Geografia). IGCE, UNESP, Rio Claro/SP, 2011.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

11. _____. **Valorização dos percursos negros no Brasil**: perspectivas de educação nos territórios afro-rio-clarenses. 2014. Dissertação de Mestrado (Educação). UNESP, Rio Claro/SP, 2014.

12. HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (org.). *História geral da África I: metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-202.

13. LEITE, M. E. **Fotografia e documentação no interior paulista:** o "batuque de umbigada" por Rodolpho Copriva. In: *Discursos Fotográficos*. Londrina, v. 7, n. 11, 2011, p. 175-195.

14. LOPES, N. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

15. LÓPEZ, L. C. **O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas.** In *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, n. 43, 2015, p. 301-330.

16. MAKL, F. L. **Artes musicais na diáspora africana:** improvisação, chamada-e-resposta e tempo espiralar. In: Outra Travessia, Florianópolis, n. 11, 2011, p. 55-70.

17. MARTINS, L. M. **Performances do tempo e da memória:** os congados. In: *O Percevejo* – Revista de Teatro, Crítica e Estética, Rio de Janeiro, v. 11, n. 12, 2003, p. 68-83.

18. MORETTI, E. S. **A umbigada do Mestre Aggêo**. Barueri: Secretaria de Cultura e Turismo, 2012.

19. MOURÃO, F. A. A. **Múltiplas faces da identidade africana.** In: *África* – Revista do Centro de Estudos Africanos, São Paulo, v. 18, n. 1, 1995, p. 5-21.

20. OLIVEIRA, E. D. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Gráfica e Editora Popular, 2006.

21. _____. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Gráfica e Editora Popular, 2007.

22. _____. **Filosofia da ancestralidade como filosofia africana:** educação e cultura afro-brasileira. In *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, Brasília, n. 18, 2012, p. 4-28.

23. NASCIMENTO, Â. S. **Os espaços negros na cidade de Rio Claro/SP**. 2005. Trabalho de conclusão de curso (Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro/SP, 2005.

24. NOGUEIRA, C. S. **Batuque de umbigada paulista**: memória familiar e educação não formal no âmbito da cultura afro-brasileira. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP, Campinas/SP, 2009.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

25. PEREIRA, F. A. de S. **Organizações e espaços da raça do oeste paulista**: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960). 2008. Tese de doutorado (Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR. São Carlos/SP, 2008.

26. PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

27. PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. México: Universidade Nacional Autônoma do México, 2012.

28. _____. **De saberes e de territórios.** In: CECEÑA, A. C. (org.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 37-52.

29. QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires. CLACSO: 2005, p. 107-130.

30. _____. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Editora Cortez: São Paulo, 2010, p. 84-130.

31. QUINTÃO, A. A. Professora, existem santos negros? São Paulo: MEC, 2007.

32. _____. **Raza, etnia y nación en Mariátegui:** cuestiones abierta. In: *Estudios Lationoamericanos* – Revista UNAM, México, v. 2, n. 3, 1995, p. 3-19.

33. RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. FRANÇOIS, A. et al. (trad.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

34. SILVA, E. F. F. **Entre corpos e lugares**: experiências com a congada e o tambu em Rio Claro/SP. 2016. Dissertação de Mestrado (Geografia). IGCE, UNESP, Rio Claro/SP, 2016.

35. SILVA, E. F. F. CASTRO, B. A. C. **Congada e tambu:** uma leitura geográfica do patrimônio cultural intangível. In: *Geografia e Pesquisa,* Ourinhos, v. 10, n. 2, 2016, p. 17-27.

36. _____. **Um lugar, várias identidades:** o Tamoyo, clube social negro em Rio Claro/SP. In: *Anais...* XI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente/SP, 2015, p. 1847-1859.

37. SODRÉ, M. **Samba, o dono do corpo**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

38. TAVARES, L. C. V.; SAMPAIO, T. M.V. **Batuque na cozinha, a Sinhá não quer...e o delegado também não!** In: *Licere*, Belo Horizonte, v. 15, n. 4, 2012, p. 1-28.

39. TINHORÃO, J. R. **Os sons dos negros no Brasil**. São Paulo: Art Editora, 1988.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2018.1424.0003

COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE: DA (IN)SEGURANÇA TERRITORIAL À ALTERIDADE CONSTRUÍDA PELA SOBERANIA POPULAR

SOUTH-SOUTH COOPERATION BETWEEN BRAZIL AND MOZAMBIQUE: FROM TERRITORIAL (IN)SECURITY TO ALTERITY BUILT THROUGH POPULAR SOVEREIGNTY

COOPERACIÓN SUR-SUR ENTRE BRASIL Y MOZAMBIQUE: DE LA (IN)SEGURIDAD TERRITORIAL A LA ALTERIDAD CONSTRUIDA POR LA SOBERANÍA POPULAR

Thiago Sebastiano de Melo
Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Membro da Coordenação Executiva do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduíno. E-mail: sebastianodemelo@gmail.com

Adriano Rodrigues de Oliveira
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Professor do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU). E-mail: adriano.ufg@gmail.com

Ricardo Barbosa Jr.
Mestrando em Geografia pela University of Calgary (Canadá). E-mail: ricardo.barbosajr@ucalgary.ca

Resumo

Este artigo apresenta uma análise da cooperação Sul-Sul estabelecida entre o Brasil e Moçambique, tendo como centralidade a forma como o Brasil se constitui em vitrine para o modelo de desenvolvimento a ser transposto para Moçambique. O objetivo principal é demonstrar os problemas decorrentes da transposição de um modelo que, na sua origem, é passível de diversas contradições internas que têm provocado conflitos relacionados aos distintos projetos de apropriação da terra, da água e do subsolo. O encaminhamento desta análise foi pautado em revisão bibliográfica, dados e informações de origem secundária e primária, oriundos de pesquisas de campo nesses dois países. Os recursos naturais, em vez de se constituírem como potencialidade para a realização das condições objetivas e subjetivas de sua população, tem sido convertidos em alvo para a centralização e a concentração do capital. Ao invés de produção de riqueza, instaura-se a pobreza. No lugar de territórios de alteridade, instala-se a insegurança territorial. Territórios de vida são convertidos em territórios esterilizados pela extração de *commodities* e/ou a implantação de megaprojetos de aproveitamento turístico que negam a existência das populações locais. Enfatiza-se a

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

necessidade de construção de projetos de desenvolvimento que sejam pautados na soberania popular. Qualquer proposta que não esteja ancorada nas aspirações e necessidades do seu povo estará fadada ao fracasso. Sem a capacidade de autodeterminação territorial, uma população não tem como garantir sua soberania popular.

Palavras-chave: cooperação internacional, soberania popular, (in)segurança territorial, turismo, desenvolvimento.

Abstract

This article analyses the South-South cooperation established between Brazil and Mozambique, focusing centrally on the way Brazil has become a showcase for the development model to be transposed to Mozambique. The main objective is to demonstrate the problems arising from the transposition of such a development model, which in its origin is susceptible of several internal contradictions, that have provoked conflicts related to the different appropriation projects for land, water, and the subsoil. This analysis is based on literature review, data, and information of secondary and primary origin, resulting from fieldwork in both countries. Instead of allowing the population to achieve better objective and subjective conditions, such natural resources have become a target for centralization and concentration of capital. Rather than wealth creation, poverty is established. In place of territories of alterity, territorial insecurity is installed. Territories of life are converted into sterilized territories by the extraction of commodities and/or the implantation of megaprojects for tourism that deny the existence of the local populations. In this work, emphasis is given to the need of building development projects that are based on popular sovereignty. Any proposal that is not anchored in the aspirations and needs of its people will be doomed to failure. Without the capacity for territorial self-determination, a population cannot guarantee its popular sovereignty.

Keywords: international cooperation, popular sovereignty, territorial (in)security, tourism, development.

Resumen

Este artículo presenta un análisis de la cooperación Sur-Sur establecida entre Brasil y Mozambique, enfocandose en la forma como Brasil se constituye en vitrina para el modelo de desarrollo a ser transpuesto a Mozambique. El objetivo principal es demostrar los problemas derivados de la transposición de un modelo de desarrollo que en su origen es susceptible a diversas contradicciones internas que han provocado conflictos relacionados con los distintos proyectos de apropiación de la tierra, del agua y del subsuelo. Este análisis se basa en una revisión bibliográfica, datos e informaciones de origen secundario y primario, resultante del trabajo de campo realizada en ambos países. Los recursos naturales en lugar de constituir una potencialidad para la realización de las condiciones objetivas y subjetivas de su población han sido una base para centralización y concentración del capital. Al revés de producción de riqueza, se instaura pobreza. En lugar de territorios de alteridad, se instala inseguridad territorial. Territorios de vida, se convierten en territorios esterilizados por la extracción de *commodities* y/o la implantación de megaproyectos turísticos que niegan la existencia de las poblaciones locales. Se enfatiza la necesidad de construir proyectos de

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

desarrollo que se guíen en la soberanía popular. Cualquier propuesta que no esté anclada a las aspiraciones y necesidades de su pueblo estará condenada al fracaso. Sin la capacidad de autodeterminación territorial una población no tiene como garantizar su soberanía popular.

Palabras clave: cooperación internacional, soberanía popular, (in)seguridad territorial, turismo, desarrollo.

Introdução

A cooperação Sul-Sul é a modalidade de cooperação técnica que busca inverter a lógica Norte-Sul, em que os países ditos desenvolvidos auxiliam os demais países a atingirem o tão propalado "desenvolvimento". Os países do hemisfério sul passam a colaborar entre si, reconhecendo seus diferentes patamares de desenvolvimento. O objetivo principal é descentralizar as ações para que os países se desenvolvam sem depender exclusivamente da cooperação Norte-Sul, notadamente pautada na exploração. A cooperação Sul-Sul esteve na pauta central da política externa brasileira, na virada do século XXI (UNFPA, 2017).

As relações bilaterais entre Brasil e Moçambique, atualmente, estão assentadas nos termos da referida cooperação. Após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo, ocorreu uma série de direcionamentos da política brasileira em relação à África. Notou-se uma mudança na postura do Itamaraty para com os países deste continente por meio de um crescimento significativo no orçamento destinado à cooperação.

Os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) analisados por Barriviera (2016) demonstram que, no período de 2000 a 2014, houve a ampliação da execução financeira de 807 milhões de reais, em 2000, para 5 bilhões, em 2014. O auge das execuções financeiras foi em 2010, quando estas atingiram o montante de 19,5 bilhões. No que se refere aos projetos e atividades isoladas para este mesmo período, as ações saltaram de 4, em 2000, para 161, em 2014, tendo também o pico de 253, em 2010, coincidindo com o auge do montante de execução financeira.

Nesse contexto, a política externa do governo de Luís Inácio da Silva, o Lula (PT), foi marcada pelo estreitamento das relações "terceiro-mundistas" (cooperação Sul-Sul), mas, certamente, sem romper as relações com os países do norte. Em nível institucional, durante o mandato do presidente Lula – que visitou a África diversas vezes –, no Itamaraty, criaram-se três divisões para tratar desses assuntos, além de vários postos diplomáticos em países desta região, e, até mesmo, em alguns casos, houve o perdão de suas dívidas (LECHINI, 2008; ROSSI, 2015; VISENTINI, 2013).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A agricultura é a principal modalidade por meio da qual o Brasil coopera. Utilizando os dados da ABC, Abreu (2013) mostra como a maior parte da cooperação brasileira é destinada à agricultura, que conta com 19% de seu orçamento total. Ao verificar a parte do orçamento destinado especificamente à cooperação Sul-Sul Brasil-África, Barriviera (2016) demonstra que esse percentual é ainda maior, com 33,35%. Todavia, no amplo termo "agricultura", há uma diversidade de ações que têm sido implementadas, que vão desde a transferência tecnológica em parcerias público-privadas até a formulação de políticas públicas ancoradas nos pressupostos da segurança alimentar, como o Programa Mundial de Alimentação – Moçambique (PMA) e o Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África), como demonstrado por Milhorance (2013).

Por meio da cooperação internacional centralmente consubstanciada no setor primário, o Brasil está "exportando" um modelo ancorado nas contradições internas representadas nas relações entre o agronegócio e o campesinato, que remete à disputa entre modelos distintos de desenvolvimento para o campo brasileiro. Como salienta Costa Vaz (2015), existem "dimensões duais" da política agrícola brasileira em sua projeção na cooperação agrícola dentro do seu projeto de internacionalização em desenvolvimento, que Milhorance (2013), reconhecendo esta dualidade, aborda como a transferência de "inovação" na agricultura e nas políticas públicas alimentares, respectivamente.

A relação entre os dois modelos agrícolas de desenvolvimento, no processo de cooperação agrícola, é, muitas vezes, tão estreita que se torna de difícil distinção. Um exemplo disto pode ser observado no caso do PAA África, em Moçambique, considerando que "essa iniciativa foi ainda associada à melhoria da infraestrutura de transporte (rodovias no Corredor de Nacala)" (MILHORANCE, 2013, p. 16). Um outro ponto que corrobora essa argumentação é a centralidade que se deu à transferência de inovação para a Embrapa Moçambique, aquela que teve a primazia em desenvolver a soja adaptada ao ácido solo do cerrado brasileiro, convertendo-o na grande fronteira internacional de *commodities* agrícolas (MAGALHÃES, 2008). É importante lembrar que a pesquisa pública foi essencial, no processo no cerrado brasileiro, da mesma forma que está sendo no savana moçambicana.

Nesse contexto, as relações bilaterais entre Brasil e Moçambique, nas últimas décadas, se intensificaram sobremaneira nos termos da cooperação Sul-Sul, ainda que tais relações remontem ao século passado, antes mesmo de os países do sul pensarem nesta cooperação. Moçambique foi um dos principais destinatários das ações da política internacional do Brasil no continente africano, visando a respaldar o papel deste país como ator político, diplomático e também econômico, via internacionalização de empresas brasileiras (CALMON, 2012).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Um dos fatores que explicam isto é o fato de Moçambique ser um país lusófono, embora essa aproximação não se deva apenas à proximidade linguística, que retoma a identidade e a cultura comuns, mas também às similaridades desses países resultantes da colonização empreendida pela mesma metrópole. Dentro do estreitamento de laços com o continente africano, houve um segundo recorte de intensificação das relações com os PALOPS, isto é, os países africanos de língua portuguesa, como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial (VISENTINI, 2013).

Como consequência imediata desse conjunto de iniciativas, o Brasil se constitui, atualmente, numa das principais referências de desenvolvimento para o Estado e parte da população moçambicana. Interroga-se qual o sentido último, bem como as implicações no processo de consolidação, desse modelo de desenvolvimento. Este questionamento baliza uma agenda de pesquisa que será sumariamente apresentada, neste artigo, em alguns aspectos que consideramos centrais e primordiais.

Tal agenda está circunscrita ao projeto de pesquisa e de cooperação internacional coordenado e executado nos âmbitos da Universidade Federal de Goiás, no Brasil, e da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. Este projeto, intitulado *Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do cerrado brasileiro e das savanas em Inhambane/Moçambique*,[1] consagra alguns dos objetivos da cooperação Sul-Sul.

Em função desse projeto, algumas missões de investigação foram realizadas, tanto por pesquisadores brasileiros em terras moçambicanas, quanto por pesquisadores moçambicanos no Brasil. Pesquisas de graduação, mestrado e doutorado têm sido estruturadas, e, entre estas missões, destacam-se o estágio de doutoramento (com duração de quatro meses) e a missão científica (com duração de 15 dias) realizados por dois autores do presente artigo. Estas incursões empíricas, em Moçambique, permitiram a compreensão de alguns eixos de reflexão para a discussão proposta, tendo como centralidade dois aspectos: 1) o turismo – e, especificamente, o turismo rural – tem sido apresentado, nos discursos público e privado brasileiro e moçambicano, como possibilidade de emprego e renda, e ganha importância em investimentos; e 2) a reafirmação do Brasil como "porta-voz" de um modelo de desenvolvimento ancorado nos mesmos ditames imperialistas, historicamente consagrados na relação Norte-Sul, ou seja, o protagonismo do Estado brasileiro tem sido propagado na perspectiva imperialista (ou subimperialista) de permitir às empresas brasileiras a territorialização e a ampliação da acumulação em territórios africanos, a exemplo de Moçambique.

[1] Edital: CAPES/AULP/049/2014.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Os artigos do Código Mundial de Ética do Turismo (CMET) guardam aproximações com os objetivos da cooperação Sul-Sul. Aceitando que o CMET é, ou deveria ser, o substrato teórico-conceitual para a cadeia produtiva do turismo, refletir sobre as potencialidades do turismo como componente de fortalecimento de territórios implica em problematizar os efeitos das ações do Brasil em Moçambique, para compreender se os termos da cooperação Sul-Sul e do CMET têm sido considerados. Deste modo, a transposição de um modelo de desenvolvimento brasileiro consubstanciado na produção de *commmodities* minerais e agrícolas, em vez de impulsionar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, pode acarretar efeitos deletérios, sobretudo, nos territórios das populações camponesas, que estão sendo fortemente impactados pelas alterações nas paisagens naturais, convertidas em monoculturas agrícolas e/ou em "montanhas" de rejeitos produzidos pela mineração. Territórios da diversidade e da vida são transformados em territórios homogêneos e objetos de múltiplas formas de espoliação.

O objetivo deste artigo é apresentar a aproximação de questões que subsidiem um entendimento do turismo como fenômeno social, rompendo com as leituras economicistas e apriorísticas hegemonicamente apresentadas, ao mesmo tempo em que permite pensá-lo como elemento da autodeterminação territorial das comunidades, o que inverte a lógica mercantilista da turistificação de territórios, modos de vida, bens comuns, monumentos etc., mesmo sob o argumento corriqueiramente utilizado de geração de emprego e renda.

Estudar o turismo como um fenômeno social prescinde do desvelamento e da assimilação de sua multiescalaridade e multidimensionalidade. Para não incorrer em abstrações generalizantes que pouco auxiliariam nas análises acerca das ações do Brasil em Moçambique, toma-se como parâmetro a soberania popular, premissa constitucional brasileira e noção conceitual amplamente utilizada por movimentos sociais, notadamente os ligados à Via Campesina. A utilização deste referencial teórico-prático possibilita problematizar o conceito de desenvolvimento em curso no Brasil e exportado para Moçambique. De forma mais precisa, questiona-se o projeto de país brasileiro em curso, que tem sido apresentado como modelo para a sociedade moçambicana, entendendo que seus principais determinantes (como o conceito de desenvolvimento), que compõem a metanarrativa capitalista contemporânea, são antagônicos aos interesses da maior parte das populações desses dois países.

A revisão bibliográfica, dados e informações de origem secundária e empírica (fotografias, entrevistas, questionários e observações *in loco*), oriundos de pesquisa de campo nos dois referidos países, embasam as análises ora apresentadas.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Este artigo está estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos da questão do desenvolvimento e os seus desdobramentos para as populações que compõem a classe trabalhadora no Brasil, e, a partir deste embasamento, na segunda parte, são demonstradas as armadilhas inerentes à transposição do modelo de desenvolvimento propagado no Brasil para Moçambique. Na terceira parte, são delineados os desafios para a construção de diferentes formas de resistência e a agenda propositiva para o turismo respaldada na soberania popular.

Fazer é difícil. Desenvolvimento e a (in)segurança territorial dos sujeitos no Brasil

A *soberania popular* é prerrogativa constitucional, no Brasil (Artigo 14 da Constituição Federal de 1988). Não obstante, é cotidianamente afrontada. Aprofundar-nos sobre as dinâmicas que criam as condições de harmonização social (FROMM, 1947) que permitem a não consecução desse poder soberano fugiria do escopo da proposta em tela. Assim, partiremos das evidências de que os interesses populares têm sido sistematicamente vilipendiados, consubstanciados no entendimento dos movimentos sociais organizados na Via Campesina de que a soberania popular é garantida pela organização e emancipação social, como se pode conferir no *site* desta organização.

A mobilização em busca da emancipação social logrou importantes avanços, no Brasil, notadamente a partir de 2003, quando movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e outras formas de organização da sociedade civil conquistaram maior espaço na disputa pelas ações do Estado. Pelo fato de os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016) terem se estruturado sob a égide da conciliação de classes, com alguma distribuição de renda e implementação de políticas sociais, tais governos protagonizaram conquistas sociais e econômicas que colocaram o país em destaque, no cenário internacional.

Os mercados institucionais de compras da produção camponesa (a exemplo do PAA[2] e PNAE[3]), a valorização do poder de compra do salário mínimo, a retirada de milhões de

[2] Criado no ano de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é amparado pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho do mesmo ano, e possui como finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para isto, este programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (BRASIL, 2015).

[3] O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos programas mais antigos de que o governo brasileiro dispõe sobre alimentação escolar e segurança alimentar nutricional (SAN), com criação em 1955. É considerado um dos mais abrangentes do mundo no que diz respeito ao atendimento escolar e à alimentação saudável. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado ao PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida esta que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2012).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

pessoas da miséria, a saída do país do Mapa da Fome das Nações Unidas (MDS, 2014), a ampliação e a qualificação do sistema educacional, com destaque para o ensino técnico e superior público, são algumas das ações governamentais que explicam esse reconhecimento internacional. Todavia, essas ações se conformaram tendo como contrapartida os ganhos recordes de bancos privados e de empresas do agronegócio, bem como o fortalecimento de partidos políticos e setores da mídia hegemônica, entre outros atores historicamente decisivos nos rumos do país.

Tais concessões aos menos favorecidos não só foram insuficientes, do ponto de vista da equalização social entre as classes – leia-se a distribuição de renda e de terra que possibilitasse a transformação estrutural da sociedade brasileira –, como terminaram por desagradar os setores que saíram fortalecidos e articularam a ruptura democrática que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, dando lugar ao governo de Michel Temer e à posterior eleição de Jair Bolsonaro. A correlação de forças, que já era desfavorável, perdeu o seu condão popular. Os retrocessos são exponenciais, frutos de exigências das agendas econômica e social dos grupos que se articularam para barrar o que viam como transformações sociais que inviabilizavam ou comprometiam a consolidação de um projeto neoliberal de desenvolvimento nacional.

A crise estrutural que passou a assolar o mundo, no período pós-2008, alterou profundamente a ordem econômica mundial. Os países importadores de *commodities*, principalmente a China, arrefeceram a sua capacidade produtiva, e, por conseguinte, colocaram em xeque o modelo conciliatório vigente no Brasil. Já não era mais possível oferecer vultosos recursos financeiros para setores hegemônicos do capital (como as corporações do agronegócio) e a manutenção de políticas sociais de cunho territorial, como, por exemplo, a demarcação de territórios quilombolas e terras indígenas – estes que tanto incomodavam os setores do agronegócio brasileiro, representados pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).[4]

A FPA se constitui como um dos flancos de atuação das corporações do agronegócio, no Brasil. Conforme Fernandes (2008), o agronegócio caracteriza a atual dinâmica do capitalismo no campo brasileiro, manifestando-se por seu caráter hegemônico na condução da agricultura em contraposição ao modelo de desenvolvimento pautado na agricultura familiar ou camponesa: "[...] a diferença estrutural desses modelos são as classes sociais que produzem diferentes relações e territórios" (FERNANDES, 2017, não paginado).

[4] Segundo dados de sua página oficial, em 2016, foi composta de 198 deputados (38,6% do total) e 22 senadores (27,2% do total). Por sua vez, em novembro de 2018, a bancada já era composta de 234 deputados (45,6% do total) e 27 senadores (33,3% do total) (FPA, 2018).

Nesse imbróglio político-partidário, o papel do agronegócio pode ser visualizado, por exemplo, nas delações premiadas dos irmãos Batista, donos da J&F, grupo que capitaneou o maior esquema de corrupção já descoberto no Brasil, que conta, comprovadamente, com a compra de congressistas, a influência nas operações da Polícia Federal e a coação de funcionários públicos, entre outras práticas nada republicanas, conforme pode ser verificado em diversos veículos da mídia nacional – independente da linha editorial –, entre os quais destacamos os jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *El País Brasil*, *Brasil de Fato*, *Carta Capital*, *Repórter Brasil* etc.

A JBS,[5] empresa do grupo J&F,[6] é, nos dias atuais, a maior produtora de proteína animal do mundo, conforme pode ser evidenciado no *Atlas da Carne*, publicado em 2016.[7] Com destacada relevância internacional, essa empresa ficou em evidência por ter cometido práticas insalubres denunciadas em investigação da Polícia Federal, na operação designada "Carne Fraca".[8] Este caso é emblemático por muitas razões, entre as quais sobressai o fato de que uma de suas marcas mais famosas (Friboi) era vendida como sinônimo de qualidade, tendo como garoto propaganda de suas campanhas publicitárias um dos atores mais prestigiados do maior grupo midiático do país, que tem empenhado grandes esforços para propagandear o agronegócio como a síntese da modernidade e do desenvolvimento brasileiro.

Se ao agronegócio fosse imputada somente a chancela de corruptor do Estado nacional, seria o caso de se comparar, neste quesito, com outros segmentos da sociedade. Ocorre, porém, que o agronegócio responde por feitos ainda mais comprometedores, como, por exemplo, a submissão da vida humana a diversos riscos, em função do uso indiscriminado de veneno na agricultura, protagonizado pelas grandes corporações, como a Monsanto, a Bunge e a Cargill, entre outras. Para Folgado (2016), o agronegócio é o principal agente do estado de exceção em que vive o Brasil, isto a partir do uso de agrotóxicos altamente contaminantes, muitos dos quais proibidos em outros países.

[5] Sigla oriunda do nome do seu fundador, José Batista Sobrinho.

[6] É o nome da holding que controla o Grupo JBS. Segundo consta, o "J" refere-se ao primeiro nome (José) do fundador do grupo e "F" ao primeiro nome de sua esposa (Flora).

[7] "O maior processador global de carne, hoje em dia, também é uma empresa brasileira, a JBS/Friboi, e isto corresponde à política de desenvolvimento do governo. Por meio de sua estratégia dos "campeões nacionais", o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu créditos e investimentos diretos no valor de mais de R$ 12 bilhões à JBS, e, atualmente, detém 24,6% das suas ações [...]" (FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL, 2016).

[8] Mais detalhes dessa operação podem ser obtidos no sítio eletrônico da Polícia Federal brasileira: http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/03/pf-desarticula-esquema-criminoso-envolvendo-agentes-publicos-e-empresarios Acesso em 14 de julho de 2017.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Diversas pesquisas têm demonstrado os efeitos negativos do agronegócio para a vida humana e para o conjunto da natureza, entre as quais se destacam o livro organizado por Sousa e Folgado (2016) e os relatórios organizados por Canuto, Luz e Andrade (2016) e por Carneiro et al. (2015). Para elucidar esse caráter perverso, senão bárbaro, que ilustra a outra face da modernidade do agronegócio, basta avaliar os dados sobre a escalada da violência no campo, no ano em 2017: "[...] referente à face mais trágica da questão agrária brasileira, o ano de 2017 já entrou para a história. Não bastasse o alarme criado com os dados de 2016, os assassinatos de lideranças rurais, camponeses e índios tendem a bater recordes. Até 24 de maio de 2017, foram assassinadas 37 pessoas [...]" (MITIDIERO JÚNIOR, 2017, não paginado).

Desconsiderando todas as comprovações do seu entrelaçamento com os níveis da barbárie social que assola o país – que tem crescido após a ruptura democrática (RBA, 2017) –, o agronegócio se vende e é vendido como a "vitrine" do desenvolvimento nacional. Confundindo, propositalmente, agricultura empresarial (agronegócio) com agricultura camponesa, o discurso hegemônico nega as contradições de distintos projetos para a sociedade e o campo brasileiro. O principal grupo midiático nacional veicula, atualmente, uma campanha publicitária[9] que assevera: "Agro é tech; Agro é pop; Agro é tudo" (CASTILHO, 2017, não paginado). As belas imagens e o serviço de desinformação cotidiano da mídia hegemônica se somam para consolidar este mito.

A despeito da alta inversão de recursos públicos (BARBOSA JR., COCA, 2015), o agronegócio utiliza práticas explicitamente desumanas, em seu processo produtivo, que ficam escamoteadas nessa publicidade ufanista, que pouco tem de patriótica e verdadeira. A utilização de trabalho análogo à escravidão (CANUTO, LUZ, ANDRADE, 2016), o intenso uso de agrotóxicos com as altas taxas de contaminação dos bens comuns, como as águas, os solos, os subsolos, o ar e, inclusive, o leite materno (CARNEIRO et al., 2015), são evidências incontestes da necessidade de redirecionamento dessas inversões e de uma inspeção mais eficaz por parte do Estado.

Assim, argumentamos que o agronegócio não é a síntese da modernidade, mas, sim, a síntese dos interesses do capital transnacional para a sociedade brasileira. A mineração, os empreendimentos hidrelétricos e os megaeventos são outros grandes componentes das ações multifacetadas desses interesses, no Brasil e no mundo (JENNINGS et al., 2014; LAUERMANN, DAVIDSON, 2013; MENDONÇA, 2004; ZUCARELLI, 2015). A agenda capitaneada pelo Brasil no continente africano coloca este país como vetor dos interesses das

[9] No link https://www.youtube.com/watch?v=VENm5PbXhZ0, é possível verificar a centralidade da campanha publicitária da Rede Globo de Televisão para positivar a imagem do agronegócio brasileiro. Acesso em 14 de julho de 2017.

corporações internacionais que veem, na produção/extração de *commodities*, um mecanismo de reprodução ampliada do capital. É um projeto que não possui compromisso com a vida e a sustentabilidade, ao contrário do que dizem as propagandas do agronegócio brasileiro.

É imprescindível compreender que, na etapa atual da acumulação capitalista, a produção de *commodities* de origem agrícola e mineral tem se territorializado, na América Latina e na África, em busca das potencialidades oferecidas pelos recursos naturais que compõem os seus territórios. Harvey (2004), apoiado em Luxemburgo (1968), desenvolve o conceito de *acumulação por espoliação* para explicar os dois processos que estariam "organicamente vinculados": 1) a obtenção da mais-valia pela alienação dos camponeses e trabalhadores dos meios de produção; e 2) as relações entre os capitalistas e os modos de produção não capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Para a reprodução ampliada do capital, na escala internacional, as estratégias utilizadas podem ganhar múltiplas características que perpassam a fraude, a opressão e a pilhagem, entre outras.

Por um lado, as sucessivas crises do capital internacional (notadamente, a última, que se estende desde 2008), e, por outro lado, as crises alimentares e energéticas, têm desencadeado uma "corrida desenfreada" por territórios onde haja abundância de terras para o cultivo de alimentos e formas alternativas de energia (BORRAS JR., FRANCO, 2012; SAUER, LEITE, 2012). Observa-se, assim, que a territorialização do capital no espaço agrário tem se constituído em importante estratégia para permitir a manutenção da reprodução ampliada e, por conseguinte, a recuperação econômica de corporações internacionais que, pela diversificação dos seus capitais, têm estendido os seus tentáculos ao desenvolvimento do agronegócio em países da América Latina, Caribe e África Subsaariana (CLEMENTS, FERNANDES, 2013).

No momento histórico em que os direitos humanos se consagram como importante baliza para evitar uma série de crimes e barbaridades cometidas no passado, no Brasil, segmentos inteiros da sociedade pagam o preço de não serem "sujeitos do desenvolvimento". As populações tradicionais (CIMI, 2015) e o campesinato (CANUTO, LUZ, ANDRADE, 2016), particularmente, pagam o preço, com seus territórios e suas vidas, por serem enxergados pelo agronegócio como obstáculos ao desenvolvimento nacional (ROCHA, BARBOSA JR., 2018). Olhar para as disputas territoriais permite vislumbrar, de modo mais contundente, a perversidade do conteúdo deste "desenvolvimento".

Se, por um lado, a expropriação territorial e a exploração dos sujeitos que vivem no campo são características comuns da dinâmica de reprodução do capitalismo, segundo Harvey (2011), por outro, é de se esperar que o Estado, entendido justamente como o

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

mediador dos conflitos de classe (SANTOS, 2006), aja para, no mínimo, conter o avanço da barbárie – o que não ocorre no Brasil. E, sem garantir a segurança territorial para os diversos sujeitos, o Estado inviabiliza suas existências (MELO, 2016), confirmando a tese de Lênin (2007) sobre a função do Estado burguês.

Reconhecendo as complexidades e as especificidades da reprodução capitalista em cada país, fica evidente, em todo caso, que é um equívoco falar de desenvolvimento nacional desconsiderando-se as (sobre)determinações das dinâmicas desta reprodução. As implicações resultantes para se pensar o turismo como componente territorial que confirma ou nega esse projeto de desenvolvimento modernizante, portanto, prescindem de uma reflexão sobre essas determinações, para que se possa considerar a autodeterminação territorial como parâmetro para tal diálogo. Esta, por sua vez, é condição para se construir e manter a emancipação social e a soberania popular.

Desse modo, até que ponto as ações do Brasil em Moçambique contribuem para que as populações tenham seu direito ao território assegurado, em consonância com o que indicam os termos da cooperação Sul-Sul e do Código Mundial de Ética do Turismo? Falar em (in)segurança territorial é fundamental, sobretudo, quando estão em evidência, por um lado, um dos maiores países do planeta, com mais de 200 milhões de habitantes e uma das mais altas taxas de concentração de terra e renda, e, por outro, um país cuja população é essencialmente rural e que possui uma forma de ocupação apartada de grandes projetos de urbanização e infraestrutura.

O território é condição para a vida e para a conservação dos bens comuns. Assegurar, formal e precariamente, a vida sem assegurar a capacidade de autodeterminação territorial dos sujeitos acarreta, impreterivelmente, em violência, em suas múltiplas dimensões.

Falar é fácil. Um projeto com cores neocoloniais para Moçambique.

Partimos da premissa de que, no âmago da cooperação Sul-Sul estabelecida entre Brasil e Moçambique, está presente uma complexa rede de atuação neocolonialista. Nesse sentido, concordamos com Fernandes (2013), que reitera a força explicativa do conceito de imperialismo. Harvey (2004) demonstrou que os países com excedentes de capital procuram, cada vez mais, regiões mundiais com escassez de capital para investimentos. E, para fazer circular (bem como para ampliar a acumulação de) este capital com maior agilidade, foi preciso conectar os governos com as corporações e criar agências multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), para agilizar esta circulação. Estas sempre foram as características do imperialismo, que, somadas ao poderio militar, colonizaram e

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

dominaram vários países. Todavia, atualmente, este processo ocorre pelo mercado e pela circulação da produção, o que fez surgir uma nova geopolítica, que Amin (2012) tem chamado de imperialismo contemporâneo, e Pfrimer e Barbosa Jr. (2017) de neoagrocolonialismo, da mesma forma que Moyo, Yeros e Jha (2012) apontam, em seus estudos, ao pesquisar a corrida imperialista à África para o uso dos seus recursos, como a terra.

Aceitando-se que o propósito do Estado brasileiro, em Moçambique, é o de consolidar os termos da cooperação Sul-Sul, bem como que os pesquisadores preocupados com o turismo tomam como referência o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999), torna-se relevante pautar alguns aspectos centrais para a compreensão dos efeitos da transposição do modelo de desenvolvimento brasileiro para Moçambique.

O Brasil tem buscado uma relação econômica com Moçambique, desde o período em que este país se afirmou como nação independente, em 1975. Contudo, essa presença se intensificou sobremaneira, no início do século XXI, com a ascensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, conforme pode ser constatado na extensa pesquisa jornalística realizada por Rossi (2015). Os documentos utilizados por esta autora demonstram que é possível falar de um projeto de país, pois os objetivos pouco variaram desde aquela época até a época presente, mesmo durante os governos petistas, ao contrário do que era de se esperar, dado o seu apelo popular. Lula, inclusive, usou a sua influência para facilitar acordos baseados em experiências brasileiras que já apontavam serem prejudiciais também para a população moçambicana, como foram os casos da operação da mineradora Vale, cujos crimes ambientais e sociais, no Brasil, são internacionalmente conhecidos,[10] e do Programa de Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSavana), cujo modelo foi inspirado no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), que teve resultados negativos para as populações e para os bens comuns deste bioma (PESSÔA, 1988).

Tanto as ações da Vale quanto as do ProSavana são destinadas à região do Corredor de Nacala, que abrange três províncias ao norte de Moçambique (Niassa, Nampula e Zambézia) e também atravessa o sul do país vizinho do Malawi (vide Figura 1). Conforme o estudo de Frei (2017), o projeto Corredor de Nacala compreende duas grandes frentes logísticas concatenadas: o ramal portuário (no Oceano Índico) e o ramal ferroviário, que visam a integrar e a escoar as explorações minerárias da Vale, bem como da modernização agrícola desencadeada pelo ProSavana. Assim, é emblemático

[10] O blog das atingidas e atingidos pela Vale é um esforço de se centralizarem denúncias e notícias das ações desta empresa em diversos países. Muitas matérias são republicadas a partir de fontes internacionais. Vide https://atingidospelavale.wordpress.com/ Acesso em 14 de julho de 2017.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

analisarem-se os desdobramentos para as comunidades que residem nesses territórios, bem como para o conjunto da população moçambicana.

Na página eletrônica oficial moçambicana do ProSavana (2015, não paginado), lê-se que uma de suas missões é "melhorar e modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e producção, e diversificação da produção agrícola". Com isso, dois aspectos ficam latentes: o primeiro é que existe uma confiança de que o modelo exportado pelo Brasil é "moderno"; e o segundo é que, com tal modelo, é possível diversificar a produção. Entendendo-se que o agronegócio é o modelo exportado, parece incoerente pensar em modernização, tendo em vista seus desdobramentos, no Brasil, entre os quais está, inclusive, a diminuição da diversidade produtiva, uma vez que desterritorializa quem efetivamente produz comida.

Num sentido geral, buscou-se implementar, na savana africana, um modelo de desenvolvimento agrícola do agronegócio que se baseia numa integrada matriz logística, pesquisa pública e outros arranjos jurídico-institucionais que visam a dar condições para a implementação da monocultura agroexportadora. Este projeto se baseia, em grande medida, na experiência do cerrado brasileiro, que, pouco tempo antes, passou pelo mesmo curso, tornando-se um complexo estratégico do agronegócio (PFRIMER, BARBOSA JR., 2016). Em termos de programa, o que ocorre em Moçambique toma forma a partir do Prodecer, que contou também com a presença do Japão. O projeto de apoio técnico para o desenvolvimento da inovação agrícola, em Moçambique, se estruturou em 2010, e contou com a Embrapa, com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e também com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) (JICA, ABC, GOVERNMENT OF MOZAMBIQUE, 2009; MOURÃO, 2011). Dessa forma, tratou-se de uma cooperação trilateral.

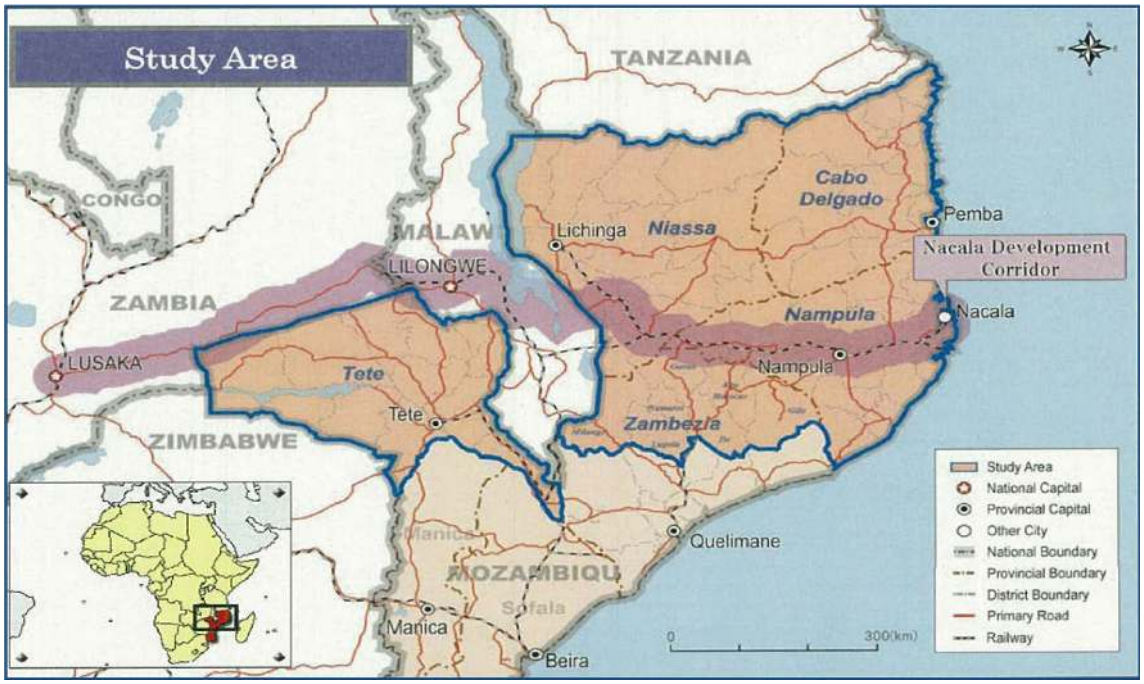
Será que, em Moçambique, as relações materiais e imateriais se consolidarão como no Brasil? É uma indagação legítima e relevante, já que, em tese, o Estado moçambicano foi estruturado em bases socialistas, desde a sua independência, em 1975. Cabe avaliar se este Estado tem se precavido para que não se manifestem em Moçambique as práticas consolidadas no Brasil, tais como: o aumento da concentração fundiária, a expropriação de camponeses, a territorialização dos monocultivos e a degradação ambiental, entre outras. Acompanhar as (re)ações que se efetivam no Corredor de Nacala, dada sua importância estratégica dentro da parceria bilateral entre os dois países, permite encontrar elementos que suportem tal avaliação.

Para operacionalizar a mina de Moatize I, a Vale investiu numa linha férrea, no

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Corredor de Nacala, que liga a região oeste, onde se situa a mina, à região leste, onde está localizado o porto de Nacala, que é utilizado para escoar os minérios para os principais mercados consumidores do mundo (vide a Figura 1). De acordo com a licitação ganha pela referida empresa, esta investirá oito bilhões de dólares neste empreendimento (VALE, 2017). E a questão é como ou até que ponto esse investimento e os lucros gerados a partir dele compensam (ou chegam) às comunidades atingidas.

Figura 1 - Corredor de Nacala.



Fonte: UNAC e GRAIN (2015).

O que dizem os sujeitos impactados pelas ações no Corredor de Nacala? Em 2013, uma carta aberta aos presidentes dos três países que operacionalizam o ProSavana expôs o posicionamento das populações que ali residem. Em virtude de as pesquisas científicas demonstrarem a subjugação dos interesses populares nacionais às (sobre)determinações da reprodução ampliada do capital (FREI, 2017), é fundamental dar ressonância às reivindicações/denúncias que têm sido protagonizadas pela sociedade organizada, em Moçambique. Segundo esse autor, para além da consistência teórico-metodológica, dar visibilidade a essas ações é manter o compromisso ético-político com os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa. As comunidades afetadas pela expropriação e/ou espoliação do trabalho precisam ser ouvidas – e não invisibilizadas –, conforme os interesses das corporações internacionais. Na carta supramencionada, define-se um entrelaçamento entre os objetivos do ProSavana com o discurso e as práticas do Estado moçambicano:

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *A estratégia de entrada e implementação do ProSavana assenta-se e fundamenta-se na necessidade, justificadamente, prioritária de combate à pobreza e no imperativo nacional e humano de promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país.*
>
> *Aliás, estes têm sido os principais argumentos usados pelo Governo de Moçambique para justificar a sua opção pela política de atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e consequente implantação de grandes investimentos de mineração, hidrocarbonetos, plantações de monoculturas florestais e agronegócios destinados à produção de commodities (VIOMUNDO, 2013, não paginado).*

O discurso de combate à fome foi usado no passado, no Brasil, como registra Pessôa (1988), e voltou a ser usado, conforme pode ser observado nas campanhas publicitárias do agronegócio, anteriormente mencionadas. Nada de novo nisto. A própria população moçambicana reconhece a importância da premência do combate à fome e à miséria, mas com a garantia da soberania popular. Conforme vimos, não foi o agronegócio o responsável pela retirada do Brasil do Mapa da Fome, mas, sim, as políticas públicas de cunho social, como o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a valorização real do salário mínimo. Também não é o agronegócio que garante a oferta de alimentos na mesa dos brasileiros, como pode ser evidenciado nos dados obtidos pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e reiterado na minuciosa análise comparativa da responsabilidade produtiva do agronegócio e da agricultura camponesa no Brasil empreendida por Mitidiero Júnior, Barbosa e Hérick de Sá (2017).

Atentos às ameaças representadas por esse modelo produtivo de desenvolvimento do campo, as comunidades organizadas salientam na carta:

> *Nós, camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil moçambicanas, reconhecendo a importância e urgência do combate à miséria e da promoção do desenvolvimento soberano e sustentado, julgamos oportuno e crucial expressar as nossas preocupações e propostas em relação ao Programa ProSavana (VIOMUNDO, 2013, não paginado).*

Coincidentemente, um dos motivos centrais que geram preocupação nos moçambicanos é o mesmo que gera preocupação a nós, brasileiros: a falta de regulação por parte do Estado. Na verdade, em Moçambique, observa-se o mesmo desenho institucional estabelecido no Brasil para viabilizar e operacionalizar o Prodecer. Da mesma forma como, no Brasil, o Prodecer redefiniu o papel da agricultura brasileira (e suas corporações) na geopolítica internacional de produção de *commodities* (INOCÊNCIO, 2010), o ProSavana tem sido estruturado para territorializar, em Moçambique, as corporações do agronegócio e para

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

suprir as demandas de matérias-primas dos países importadores, como Japão e China (este último, já presente nesse país, com extensas fazendas de produção de arroz, conforme foi observado na Missão Científica realizada em 2016).

> *Depois de vários debates ao nível das comunidades dos Distritos abrangidos por este programa, com autoridades governamentais moçambicanas, representações diplomáticas do Brasil e Japão e suas respectivas agências de cooperação internacional (Agência Brasileira de Cooperação/ABC e Agência de Cooperação Internacional do Japão/JICA), constatamos haver muitas discrepâncias e contradição nas insuficientes informações e documentos disponíveis, indícios e evidências que confirmam a existência de vícios de concepção do programa; irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias e iminentes ameaças de usurpação de terras dos camponeses e remoção forçada das comunidades das áreas que ocupam actualmente (VIOMUNDO, 2013, não paginado).*

Depois de recordar seu passado de luta armada pela libertação nacional, a população relembra ao seu então presidente quem produz a comida do país, bem como a importância da autodeterminação territorial para a reprodução social da nação:

> *Senhor Presidente Guebuza, mais de 80% da população moçambicana têm na agricultura familiar o seu meio de vivência, respondendo pela produção de mais de 90% da alimentação do país.*[11]

> *O ProSavana constitui um instrumento para criação de condições óptimas para entrada no país de corporações transnacionais, as quais irão, inevitavelmente, alienar a autonomia das famílias camponesas e desestruturar os sistemas de produção camponesa, podendo provocar o surgimento de famílias sem terra e aumento da insegurança alimentar, ou seja, a perda das maiores conquistas da nossa Independência Nacional (VIOMUNDO, 2013, não paginado).*

A população moçambicana, representada pelas entidades e movimentos sociais que assinam a referida carta, demonstra plena convicção de que ignorar o uso de práticas já conhecidas no Brasil acarretará num desfecho similar. Ter em tela os conflitos territoriais é salutar porque também convoca os envolvidos a considerarem questões que têm sido amplamente ignoradas, como o sentimento de pertencimento e as relações sociais. A territorialidade, como a projeção do sujeito em seu território, não é passível de ser simplesmente transferida, muito menos em condições subumanas, como, por exemplo, as que têm sido propagadas pela Vale. No projeto de modernização e expansão da linha férrea supracitada, milhares de famílias foram reassentadas, e muitas têm expressado descontentamentos profundos com as condições em que foram reassentadas, para além de todo o trauma de terem sido retiradas de seus locais de moradia.

[11] No Brasil, também é a agricultura camponesa que produz mais de 70% da alimentação consumida neste país e emprega mais de 74% da oferta de mão de obra no campo, conforme demonstram os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Nas imagens que seguem, algumas dessas condições são expostas. Mediante a carta cujos fragmentos já foram mencionados, grande parte das famílias se dizem ignoradas pela Vale e por suas subsidiárias e sem voz para exporem ao resto do país e ao mundo o que está acontecendo. Em diversos encontros, essas famílias demonstraram tristeza e indignação com sua situação, e se mostraram propensas a compartilhar suas histórias e condições, pois tinham plena consciência de que seus direitos fundamentais estavam sendo negados. Nesse sentido, é importante reforçar que as injustiças não são somente observadas pelos investigadores, mas declaradas pelos sujeitos, e que estas injustiças são gritantes. Esta análise não tem o objetivo de substituir as vozes dos afetados, mas, sim, reverberá-las.

Figura 2 – Linha de alta tensão.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Figura 3 – Rachadura provocada pela circulação dos trens



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Na Figura 2, é possível visualizar as famílias reunidas para receberem um grupo de pesquisadores, demonstrando a condição degradante das novas casas que lhes foram oferecidas pela Vale. Esta empresa reassentou essas famílias embaixo de uma linha de transmissão de energia de alta tensão. Com o solo arenoso, atrelado à baixa fertilidade e ao difícil acesso à água, muitas famílias reassentadas têm que percorrer muitos quilômetros para poderem cultivar suas *machambas*.[12] O intenso tráfego diário de locomotivas de trens carregadas com os minérios da Vale, além de afetar a qualidade de vida dessas famílias com a poluição sonora, tem comprometido as estruturas das habitações em que foram reassentadas, conforme pode ser visto nas rachaduras mostradas na Figura 3.

A Vale cercou muitas áreas lindeiras às linhas férreas, como se pode observar na Figura 4. Contudo, como algumas dessas áreas são propícias ao cultivo agrícola, muitas famílias

[12] Nome característico das plantações/roças das famílias camponesas, em Moçambique, que podem ser organizadas tanto individualmente quanto em agrupamentos comunitários (MENDONÇA, OLIVEIRA, GONÇALVES, 2016).

têm adentrado nelas (Figura 5), considerando que o local em que foram reassentadas são longínquos e/ou inapropriados, fato que, aliado à ausência de assistência técnica, inviabiliza a reprodução social. É importante destacar que o distanciamento dos camponeses de suas machambas compromete sua cosmovisão, considerando que estes espaços de cultivo não somente garantem as condições materiais que asseguram sua vida, mas também permitem a construção cotidiana de saberes e fazeres.

A negação do território se dá, também, nos elementos simbólicos. A Vale tem disponibilizado casas de alvenaria que não correspondem às habitações geralmente utilizadas pelo campesinato moçambicano, como se observa na Figura 6. Não que tal transformação não possa ocorrer, mas, quando esta é uma imposição, rompe com o direito à cultura e à autodeterminação territorial.

A Vale enfrenta, além da contestação das famílias, também as manifestações de funcionários e ex-funcionários. Para arrefecer estas ações, conta com o aparato armado do Estado moçambicano, conforme analisado por Rossi (2015) ao investigar as atuações da Força de Intervenção Rápida (FIR) na repressão às manifestações grevistas e/ou às comunidades atingidas pela mineração. Essa interrupção ao direito de a população reivindicar sua soberania configura uma ruptura com os princípios socialistas que, supostamente, norteiam esse país. Quando os interesses do Estado se comprometem com a garantia de ações que restringem e/ou mesmo negam a soberania popular, não podemos falar de um desenvolvimento social, quiçá de crescimento econômico.

Figura 4 – Área de obras da linha férrea cercada.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Figura 5 – O plantio por detrás das cercas da Vale.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 6 – A negação do direito ao território.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Figura 7 – O sentido da vida é o motor da resistência.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Considerar que a cosmovisão camponesa ultrapassa a materialidade econômica visualizada na produção agrícola é fundamental para se compreenderem as múltiplas formas de resiliência e (re)existência que têm sido construídas pelas comunidades afetadas pela Vale. A vida não é uma equação com variáveis definidas e controladas pelos interesses de mercado. Ainda que as dinâmicas de reprodução do capitalismo atinjam também a subjetividade, com mecanismos de captura e harmonização cada vez mais refinados, a metanarrativa capitalista não encerra os sentidos da vida em cifras. E, enquanto houver sentido na vida, haverá sentido na luta pelo território. O tecido social que dá concretude ao território é prenhe de afetividade e alegria, como se observa na Figura 7, com o grupo de mulheres que, após uma reunião para tratar dos diversos problemas no reassentamento feito pela Vale, demonstra uma felicidade que dá sentido prático à luta pela emancipação social. É possível ser feliz fora das estreitezas capitalistas.

Moçambique é um país complexo, com dezenas de línguas locais, uma cultura dinâmica e porosa, com paisagens que atraem pessoas do mundo todo e um Estado-governo formalmente socialista, cuja legitimidade começa a ser abertamente questionada, cada vez mais, por residentes. Estes elementos podem ser bastante conflituosos entre si, num momento, bem como podem compor tramas e estratégias de ações locais, regionais e nacionais, em outro. Em todo caso, um aspecto parece evidente: apostar num modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio – ou, mais precisamente, nos interesses do capital transnacional – descontenta os diretamente afetados e mina a soberania popular, cuja referência, dada a diversidade cultural existente, podem ser os preceitos constitucionais de países que reconhecem suas raízes e criam condições para seu fortalecimento, como a

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Bolívia, por exemplo. Este país, que também sofre com o avanço do capital agrário brasileiro (URIOSTE, 2012), recentemente, adotou a constituição plurinacional, que emprega conceitos linguísticos indígenas de *buen vivir* (viver bem) e *Pachamama* (mãe terra), reafirmando a identidade boliviana e os direitos sobre seus recursos naturais (ZIMMERER, 2015).

Enquanto há certa receptividade da sociedade local aos avanços do capital do agronegócio brasileiro, a sociedade civil organizada tem se posicionado contrariamente a este processo, conforme foi demonstrado com os excertos da carta aberta das organizações populares de Moçambique e presenciado durante nosso trabalho de campo. Negar as diversas formas de existências é – ou, pelo menos, deveria ser – antagônico a querer apostar no turismo como elemento do desenvolvimento.

Agir é necessário! Construindo uma agenda de pesquisa para o turismo comprometida com a soberania popular

Diante da complexidade subjacente à cooperação Sul-Sul protagonizada pelo Brasil, em Moçambique, centraremos nossa análise em uma das dimensões que tem sido propugnada como impulsionadora de desenvolvimento econômico. O turismo tem sido bastante estudado, na perspectiva geográfica (CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2001; PORTUGUES, 2001). Tais pesquisas têm influenciado os estudos moçambicanos sobre esse fenômeno social, como é possível conferir no livro organizado por Zacarias e Azevedo (2015). Estes intercâmbios analíticos são salutares e prescindem de aprofundamento, pelos ganhos recíprocos que trazem, ao oxigenarem as análises em ambos os países.

Espera-se, entretanto, que a absorção de informações transformadas em conhecimento reconheça a disputa de poder dentro dos diferentes campos de saberes, como já evidenciou Bourdieu (2004). O turismo, como campo de saber, tem sido marcado por análises teóricas e empíricas apriorísticas, como definiu Alfredo (2001).

Sem qualquer motivação à rivalidade desnecessária e excludente, entendemos que a aceitação desse formato analítico tem ocorrido por não considerar a totalidade, ou seja, não contemplar uma leitura totalizante acerca do turismo como fenômeno social. A totalidade como categoria do método histórico dialético (CARVALHO, 2007) permite a aproximação de diferentes abordagens e aspectos desse fenômeno sem incorrer, por um lado, num reducionismo que restringe as comparações e impede de alcançar os traços gerais do fenômeno estudado (o que, de acordo com Fromm (1947), é o objetivo deste tipo de pesquisa científica), e, por outro, numa abstração sem qualquer materialidade, desprovida de sentidos histórico e crítico que permitam aportar elementos para uma construção teórica e ação coletivas acerca do referido processo.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Cientes de que a pesquisa consagra, em si, um posicionamento (ético-político) que não dá margem para a ainda advogada neutralidade, temos como embasamento o que Paulo Freire (2011) designou como "posição dos excluídos da terra" e que Zizek (2011a) e Badiou (2012) denominaram de "posição proletária". Tal posição não é um comprometimento apriorístico que repõe as categorias do capitalismo e impede uma reflexão e ação comprometidas com o devir e com uma leitura teleológica, sem a qual a crítica ao modelo de organização social aparece como um problema desvinculado das questões impostas aos estudos de turismo.

Trazer o turismo para o campo da teoria social crítica não é fazer críticas limitadas a um ou outro aspecto do atual modelo de organização social no tocante a este fenômeno social, como é o traço hegemônico das pesquisas no Brasil (OURIQUES, 2005). Considerar o turismo como elemento da autodeterminação territorial dos povos, inclusive no plano das políticas públicas, exige lembrar que só há autodeterminação territorial de diferentes sujeitos de um mesmo Estado-nação e de Estados-nação diferentes se houver soberania popular, o que não é possível dentro do capitalismo (KONDER, 2009; LENIN, 2007; MARX, ENGELS, 2007).

A obra de Konder (2009) importa, ainda, por trazer, já na década de 1980, a necessidade de pesquisas sobre turismo (designado como "lazer") e sobre os aspectos subjetivos do capitalismo para a "batalha das ideias". Um esforço tem sido realizado nesse sentido, como no caso do livro *Marxismo e produção simbólica: periferia e periferias*, organizado por Calheiros, Gonçalves e Mari (2013). Essas dimensões simbólicas, imateriais e subjetivas, no processo de construção de concepções de mundo, são decisivas para se entender o que Lefebvre (1973) denominou de "reprodução das relações de produção". Sem este entendimento, resta inviabilizado o esforço de se compreender o turismo como componente da autodeterminação territorial, justamente por conta da premissa supracitada.

As experiências e diálogos com movimentos sociais, no Brasil e em Moçambique, e as vivências com as populações tradicionais e famílias acampadas e assentadas, no Brasil, bem como com as famílias camponesas e famílias reassentadas pela Vale que perderam direito de acesso às machambas, em Moçambique, subsidiam a agenda de pesquisa proposta. Conforme vimos, na primeira parte deste artigo, a dinâmica que expropria seus territórios e ceifa suas vidas é a mesma que contamina os bens comuns e impõe (sobre)determinações para parcela significativa da população, em ambos os países analisados, que vão desde o processo inflacionário dos preços das terras e dos aluguéis, passando pela contaminação dos alimentos e chegando ao controle das informações a que a maioria da população tem acesso (controle das mídias de massa sob concessão pública). Vale frisar que, para além

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

das experiências mencionadas, o CMET e os termos da cooperação Sul-Sul são enfáticos em salientar seus comprometimentos com a segurança territorial dos diferentes sujeitos, com os bens comuns e com o saber e as culturas locais, motivo pelo qual são o pano de fundo contra o qual deve ser lida a agenda que segue.

Sem a pretensão de que seja uma proposta definitiva e que, tampouco, abranja todos os aspectos relevantes para um debate crítico e qualificado acerca do turismo como fenômeno social, a agenda exposta resulta do interesse de desvelar dinâmicas e construir aproximações pouco correntes no campo de saber definido como *turismo no Brasil*, e que, no esteio da relação bilateral que comporta também as pesquisas científicas, tem sido exportado para Moçambique.

As ações do Brasil em Moçambique coadunam com os propósitos da cooperação Sul-Sul?

Inserir o turismo numa reflexão aprofundada acerca do respeito (ou não) aos termos da cooperação Sul-Sul permite mensurar em que medida os propósitos do CMET têm sido respeitados, tendo em vista as interseções entre ambos os documentos, como direito ao território, conservação dos bens comuns e valorização da cultura local, entre outros. Outrossim, analisar o turismo como componente de territórios, em Moçambique, prescinde de um olhar mais amplo sobre as questões territoriais, que, nesse caso, envolvem as ações brasileiras neste país.

Turismo como fenômeno social: implicações para a autodeterminação territorial.

Hegemonicamente, o turismo tem sido pensado e propagado como uma atividade econômica e um campo de estudo/saber detentor de grandes potencialidades como vetor de desenvolvimento local, a partir de sua capacidade de gerar emprego e renda. Mediações importantes ficam escamoteadas. Para desvelar tais mediações, é imperioso indagar: quais as implicações, para os territórios e as políticas públicas, se o turismo for compreendido como fenômeno social?

Se a economia do turismo é o principal argumento dos entusiastas desta "indústria limpa", é a partir dela que devem ser pensadas as questões do turismo. Todos os profissionais ligados à cadeia produtiva do turismo têm que ser tratados como tais. Todas as inversões públicas, nesse vasto leque de atividades, têm que ser entendidas como investimento em turismo, para o bem e para o mal. Assim, se verificará, por exemplo, que o turismo responde

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

por um número crescente de escândalos de desvios de verbas públicas, no Brasil.[13] Incidirá, sobre tais formulações que o turismo consagra, em verdade, uma série de atividades já há muito realizadas pelos sujeitos, mas que ganham notoriedade e um estatuto próprio na metanarrativa capitalista.

O turismo é a sacralização, com uma coloração positiva, de um modo de sujeição contemporâneo. Na ponta do lápis, com rigor teórico-metodológico, praticamente, todos os sujeitos inseridos na economia de mercado são turistas. Para a gestão e a teorização calcadas neste postulado hegemônico sobre o que é turismo, apenas são turistas aqueles que gastam acima de *x* dólares por dia e/ou que viajam *y* quilômetros para exercerem suas atividades, entre outras definições que excluem sujeitos que, cotidianamente, movimentam a cadeia produtiva e a economia do turismo. Este mesmo recorte incoerente e impreciso contribui para não permitir entender como a mercantilização das relações é o substrato da turistificação amplamente comemorada e que penaliza sujeitos, localidades, regiões e países tidos como meros recursos/atrativos turísticos.

A cadeia produtiva do turismo é composta de um grande número de atividades que compõem o setor de serviços. Este setor tem ganhado primazia, no processo de reestruturação produtiva do capital (ZIZEK, 2011a). O turismo passa, assim, a ser central em duas medidas para o capitalismo: por um lado, desempenha importante papel para a reprodução ampliada do capital; por outro, atualiza e legitima os termos da metanarrativa capitalista.

Na batalha das ideias, é importante descolonizar as mentes, como já apontava Martins (1999). Entender que a negação das metanarrativas, no século passado, resultou no fortalecimento de uma única grande metanarrativa é condição para se retomar um projeto coletivo de emancipação social consistente e popular (BADIOU, 2012; ZIZEK, 2011b). Como contraposição ao comunismo, entendido aqui como a principal metanarrativa emancipatória dos séculos XIX e XX, o capitalismo apresentou uma série de pautas civilizatórias que negavam a necessidade de superar o atual modelo de organização social. Assim, no seio dessas contradições de classe, emergiram ganhos que, retirando justamente a mediação de classe, foram importantes do ponto de vista humanitário e, concomitantemente, foram sendo incorporados e assimilados por essa grande metanarrativa capitalista. As expressões mais fortes desta dinâmica são as narrativas dos direitos humanos, do desenvolvimento

[13] Casos como os de Gramado, em 2013 (http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/07/justica-condena-9-por-desvio-de-verba-em-eventos-em-gramado-rs.html), e o da Confederação Brasileira de Desporto Aquático, em 2017 (https://oglobo.globo.com/esportes/policia-federal-prende-presidente-da-cbda-em-operacao-contra-desvio-de-verbas-21169486), apesar de estarem separados por quatro anos, são apenas singelos exemplos da utilização direta da cadeia produtiva do turismo em desvio de verbas públicas. Acesso em 14 de julho de 2017.

sustentável e dos direitos específicos de segmentos excluídos e/ou inferiorizados, como as populações tradicionais, a população negra, as mulheres e a comunidade LGBT, entre outros sujeitos.

A garantia dessas conquistas é a condição para pensarmos em autodeterminação territorial. Ocorre que, em verdade, a turistificação e a exclusão são faces articuladas da metanarrativa capitalista. À medida que legitima o discurso multiculturalista liberal que propaga a ideia de que todos os sujeitos têm as mesmas condições de existência, a narrativa turística contribui para a fetichização da relação com "o outro" e com a natureza, escamoteando as conexões escalares e as (sobre)determinações capitalistas, desse modo, individualizando as lutas por direito ao território e, de forma mais ampla, à própria vida.

Compreender as multiescalaridades e multidimensionalidades do fenômeno turístico, tanto no plano discursivo quanto no plano prático-empírico, possibilita não desconectá-lo da totalidade da dinâmica social e, consequentemente, inseri-lo como componente da afirmação (ou da negação) da autodeterminação territorial dos sujeitos.

O turismo e o multiculturalismo liberal

O multiculturalismo liberal, premissa da metanarrativa capitalista contemporânea, assegura igualmente dignidade aos diferentes segmentos das sociedades brasileira e moçambicana? Esta deve ser a arguição das pesquisas que se apoiam na narrativa turística de "indústria verde", de atividades com baixo impacto social e ambiental, de vetor de desenvolvimento sustentável, e tudo o mais que é dito, por exemplo, no CMET e no discurso hegemônico das pesquisas sobre o tema.

Em suma, o multiculturalismo liberal propaga a ideia de que todas as formas de existências estão ou podem ser asseguradas no capitalismo. Esta ideia foi consistentemente analisada – e negada – por Fredric Jameson e Slavoj Zizek (1998), para quem as dinâmicas da reprodução ampliada do capital prescindem dessa seguridade ao conjunto dos sujeitos. À medida que valora os modos de ser e estar (as existências) de modos distintos, sem deixar de mercantilizá-los e criar nichos de mercado, essas dinâmicas propiciam a ilusão de que é possível galgar a realização pessoal capitalista, independentemente de sua sexualidade, seu gênero, sua cor de pele e do lugar onde se vive, entre outras dimensões da reprodução social.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Considerações finais

Conforme vimos, as relações da cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique estão consubstanciadas na etapa atual de acumulação do capital. Moçambique tem se constituído num território convertido em receptáculo de experiências originalmente forjadas desde os países do Norte, que, na etapa atual, passam a incluir ações oriundas de países do Sul, como o Brasil.

Ao se converter em "vitrine" de um modelo de desenvolvimento, o Brasil, que tem sua economia fortemente ancorada em *commodities* de origem mineral e agrícola, acaba transpondo para aquele país as contradições internas que têm acarretado uma série de conflitos relacionados à apropriação e ao controle da terra, da água e do subsolo.

É importante frisar que o Brasil não é o único impulsionador de ações de desenvolvimento para Moçambique. O fato de este país possuir um grande acervo natural (terra, água e subsolo), que permite desde a exploração de *commodities* à utilização da beleza cênica disponível em sua vasta orla marítima, tem atraído uma infinitude de "investimentos" estrangeiros para o usufruto destas potencialidades naturais.

A invasão estrangeira tem interrompido, senão abortado, as possibilidades de construção de alternativas de reprodução das condições materiais e subjetivas de existências dos sujeitos dos campos e das cidades moçambicanas. Em última instância, isto implica na instauração de distintas faces da insegurança territorial, na medida em que territórios da vida e da diversidade estão sendo usurpados por distintas formas de acumulação de capital internacional, manifestas em atividades como a mineração, a agricultura e o turismo.

É imperativo que a sociedade organizada de Moçambique possa fortalecer suas redes de cooperação internacional, para além das esferas institucionais de Estados-nação do Norte ou do Sul, ancorando-se na força dos "de baixo", daqueles que habitam os "espaços opacos", os homens e mulheres do "tempo lento" que, na conjugação de experiências horizontais – via de regra, construída na participação –, possam produzir a contra-hegemonia necessária para enfrentar o ornitorrinco ao qual o capital se assemelha.

No momento em que concluímos este artigo, o Brasil passa por uma profunda reestruturação na sua relação geopolítica com os países do Sul. Após a ascensão do governo de Michel Temer, em 2016, e o resultado eleitoral de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do país, ao que tudo indica, há um realinhamento dos parceiros externos e um recrudescimento de novas formas de acumulação do agronegócio, tanto no sentido Norte-Sul, como no Sul-Sul. Isto nos coloca diante de um contexto que demanda novas agendas de pesquisa para se elucidarem os desdobramentos desse cenário político e econômico.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Referências bibliográficas

1. ABREU, F. J. M. DE. A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil. In: *Mural Internacional*, v. 4, n. 2, p. 3-17, 2013.
2. ALFREDO, A. Geografia do turismo. A crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como ilusão necessária. In: *GEOUSP* – Espaço e Tempo, v. 9, p. 37-62, 2001.
3. AMIN, S. Contemporary imperialism and the agrarian question. In: *Agrarian South:* Journal of Political Economy, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2012.
4. BADIOU, A. The rebirth of history: times of riots and uprisings. Londres: Verso, 2012.
5. BARBOSA JR., R.; COCA, E. L. DE F. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. In: *Eutopía*: Revista de Desarrollo Económico Territorial, v. 8, p. 13-27, 2015.
6. BARRIVIERA, G. D. N. O lugar da África na política externa brasileira após 2003. In: *Conjuntura Austral*: Journal of the Global South, v. 7, n. 36, p. 57-72, 2016.
7. BORRAS JR., S.; FRANCO, J. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminary analysis. In: *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.
8. BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
9. BRASIL. Constituição Federal de 1988. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 14 de julho de 2017.
10. _____. Sobre o PNAE. 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em: 14 de julho de 2017.
11. _____. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 14 de julho de 2017.
12. CALHEIROS, A.; GONÇALVES, A.; MARI, M. Marxismo e produção simbólica: periferia e periferias. São Paulo: Nankin, 2013.
13. CALMON, D. P. DE G. "Para cada problema africano, existe uma solução brasileira"? Uma análise dos megaprojetos brasileiros em Moçambique. In: *Revista Vernáculo*, v. 30, n. 2, p. 66, 2012.
14. CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. V. P. Conflitos no campo – Brasil 2016. Goiânia: CPT, 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

15. CARNEIRO, F. F. et al. (Eds.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

16. CARVALHO, E. A totalidade como categoria central na dialética marxista. In: *Outubro*, v. 15, n. 1, p. 177-193, 2007.

17. CASTILHO, A. "Agro é pop": propaganda da Globo sobre cana tem imagens de escravos. 2017. Disponível em: <http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/06/11/agro-e-pop-propaganda-da-globo-sobre-cana-tem-imagens-de-escravos/>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

18. CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil. Brasília: [s.n.]. 2015. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>.

19. CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. In: *Agrarian South*: Journal of Political Economy, v. 2, n. 1, p. 41-69, 2013.

20. CORIOLANO, L. N. M. T. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.

21. COSTA VAZ, A. International drivers of Brazilian agricultural cooperation in Africa in the post-2008 economic crisis. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 58, n. 1, p. 164-190, 2015.

22. CRUZ, R. C. A. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Rocca, 2001.

23. FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.* Campinas: Unicamp, p. 173-224, 2008.

24. _____. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: UNESP, v. 2, 2013.

25. _____. O agronegócio não é o centro do universo. 2017. Disponível em: <http://www.redesans.com.br/o-agronegocio-nao-e-o-centro-do-universo-por-bernardo-mancano/>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

26. FOLGADO, C. A. Agrotóxicos e o estado de exceção: a suspensão da legislação de agrotóxicos em atenção aos interesses do agronegócio. In: SOUZA, M. M. O.; FOLGADO, C. A. (eds.). *Agrotóxicos: violações socioambientais e direitos humanos no Brasil.* Anápolis: UEG, 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

27. FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária: Integrantes. 2018. Disponível em: <http://www.fpagropecuaria.org.br/integrantes>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

28. FREI, V. V. M. No país do mano muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da Província de Nampula. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2017.

29. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

30. FROMM, E. Análise do homem. Trad. Octavio Alves Velho. São Paulo: Círculo do Livro S/A, 1947.

31. FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos. Rio de Janeiro: [s.n.] 2016.

32. HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

33. _____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

34. IBGE. Censo Agropecuário. 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

35. INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2010.

36. JAMESON, F.; ZIZEK, S. Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo. Buenos Aires: Paidós, 1998.

37. JENNINGS, A. et al. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014.

38. JICA; ABC; GOVERNMENT OF MOZAMBIQUE. Memorandum de entendimento sobre a cooperação triangular para o desenvolvimento da agricultura das savanas tropicais em Moçambique, Maputo, Mozambique: Japan International Cooperation Agency, Agência Brasileira de Cooperação and Government of Mozambique. [s.l: s.n.] 2009.

39. KONDER, L. O marxismo na batalha das ideias. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

40. LAUERMANN, J.; DAVIDSON, M. Negotiating particularity in neoliberalism studies: tracing development strategies across neoliberal urban governance projects. In: *Antipode*, v. 45, n. 5, p. 1277-1297, 2013.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

41. LECHINI, G. Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. 2008. Disponível em: <http://www.cebri.org/midia/documentos/318.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

42. LEFEBVRE, H. Reprodução: as relações de produção. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

43. LENIN, V. O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Trad. Revista Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

44. LUXEMBURGO, R. Socialismo e liberdade. Belo Horizonte: Forum, 1968.

45. MAGALHÃES, B. P. Política externa do Brasil em agricultura: o papel da Embrapa na cooperação técnica. Brasília: UnB, 2008.

46. MARTINS, J. S. O poder do atraso: ensaio de sociologia da história lenta. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

47. MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

48. MDS. Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO. 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

49. MELO, T. S. DE. O Estado como agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos: um olhar para as populações tradicionais. In: *Espaço e Tempo Midiáticos*, v. 1, n. 1, p. 189-207, 2016.

50. MENDONÇA, M. R. A urdidura do capital e do trabalho no capital do sudoeste goiano. [s.l.] Unesp – Presidente Prudente/SP, 2004.

51. _____.; OLIVEIRA, A. R. DE; GONÇALVES, R. J. DE A. F. A look at agroecology and popular cooperation in Mozambican savannahs. In: *Policy in Focus*, v. 13, n. 2, p. 43-45, 2016.

52. MILHORANCE, C. A política de cooperação do Brasil com a África sub-saariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p. 5-22, 2013.

53. MITIDIERO JÚNIOR, M. A. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. In: *Boletim DATALUTA*, n. 114, p. 23, 2017.

54. _____.; BARBOSA, H. J. N.; HÉRICK DE SÁ, T. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. In: *Revista Pegada*, vol. 18, n. 3, set./dez., p. 7-77, 2017.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

55. MOURÃO, J. Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA-JBM). Brasília: Divisão de Cooperação Triangular e Programas Sociais, Japan International Cooperation Agency Brazil, 2011.

56. MOYO, S.; YEROS, P.; JHA, P. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. In: *Agrarian South:* Journal of Political Economy, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

57. OMT. Código Mundial de Ética do Turismo. 1999. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/651-código-de-ética-mundial-para-o-turismo.html>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

58. OURIQUES, H. R. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas/SP: Editora Alínea, 2005.

59. PESSÔA, V. L. S. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba/MG. [s.l.] Unesp – Rio Claro/SP, 1988.

60. PFRIMER, M. H.; BARBOSA JR., R. (De)securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex. In: *Revista NERA*, v. 19, n. 30, p. 66-87, 2016.

61. _____.; _____. Neo-agro-colonialism, control over life, and imposed spatio-temporalities. In: *Contexto Internacional*, v. 39, n. 1, p. 9-33, 2017.

62. PORTUGUES, A. P. Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Rocca, 2001.

63. PROSAVANA. Sobre o programa: o que é o ProSavana. 2015. Disponível em: <http://www.prosavana.gov.mz/o-que-e-o-prosavana/?lang=pt-pt>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

64. RBA – REDE BRASIL ATUAL. Contag avalia um ano de Temer: "governo do capital e latifúndio". 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/05/contag-avalia-um-ano-de-temer-governo-do-capital-e-latifundio>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

65. ROCHA, P. V.; BARBOSA JR., R. Criminalizar é governar: uma proposta teórica para a compreensão da criminalização dos movimentos sociais do campo no Brasil. In: *Colombia Internacional*, v. 93, p. 205-232, 2018.

66. ROSSI, A. Moçambique, o Brasil é aqui. Rio de Janeiro: Record, 2015.

67. SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora USP, 2006.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

68. SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

69. SOUZA, M. M. O.; FOLGADO, C. A. Agrotóxicos: violações socioambientais e direitos humanos no Brasil. Anápolis: UEG, 2016.

70. UNAC; GRAIN. Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique. Barcelona: [s.n.] 2015.

71. UNFPA. Cooperação Sul-Sul. 2017. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/1556-cooperacao-sul-sul-e-prioridade-do-unfpa>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

72. URIOSTE, M. Concentration and "foreignisation" of land in Bolivia. In: *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 4, p. 439-457, 2012.

73. VALE. Vale no mundo: a Vale em Moçambique. 2017. Disponível em: <mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Moçambique>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

74. VIOMUNDO. ProSavana: Brasil banca usurpação de terras em Moçambique – "Carta aberta das organizações de Moçambique frente ao ProSavana!" 2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/prosavana.html>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

75. VISENTINI, P. O Brasil reencontra o caminho africano. In: *Sul-Sul, a África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação.* Porto Alegre: Leitura XXI, p. 81-152, 2013.

76. ZACARIAS, D. A.; AZEVEDO, H. A. M. A. Políticas públicas e desenvolvimento do turismo em Moçambique: estudos, experiências e perspectivas. Maputo: Ehsohfotoh, 2015.

77. ZIMMERER, K. S. Environmental governance through "speaking like an Indigenous State" and respatializing resources: ethical livelihood concepts in Bolivia as versatility or verisimilitude? In: *Geoforum*, v. 64, p. 314-324, 2015.

78. ZIZEK, S. Em defesa das causas perdidas. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011a.

79. _____. Primeiro como tragédia, depois como farsa. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011b.

80. ZUCARELLI, M. C. A construção de usinas hidrelétricas e as disputas assimétricas para usos diversos dos espaços ambientais. In: *Latitude*, v. 9, n. 1, p. 7-28, 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2018.1424.0004

EVOCATIVOS EXPERIENCIAIS DOS VÍNCULOS DE LUGAR: ENSAIO ACERCA DA GEOGRAFICIDADE DE SER-NO-MUNDO

THE EXPERIENTIAL EVOCATIVE OF PLACE ATTACHMENTS: ESSAY ABOUT THE GEOGRAPHICITY OF BEING-IN-THE-WORLD

L'EVOCATIVES EXPERIENTIELES DU ATTACHEMENT AUX LIEUX: ESSAI SUR LE GEOGRAPHICITE D'ETRE-AU-MONDE

Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior
Mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).
E-mail: carlosroberto2094@gmail.com

Maria Geralda de Almeida
Mestra e doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III. Pós-doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona. Professora titular da Universidade Federal de Goiás (UFG).
E-mail: mgdealmeida@gmail.com

Resumo

Na condição de espaços dotados de definição e significado, os lugares são expressões da geograficidade humana. Arquitetados por meio da inseparabilidade do sujeito e sua realidade geográfica, os vínculos de lugar abarcam a dinamogenia relacional de ser-no-mundo. Visa-se, logo, a desvelar como as teorias acerca dos vínculos e da corporeidade podem potencializar os estudos do conceito de lugar na geografia cultural e humanista contemporânea. Para tanto, buscou-se realizar um processo de imersão e interpretação bibliográfico concernente ao campo teórico da fenomenologia, particularmente na abordagem existencialista de Merleau-Ponty. Por meio deste fio condutor, compreende-se que o horizonte da realidade geográfica centrado no habitar a Terra indica as tramas de significação do ser. É decifrado que o devir sujeito-lugar está conectado ontologicamente à presentificação e corporificação dos vínculos de lugar em suas amplitudes existenciais. Esta trama experiencial de temporalidade nucleada no instante deve, portanto, ser entendida como um todo dinâmico em que os lugares e sujeitos se metamorfoseiam em reciprocidade contínua.

Palavras-chave: experiência geográfica, sujeito-lugar, habitar, intersubjetividade, corporeidade.

Abstract

As spaces with definition and sense, places are expressions of human geographicity. Made by the means of the inseparability of place and its geographical reality, place attachments enroll the relational dynamics of being-in-the-world. It is intended, thus, to unravel how the attachment's and corporeality's theories can potentialize the studies of place as a concept on

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

contemporary cultural and humanistic geography. In order to do so, a process of immersion and bibliographical interpretation concerning the theoretical field of phenomenology, particularly Merleau-Ponty's existentialist approach, was realized. By the means of this conductive knot, it is comprehended that the horizon of geographical reality, centered on Earth-dwelling, indicates the tangles of being's signification. It is unraveled that subject-place becoming is ontologically connected to the presentification and corporeality of place attachments in their existential amplitudes. This experiential web of temporality centered upon the instant must, thus, be comprehended as a dynamic whole in which places and subjects are metamorphosed in continuous reciprocity.

Keywords: geographical experience, subject-place, dwell, intersubjectivity, corporeality.

Resumé

Comme espaces de définition et de sens, les lieux sont des expressions de la geógraphicité humaine. Construits par le indissociabilité du sujet et de sa réalité géographique, les attachment aux lieux embrasse la dynamogénie relationnelle d'être-au-monde. Le but est, donc, découvrir comment les théories sur les attachements et la corporalité peuvent élargir las frontières du concept de lieu dans la géographie culturelle et humaniste contemporaine. Pour le faire, on a réalisé une immersion et interprétation bibliographique concernant le champ théorique de la phénoménologie, en particulier dans l'approche existentialiste chez Merleau-Ponty. A travers cette chemin, il est entendu que l'horizon de la réalité géographique centrée sur le chez-soi a la Terre indique les tissus de signification d'être. On décrypte que le sujet-lieu est lié ontologiquement à la présentification et a la corporalité des attachements aux lieux dans leus amplitudes existentielles. Cette sphère expérientielle de la temporalité nuclée à l'instant doit besoin être comprise comme un tout dynamique dans lequel les lieux et sujets se métamorphosent en une réprocité continue.

Mots-clé: expérience géographique, sujet-lieu, habiter, intersubjectivité, corporalité.

Introdução

Estudos recentes acerca do conceito de lugar indicam um renovado interesse nas possibilidades explicativas e analíticas abarcadas pela sua definição. Nos diferentes campos da geografia, as contribuições têm-se centrado nas maneiras pelas quais essa dimensão da espacialidade humana elucida nexos da experiência na escala do sujeito. As discussões centradas na perspectiva dos vínculos apresentam uma proposta de leitura da realidade geográfica em que os contextos relacionais emergem como trama explicativa.

Entremeio a esses caminhos conceituais, a abordagem anglo-saxã da geografia humanista e cultural indica, nos anos recentes, férteis arquiteturas teórico-metodológicas. As pesquisas centradas nas condições de existência dos lugares são dinamizadas pelas situacionalidades implícitas nas relações de gênero, etnicidade, diferença, emotividade e alteridade. Pelas contraposições que são evocadas pelos pesquisadores, é evidenciado um panorama amplo de leituras dessas espacialidades.

Conforme destaca Almeida (2013, p. 49), "os tempos promissores sinalizam para seguir os passos, sobretudo, pela contribuição fecunda dada pelos geógrafos anglo-saxônicos. A geografia cultural produzida por eles é rica em textos que se referem a metáforas, ou seja, ao lugar como *texto*, como *cena* ou como *espetáculo*". Nesse sentido, destacam-se as contribuições referentes à compreensão do lugar como nexo experiencial das geograficidades do mundo vivido. Como ressalta a referida autora, a perspectiva desses geógrafos transborda em possibilidades de diálogos com as concepções contemporâneas.

No campo conceitual das pesquisas realizadas pelos anglo-saxões, as análises acerca dos imaginários e das representações elaboram diálogos relevantes com as condições geográficas. É salutar a colocação de Adams, Hoelscher e Till (2001, p. xiv) de que "place, as a topic of investigation, highlights the weaving together of social relations and human-environment interactions".[1] Isto evidencia que a discussão de lugar centrada no localismo é transcendida em função da compreensão mais ampla das relações efetivadas na inseparabilidade existencial sociedade-natureza.

Por meio da convergência do entendimento do lugar com a temática da corporeidade, suscitam provocações acerca da dinâmica existencial manifestas nos estudos. No nexo conceitual abarcado, em transcendência aos extremos dicotômicos *topofilia* e *topofobia*, as discussões são centradas nos vínculos (*attachments*) de lugar. Este baluarte, como

[1] "Lugar, como tópico de investigação, destaca o entrecruzar conjunto das relações sociais e das interações humanos-meio" (ADAMS, HOELSCHER, TILL, 2001, p. xiv, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

observam Tuan (2012), Scannel e Gifford (2014) e Seamon (2014), implica em perspectivas que compreendem o papel da percepção e a correlacionam à realidade geográfica abarcada pela reciprocidade material-imaterial das espacialidades.

As apreensões são dinamizadas pela sumarização de sentidos em que as condições de devir do ser-no-mundo consubstanciam definições dos fenômenos espaciais. Na conexão ontológica da inexorabilidade do imaginário na existência dos lugares, as interpretações apresentam um panorama denso das conexões entre afetividade-corporeidade e dinâmicas sociais, políticas e ambientais. Este imbricamento provoca os geógrafos ao reposicionamento teórico-conceitual por meio das questões incitadas pelos espaços explorados.

Nesse percurso, a intenção deste ensaio é problematizar as maneiras pelas quais as proposições em torno dos vínculos e da corporeidade reconfiguram o conceito de lugar na geografia cultural e humanista. Recorre-se ao diálogo com a fenomenologia existencialista de Merleau-Ponty (2011; 2014; 2015) como fio condutor da análise e princípio epistemológico de compreensão das possibilidades explicativas abrangidas pela discussão. Sua proposição é explicitar como emergem os vínculos de lugar e de que maneiras fluem suas dinâmicas existenciais.

Por meio da interlocução dos conceitos evidenciada pelas tramas de emergência de ser-no-mundo, a experiência é o itinerário inicial que gesta a discussão e encaminha a investigação. Na correlação da bibliografia concernente com o campo fenomenológico, a análise pautada na intencionalidade ativa do sujeito visa a contemplar virtualidades elucidativas para a dinâmica do conceito de lugar.

A inquietação posta é desvelada ao longo de três partes que articulam este artigo. Em "Caminhos e texturas entre os *mundos* do lugar", esboçam-se as formas em que mundo e lugar se interconectam pelas vias experienciais. Em "Vínculos de lugar no cosmo de ser-no-mundo", expõe-se a inerência existencial da relação entre ser e lugar. Por fim, "Limiares entre vínculos ativos e inativos" explicita a dinâmica temporal e afetiva referente aos vínculos de lugar. Desse modo, a composição teórico-conceitual deste artigo é tecida pelas necessidades de problematização da categoria de análise geográfica.

Caminhos e texturas entre os mundos do lugar

No âmbito em que, fenomenologicamente, mundo é condição e resultado de relações de intencionalidade consciente corporificada (MERLEAU-PONTY, 2011), ele abrange o nexo de princípio da conformação de espacialidades humanas. Nesse denso campo de

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Gestalt, o circuito corpo-perceptivo pautado na experiência é baluarte para a expressão do lugar. Como gênese primal em *topos*, a condição de emergência da situacionalidade pauta-se na configuração em que o ser se dimensiona.

Tomado o postulado merleau-pontiano de que "o mundo percebido seria o fundo sempre pressuposto por toda racionalidade, todo valor e toda existência" (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 32), considera-se que a consciência abarca o cosmo cognoscível de modo a significá-lo. Inseparável do mundo em que habita, o sujeito arquiteta, na experiência ativa da realidade geográfica, a definição que converge na gênese de espacialidades expressivas. É, como discorre Tuan (2013, p. 14), o processo em que "o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e os dotamos de valor". Direcionada pela lógica de vir a ser concretizada pelo horizonte experiencial, a relação que transcorre no âmbito das sensações indica a projetividade do humano no ambiente. Como aponta Tuan (1995), há uma urgência no clamor que é evocado pelo mundo ao sujeito no sentido em que o seu interpelar gera a semente dessa *geografia* existencial.

Na interconectividade corpo-experiencial, o sensório realça as dimensões do espaço apropriadas para os fins humanos. Casey (1998, p. 78) ressalta que "the cosmos is sensed in concrete landscapes as lived, remembered, or painted: it is the immanent scene of finite place as felt by an equally finite body".[2] Esta finitude fundante vivida espacialmente centraliza a dinâmica de lugar por meio do nexo da situação.

Como fundo primeiro, o mundo percebido é o núcleo relacional desse cosmo experiencial. É salutar a contribuição de Dardel (2011, p. 1-2) de que "uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (*geógraficité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino". Esta Terra, como base corporificada da experiência humana, diz respeito à maneira como certa *geografia originária* é aberta pela relação irradiativa de habitar o mundo.

Relph (1985, p. 27), pautado na fundamentação da geografia fenomenológica de Dardel, afirma que "geographical experience begins in places and reaches out across spaces to landscapes and the regions of existence".[3] Há, na confluência dos geógrafos Dardel (2011) e Relph (1976; 1985), a constatação de que, centralizada no corpo vivido, a concretude dimensional do devir espacial está intimamente conectada à interescalaridade da relação de Ser na Terra, na consequente indissociabilidade da sociedade com o meio.

[2] "O cosmo é sentido em paisagens concretas como vivo, lembrado ou pintado: é a cena imanente de um lugar finito vivido por um corpo igualmente finito" (CASEY, 1998, p. 78, tradução livre).

[3] "Experiência geográfica começa nos lugares e se expande dos espaços para as paisagens e regiões da existência" (RELPH, 1985, p. 27).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Fenomenologicamente, isso reverbera no postulado de unicidade experiencial do mundo-sujeito. Se, como torna explícito Bartoloni (2015, p. 146), "the world is, of course, culture, time, space, location, imagination, and symbols, that is, a complex network of meanings that have a direct as well as indirect connection to the subject",[4] é nesse campo cósmico que une o *evocativo* ao *evocado* que os lugares têm gênese. Da mesma forma que entre *percipere* e *percipi* não há anterioridade (MERLEAU-PONTY, 2011; 2014), aquilo que é representado/projetado sobre o espaço que evoca as representações e projeções não pode ser divergido em uma lógica cartesiana de compreensão.

Mundo e realidade geográfica convergem na possibilidade relativa intricada de explicação da geograficidade dos fenômenos de lugar. Richardson (2015, p. 48) coopera com esta noção ao discorrer que, primordialmente, "the philosophical aspect of human spatiality, then, asks us to come to grips with the awesome reality of our 'place in the world', understood in the broadest and most abstract sense of that term".[5] Pela consciência que significa o cosmo, a experiência geográfica indica uma relação intencional com a Terra em que emergem nexos intersubjetivos que expressam a espacialidade.

Na medida em que, como ressalta Merleau-Ponty (2011, p. 576), "o sujeito é ser-no-mundo, e o mundo permanece 'subjetivo', já que sua textura e suas articulações são desenhadas pelo movimento de transcendência do sujeito", as tramas do habitar se (re)fazem no sentido da inseparabilidade entre sujeito e mundo. Tal *cogito* encarnado, em superação a uma noção idealista, é condição anunciada conjuntamente ao objeto intencional sobre o qual a consciência opera (MERLEAU-PONTY, 2011; 2015). Isto ocorre em decorrência da perspectiva de que a coisa e o mundo sempre operam no nexo do sujeito que os tornam vividos.

Pela circunstância de ser-no-mundo, são ressaltadas a introjeção do sujeito *no* mundo e a condicionalidade do sujeito *ao* mundo por meio de reciprocidade ativa. Por meio do cosmo experiencial, o meio é habitado simultaneamente à proporção em que habita o ser. Relph (1985, p. 17) contribui ao discorrer que "being-in-the-world is the basic state of human existence, and it indicates the fact that everything which exists has an environment".[6] A consciência, que sempre se encontra operando no mundo, argumentada por Merleau-Ponty (2011), necessariamente tem fundamento no corpo-sujeito que é origem e desdobramento do espaço vivido.

[4] "O mundo é, claramente, cultura, tempo, espaço, localização, imaginação e símbolos, isto é, uma complexa rede de sentidos que tem conexão direta ou indireta ao sujeito" (BARTOLONI, 2015, p. 146, tradução livre).

[5] "O aspecto filosófico da espacialidade humana, então, nos invoca a encontrarmos nossos termos com a fantástica realidade de nosso 'lugar no mundo', a compreender este termo em seu mais amplo e abstrato sentido" (RICHARDSON, 2015, p. 48, tradução livre).

[6] "Ser-no-mundo é o estado básico da existência humana, e indica o fato de que tudo que existe tem um ambiente" (RELPH, 1985, p. 17, tradução livre).

Substanciado pela dimensão efetiva desse contato concernente à experiência, o lugar é uma unicidade (inter)subjetiva que perpassa pela constituição do mundo. Articulando-se o sentido dardeliano de que ser e habitar implicam no conjunto de relações e trocas que confluem no efetivo lugar de sua existência (DARDEL, 2011), sumariza-se que a geograficidade do sujeito é composta de sua situação. Tal posição permite definir, como escrevem Larsen e Johnson (2012, p. 633), que "place is how the world presents itself; that is to say, being inevitably requires a place, a situation, for its disclosure".[7] Como estes geógrafos indicam, o lugar transcende a condição de *ponte* da experiência no sentido em que também a sedimenta.

Marandola Jr. (2014) salienta que o lugar é base fundamental para a conformação do núcleo experiencial dos sujeitos. Entremeado à *Gestalt* definidora de texturas da realidade, o ser-no-mundo ontologicamente dimensiona as formas de exteriorização e interiorização que se realizam no lugar.

Hufford (1992, p. 232) problematiza que "places do not exist apart from human experience and understandings; they are always places-for".[8] A inseparabilidade da consciência intencional que se projeta *no/e do* mundo implica na potência relacional do centro atitudinal indicado pelo lugar. É por meio daquilo que se abre para além do olhar que o cosmo significante se humaniza como maneira de tomar substância.

Em transcendência à abstração, é a experiência que ilustra a cartografia existencial da realidade geográfica em que os lugares são nodos referenciais. Converge a ponderação de que, como Tuan (2013, p. 167) direciona, "o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado". É *nessa* Terra que clama aos sentidos, como aponta Dardel (2011), que os nexos intencionais corporificam a presença humana de consciência.

O espaço, ainda que teoricamente um *em-si* por excelência (MERLEAU-PONTY, 2014), é resultante da intersubjetividade inerente à geograficidade e à historicidade. Isto significa que, ao mesmo tempo em que se *experiencia* a espacialidade, esta também *experiencia* o sujeito. Ainda que não seja um *para-si*, transcende à condição de coisa pelo fato de que é também um *ser* (*em-si*), um ente em si mesmo. Por esta lógica, o lugar emerge na tessitura relacional de dinamogenia corporal que reage e recria os sentidos postos a esta entidade também ativa.

[7] "Lugar é como o mundo se apresenta; isto significa dizer que ser inevitavelmente requer um lugar, uma situação, para sua difusão" (LARSEN, JOHNSON, 2012, p. 633, tradução livre).

[8] "Lugares não existem fora das experiências e compreensões humanas; eles são sempre lugares-para" (HUFFORD, 1992, p. 232, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A reversibilidade que é posta no seio da própria conceituação de lugar indica a vinculação persistente da situação ao ser que está nela implicada. Parte constitutiva da inerência de ser-no-mundo, indica que há conexão entre aquilo que habita e aquele que é habitado pelo processo perceptivo que torna a espacialidade em campo vivido. O sentido de lugar, portanto, está em um processo contínuo no campo de indissociabilidade existencial entre significado-significante.

Conforme Hummon (1992, p. 262) destaca, "sense of place is inevitably dual in nature, involving both an interpretive perspective on the environment and an emotional reaction to the environment".[9] Ele envolve, desse modo, certa orientação pessoal direcional ao núcleo situacional da realidade geográfica. Sentimentos e nexos perceptivos são somados no contexto da emergência fenomênica dos sentidos de lugar.

Pautado no mundo que conforma o horizonte experiencial, o sujeito agrega as maneiras como o lugar se substancia no cosmo. Como Relph (1976, p. 141) afirma, "places are not abstractions or concepts, but are directly experienced phenomena of the lived-world and hence are full with meanings with real objects, and with ongoing activities".[10] Como fusões de ordem natural e humana, os lugares se referem à experiência imediata de mundo em que os seres humanos estão inseridos. É no âmago desta dimensão que a reciprocidade do vivido converge na corporificação de habitar a Terra, dessa condição irreversível de *ser* no espaço.

Nessa reversibilidade, elementos sociais, ambientais, emocionais, políticos e culturais se interconectam de modo a tecer significados para as maneiras de vir a ser dos lugares na condição de espacialidades existenciais. Isto implica, como salienta Casey (2001, p. 405), que o lugar principia na "immediate ambiance of my lived body and its history, including the whole sedimented history of cultural and social influences and personal interests that compose my life-history".[11] A intersubjetividade concernente a esta composição ressalta a amplitude experiencial que é sumarizada no baluarte relacional do lugar.

Simultaneamente, é pela presença corporificada que a trama de sentidos adensa direcionalmente o mundo. Carr (2004, p. 3) aponta que, fenomenologicamente, "lived space is rooted in, and cannot be understood apart from, the lived body".[12] Como ressalta este filósofo,

[9] "Sentido de lugar é inevitavelmente dual em sua natureza, envolvendo tanto uma perspectiva interpretativa acerca do ambiente quanto uma reação emocional ao ambiente" (HUMMON, 1992, p. 262, tradução livre).

[10] "Lugares não são abstrações ou conceitos, mas fenômenos do mundo vivido diretamente experienciados e, portanto, repletos de significados com objetos reais e com atividades em andamento" (RELPH, 1976, p. 141, tradução livre).

[11] "É o ambiente imediato do meu corpo e de sua história, incluindo toda a história sedimentada de influências sociais e culturais e de interesses pessoais, que compõem minha história de vida" (CASEY, 2001, p. 405, tradução livre).

[12] "Espaço vivido é enraizado em, e não pode ser entendido fora do, corpo vivido" (CARR, 2004, p. 3, tradução livre).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

a relação espaço-corpo vividos orienta a maneira como um fundamenta a substancialização do outro. A topologia existencial anunciada pela corporeidade torna explícito que o lugar não pode ser entendido fora da condição de fenômeno do ser-no-mundo.

Merleau-Ponty (2011, p. 122) fundamenta essa postura ao discorrer que "o corpo é o veículo do ser-no-mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles". Há, no habitar, portanto, uma inseparabilidade entre o corpo-situação e a dinâmica de vir a ser da realidade geográfica. Nesta dimensão natural-cultural, o ser se confunde com o cosmo em que projeta – e é projetada – a sua existência.

Tal nexo se correlaciona diretamente ao circuito ativo da percepção em que a experiência de mundo toma sentido. Para Merleau-Ponty, como explica Morris (2004, p. 158), "our *sens* of space refers to body-world movement, to a moving schema of perception".[13] Tal devir situa a experiência por meio da possibilidade relacional em que o *mover* implica a temporalidade presente no sentido de espaço. É por meio da unicidade indicada que o sujeito transborda a pura concretude material e evoca dinâmicas da intencionalidade como núcleo da significação das espacialidades.

Associada às sensações e percepções, a relação mundo-lugar sugere que há um campo dimensional composto das virtualidades expostas pelas vias corpo-experienciais. Depraz (2004, p. 193) é elucidativo ao discorrer que "my lived body is all the more embodied that it is bodily self-aware and is also originarily open to the world. In other words, my lived body is a unity both of my physical body and my mind and of oneself and the world".[14] O corpo vivido, inseparável de sua geograficidade, direciona a consciência nas conformações que significam as experiências de mundo.

Fenomenologicamente, essa unicidade corporificada compreende que, como explica Holzer (2014, p. 290), o mundo vivido "se estabelece a partir do corpo humano, o corpo-de-um-sujeito, o corpo que é o próprio sujeito-como-*cogito*". É somente *neste* cosmo explorado e advindo do *cogito* primal do ser *para-si* e *em-si* que o horizonte experiencial consubstancia o lugar. Tal concepção estabelece o campo de *Gestalt* do mundo onde o sujeito transcende a abstração espacial rumo à sinergia de virtualidade do espaço concreto subsumido no lugar.

[13] "Nosso sentido de espaço se refere ao movimento corpo-mundo, a um esquema móvel de percepção" (MORRIS, 2004, p. 158, tradução livre).

[14] "Meu corpo vivido está mais corporificado quanto mais ele é corporalmente auto-compreendido e também é originalmente aberto ao mundo. Em outras palavras, meu corpo vivido é uma união tanto do meu corpo físico quando de minha mente e de meu eu-individual e no mundo" (DEPRAZ, 2004, p. 193).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Como Tuan (2005, p. 140) aponta, "o corpo é nosso cosmos mais íntimo, um sistema cuja harmonia é sentida em vez de percebida simplesmente pela mente". É por meio e como desdobramento do corpo que o lugar comporta a dimensão perceptiva/sensorial e ambiental estabelecida pela intencionalidade consciente do sujeito. Como fenômeno que deriva da experiência imediata do mundo, o *topos* concernente ao corpo é um forte componente organizador da forma como os seres humanos vivenciam os espaços onde estão.

Contudo, como Casey (1998, p. 48) destaca, os gregos já consideravam que "just as there is no place without depth, so there is no place that does not connect the disparities of being and experience, of perception and language, of chaos and cosmos".[15] Ainda que o lugar indique certa centralidade de sentido vinculado à definição espacial centrada na organização da *chora* em elemento cognoscível e apropriado, há algo desta alteridade fundante que permanece. Na ambivalência inerente à emergência do ser, é impossível ignorar que a realidade geográfica está inserida no amplo espectro existencial da vida humana.

Vínculos de lugar no cosmo de ser-no-mundo

Suscitado pela lógica experiencial, o lugar compõe parte da trama de sentimentos e sentidos humanos que emergem no nexo espacial. Ele é, como aponta Karjalainen (2012), onde a vida faz sentido. Em acordo com Casey (1998), observa-se que, mesmo que seja compreendido como espacialidade dotada de definição, esse elemento não implica na exclusão de aspectos entrópicos. Fenomenologicamente compreendido, o lugar abarca a realidade geográfica na dimensão do cosmo de habitar.

Composta da ambivalência referente ao devir de *ser*, a ampla gama relacional da forma como sujeitos se situam e agem no mundo é expressa no nexo do lugar. Se, "em termos fenomenológicos, lugares são as partes da realidade espacial que foram reclamadas pelas intenções humanas" (KARJALAINEN, 2012, p. 7), há um importante aspecto referente à intencionalidade que deve ser considerado. Toda consciência é *de algo* ou *de alguma coisa*, afirma Merleau-Ponty (2011), de modo que ter consciência *do lugar* reverbera na corporificação intencional da geograficidade.

Como seres que são consciências encarnadas, os sujeitos inerentemente constituem atos intencionais que transbordam no mundo de modo a significar os espaços por meio da experiência. Corporalmente, as tramas do mover-se direcionam caminhos que, existencialmente, reverberam aspectos do ser-no-mundo (MORRIS, 2004). Porém, para

[15] "Assim como não há lugar sem profundidade, não existe lugar que não conecte as disparidades do ser e da experiência, da percepção e da linguagem, do caos e do cosmo" (CASEY, 1998, p. 48, tradução livre).

que a experiência faça sentido, existe a necessidade de algo que a vincule no horizonte de mundo.

A *Gestalt* indica que, para que haja o sujeito, é necessário que haja um campo em que seu acontecer intencional possa ser projetado. Como Larsen e Johnson (2012, p. 641) discorrem, "cognition, existence, and, indeed, all things present first depend on place as the situated but universal happening, or disclosure, required for the world-natural and human-to appear".[16] É pela existência do lugar que o corpo-consciência pode transitar, mover-se e, intencionalmente, significar o mundo. É nele que a situação geográfica cria uma espécie de lastro experiencial.

Simultaneamente, os sentidos e a cognição organizam o horizonte de *chora* em uma espécie de *tópos ordenado*. Este processo recíproco em que os mundos são gestados intersubjetivamente compõe a trama em que os lugares são situados pelo nexo de geograficidade a eles inerente. Reverbera-se, como Tuan (1995, p. 35), que "the senses, under the aegis and direction of the mind, give us a world".[17] Os sentidos, logo, são a mediação e o direcionamento primordial da relação sujeito-mundo que emerge no contexto do lugar.

Essa profundidade de onde emerge a *Gestalt* que se refere à textura do lugar (ADAMS, HOESCHER, TILL, 2001) conflui pela dinâmica corporal do sensível. Pela consciência projetiva que se vincula ao espaço, a realidade geográfica perpassa pelos mundos em comum entre os sentidos. Ainda que cada sujeito efetivamente constitua seu mundo vivido em referência à sua situação, há um cosmo intersubjetivamente convergente que permite que haja convivência no âmbito coletivo.

Merleau-Ponty (2014, p. 22) ressalta que "nós vemos verdadeiramente a coisa mesma e a mesma coisa – e, ao mesmo tempo, não alcanço nunca a vivência de outrem. É no mundo que nos reunimos". Esta organização espontânea, no sentido merleau-pontiano de *Gestalt*, plasma pelo campo sensorial em que os elementos articulados substanciam um *todo* extenso onde as fissuras se interpenetram. Os componentes se justapõem, sobrepõem e são somados pelo sistema ativo da percepção de modo a compor manifestações experienciais que transcendem o horizonte subjetivo.

[16] "Cognição, existência e, verdadeiramente, todas as coisas presentes; primeiramente, dependem do lugar como um acontecimento situado, porém universal, ou revelação requerida pelo mundo – natural e humano – para se manifestar. Lugar faz mais que abrir caminho; ele embasa" (LARSEN, JOHNSON, 2012, p. 641, tradução livre).

[17] "Os sentidos, sob a égide e direção da mente, nos dão um mundo" (TUAN, 1995, p. 35, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Compreende-se que esses *todos* intersubjetivos que emergem no cosmo da textura de lugar comportam o dinamismo em que os mundos se reúnem em torno das coisas. Se, como sumariza Lau (2004, p. 157, grifo nosso), "for Merleau-Ponty, intersubjectivity means the inherence of any individual subject to the generality *of a* world",[18] há um horizonte referencial da realidade geográfica que orienta a composição existencial do lugar. Inexoravelmente, a generalidade compõe-se como parte daquilo que se aglutina ao mundo pessoal do sujeito.

Os lugares estão situados nessa trama comum porquanto toda experiência é intersubjetiva. Mesmo que o corpo vivido se relacione espacialmente com o mundo projetivo da percepção, aquilo que é amalgamado entre o *eu* e o *outro* colabora na definição expressiva do lugar na condição de fenômeno intencional humano. Relph (1976, p. 37) problematiza: "What is important is the sense that *this* place is uniquely and privately your own because your experience of it is distinctively personal".[19] É na comparação ou na referência à experiência de *outrem* que um lugar se distingue e pode ser dotado de significação.

Centradas nas situações de emergência do ser-no-mundo, as vinculações principiam na corporeidade e ganham profundidade conforme a experiência adensa a definição (inter) subjetiva do lugar. Desvelam o horizonte em que as espacialidades se compõem da trama em que mundo(s) e sujeito(s) são reunidos. Conforme explicita Merleau-Ponty (2011, p. 576), fenomenologicamente, "o mundo é inseparável do sujeito, mas de um sujeito que não é senão projeto do mundo, e o sujeito é inseparável do mundo, mas de um mundo que ele mesmo projeta". A inexorabilidade mundo-sujeito, como elemento projetivo da realidade, é parte do cosmo ativo em que o lugar é arquitetado.

Como Brown e Perkins (1992, p. 282) afirmam, "places are experienced as an extension of the self".[20] Esta subjetividade latente que tange a interconectividade de corpos-consciências no âmbito da situação explicita que toda definição de um lugar no espaço é também uma autoafirmação do mundo *de um* sujeito. Extensões de ser, os lugares compõem a dimensão primordial do habitar humano. Há, destarte, reversibilidade entre os entes implicados nesta relação.

Na perspectiva de Merleau-Ponty (2014, p. 121), "o mundo e eu somos um no outro, e do *percipere* ao *percipi* não há anterioridade, mas simultaneidade ou mesmo atraso". O

[18] "Para Merleau-Ponty, intersubjetividade significa a inerência de qualquer sujeito individual à generalidade de um mundo" (LAU, 2004, p. 157, grifo nosso, tradução livre).

[19] "O que é importante é o senso de que esse lugar é unicamente e privativamente nosso próprio, porque sua experiência dele é distintamente pessoal" (RELPH, 1976, p. 37, tradução livre).

[20] "Lugares são experienciados como uma extensão do eu" (BROWN, PERKINS, 1992, p. 282, tradução livre).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

corpo-consciência atua de modo a, progressivamente, se incorporar no mundo por meio dos lugares. Como explica esse filósofo, a conectividade reversível em ser-no-mundo sublima no contexto em que o circuito ativo da percepção expande o horizonte da realidade geográfica.

Por meio da experiência, mundo e sujeito se transmutam reciprocamente. Entre os vínculos efetivados na vida cotidiana, as práticas corriqueiras plasmam rotinas corpo-espaciais (SEAMON, 1979) que centralizam a espacialidade do ser-no-mundo. A mundanidade está imbricada no movimento de transcendência do corpo sensível. Seamon, em confluência ao ponderamento merleau-pontiano, sintetiza que

> *We are the world – we are subsumed in the world like a fish is joined with water. For most moments of daily living, we do not experience the world as an object – as a thing and stuff separate from us. Rather, we interpenetrate that world, are fused with it through an invisible, web-like presence woven of the threads of body and feelings (SEAMON, 1979, p. 161).*[21]

Essa interpenetração excede uma suposta passividade do sujeito ou do mundo. Se, como propõe Schrader (1973, p. 337),"man is an active being who asserts his existence throughout the space he inhabits",[22] é fundamental considerar o ímpeto projetivo que é composto nesta (re)afirmação sobre o espaço. Mais que persistir na situação de angústia, coletiva e individualmente, os sujeitos estão inseridos na dinâmica de geograficidade (DARDEL, 2011) por meio da qual exercem seu ser.

Casey (2001, p. 406) provoca: "There is *no place without self; and no self without place*".[23] É pelo fenômeno de lugar que o *eu* adquire sentido no mundo. Ao mesmo tempo, o mundo só é dotado de significado porque há um ser *para-si* que pensa, atua e exerce sua existência na espacialidade abrangida pelo habitar. Ao explorar a realidade geográfica, o humano é afetado por ela simultaneamente ao acontecer que clama pelos seus sentidos e mutaciona seu ser.

Convergente a Casey (2001), Seamon (2014, p. 11) ressalta: "Phenomenologically, place is not the physical environment separate from people associated with it but, rather, the indivisible, normally unnoticed phenomenon of person-or-people-experiencing-place".[24]

[21] "Nós somos o mundo – nós somos imersos no mundo como o peixe está junto d'água. Na maioria dos momentos da vida diária, nós não experienciamos o mundo como um objeto – uma coisa ou objeto separada de nós. De fato, nós interpenetramos aquele mundo, estamos fundidos com ele por meio de uma invisível presença similar a uma teia tecida pelos fios do corpo e dos sentimentos" (SEAMON, 1979, p. 161, tradução livre).

[22] "O homem é um ser ativo que afirma sua existência por meio do espaço que habita" (SCHRADER, 1973, p. 337, tradução livre).

[23] "Não existe lugar sem 'eu'; e não há 'eu' sem lugar" (CASEY, 2001, p. 406, tradução livre).

[24] "Fenomenologicamente, lugar não é o ambiente físico separado das pessoas associadas a ele, mas, em verdade, o indivisível, normalmente não percebido fenômeno de pessoa-ou-pessoas-experienciando-lugar" (SEAMON, 2014, p. 11, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

O consenso de que sujeito e lugar estão em ordem fenomênica de inseparabilidade implica na compreensão de sua reversibilidade ontológica.

No núcleo experiencial conformado, as relações fundamentam vínculos que ressaltam determinadas situações de vida. Momentos marcantes, lembranças e emoções se misturam à realidade geográfica, de modo a darem origem a importantes vínculos de lugar. Se, como afirma Marandola Jr. (2010, p. 342), "é no próprio ser que as pessoas carregam seus lugares e suas memórias, compondo a rede intertextual", os vínculos podem ser entendidos como parte deste acontecer.

Ao se vincularem, os sujeitos incorporam os elementos espaciais como parte de quem são. Isto reverbera na maneira pela qual os lugares transcendem meros cenários ou ambientes por onde a vida acontece. Como Seamon (1979, p. 75-76) define, "attachment is sometimes described in terms of *attraction*: the place seems to draw the use to it".[25] Os lugares evocam aconteceres significantes em que vínculos são constituídos. Há algo que atrai a imaginação humana entre os corredores, caminhos e tramas dos espaços em que a experiência é lastreada. Por esta razão, é relevante a consideração de que "place attachment is part of a broader lived synergy in which the various human and environmental dimensions of place reciprocally impel and sustain each other" (SEAMON, 2014, p. 12).[26] A multidimensionalidade direcional deste processo sinérgico concerne à forma em que a *Gestalt* está implicada nas condições de corporificação do ser-no-mundo. A expansão do horizonte do(s) mundo(s) se afirma na apropriação constituída pelos vínculos.

Entremeio à reciprocidade em evidência fenomênica, o espaço embasa e provoca a vinculação humana (DARDEL, 2011). O sujeito, como agente em *poiésis*, transforma-se e metamorfoseia esses vínculos, de modo a orientá-los em função da existência. O lugar, "longe de ser estático, ele é dinâmico, pois corresponde à própria essência do ser, que é igualmente viva" (MARANDOLA JR., 2014, p. 230). Como condição ontológica, os vínculos de lugar expressam essa relação de indissociabilidade da experiência geográfica.

Segundo Rubinstein e Parmelee (1992, p. 139), "attachment to place is a set of feelings about a geographic location that emotionally binds a person to that place as a function of its role as a setting for experience".[27] São estes elos sensitivos que efetivam o nexo da dinâmica

[25] "Vínculos são esporadicamente descritos em termos de atração: o lugar parece clamar por seu uso" (SEAMON, 1979, p. 75-76, tradução livre).

[26] "Vínculo de lugar faz parte de uma mais ampla sinergia vivida em que várias dimensões humanas e ambientais do lugar reciprocamente impelem e sustentam uma a outra" (SEAMON, 2014, p. 12, tradução livre).

[27] "Vinculação ao lugar é um conjunto de sentimentos sobre a localização geográfica que emocionalmente conecta uma pessoa àquele lugar como uma função de seu papel como situação para experiência" (RUBINSTEIN,PARMELEE, 1995, p. 139, tradução livre).

de lugar. Vividos na geograficidade intensa do ser, os vínculos de lugar constituem laços com dimensões emocionais, sociais e ambientais.

As experiências, em sua amplitude e ambivalência, se enraízam em vínculos de lugar. Contudo, é importante salientar que vão para além do campo do agradável. Violência, raiva ou outras formas de situações negativas também são aconteceres que sintetizam vínculos. Como Scannel e Gifford (2014, p. 26) explicam, "neither interpersonal or place attachment bonds always have a positive valence".[28] Lugares podem ser definidos pelos seus elementos que repelem, criam desconforto ou causam medo, como aponta Tuan (2005), dado que o caos é também um componente definidor da realidade geográfica (CASEY, 2001).

Seamon (1979, p. 76) colabora com essa constatação ao escrever que "attachment to place relates not only to positive emotions; it is also associated with a constellation of negative emotions, including anxiety and annoyance".[29] Se os lugares são espaços dotados de definição e significado (TUAN, 1995; 2013), todo o espectro das emoções humanas deve ser considerado ao se pensar nas relações que vinculam os sujeitos. De fato, Casey (1998) destaca que a existência é composta de diversas ambivalências, de forma que, para um determinado sujeito, o mesmo lugar pode ter aspectos positivos *e* negativos que fazem parte do mesmo processo vinculativo.

A reunião introjetada pela generalidade de *um certo mundo* (MERLEAU-PONTY, 2011; 2014) sumariza que a intersubjetividade inerente à existência compõe o quadro vinculativo potencial. Decorre disto que "attachment for place arises out of being in and living in a place" (SEAMON, 1979, p. 142),[30] de maneira que o devir deste processo depende do equilíbrio sutil entre *chora* e *topos* que está no centro do fenômeno sujeito-lugar (CASEY, 1998).

Low e Altman (1992, p. 6) destacam que "the term *place attachment* implies that the primary target of affective bonding of people is to environmental settings themselves".[31] Os vínculos são projetivos e relacionais na medida em que irradiam dos lugares rumo aos sujeitos e em reverso. Pautadas na corporeidade, as vinculações são efetivadas como resultados da experiência ativa e geracional em mundos vividos.

[28] "Elos interpessoais ou de vínculos de lugar nem sempre possuem valência positiva" (SCANNEL, GIFFORD, 2014, p. 26, tradução livre).

[29] "Vínculo com lugar relaciona-se não somente com emoções positivas; ele também se associa com uma constelação de emoções negativas, incluindo angústia e mágoa" (SEAMON, 1979, p. 76, tradução livre).

[30] "Vínculo de lugar surge por meio de ser e viver em um lugar" (SEAMON, 1979, p. 142, tradução livre).

[31] "O termo vínculo de lugar implica que o alvo primário da formação de elos afetivos das pessoas é para as próprias situações ambientais" (LOW, ALTMAN, 1992, p. 6, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Entre rotinas corpo-espaciais, as entranhas dos cosmos de que a vida emerge são expressas nos significados de cada vínculo na rede intertextual da geografia de cada sujeito. Risbeth (2014, p. 108) salienta que "place attachment develops as an embodiment of choices of participation and individual movements, interweaving a personal sense of identity with that of belonging and attachment to a specific neighborhood or city".[32] Na intersubjetividade inerente a esta relação coletiva, as vinculações podem ter significados que se sobrepõem ou justapõem.

Mihaylov e Perkins (2014, p. 71) destacam que "place attachments are usually taken for granted. Yet they are powerful motivators for action to preserve and improve our communities for ourselves, our neighbors, and future generations".[33] A consideração destes autores colabora para a noção de que os vínculos, na condição de componentes ontologicamente enraizantes, favorecem a potencialidade do estabelecimento de mundos em comum. Estes, por sua vez, podem ser importantes contextos de ação para grupos ou sujeitos sociais em situações de risco.

Essa situação pode decorrer tanto de lugares onde os vínculos são predominantemente negativos, em que as proposições podem ser para mudar a situação, quanto naqueles em que a situação é afetivamente positiva. Nestes últimos, as vinculações potencializam a movimentação da coletividade para a preservação do lastro espacial de suas definições. Corporalmente experienciados na inseparabilidade sujeito-lugar, os vínculos são relevantes porque fazem parte de quem são.

Como Brown e Perkins (1992, p. 280) explicam, "*place attachments are integral to self-definitions, including individual and communal aspects of identity; disruptions threaten self-definitions*".[34] Ainda que toda relação indivíduo-grupo seja marcada pela tensão implicada nas divergências entre os mundos (MERLEAU-PONTY, 2011), há um *todo* negociado que permeia a dimensão coletiva do lugar. Contudo, é salutar que o rompimento dos vínculos pode implicar, para uma comunidade ou sujeito, na ameaça a seu poder perpétuo de gestar mundos.

[32] "Vínculo de lugar se desenvolve como uma corporificação de escolhas de participação e movimentos individuais, entrelaçando um sentido pessoal de identidade com o de pertencimento e vínculo a um bairro ou cidade específicos" (RISBETH, 2014, p. 108, tradução livre).

[33] "Vínculos de lugar são normalmente dados como garantidos. Mas são motivadores poderosos de ações para preservar e melhorar nossas comunidades para nós, nossos vizinhos e gerações futuras" (MIHAYLOV, PERKINS, 2014, p. 71, tradução livre).

[34] "Vínculos de lugar são integrais para autodefinições, incluindo aspectos comunais e individuais da identidade; rompimentos ameaçam autodefinições" (BROWN; PERKINS, 1992, p. 280, tradução livre).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Larsen e Johnson (2012, p. 640) complementam que "affinity for place lies in the attunement to and understanding of ontological situatedness, a mode of being that discloses the constant mutability of the world, the sense of self as exceeding its own boundaries, and the compassion intrinsic to grounded social and ecological relationships".[35] A intersubjetividade concernente é, portanto, um fator necessário ao fenômeno sujeito-lugar na medida em que é por meio desta que o *eu* se diferencia do *outro*.

As relações sociais e ambientais que embasam os processos vinculativos expressam a situação geográfica em sua diversidade de texturas e nuances. Na complexidade ampla abraçada pelos vínculos de lugar, convergem sentidos relevantes que se referem à inexorabilidade do corpo-sujeito em definir, criar e se projetar rumo ao espaço. Este, por sua vez, também influencia em seu mundo vivido. Como centros nodos relevantes da experiência, reverberam a geograficidade da existência humana.

Limiares entre vínculos ativos e inativos

Na composição complexa posta pela interpolação vinculativa, os lugares se conformam pela nucleação significativa dos elementos intersubjetivos. Entremeados pela lógica dos mundos que são imbricados relacionalmente às condições de emergência dos lugares, os vínculos correspondem às maneiras como os sujeitos reagem e são influenciados pela realidade geográfica. Implica-se, destarte, que há uma dinâmica tempo-espacial densa a ser desvelada neste processo.

Lewicka (2014, p. 51), ao situar essa questão, sugere que o vínculo de lugar possui uma dimensão temporal inalienável: "It implies continuity of the relationship with the attachment object, connects its present to its past, with the hope that this relationship will continue in the future. This sense of continuity can be obtained through a variety of means".[36] Como esta autora ressalta, não é necessário um período longo, pois o cerne está na intensidade afetiva da dimensão de continuidade pertinente.

A composição (re)ativa que perpassa a maneira como o lugar impele a vinculação é ressaltada pela condicionalidade temporal inerente à relação espacial travada no nexo experiencial do sujeito. Entre as tramas referentes a essa situacionalidade, a geograficidade

[35] "Afinidade por lugares está na sintonização a e no entendimento da situacionalidade ontológica, um modo de ser que revela a constante mutabilidade do mundo, o sentido do eu como excedendo suas próprias fronteiras, e a compaixão intrínseca às relações sociais e ecologicamente embasadas" (LARSEN, JOHNSON, 2012, p. 640, tradução livre).

[36] "Ele implica continuidade do relacionamento ao objeto de vínculo, conecta seu presente a seu passado, com a esperança de que seu relacionamento vai continuar no futuro. Este sentido de continuidade pode ser obtido por uma variedade de meios" (LEWICKA, 2014, p. 51, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

conduzida pelo campo do horizonte de mundo aberto pelo vínculo se conecta aos elementos definidores do sentido de lugar. Dessa maneira, a conformidade temporal é espacialmente correlata às maneiras como os lugares são vividos pelos sujeitos.

Brown e Perkins (1992, p. 282) contribuem com essa discussão ao considerarem que "place attachments are not static either; they change in accordance with changes in the people, activities or processes, and places involved in the attachments".[37] Como o lugar é, inexoravelmente, um fenômeno relacionado ao cosmo intersubjetivo da existência, o devir introjetado pela entropia cotidiana altera seus fluxos. Os vínculos conformados em um determinado momento podem não ter o mesmo sentido em outro.

Tal concepção se respalda no que Rubinstein e Parmelee (1992, p. 143) destacam ao apontar que "place attachment is not a state but a process that continues throughout life".[38] Os vínculos estão situados temporalmente de modo a compor uma rede intersubjetiva pela qual os sentidos e definições de lugar se plasmam. Vínculos, na perspectiva desses autores, podem estar ou não "ativos", e são definidos pela sua posição em relação ao presente e por sua interação, cujo limiar é a situação do ser-no-mundo.

As metamorfoses postas pela dinâmica de vir-a-ser da realidade geográfica salientam a maneira como os vínculos devem ser entendidos na condição processual de sua emergência. Ao estarem implicados em sujeito-lugar, eles concernem temporalmente a maneira como, durante o curso de vida, alguns vínculos pretéritos são recalcados e outros podem vir, posteriormente, a serem reativados. Por fazerem sentido contextualmente, apenas aqueles que são significantes à relação presente podem ser considerados como vínculos ativos.

Na Figura 1, procura-se representar os vínculos. Os vínculos ativos estão imbricados entre si e conectados pela maneira como interagem. Ao estarem conectados às definições que fazem sentido no presente ou são referentes a projetos de vida para o futuro, os ativos são referentes à maneira como, ontologicamente, o ser-no-mundo se relaciona existencialmente ao cosmo circundante. Isto significa que mesmo os elementos referentes ao passado (como a lembrança de alguém importante) podem também ser ativos no presente por meio do recordar motivado ou não por algum objeto específico.

Simultaneamente, entremeios ao devir, os vínculos ativos podem criar ou perder significados rumo ao limiar do horizonte temporal do mundo. Tal situação está conectada

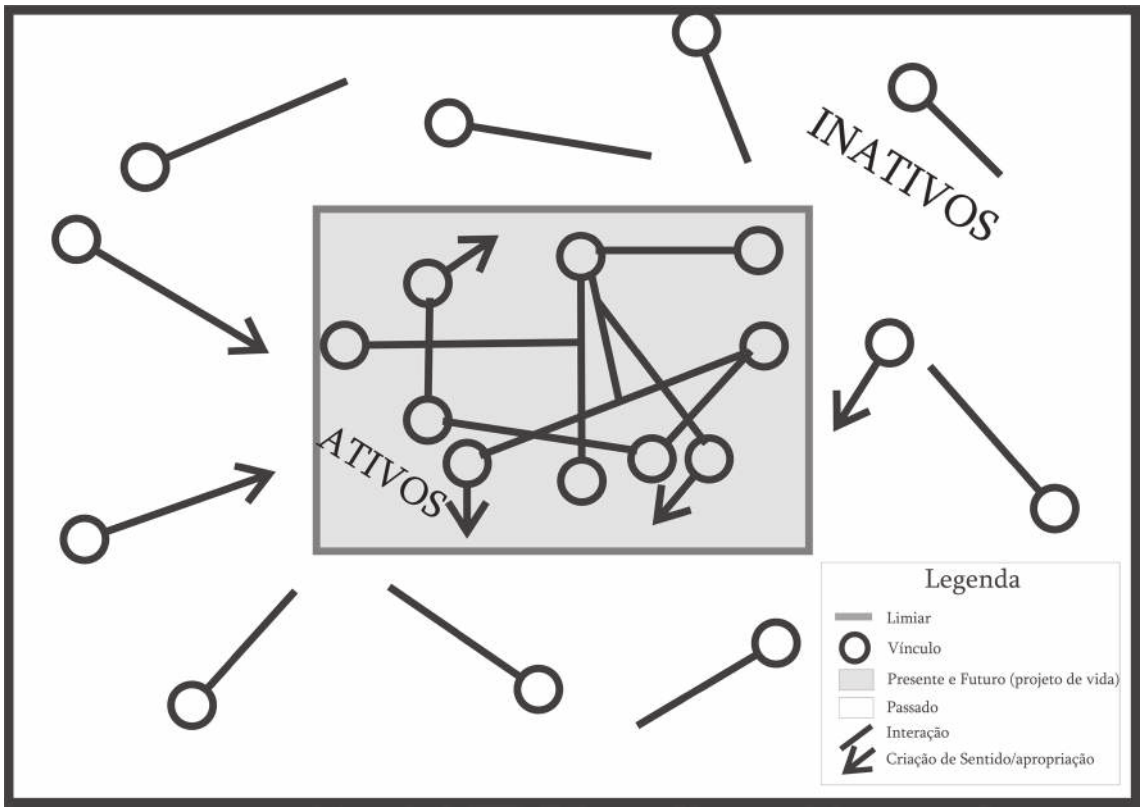
[37] "Vínculos de lugar não são estáticos; eles mudam de acordo com as mudanças das pessoas, atividades ou processos e lugares envolvidos com os vínculos" (BROWN, PERKINS, 1992, p. 282, tradução livre).

[38] "Vínculo de lugar não é um estado, mas um processo que continua ao longo da vida" (RUBINSTEIN, PARMELEE, 1992, p. 143, tradução livre).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

ao recalque de experiências ou mesmo à banalização de determinado componente que era um vínculo significativo. Uma situação de violência doméstica, por exemplo, possivelmente, ocasionará na supressão de um vínculo positivo relacionado ao lar e na projeção de um vínculo negativo inativo rumo à situação de ativo.

Figura 1: Processo relacional de vínculos de lugar.



Fonte: Autores.

Se, como Seamon (2014, p. 18) pondera, "place is *active* in relation to human beings, since physical and spatial changes in the place reconfigure human actions and experiences",[39] é importante salientar que as alterações do ambiente para além do controle de um determinado sujeito também podem impelir a mudanças na dinâmica dos vínculos de lugar. Um prédio erguido ao lado de uma residência, por exemplo, pode desativar um vínculo relacionado à privacidade do lar e ativar outro que corresponda à necessidade de se confrontarem manifestações da *gentrificação* no bairro em que se habita.

Portanto, cabe insistir, a dinâmica dos vínculos está conectada às tênues condições em que se manifesta o fenômeno relacional de sujeito-lugar. Rubinstein e Parmelee (1992,

[39] "Lugar é ativo em relação aos seres humanos, pois mudanças físicas e espaciais no lugar reconfiguram as ações e experiências humanas" (SEAMON, 2014, p. 18, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

p. 143) afirmam que "attachment depends not only on the characteristics of the place, but also upon personality, needs, life course concerns, and one's own interpretation of one's life".[40] A conexão posta pelas situações geográficas temporalmente dimensionadas é o enlace que agrupa os vínculos.

Como posto na Figura 1, alguns vínculos ativos, além de interagirem entre si, podem estar criando sentido de elementos em direção ao limiar. Isto significa que estão a caminho de se tornarem inativos ou de apropriarem, de modo proximal, algum vínculo inativo, cujo nexo é pretérito e foi recalcado. Tal circunstância provoca o retorno de um vínculo latente ao campo ativo, no qual vai retornar para a dinâmica de sentido e definição do lugar.

O limiar é o elemento que plasma a forma como as condições em que os vínculos se dinamizam na interação perpétua sujeito-lugar. Pela inseparabilidade entre estes entes, o limiar é uma abstração que permite discernir entre os componentes pertinentes em um determinado momento. Ele deve ser compreendido como algo dinâmico, fronteiriço e efêmero, cujos limites são tênues dimensões alteradas a todo o momento.

Em meio ao processo ativo de composição dos vínculos, há um âmbito corporificado que deve ser salientado. Como Lang (1985, p. 201) pondera, fenomenologicamente, "a meditation upon human dwelling reveals our primal embodied existence, our being-in-the-world. The notion of dwelling is the most taken-for-granted aspect of human existence".[41] Se habitar e ser-no-mundo estão implícitos como formas corporificadas de espacialização humana, eles convergem como elementos subjacentes a qualquer fluxo no nexo dos vínculos de lugar.

É pela corporeidade que se experiencia e percebe o mundo. Simultaneamente, é ela que embasa a temporalidade inerente ao ser-no-mundo. O sujeito vivencia o tempo pela corporeidade primal do habitar. Seamon (1979, p. 135) destaca que "the body, therefore, has its own sense of time, habitually moving when a particular temporal threshold is reached and emotionally provoked by feeling-subject when that threshold is overextended".[42] Tal *motricidade* corporal possibilita o cosmo de dinamogenia do limiar referencial em que os vínculos são metamorfoseados continuamente.

[40] "Vínculo depende de mais do que as características do lugar, ele também se baseia na personalidade, necessidades, preocupações do curso de vida e a interpretação pessoal da vida" (RUBINSTEIN, PARMELEE, 1992, tradução livre).

[41] "Uma meditação acerca do habitar humano revela nossa existência primal corporificada, nosso ser-no-mundo. A noção de habitar é o aspecto mais tomado por garantido da existência humana" (LANG, 1985, p. 201, tradução livre).

[42] "O corpo, portanto, tem seu próprio sentido de tempo, habitualmente movendo quando um limiar temporal particular é alcançado e emocionalmente provocado pelo sujeito-sensível quando o limiar é sobrestendido" (SEAMON, 1979, p. 135, tradução livre).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ressalta-se que, embora o passado forme o horizonte que situa os vínculos inativos, isto não significa que estes vínculos não estejam presentes na condição de elementos ativos. Pondera Fulliove (2014, p. 149) que "wherever the people who knew that place, they carry with them the concept of the 'place that was'".[43] Como Marandola Jr. (2010), Fulliove (2014) defende que os lugares que os sujeitos percorrem marcam corporalmente sua existência e permanecem como parte de quem as pessoas são.

Ainda que, por vezes, latentes, os vínculos inativos são retomados no referencial que é dimensionado pela retomada da lembrança daquilo que o lugar fora em um determinado instante. Quando os vínculos inativos do passado produzem ou se apropriam de sentidos próximos ao limiar e interagem com os vínculos ativos, de modo a se ativarem, eles se tornam partes do presente. Fenomenologicamente compreendidos, a condição ativa ou inativa dos vínculos perpassa uma noção de tempo centrada no sujeito.

(Inter)subjetivamente concebida, somente faz sentido uma memória quando ela é evocada e se conecta à situação presente do sujeito que, naquele instante, nela vive. Isto decorre de uma concepção que reúne as lógicas de tempo de Bachelard (2010) e Merleau-Ponty (2011, 2015), ao defenderem que, para o ser-no-mundo, o horizonte temporal é sempre o instante. A temporalidade está correlata à maneira como as coisas se apresentam ao mundo por meio de uma dinâmica de *presentificação* corporificada contínua.

Bachelard (2010, p. 15) discorre que "o tempo é uma realidade encerrada no instante e suspensa entre dois nadas". Os fluxos dos vínculos de lugar, nesse sentido, estão inseridos no processo de permanente transformação posto pela transfiguração dos instantes. A realidade temporal do horizonte de mundo se apresenta como a maneira com que o ser experiencia os fenômenos conforme emergem no instante.

Determinados arranjos de vínculos de lugar se conectam, nesse cosmo, rumo à efemeridade transcendental pela qual se sedimentam corporalmente. Merleau-Ponty (2011, p. 525) problematiza que "se o tempo é a dimensão segundo a qual os acontecimentos se expulsam uns aos outros, ele é também a dimensão segundo a qual cada um deles recebe um lugar inalienável". Tal concepção colabora para decifrar que *limiar* é aquilo que contextualiza a forma como os acontecimentos espaço-temporalmente (re)posicionam os vínculos de lugar, como indicado na Figura 1.

[43] "Onde quer que haja pessoas que conheceram aquele lugar, elas carregam consigo o conceito do 'lugar que era'" (FULLIOVE, 2014, p. 149, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Como Tuan (2012, p. 100) salienta, "time is something we experience and construct. Time is experienced – is felt – when we wait, expect, or hope".[44] Corporalmente experienciado, o tempo é *onde* as coisas se estratificam de uma maneira flexível. Os vínculos de lugar se corporificam como experiências temporais em um horizonte de mundo que significa e organiza temporalmente o fenômeno sujeito-lugar.

Fenomenologicamente considerado, "the time we experience is not universal time, it is *our* time – local time. That is, it is linked to our place" (CARR, 2004, p. 10).[45] Requer pontuar que os limiares, como desdobramentos conceituais da temporalidade experienciada pelo corpo vivido, são múltiplos. Ainda que, como visto na Figura 1, o limiar seja uma área fronteiriça e dinâmica, numa determinada relação sujeito-lugar, podem existir múltiplos limiares implicados.

Nas frentes compostas do horizonte experiencial, o campo de *Gestalt* em movimento indica uma temporalidade lugarizada em que as divergentes formas de ser significam experiências temporais que diferem entre si. Se, conforme Bachelard (2010, p. 84) define, "como realidade, só existe uma: o instante", são os múltiplos instantes sobrepostos entre si que compõem as frentes limítrofes dos limiares definidores dos vínculos de lugar ativos e inativos.

Na medida em que Oliveira (2014, p. 5) destaca que "lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o lugar, o movimento, a matéria", evidencia-se que esta condição faz parte do cosmo significante em que a dinâmica sujeito-lugar é articulada. Os vínculos fazem parte da maneira como o tempo se lugariza, de forma a compor como corpo-consciência interpolam a geograficidade de ser-no-mundo.

Por meio da reciprocidade inerente em sujeito-lugar, os vínculos são rearranjados tempo-espacialmente de modo a corresponderem ao significado relevante do instante. O lugar, compreendido neste imbricamento, realiza-se conforme os vínculos são significados pela consciência ativa rumo ao atravessamento do limiar. A rede de convergência vetorial dos seus sentidos conflui no *topos* relevante que organiza o horizonte intersubjetivo do mundo.

Marandola Jr. (2010, p. 342) explicita que "se o tempo é o instante, o espaço é sempre o lugar: o acontecer fenomênico sempre é um instante aqui, que abre portas intertextuais com outros lugares e tempos, mas é um acontecer agora, uma densidade que se constitui enquanto

[44] "Tempo é algo que experienciamos e construímos. Tempo é experienciado – é sentido – quando nós esperamos, criamos expectativas ou temos esperança" (TUAN, 2012, p. 100, tradução livre).

[45] "O tempo de que temos experiência não é o tempo universal, é o nosso tempo – tempo local. Isto é, ele é conectado ao nosso lugar" (CARR, 2004, p. 10, tradução livre).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

potencialidade e tensão". Na tenuidade do cosmo relacional em dinamogenia por meio da experiência das sobreposições de mundos vividos pelos sujeitos, os lugares se agrupam ou divergem entre os vínculos temporalmente ancorados no instante. Corporificados no todo da realidade geográfica, os vínculos, sejam ativos ou inativos, indicam tramas das virtualidades experienciais dos lugares.

A exteriorização e a interiorização realizadas no âmbito intertemporal são ontologicamente essenciais aos processos dos vínculos de lugar. Merleau-Ponty (2011, p. 365) estabelece que "é preciso haver uma relação interna entre aquilo que se aniquila e aquilo que nasce; é preciso que um e outro sejam duas manifestações ou duas aparições, duas etapas de um mesmo algo que alternadamente se apresenta sob essas duas formas". Destarte, temporalmente, os lugares estão conectados à inerência pretérita daquilo que é (re)criado nas etapas alternantes de (des)ativação dos vínculos.

Reforça-se a afirmação de Rubinstein e Parmelee (1992, p. 142) de que "the very notion of place implies a conflation of space and time such that attachment to a particular place may also represent attachment to a particular time".[46] Há sempre uma relação interna e densa entre os vínculos que estão latentes (inativos) e os vínculos ativos, de modo que estes se situam em um nexo vetorial no qual há criação de sentido ou apropriação entre ambos, como indicado na Figura 1. Passado e presente devem ser compreendidos como parte dessa temporalidade móvel corporificada sobre a qual o lugar emerge.

Fundido no instante, o tempo do lugar se conecta pela presentificação dos aconteceres fenomênicos. O passado permanece na condição do resíduo da relação entre aquilo que é aniquilado e o que nasce pela força do instante. A intencionalidade projeta espacialmente as texturas de lugar, de modo que nasce um tecido conectivo da experiência dos vínculos. Essa geograficidade que permeia a relação costura as tramas do lugar e compõe suas dinâmicas.

Risbeth (2014, p. 100) destaca que "at the heart of any attachment is a story. It may be the story of a moment, a day, a year. Or, more commonly, the stories are ones that emerge gradually, take shape, backtrack, repeat in parts, tail away, reappear. People bring their own stories to places they love and places they hate".[47] Cristalizados nas histórias, os vínculos de lugar se sobrepõem, transmutam e convergem conforme as situações e contextos que

[46] "A própria noção de lugar implica na confluência de espaço e tempo de forma que os vínculos a um lugar em particular podem também representar vínculo a um tempo particular" (RUBINSTEIN, PARMELEE, 1992, p. 142, tradução livre).

[47] "No coração de qualquer vínculo, há uma história. Pode ser a história de um momento, dia ou ano. Ou, mais comumente, as histórias são aquelas que emergem gradualmente, tomam forma, retornam, repetem parcialmente, somem, reaparecem. Pessoas trazem suas próprias histórias para os lugares que amam ou odeiam" (RISBETH, 2014, p. 100, tradução livre).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

emergem cotidianamente. As intencionalidades permeiam as dimensões pelas quais os vínculos atravessam o(s) limiar(es) e se re-ativam continuamente.

Pelo horizonte corpo-temporal subjacente aos vínculos, os mundos postos em movimento nos contextos dos vínculos de lugar elucidam cosmos das realidades geográficas. Entre as histórias das pessoas, salienta-se uma potencialidade intersubjetiva no núcleo sujeito-lugar (RISBETH, 2014; RUBINSTEN, PARMELEE, 1992). Marcus (1992, p. 107) sintetiza: "The place and the people who lived with and around us become intertwined in our memories".[48] Os outros habitantes permeiam as memórias e lembranças conforme ocorrem as presentificações dos vínculos de lugar. São, também, componentes centrais para a (in)ativação dos vínculos.

A reciprocidade ativa dos tempos dos lugares faz parte do efervescer coletivo em que os vínculos são ressignificados continuamente. Como ser-no-mundo, o sujeito é influenciado e influencia a realidade geográfica de modo a constituir nela os enclaves de seu habitar. Consequentemente, os vínculos de lugar ressaltam a condição dinâmica da geograficidade. O campo da *Gestalt* direcionado pela experiência geográfica que convida o ser a ontologicamente animar a fisionomia do mundo.

Lugar, como núcleo ativo e existencial, é onde a Terra permite que o perder-se seja transformado em um encontrar-se (DARDEL, 2011). Este sentido ressaltado e explicitado conceitualmente pelo arcabouço dos vínculos de lugar oferta importantes oportunidades para realçar os movimentos corpo-espaciais da intencionalidade. Como cosmos dinâmicos, a projetividade de (re)ativação mutável dos vínculos ressalta que, mais que uma pausa, o lugar é sempre essa tênue transição recíproca de sujeito-lugar.

Implicações e considerações para perspectivas futuras

Na escala do sujeito-lugar, a experiência é manifesta pelo entrecruzamento das formas como a reciprocidade ativa de sua relação é dinamizada na realidade geográfica. Correlacionada por uma reversibilidade fenomênica inerente ao ser-no-mundo, a geograficidade relacional desta situação converge na densidade significante da espacialidade humana. Ao habitar a Terra, o campo perceptivo se expande de modo a apropriar e criar sentidos para os mundos que são ampliados pelo olhar.

Caminhos e texturas de lugar plasmam-se pelas tramas *gestálticas* das experiências intersubjetivas que são realizadas nesse percurso. Entre exteriorizações e interiorizações,

[48] "O lugar e as pessoas que nele viveram e em volta de nós se tornam entrelaçados em nossas memórias" (MARCUS, 1992, p. 107, tradução livre).

perspectivas e horizontes são consubstanciados em vivências corporais. Os mundos dos lugares, destarte, se presentificam na ontologia experiencial da dinâmica ativa da intencionalidade. Ao projetar-se rumo à Terra, o sensório ressalta a necessidade existencial da emergência dos lugares.

Pela motricidade derivada da conexão entre imaginário e mundo vivido, o corpo-situação cria sentidos que ordenam o espaço. A percepção ativa encaminha os rumos pelos quais são construídos nexos intersubjetivos de mundos que são sobrepostos, contrapostos ou convergentes à realidade geográfica dos diferentes grupos e sujeitos. Para organizar a *chora* em *topos*, os processos ativos de significação substanciam lógicas que lastreiam experiências.

Vínculos de lugar são arquitetados na intersubjetividade e na intercorporeidade inerentes à experiência geográfica em devir. Eles são projetivos das condições inerentes do habitar a Terra, da geograficidade que media a relação sujeito-lugar no cosmo dos diferentes horizontes de mundo. As rotinas corpo-espaciais transmutam-se no continuum temporal em que ativam ou tornam latentes determinados vínculos.

Os sentidos de lugar, portanto, são metamorfoseados conforme a significância temporal a que estão submetidos. Centrados na temporalidade do instante fenomenologicamente relevante, os limiares conduzem a dinamogenia dos vínculos em conformidade aos fluxos da experiência e aos cursos de vida. Os tempos dos lugares são intersubjetivamente compreendidos entremeios à consciência ativa que age nos mundos vividos.

A Terra não é um lugar morto e congelado,[49] porquanto sobre ela os sujeitos pensam, vivem e projetam intencionalmente sua existência. Ela respira entre sujeitos-lugares, na reversibilidade deste fenômeno relacionado ao habitar. Na inexorabilidade de ser-no-mundo, desta experiência indivisa de contínua re-criação de sentidos e vínculos de lugar, a dinâmica de geograficidade anima o pulsar da realidade geográfica.

Referências bibliográficas

1. ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. **Place in context:** rethinking humanist geographies. In: ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. (orgs.). *Textures of place: exploring humanist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001, p. xiii-xxxiii.

[49] Essa expressão é uma tradução do título do terceiro álbum da banda Explosions in the Sky, The Earth is not a cold dead place (EXPLOSIONS IN THE SKY, 2003).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

2. ALMEIDA, M. G. **A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na geografia cultural**. In: *Revista da ANPEGE,* v. 9, n. 11, p. 41-50, 2013.

3. BACHELARD, G. **A intuição do instante**. Campinas: Verus Editora, 2010.

4. BARTOLONI, P. **The space of language and the place of literature**. In: RICHARDSON, B. (org.). *Spatiality and symbolic expression: on the links between place and culture*. New York: Paulgrave Macmillian, 2015, p. 129-153.

5. BROWN, B. B.; PERKINS, D. D. **Disruptions in place attachment**. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (orgs.). *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992, p. 279-304.

6. CARR, D. **Time zones:** phenomenological reflections on cultural time. In: CARR, D.; CHAN-FAI, C. (orgs.). *Contributions to phenomenology: space, time and culture*. Amsterdan: Springer science+business, 2004, p. 3-14.

7. CASEY, E. S. **The fate of place**: a philosophical history. Berkley: University of California Press, 1998.

8. _____. **Body, self and landscape:** a geophilosophical inquiry into the place-world. In: ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. (orgs.). *Textures of place: exploring humanist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001, p. 403-425.

9. DARDEL, E. **O homem e a Terra.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

10. DEPRAZ, N. **Empathy and compassion as experiential praxis:** confronting phenomenological analysis and buddhist teachings. In: CARR, D.; CHAN-FAI, C. (orgs.). *Contributions to phenomenology: space, time and culture*. Amsterdan: Springer science+business, 2004, p. 189-200.

11. EXPLOSIONS IN THE SKY. **The Earth is not a cold dead place**. Direção artística: John Congleton. New York: Temporary Residence Label, 2003. 1 Disco sonoro (45 minutos), estéreo.

12. FULLIOVE, M. T. **"The frayed knot":** what happens to place attachment in the context of serial forced displacement? In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (orgs.). *Place attachment: advances in theory, methods and applications*. Abingdon: Routledge, 2014, pp. 141-153.

13. HOLZER, W. **Mundo e lugar:** ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; LÍVIA, O. (orgs.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

14. HUFFORD, M. **Thresholds to an alternate realm:** mapping the chaseworld in New Jersey's Pine Barrens. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (orgs.). *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992, p. 231-252.

15. HUMMON, D. M. **Community attachment:** local sentiment and the sense of place. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (orgs.). *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992, p. 253-278.

16. KARJALAINEN, P. T. **Place in *Urwind*:** a humanist geography view. In: *Geograficidade*, v. 2, n. 2, inverno 2012, p. 4-22.

17. LANG, R. **The dwelling door:** towards a phenomenology of transition. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (orgs.). *Dwelling, place and environment: towards a phenomenology of person and world*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p. 201-214.

18. LARSEN, S. C.; JOHNSON, J. T. **Toward an open sense of place:** phenomenology, affinity and the question of being. In: *Annals of the Association of American Geographers*, v. 102, n. 3, p. 632-646, 2012.

19. LAU, K. **Intersubjectivity and phenomenology of the other:** Merleau-Ponty's contribution. In: CARR, D.; CHAN-FAI, C. (orgs.). *Contributions to phenomenology: space, time and culture*. Amsterdan: Springer science+business, 2004, p. 3-14.

20. LEWICKA, M. **In search of roots: memory as enabler of place attachment**. In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (orgs.). *Place Attachment: advances in theory, methods and applications*. Abingdon: Routledge, 2014, pp. 49-60.

21. LOW, S. M.; ALTMAN, I. **Place attachment:** a conceptual inquiry. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (orgs.). *Place Attachment.* New York: Plenum Press, 1992, p. 1-12.

22. MARANDOLA JR., E. **Tempo e espaço cotidiano** – crônicas de um tecido inacabado. IN: MARANDOLA JR., E.; GRATÃO, L. H. B. *Geografia e literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*. Londrina: EDUEL, 2010, pp. 329-347.

23. _____. **Lugar enquanto circunstancialidade**. In: MARANDOLA JR., E; HOLZER, W.; LÍVIA, O. (orgs.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 227-247.

24. MARCUS, C. C. **Environmental memories.** In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (orgs.). *Place Attachment.* New York: Plenum Press, 1992, p. 87-112.

25. MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

26. _____. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

27. _____. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

28. MIHAYLOV, N.; PERKINS, D. D. **Community place attachment and its role in social capital development.** In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (orgs.). *Place Attachment: advances in theory, methods and applications*. Abingdon: Routledge, 2014, pp. 61-74.

29. MORRIS, D. **The sense of space**. Albany: State University of New York Press, 2004.

30. OLIVEIRA, L. **O sentido de lugar.** In: MARANDOLA JR., E; HOLZER, W.; LÍVIA, O. (orgs.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 3-16.

31. RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

32. _____. **Geographical experiences and being-in-the-world:** the phenomenological origins of geography. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (orgs.). *Dwelling, place and environment: towards a phenomenology of person and world*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p. 15-32.

33. RICHARDSON, B. **The "spatio-cultural dimension":** overview and a proposed framework. In: RICHARDSON, B. (org.). *Spatiality and symbolic expression: on the links between place and culture*. New York: Paulgrave Macmillian, 2015, p. 1-20.

34. RISBETH, C. **Articulating transnational attachments through on-site narratives.** In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (orgs.). *Place Attachment: advances in theory, methods and applications*. Abingdon: Routledge, 2014, pp. 100-111.

35. RUBINSTEIN, R. L.; PARMELEE, P. A. **Attachment to place and the representation of the life course by the elderly.** In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (orgs.). *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992, p. 139-164.

36. SCANNEL, L.; GIFFORD, R. **Comparing the theories of interpersonal and place attachment.** In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (orgs.). *Place Attachment: advances in theory, methods and applications*. Abingdon: Routledge, 2014, pp. 23-36.

37. SCHRADER, G. **Anger and inter-personal communication.** In: CARR, D.; CASEY, E. S. (orgs.). *Explorations in phenomenology: papers of the society for phenomenology and existential philosophy*. Leiden: Martinus Nijhoff, 1973, p. 331-350.

38. SEAMON, D. **A geography of the lifeworld**: movement, rest and encounter. London: Croom Helm, 1979.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

39. _____. **Place attachment and phenomenology:** the synergistic dynamism of place. In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (orgs.). *Place Attachment: advances in theory, methods and applications*. Abingdon: Routledge, 2014, pp. 11-22.

40. TUAN, Y. **Passing strange and wonderful**: aesthetics, nature and culture. New York: Island Press, 1995.

41. _____. **Paisagens do medo.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

42. _____. **Humanist geography:** an individual's search for meaning. Staunton: George F. Thompson Publishing, 2012.

43. _____. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Londrina: EdUel, 2013.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2018.1424.0005

O TERRITÓRIO EM REDE E O RAMO SUPERMERCADISTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS OPERAÇÕES DO GRUPO IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA.

THE NETWORK TERRITORY AND THE SUPERMARKET SEGMENT: AN ANALYSIS FROM THE OPERATIONS OF THE IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA. GROUP

TERRITORIO EN RED Y LA INDÚSTRIA SUPERMERCADISTA: UN ANÁLISIS A PARTIR DE OPERACIONES DEL GRUPO IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA.

Vinicius Biazotto Gomes
Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Presidente Prudente). Técnico de Gestão Pública no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUL) da Prefeitura Municipal de Londrina/PR.
E-mail: vinicius_bgomes@hotmail.com

RESUMO

O território em rede se constitui como uma das principais formas de atuação das empresas dotadas de grande capacidade econômica para acelerar a acumulação de capital por meio de operações em múltiplos mercados. Buscamos, neste artigo, discutir elementos e hipóteses para a compreensão da lógica espacial dos grandes agentes supermercadistas correlacionando, em especial, o território em rede e a Teoria dos Lugares Centrais, com os fundamentos operacionais do setor no que envolve as formas e funções assumidas pelos principais nós de suas redes intragrupo nas etapas de administração, distribuição e comercialização, dispostos de maneira descontínua no espaço. Como estudo de caso, analisamos as operações do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. (quantidade, modelo e localização das unidades), juntamente com as características dos mercados em que operam (contingente populacional, potencial de consumo e nível de centralidade), contemplando as ações tomadas entre os anos de 1989 a 2015. Como principais resultados, identificamos que houve um crescimento contínuo do número de lojas e da capilaridade dessa empresa, notadamente nas duas últimas décadas, seguindo uma lógica espacial que privilegiou as cidades mais populosas, de maior potencial de consumo e centralidade, como as cidades paranaenses e do oeste paulista de médio e grande porte, além de alguns mercados menores em suas proximidades.

Palavras-chave: território em rede, redes geográficas, supermercados, comércio.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

ABSTRACT

The network territory is one of the main ways of acting by companies with great economic capacity to accelerate the accumulation of capital through operations in multiple markets. In this article, we seek to discuss elements and hypotheses for the comprehension of the spatial logic of the great supermarket agents correlating, in particular, the network territory and the Theory of Central Places, with the fundamentals operational of the sector in the forms and functions assumed by the principal nodes of their intragroup networks in the administration, distribution and commercialization stages arranged discontinuously in space. As a case study, we analyze the operations of Irmãos Muffato & Cia. Ltda. Group (quantity, model and location of the units) with the characteristics of the markets in which they operate (population contingent, consumption potential and centrality), in the actions taken between 1989 and 2015. As main results, we identified that there has been a continuous growth in the number of stores and the capillarity of the company, especially in the last two decades, in a spatial logic that privileged the most populous cities, with greater potential of consumption and centrality, such as those of medium and large size in the state of Paraná and the west of São Paulo, as well as some smaller markets in their neighborhoods.

Keywords: network territory, geographic networks, supermarkets, commerce.

RESUMEN

O territorio en red es una de las principales formas de actividad de las empresas con gran capacidad económica para acelerar la acumulación de capital con operaciones en múltiples mercados. Buscamos en este artículo discutir elementos e hipótesis para comprensión de la lógica espacial de los grandes agentes supermercadistas correlacionando, en especial, el territorio en red y la Teoría de los Lugares centrales, con los fundamentos operacionales del sector en lo que implica las formas y funciones asumidas por los principales nodos de las redes intragrupo en etapas de administración, distribución y comercialización dispuestos de manera discontinua en el espacio. Como estudio de caso, analizamos las operaciones del Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. (cantidad, modelo y localización de las unidades), junto a las características de los mercados en que las opera (contingente poblacional, potencial de consumo y nivel de centralidad), contemplando las acciones tomadas entre los años 1989 a 2015. Como principales resultados, identificamos un crecimiento continuo del número de tiendas y de la capilaridad de la empresa, notadamente en las últimas décadas, siguiendo una lógica espacial que privilegió a las ciudades más populosas, de mayor potencial de consumo y centralidad, como aquellas de tamaño medio y grandes paranaenses y del oeste paulista, además de algunos mercados más pequeños de sus alrededores.

Palabras clave: território en rede, redes geográficas, supermercados, comercio.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

INTRODUÇÃO

Tomando-se o território essencialmente como uma parcela de espaço demarcada por relações de poder, constituído por quantidades e intensidades variáveis de energia e informação oriundas de um agente individual ou coletivo (RAFFESTIN, 2009), este se apresenta como um meio que responde a determinado(s) objetivo(s) daquele(s) que o controla(m). Nas últimas décadas, vários autores, como Dias (2000), Raffestin (1993, 2009), Souza (2000) e Castells (2012), chamaram a atenção para a relação entre organizações empresariais dotadas de grande poderio econômico e a temática das redes, destacando que a dispersão reticular das atividades pelo território com a difusão das relações de poder centralizadas a diversas e dispersas parcelas do espaço vem se constituindo como um dos arranjos majoritariamente adotados pelas grandes empresas, na busca pela acumulação contínua e ampliada.

Para os grupos supermercadistas, a necessidade e o valor das redes se afirmam na medida em que os mercados capazes de ser explorados passam a ser múltiplos e distantes entre si, fomentando a produção de uma estrutura intragrupo complexa, descontínua e organizada em rede para a coordenação e a execução de um conjunto de atividades entre instâncias espacialmente separadas. Nas empresas de grande porte desse ramo, as lojas (supermercados de vizinhança, supermercados, hipermercados e atacados de autosserviço), os centros de administração e os centros de distribuição são os elementos mais destacados e podem ser isoladamente compreendidos como "nós" das complexas redes intragrupo, interligados entre si por constantes fluxos de mercadorias e informações. Nestas redes, cada nó desempenha funções distintas e coordenadas em um esquema de complementaridade indissociável.

Para demonstrar as possibilidades analíticas do território em rede no que tange às lógicas espaciais do segmento supermercadista, isto é, como a disposição reticular permite a apropriação de diferentes mercados consumidores por meio do controle territorial de parcelas do espaço e da rede urbana, produzimos este estudo de caso do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. – uma das maiores empresas supermercadistas do Brasil em critérios como faturamento e quantidade de lojas, caracterizada pela dispersão de suas operações em âmbito regional e pela estruturação em capital fechado e familiar –, identificando os principais sentidos e temporalidades da expansão de sua rede intragrupo.

Exploramos as ações distribuídas por 17 cidades e duas unidades federativas, destacando as diferentes tipologias e canais de venda conduzidos mediante os critérios de contingente populacional interno aos mercados de atuação (quantidade absoluta e

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

respectivos potenciais de consumo), centralidade em nível regional, proximidade entre as cidades em que a empresa comercializa e cenários concorrenciais enfrentados com outras empresas de tamanho semelhante ou superior, contextualizando a distribuição das suas operações de venda com as localidades de instalação das demais instâncias administrativa e de distribuição.

Na revisão bibliográfica, destacamos as temáticas do território, especialmente aquele composto em rede, e a Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller (1966). Os pressupostos levantados, junto com informações operacionais factuais do segmento supermercadista, nos permitiram apontar elementos e hipóteses que podem servir de base para estudos futuros de territórios em rede constituídos pelas empresas de maior porte do ramo. Ressaltamos que este trabalho foi iniciado como um desdobramento de nossa pesquisa em nível de pós-graduação (GOMES, 2017). Em sua execução, efetivamos cerca de dez entrevistas[1] com pessoal de larga experiência em lojas (gerência de loja) ou em centrais administrativas (gerência de *trade marketing*), tanto de grupos de capital internacionalizado quanto regional, do porte do próprio Grupo Muffato. Embora as tentativas de entrevistas, nesta empresa, não tenham obtido sucesso, destacamos a complementação feita a partir de informações da mídia especializada e, em especial, os dados oficiais divulgados em sítios eletrônicos da própria empresa e também em declarações cedidas à mídia por seus proprietários, conforme disposto ao longo deste artigo e referenciado em seu final.

DO TERRITÓRIO PARA A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EM REDE

Segundo a concepção de Santos (1985, p. 6), o espaço é constituído por uma somatória de cinco elementos: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Tendo o espaço como estágio prévio e substrato material do território, consideramos que seus três primeiros elementos representam e contêm, por meio de instituições públicas ou privadas, tanto ações humanas individuais quanto coletivas na produção do território, independentemente de sua amplitude ou do tipo de motivação/ação perante a sociedade. A concepção de território e territorialização mais próxima ao nosso entendimento é a de Raffestin, para quem

> *Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o "territorializa". Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade (RAFFESTIN, 2009, p. 26).*

[1] Optamos por não citar os nomes das empresas e dos entrevistados devido às preocupações que estes demonstraram quando cederam informações à nossa pesquisa.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Dessa forma, o elemento básico de um território é o poder aplicado no espaço para a execução de um projeto por meio de ação direta ou indireta do agente territorializador. Tal poder é enraizado no trabalho, sendo, a partir dele, criadas, processadas e aplicadas as ações de territorialização em combinação variável de energia e informação. O território mescla, então, o passado, representado por aquilo já produzido sob as relações de poder de outrora, o presente, marcado pelos atos de pensar/agir desenrolados a cada momento, e o futuro, vide a produção e a aplicação de projetos de intervenção posterior que visam à materialização dos interesses humanos.

Sendo construído por relações de poder e servindo de sustentáculo para a sua execução, o território também expressa tais relações, seus agentes condutores e a forma de controle exercida. Na sociedade capitalista, os diferentes graus de força econômica conferem uma ampla diferenciação de poder na produção de territórios, com aqueles dotados de maior força econômica possuindo uma maior capacidade de seleção e ação sob o espaço, podendo, com isso, dotar-se de porções que conferem maior rapidez no alcance de seus interesses. De acordo com Saquet,

> *Na expansão do capitalismo, as forças produtivas e as relações de produção dão forma e significado ao território. Essa organização é mediada por relações políticas inerentes aos conflitos derivados das relações capital-trabalho. O território é construído socialmente e, ao mesmo tempo, é condição para a valorização do capital, mediando a extração da mais-valia, numa compreensão eminentemente relacional do território (SAQUET, 2011, p. 47).*

Apesar de, há muito tempo, o intercâmbio de produtos e de informações sobre longas distâncias marcar a história da humanidade (BERNSTEIN, 2009; BRAUDEL, 2009a, 2009b), a constituição de redes com relações cada vez mais intensas e capilarizadas é uma das principais possibilidades decorrentes das transformações tecnológicas e organizacionais que marcaram a reestruturação capitalista em âmbito global, a partir da década de 1970 (SOJA, 1993). A constituição de territórios em rede – ou territórios descontínuos, como prefere Souza (2000) – é uma das faces mais utilizadas pelas empresas que visam a acelerar a acumulação de capital por meio da expansão de suas atividades, estendendo seu poderio frente a outros arranjos e agentes locais, regionais e nacionais previamente constituídos.

Como resultado disso, mercados antes abastecidos por empresas locais e regionais tradicionais (muitas vezes, endógenas) passam a ter ampliadas as descontinuidades na competição das atenções de seu público consumidor após a entrada de novos grupos fartamente capitalizados, passando por uma intensificação e complexificação das relações concorrenciais. Conforme Dias,

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *A densificação das redes – internas a uma organização ou compartilhadas entre diferentes parceiros – regionais, nacionais ou internacionais surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas. Em outras palavras, a rede aparece como instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar (DIAS, 2000, p. 147).*

Raffestin (1993, p. 200) também chamou a atenção para a circulação e a comunicação na problemática do território nas estratégias dos atores que buscam dominar as superfícies, vide a necessidade da gestão e do controle das distâncias. Neste contexto, nos últimos anos, verifica-se uma crescente preocupação na adoção de mecanismos de controle da produção, circulação e da comunicação em âmbito intra e extragrupo por parte das grandes empresas supermercadistas. Exemplo disto é o uso, cada vez mais intensivo, de elementos de *Efficient Consumer Response* (ECR), que permitem a obtenção, o processamento e a transmissão de informações de hábitos de consumo, melhorando a eficiência no sortimento das lojas, a reposição, as promoções e a introdução de produtos, bem como dos instrumentos de *Eletronic Data Interchange* (EDI), que possibilitam uma comunicação direta entre computadores da própria empresa, nas mais diversas instâncias, e entre seus fornecedores (SESSO FILHO, 2003).

Tendo em vista a posição e a função estratégica que ocupa como elo entre produtor e consumidor, o ramo supermercadista possui ação destacada nas etapas de circulação e de consumo do ciclo do capital. No Brasil, nas últimas décadas, uma das principais formas encontradas pelos grandes grupos dessa atividade para a aceleração da realização da mercadoria (PINTAUDI, 1981) vem sendo a expansão de suas operações na rede urbana, incorporando novos mercados consumidores, com a abertura de lojas em porções até então pouco exploradas, expandindo sua rede intragrupo e, com isso, difundindo formas comerciais e mercadorias a populações, até então, mais envolvidas com seus respectivos comércios local e regional.

LÓGICAS ESPACIAIS E O TERRITÓRIO EM REDE NO RAMO SUPERMERCADISTA

A concentração econômica permite a determinados grupos constituírem arranjos territoriais complexos, formando sistemas pelos quais estendem seletivamente suas operações, expressando o seu domínio das diferentes escalas tanto no âmbito intragrupo, a partir da compreensão da coerência das ligações estabelecidas entre os diferentes componentes de uma única empresa do ramo, quanto no âmbito extragrupo, para aqueles constituídos pela função de intermediação com/entre os fornecedores e consumidores que permitem e justificam o seu funcionamento. Em ambas, deve ser considerada sempre a indissociabilidade

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

entre as duas escalas do urbano apontadas por Corrêa (2003, p. 136): a do espaço urbano e a da rede urbana.

Tendo em vista as diferentes funções das estruturas que compõem a atividade supermercadista, algumas são mais bem analisadas em determinada escala, como, por exemplo, os centros de distribuição e os centros administrativos, com proeminência no plano da rede urbana, face às lojas, com atuação mais destacada no espaço urbano, ainda que a escolha das cidades nas quais estas são inseridas se dê conforme as diferentes potencialidades apresentadas na rede urbana. O reconhecimento de tal questão é basilar para a compreensão da complementaridade dos arranjos dispostos em múltiplos níveis e escalas (BRENNER, 2013, p. 206). Destacamos que a forma de ação de tais estruturas se enquadra nos três sistemas territoriais econômicos de Raffestin (1993, p. 152): *nós*, *redes* e *tessituras*.

Na referida atividade, os nós são representados por suas estruturas de administração, circulação e comercialização fixadas no espaço e consideradas isoladamente. Tal isolamento só é permitido pelo arranjo reticular que os coordena, em que cada nó é conduzido a uma íntima ligação com os demais, tanto por meio de fluxos materiais, com o transporte de mercadorias revendidas aos consumidores e dos equipamentos necessários à operação de suas diferentes estruturas, quanto de fluxos imateriais, em que os dados obtidos e processados a partir das ações das vendas são transmitidos entre instâncias, bem como as ordens remetidas pelas diretorias. Para que tais fluxos se efetivem de forma satisfatória, são necessários instrumentos infraestruturais que fogem da responsabilidade da empresa supermercadista, como rodovias e redes de fibra ótica, e também de estruturas e equipamentos próprios, como centros de distribuição, plataformas logísticas, veículos, computadores, instrumentos de telefonia, *softwares* e servidores de Intranet, entre outros.

A constância desses fluxos permite que cada estrutura desempenhe função única, descentralizada e complementar às demais no conjunto da rede intragrupo. Enquanto as centrais administrativas são incumbidas da gestão e do planejamento futuro das operações da empresa, pelos centros de distribuição são operacionalizadas as tarefas de gerenciamento das mercadorias recebidas dos fornecedores e que são reemitidas para as lojas, que, por sua vez, têm como função a venda ampliada aos consumidores de seus respectivos alcances espaciais.

A complementariedade instituída nessas redes é controlada hierarquicamente, com maior peso concentrado na matriz administrativa, responsável pela manutenção do funcionamento e da coerência das operações existentes e pela definição de diretrizes futuras para as quais a rede intragrupo poderá ser estendida. Como resultado desta centralização, as

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

lojas assumem um papel secundário, na rede intragrupo, sendo dotadas de baixa autonomia,[2] o que faz com que a influência que elas exercem sobre as populações que as recebem seja um dado externo, oriundo de instâncias longínquas.

A dispersão das redes intragrupo de cada empresa é restringida pela capacidade de abastecimento e, sobretudo, pela localização de seus centros de distribuição. Como a margem de lucro nesse ramo é reduzida – uma média histórica de 1,9%, conforme Chiara (2012) –, e, como "é por demais evidente que a mercadoria, para se deslocar, deve aumentar de preço ao longo da viagem" (BRAUDEL, 2009b, p. 142), a atividade supermercadista é bastante sensível ao impacto de qualquer acréscimo nos custos de armazenagem e de deslocamento, como tem ocorrido com o aumento da distância entre os centros de distribuição e as lojas. Assim sendo, o crescimento do número de lojas, bem como o seu espraiamento a uma maior distância dos centros de distribuição consolidados, requer a ampliação da capacidade, a melhoria das estruturas logísticas prévias e, caso possível, se economicamente viável, em última instância, a construção de novos centros de distribuição.

Isso é exemplificado pelo fato de que os grupos de maior abrangência, no território nacional (Carrefour Com. Ind. Ltda., Companhia Brasileira de Distribuição e Walmart Brasil Ltda.), vêm interiorizando suas ações juntamente com a criação de novos centros de distribuição mais próximos das novas lojas, ao passo que redes regionais, como Irmãos Muffato & Cia. Ltda., Condor Super Center Ltda. e Savegnago Supermercados Ltda., comumente mantêm-se com apenas uma estrutura destas para abastecer todas as unidades (GOMES, 2017). Com isso, consideramos o centro de distribuição como o ponto de partida para a leitura da rede intragrupo das grandes empresas supermercadistas.

Por último, segundo Raffestin (1993, p. 154), a tessitura "[...] exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes." Em nossa concepção, tal termo se liga aos apontamentos de Walter Christaller (1966) sobre o alcance espacial dos bens e serviços, em sua Teoria dos Lugares Centrais, pois é no interior das respectivas áreas de alcance de um bem ou serviço que são exercidos os poderes por parte dos agentes econômicos que os possuem (no caso específico da análise deste trabalho, as empresas supermercadistas).

[2] As informações obtidas junto às gerências das grandes redes supermercadistas, nas entrevistas realizadas para Gomes (2017), expressaram que estas unidades têm baixa autonomia em relação às centrais administrativas, com pouca ou nenhuma interferência em ações de marketing, bem como na definição do portfólio, dos preços e das promoções, e, cada vez menos, na emissão de pedidos a fornecedores, visto a crescente centralização da gestão e a movimentação de estoques em centros de distribuição. Além disso, apesar de comum a obtenção de informações das empresas a partir dos gerentes de lojas, estes são, normalmente, pouco informados quanto aos procedimentos das instâncias externas à sua unidade, bem como aos planos futuros das empresas que representam.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Como frisou Christaller (1966), com a acentuação da mudança da forma de distribuição de bens após a égide da produção voltada ao mercado anônimo, passou a ser crescente a exigência de que os bens e serviços sejam oferecidos em localidades fixas, implicando isto no aumento da necessidade de o comprador se deslocar até tais lugares (*central places*) para ter acesso aos bens e serviços (*central goods and central services*) de que precisa. São, justamente, esses bens e serviços ofertados – cada qual dotado de um alcance espacial (*the range of good*) próprio – que fundamentam o tipo, o tamanho e a distribuição dos lugares centrais, em sua teoria. Conforme Christaller (1966, p. 50), este alcance se define da seguinte forma: "The range is the distance up to which the dispersed population will still be willing to purchase a good offered at a central place."

É importante frisar que a distância considerada por esse autor entre o comprador e a oferta dos bens e serviços não é, necessariamente, medida a partir da distância em quilômetros (*mathematical distance*), mas na distância econômica (*economic distance*), que foca no tempo e nos recursos financeiros dispendidos no deslocamento. Conforme Christaller,

> *In this regard, the mathematical expression of the distance, in meter or kilometers, is quite unimportant. Only the economic expressive of distance corresponds with the economic importance of the distance. This "economic distance" is determinated by costs of freight, insurance, and storage; time loss of weight or space in transit; and as regards passenger travel, the cost of transportation, the time required, and the discomfort of travel. [...] This economic distance is a very important element for determining "the range of good", by which we mean the farthest distance the dispersed population is willing to go in order to buy a good offered at a place – a central place. If the distance is too great, the population will not buy this good because it becomes too expensive for them; or they will buy it at another central place from which they can obtain it more cheaply (CHRISTALLER, 1966, p. 22).*

Segundo a teoria christalleriana (1966), cada bem ou serviço possui duas facetas em seu alcance espacial, demarcadas por dois limites fundamentais, um limite/limiar mínimo (*lower limit of the range*) e um limite/limiar máximo (*upper limit of the range*).[3] Enquanto o primeiro dá conta da quantidade mínima de consumidores necessários para cobrir os custos da oferta de determinado bem em uma localidade central, o segundo é a distância máxima da qual se originam os compradores de algum bem ou serviço, com ambos assumindo espacialmente a forma de um anel em torno da localidade central.

Entendemos que o fato de os consumidores inseridos em ambos os limites estarem contidos em uma determinada área reforça a espacialidade como elemento fundamental

[3] Na transcrição do upper e do lower range da teoria de Christaller (1966), optamos por usar, respectivamente, os termos "alcance espacial máximo" e "alcance espacial mínimo", como propõe Corrêa (1989). Ainda que os termos não sejam exatamente os mesmos, com estes últimos valorizando a dimensão espacial da área da qual se deslocam os consumidores dos bens centrais, seus significados são próximos e adequados a presente discussão.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

na construção dessa teoria, opinião corroborada aos apontamentos de Berry e Garrison (1958, p. 306) sobre as ideias dela provenientes, frisando a proximidade de termos como o "*threshold size*" e "*inner range of a good*", visto que se tratam, ambos, de níveis críticos de demanda contidos em determinada área para a manutenção de uma dada oferta.

Outra questão especialmente importante, para o ramo supermercadista, é a multiplicidade dos bens comercializados em seus estabelecimentos – não raro, atingindo 50.000 produtos nos hipermercados (ABRAS, 2013a) –, unificando itens vendidos de forma especializada em lojas como quitandas, açougues, peixarias, mercearias, padarias, bazares e lojas de eletroeletrônicos. Entretanto, conforme dados de Superhiper (2014), 86% do faturamento do autosserviço alimentar, em 2013, foram obtidos nas seções de mercearia seca, mercearia líquida, perecíveis, açougue, frutas, legumes e verduras, padaria, peixaria, comida pronta, higiene/perfume e limpeza caseira, ou seja, em bens que, via de regra, são de baixo preço, não duráveis e basilares à reprodução familiar. Completando esta informação, as seções compostas de produtos de maior valor agregado, duráveis e de aquisição menos corriqueira, como eletrodomésticos, bazar, têxtil, animais de estimação, móveis, flores e outros, representaram apenas 14% de seu faturamento.

Tendo em vista que 92,7% do montante obtido pelo autosserviço alimentar se deram em supermercados de dois ou mais *check-outs* (SUPERHIPER, 2014), consideramos possível apontar que os bens majoritariamente comercializados no ramo supermercadista podem ser enquadrados na classe de bens centrais de baixa ordem (*central goods of a lower order*), ou seja, de baixo preço e necessidade cotidiana, e cujos limites mínimo e máximo de seu alcance espacial são baixos. Por outro lado, quando atua na venda de itens de maior preço e/ou raridade no mercado (*central goods of a higher order*), nos quais incluímos também aqueles de uso cotidiano em suas versões de maior qualidade/quantidade, de luxo ou de nichos específicos, é possível supor que haja uma ampliação do alcance espacial máximo de certa loja. Quanto aos diferentes tipos de bens, Christaller afirma:

> *We have already stated that each type of central good has its own typical range. If its upper, as well as its lower, limit is high, the good will be offered at central places of a higher order and thus be sold within a larger region. Such a good will be called a "central good of a higher order". If, however, the upper and the lower limits of the range are low, then the central good must be offered at numerous and also smaller places in order to supply the whole country. Therefore, this sort of good will be called a "central good of a lower order" (CHRISTALLER, 1966, p. 56).*

Alguns elementos que caracterizam especialmente os supermercados de vizinhança e, em menor medida, também super/hipermercados (como a concentração na comercialização varejista de bens de baixa ordem, em pequenas quantidades por compra e com facilidade

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

de serem encontrados em muitas localidades centrais), indicam que estes estabelecimentos possuem um reduzido alcance espacial mínimo. Por outro lado, poder contar com um portfólio de produtos mais amplo/diferenciado e com maior oferta de itens de mais alta ordem é um dos indicativos de lojas cujo alcance espacial máximo deva ser mais extenso. Outros fatores internos às unidades (como o tamanho da área de vendas e do parque de estacionamento) e quesitos externos considerados nas escalas urbana e regional (como a intensidade das relações concorrenciais, as condições de acessibilidade, a densidade populacional das porções atendidas e a presença conjunta a outros empreendimentos) também tendem a influenciar nessas medidas.[4]

Esses pressupostos apontados para os supermercados de vizinhança e super/hipermercados coincidem com os resultados obtidos por Parente e Kato (2001) e Parente (2003), que alertaram para a existência de uma correlação entre a origem da clientela e a proximidade dos estabelecimentos, com a maior parte dos consumidores residindo nas imediações das lojas em que se abastecem. Exemplos disto são os dados apontados no segundo trabalho supracitado, em que se constatou que 50% dos clientes moravam a 1.144m e 70% a 2.601m das respectivas lojas, o que vai ao encontro da ideia de Christaller (1966, p. 29) de que o consumo de bens "it is higher near where the central good is offered, and it becomes less with increasing distance until finally, at the periphery, the consumption might cease entirely".

As operações da empresa analisada, neste trabalho, apresentam dois indícios que complementam a constatação de que essas tipologias de lojas possuem reduzido alcance espacial: 1) todas as cidades com população acima de 300.000 habitantes, nas quais opera (Tabela 2), contam com mais de um estabelecimento, apontando que apenas uma loja pode ser insuficiente para a exploração máxima da demanda destes espaços urbanos e; 2) nas imediações de alguns mercados, como Curitiba (PR) e Londrina (PR), outras cidades de menor porte populacional que fazem parte de suas respectivas áreas de influência passaram a contar, mais recentemente, com lojas de tipologias semelhantes às do Grupo Muffato, indicando que as unidades da empresa nas cidades que as polarizam são insuficientes para estimular o deslocamento de uma parte substancial da população regional, havendo demanda para a sua instalação também nas outras cidades menores das redondezas.

[4] É possível que os atacados de autosserviço tenham uma situação específica no que tange a seu alcance espacial, visto que grande parte de sua clientela é de consumidores intermediários (revendedores, transformadores ou grandes utilizadores), que realizam compras na modalidade atacadista com quantidades e gastos maiores.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A limitação da capacidade consuntiva dos diferentes mercados, manifesta por meio dos alcances espaciais mínimo e máximo que cercam as lojas da atividade supermercadista, considerando-se as especificidades dos serviços prestados e dos bens comercializados (qualidade, variedade e quantidade), e das condições socioespaciais (renda, densidade populacional, relações concorrenciais e acessibilidade) de cada porção explorada se entrelaça com a questão da seletividade espacial. Conforme Santos (2003, p. 126), a seletividade espacial tem na seletividade social um freio às forças de dispersão que a dimensão do consumo promove, visto que a capacidade de consumir varia qualitativamente e quantitativamente através do espaço. É por isso que os nós de cada rede intragrupo não estão localizados a esmo, mas, sim, seletivamente instalados a fim de responderem aos objetivos que lhes são incumbidos.

Dessa forma, as intenções de expansão das operações das grandes empresas do ramo são contingenciadas não apenas por sua capacidade de investimento e integração das estruturas planejadas aos nós e arranjos preestabelecidos de sua rede intragrupo, mas também pela relação entre a capacidade consuntiva dos diferentes mercados e as características das operações propostas, sob o risco de subvalorizar mercados consumidores passíveis de grandes retornos, ou, pior, de supervalorizar outros que não sejam adequados às suas operações. Neste cenário, suas ações expansionistas devem privilegiar aqueles públicos tidos como os mais adequados aos interesses de acumulação almejados.

Em suma, a fragmentação funcional, com a separação espacial dos diferentes nós operacionais e o aprofundamento do domínio das distâncias e das escalas para sua adequada coordenação, é algo próprio às ações das grandes empresas supermercadistas. Por meio deste arranjo, se exerce o gerenciamento de uma série de estruturas longínquas em torno de um objetivo centralizado, com os centros administrativos comandando as operações existentes e executando a prospecção das operações futuras, os centros de distribuição sendo incumbidos do gerenciamento e do deslocamento de mercadorias entre fornecedores e seus próprios estabelecimentos, e as lojas, dotadas de alcances espaciais mínimo e máximo próprios, nas quais o poder das empresas controladoras se expressa frente às populações locais, sendo as responsáveis pela venda dos produtos.

A seguir, apresentaremos um estudo de caso de território em rede no segmento a partir das ações do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda.

O GRUPO IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA.

O Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. teve suas origens em 1974, na cidade de Cascavel, no Paraná, quando os irmãos Pedro e José Carlos Muffato (Tito), oriundos de Irati, neste

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

mesmo estado (GUALDESSI, 2003, p. 81), e seu cunhado Hermínio Bento Vieira, natural de Leiria (Portugal) (TAROBÁ LONDRINA, 2015), abriram um pequeno armazém comercial (NAIDITCH, 2004a), constituindo uma organização societária em âmbito familiar. Entre os anos de 1974 a 1988, a empresa permaneceu sob a mesma organização societária original (NAIDITCH, 2004a), abrindo lojas do ramo supermercadista com a bandeira "Muffatão" (NOSSO TEMPO, 1983, p. 31), num contexto socioeconômico que, conforme Cyrillo (1987), proporcionava facilidade para o crescimento das operações supermercadistas, após as primeiras regulamentações específicas e experimentações desta atividade no Brasil.

> *Após as etapas de implantação e difusão, os supermercados estavam em condições de extrair o máximo do ambiente externo – favorável –, revelando uma ampla flexibilidade para adaptar-se a diferentes situações. Assim, no período de auge do crescimento, também os supermercados expandiram-se, e, na crise que se sucedeu, reorganizaram-se e deram continuidade à sua expansão (CYRILLO, 1987, p. 85).*

Além do favorável cenário em âmbito nacional, um fator importante para o rápido crescimento das atividades do Grupo Muffato, em seus anos iniciais, foi a apropriação de mercados consumidores de cidades que se encontravam em franco desenvolvimento, como Cascavel e Foz do Iguaçu, no Paraná. Esta última, na década de 1980, vivia o auge da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, oportunamente relatado pela reportagem de Naiditch (2004b), intitulada "No lugar certo, na hora exata",[5] e por Ederson Muffato, em entrevista para Araçatuba S.A. (2013):

> *Tivemos, assim, a segunda cidade. O Muffato foi para Foz do Iguaçu, ainda na década de 1970 [...]. Em Foz do Iguaçu, todos sabem, tem Itaipu, que é a maior usina hidrelétrica do mundo, e meu pai esteve na hora certa, no lugar certo, na construção da barragem. Então, Foz do Iguaçu era uma cidade em que transitavam quase 100.000 pessoas, era a maior obra do mundo em construção, e meu pai [...] começou a abrir outros pequenos mercados, fornecer aos refeitórios das construtoras que faziam a construção da usina. Foz do Iguaçu é uma cidade que triplicou de população em menos de uma década. E assim, na ida para Foz do Iguaçu, quatro ou cinco anos depois da fundação, é que realmente foi onde o Muffato deu um grande salto, deu uma grande expansão. Na época, tanto os consumidores do Paraguai, quanto os da Argentina vinham muito se abastecer em Foz do Iguaçu, e, com o crescimento da cidade, o Muffato cresceu muito [...].*

A escolha de mercados propícios como esses, de rápido crescimento populacional e econômico, caracterizando uma conjuntura positiva à ampliação do consumo, marca situações passíveis de enquadramento em ações de seletividade espacial por parte do agente analisado nesta pesquisa, contribuindo para que, já em 1983, com menos de 10

[5] Entendemos que a entrada do Muffato, em Londrina (PR), em 1995, é mais um caso em este grupo se inseriu no momento (num contexto com poucos concorrentes de porte grande, dominado por grupos locais que operavam majoritariamente lojas de vizinhança) e no lugar exatos (visto o amplo mercado da cidade, já com mais de 400.000 habitantes).

anos de fundação, atingisse a 31ª posição entre os maiores supermercadistas do país, com 22 lojas de área de venda média de 1.224,64 m², conforme aponta Masano (1984, p. 163) ao reproduzir os dados do *Ranking Supermercado Moderno*, de 1983.

Ademais, nesse período inicial, a história da bandeira "Super Muffato", como atividade tocada pelo Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda., começou entre 1988 e 1989, quando a sociedade original foi desfeita com a saída de Pedro Muffato e após José Carlos Muffato e Hermínio Bento Vieira fundarem operações com a nova bandeira, iniciando com três supermercados, em Foz do Iguaçu, e outro, em Cascavel,[6] além de um atacado (NAIDITCH, 2004ª), ainda que os dados do Quadro 1 apontem, neste período, a existência de apenas três estabelecimentos.

Após a separação societária, Pedro Muffato também continuou no ramo supermercadista, mas, a partir de então, como concorrente dos antigos sócios, continuando a conduzir as lojas Muffatão (Pedro Muffato & Cia. Ltda.).[7] Em 1999, suas nove lojas foram vendidas ao grupo português Sonae, que as enquadrou sob a bandeira Mercadorama (FUENTES, 2002), contudo, em virtude de problemas operacionais, duas delas, localizadas em Cascavel, lhes foram devolvidas, em 2002. Após isto, Pedro Muffato deu início ao Fatão Supermercados (Muffato Lambóia & Cia. Ltda.) e instalou novas unidades, em Ibiporã, Londrina e Maringá, no Paraná. Em 2008, as lojas Fatão destas três últimas cidades foram vendidas ao Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda., que as opera sob a bandeira Super Muffato. Atualmente, os três supermercados que possuem a bandeira Muffatão e permanecem sob o seu controle estão em Cascavel, localizados na rua Manaus nº 2420, na rua Pio XII, nº 1545, e na avenida Brasil, nº 3102 (Shopping West Side).

Com tal questão esclarecida, buscamos superar as corriqueiras confusões que tratam as bandeiras Fatão, Muffatão e Super Muffato como se fossem propriedades de apenas um grupo. Tendo em vista que as operações do Super Muffato foram praticamente iniciadas "do zero", após 1989, e, sendo as atividades atuais quase independentes das anteriores, optamos por focar, em nossa pesquisa, apenas aquelas tocadas a partir de então. Antes de expor nossa análise da evolução e da situação das atividades desse grupo na rede urbana brasileira, consideramos proveitoso demonstrar um panorama com os principais dados das operações recentes desta empresa, contextualizando a sua amplitude e variedade.

[6] Os dados, disponibilizados em CNPJBRASIL (2015), apontam que 15 lojas Muffatão, de razão social Irmãos Muffato & Cia. Ltda., inauguradas entre 1974 e 1988, estão com situação cadastral baixada "devido a Extincao P/ Enc Liq Voluntaria". Tal situação deve ter ocorrido justamente pelo rompimento societário, sendo estas lojas, ao menos em parte, as que o grupo operava, até então, sob a bandeira Muffatão.

[7] O fato de que, quando o Grupo Pão de Açúcar saiu de Londrina (PR), em 1991 (BLUM, 2006, p. 75), e de Maringá (PR), o Muffatão adquiriu suas lojas (BASTOS, 2002, p. 14-15) ilustra a força desta empresa no abastecimento do consumidor paranaense, no referido momento.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

As principais características das operações atuais do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda.

O Irmãos Muffato & Cia. Ltda. (Grupo Muffato) é um dos maiores grupos do ramo supermercadista nacional, com uma penetração significativa sobre os mercados consumidores das cidades de maior população/centralidade do estado do Paraná e do oeste e noroeste paulista. Conforme dados de *Supermercado Moderno* (2015), esta empresa obteve, em 2014, um faturamento de R$ 3,7 bilhões, com o trabalho de 9.589 funcionários, o que a colocou como a maior rede supermercadista paranaense e a sétima em nível nacional, sendo, entre estas, a segunda maior de origem brasileira e capital fechado. A Tabela 1 apresenta os principais dados de suas operações para o ano de 2014.

Tabela 1 – Dados da atividade supermercadista do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. (2014).

Empresa	Pos. Ranking nacional	Faturamento bruto (RS)	Lojas	Área de venda (m²)	Check-outs	Funcionários
Irmãos Muffato & Cia. Ltda.	7	3.704.980.201,00	41/44*	134.145	1.026	9.589
	Faturamento por loja (R$)	**Área de venda por loja (m²)**	**Faturamento por m²**	**Faturamento por check-out**	**Funcionários por 100 m²**	**Faturamento por funcionário**
	90.365.370,76	3.271,82	27.619,29	3.611.091,81	7,15	3.86.378,16

* **Os d**ados de *Supermercado Moderno* (2015) apontam 41 lojas, contudo, até 25/08/2015, a empresa apresentava 44 lojas em funcionamento ou em construção (SUPER MUFFATO, 2015a).
Fonte: *Supermercado Moderno* (2015). Elaborada pelo autor (2017).

As atividades de comercialização desse grupo no ramo supermercadista são desenvolvidas em 44 lojas de grandes áreas de venda, com média de 3.271,82 m² por unidade, instaladas em 17 cidades. Estes estabelecimentos são divididos entre 38 super/hipermercados sob a bandeira Super Muffato e seis atacados de autosserviço Max Atacadista, bandeira esta fundada em 1999. Tais estabelecimentos são controlados pelo centro administrativo localizado em Cascavel e são abastecidos por um único centro de distribuição, inaugurado em 2008, em Cambé, no Paraná. De acordo com Ricieri (2008), este centro conta com 40.000 m² de área de armazenamento e cerca de 80.000 m² de área construída.

Além dessas lojas, o grupo marca presença em uma série de outras atividades, algumas relacionadas e/ou agregadas a suas lojas do ramo supermercadista, como restaurantes (Buffet Grill), lanchonetes, postos de combustível (Auto Posto Super Muffato) e centros de atacado (Muffato Max Atacado), na importação de mercadorias e no ramo imobiliário,

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

na administração das lojas de apoio[8] de seus estabelecimentos e no Shopping Center Total, além de outras atividades menos ligadas ao ramo, como hotelaria (Muffato Plaza Hotel) e comunicações (TV e Rádio FM Tarobá).

O Grupo Muffato também comercializa bens de consumo não duráveis (como itens de mercearia, frios e laticínios, entre outros vendidos em supermercados) por operações não presenciais, via telefone e Internet, em 13 cidades onde possui unidades físicas. Nestas modalidades, a mercadoria é coletada em uma loja específica, e o consumidor pode recebê-las em casa ou retirá-las no estabelecimento (MUFFATO SUPERMERCADOS, 2015). Conforme Cardoso (2014), as vendas *on-line* servem mais como complementação de serviço, sendo responsáveis por cerca de 4% do faturamento da loja em que estão instaladas. Somam-se à comercialização de produtos não duráveis as ações de outras duas lojas virtuais, o Shop Fato (SHOP FATO, 2015) e o Super Muffato (SUPER MUFFATO, 2015b), que vendem bens de consumo duráveis e de maior valor agregado, tendo sido iniciadas, respectivamente, em 2008 e 2013 (GAZETA DE TOLEDO, 2015).

Contextualizados o quadro do surgimento e a evolução inicial das operações do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda., bem como a situação da empresa em meados da década de 2010, apresentamos, a seguir, a lógica espacial e as características da evolução das operações das bandeiras Super Muffato e Max Atacadista, na rede urbana brasileira, compreendendo desde o momento em que se deu a separação da organização societária original da empresa, em 1989, até o ano de 2015.

A EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DO GRUPO IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA. NA REDE URBANA BRASILEIRA, ENTRE 1989 E 2015

Começando as atividades em 1989, com a bandeira Super Muffato, já com lojas em Cascavel e em Foz do Iguaçu (NAIDITCH, 2004a), o Grupo Muffato continuou, até meados da década de 1990, restrito às porções sudoeste e oeste do Paraná, adicionando operações apenas no mercado de Campo Mourão, neste estado, em 1992. Em 1995, esta empresa deu um dos seus mais importantes passos ao abrir a primeira loja em Londrina, mercado em que foi paulatinamente se colocando como o principal grupo supermercadista,[9]

[8] Grande parte de seus estabelecimentos possui lojas de apoio, como lotéricas, farmácias, lanchonetes e bancas de jornal, entre outras. A adoção destas lojas de apoio é uma tática que permite o compartilhamento de consumidores atraídos pela centralidade do super/hipermercado e pelas demais atividades nele abrigadas, sendo também vantajosa por possibilitar a diversificação de receitas com a obtenção de renda em operações imobiliárias.

[9] Conforme o Top de Marcas (2014), o Super Muffato é o supermercado mais lembrado pelo consumidor londrinense há 14 anos. Sua liderança é sintomática da participação que exerce nesta cidade, tendo sido lembrado por 54,8% dos consultados, enquanto o segundo e o terceiro supermercados mais lembrados foram citados por 13,5% e 3,8%, respectivamente.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

aproveitando-se de um cenário, até então, dominado por pequenos e médios grupos locais e recém-complexificados pela entrada do Carrefour (GOMES, OLIVEIRA, 2014). Desde o início, nessa cidade, suas operações foram marcadas pela instalação de uma série de lojas em sequência[10] (inclusive, em porções de baixo rendimento), de forma pioneira para as grandes redes, conforme a situação do estabelecimento da avenida Saul Elkind, nº 2177, inaugurado em 2000. Londrina é a cidade paranaense que, até então, conta com o maior número de lojas (8 lojas) desse grupo.

Chamamos a atenção para o fato de que, em 1998 (FOLHA DE LONDRINA, 2011), quando a rede tinha apenas duas lojas nessa cidade, ocorreu a instalação de seu primeiro centro de distribuição,[11] em Cambé, cidade paranaense conurbada a Londrina. A instalação desta, que é a principal estrutura de distribuição do ramo, representou a transferência de suas operações logísticas para o norte do estado, e pode ser um indicativo de que a empresa planejava densificar a sua participação no mercado londrinense, desde então, transformando a cidade num importante polo de acumulação e fortalecimento da marca para a continuidade de sua expansão. Outro fato que reforça esta ideia é que Cambé recebeu sua primeira loja do Grupo Muffato apenas em 2011, quando Londrina já tinha sete unidades.

Nos anos seguintes, essa empresa continuou diversificando suas cidades de operação, iniciando uma expansão para o sudeste paranaense a partir de Ponta Grossa, em 1999. Em 2002, abriu a primeira loja em Maringá, segunda cidade mais populosa do norte do estado, seguida, em 2003, pela sua entrada em Curitiba, capital paranaense, e no estado de São Paulo, inicialmente por Presidente Prudente, num ponto comercial em que funcionava, até então, uma loja Carrefour.

A partir daí, não foram percebidas mudanças significativas nos sentidos da expansão da rede intragrupo dessa empresa, mas apenas a exploração de novos mercados em regiões onde já haviam cidades atendidas, abrindo unidades em cidades paranaenses como São José dos Pinhais (2005), Ibiporã (2008), Toledo (2009), Apucarana (2011), Cambé (2011) e Paranavaí (2011). Com maior força, nos últimos anos, nota-se uma busca por cidades cada vez mais distantes de seu centro de distribuição, como Paranaguá, no Paraná (2013), Araçatuba (2013) e São José do Rio Preto (2015), no estado de São Paulo (Figura 1).

[10] É importante ressaltar que, meses após a abertura da primeira loja Muffato em Londrina, um de seus sócios, José Carlos Muffato, faleceu em um acidente de avião, fazendo com que seus três filhos, Everton, Éderson e José Eduardo Muffato, ainda com menos de 18 anos, viessem a assumir importantes funções administrativas dentro desta empresa (NAIDITCH, 2004a).

[11] Segundo Silva (2006, p. 101), esse centro de distribuição, dotado de uma área de 8000 m², era o responsável pelo abastecimento de toda a rede. Após a construção do atual centro de distribuição, em 2008, esta unidade agregou as funções de centro de atacado e de compras.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Na Tabela 2, apresentamos os principais dados das cidades que contam com lojas do Grupo Muffato, e, na Figura 1, demonstramos cartograficamente as cidades em que esta empresa opera, de acordo com faixas populacionais.

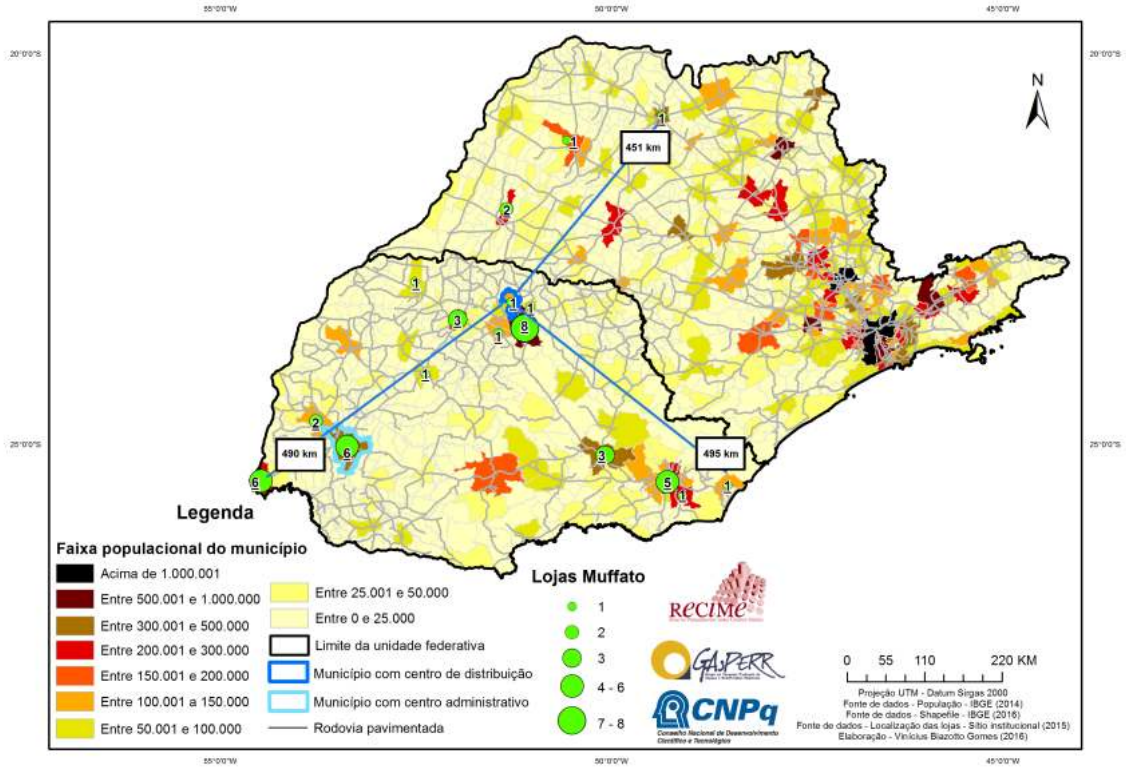
Tabela 2 - Cidades e lojas do ramo supermercadista do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. (2015).

Cidade/estado	Ano de entrada	Fatores analíticos			Tipologia de estabelecimento		Total
		População (2013)	Classificação REGIC	Potencial de Consumo 2012 (Pos. estado)	Super/hipermercado	Atacado de autosserviço	
Cascavel (PR)	1978*/1974	305.615	Capital Regional B	5	5	1	6
Foz do Iguaçu (PR)	1980*/1976	263.508	Centro SubRegional A	7	5	1	6
Campo Mourão (PR)	1992	91.648	Centro SubRegional A	19	1	-	1
Londrina (PR)	1995	537.566	Capital Regional B	2	8	-	8
Ponta Grossa (PR)	1999	331.084	Capital Regional C	4	3	-	3
Maringá (PR)	2002	385.753	Capital Regional B	3	2	1	3
Curitiba (PR)	2003	1.848.946	Metrópole	1	4	1	5
Presidente Prudente (SP)	2003	218.960	Capital Regional C	34	1	1	2
São José dos Pinhais (PR)	2005	287.792	-	6	1	-	1
Ibiporã (PR)	2008	51.255	-	36	1	-	1
Toledo (PR)	2009	128.448	Centro SubRegional A	11	2	-	2
Apucarana (PR)	2011	128.058	Centro SubRegional A	12	1	-	1
Cambé (PR)	2011	102.222	-	18	1	-	1
Paranavaí (PR)	2011	85.643	Centro SubRegional A	21	1	-	1
Paranaguá (PR)	2013	148.232	Centro SubRegional A	10	-	1	1
Araçatuba (SP)	2013	190.536	Capital Regional C	40	1	-	1
São José do Rio Preto (SP)	2015	434.039	Capital Regional B	12	1	-	1
Total					38	6	44

Fonte: Super Muffato (2015a), IBGE (2008, 2013), IPC (2012) e demais fontes do Quadro 1. Elaborada pelo autor (2017).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 1 – Localização das lojas do ramo supermercadista do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda., por município (2015).



Fonte: Super Muffato (2015a); IBGE (2013). Elaborada pelo autor (2017).

Como exposto na figura acima, em 2015, o Grupo Muffato possuía lojas em 17 cidades, sendo 14 no estado do Paraná e três no estado de São Paulo. Ao contrário de grupos como o Condor e o Savegnago, que concentram operações majoritariamente em cidades próximas de seus centros administrativos e de distribuição, organizando suas redes de forma mais densa, suas operações possuem um caráter mais disperso e pontual, abrangendo algumas cidades específicas, notoriamente nos sentidos norte, sudeste e sudoeste de seu centro de distribuição. Além disso, muitas das cidades atendidas se encontram a grandes distâncias entre si, por vezes mais de 800 quilômetros, como entre São José do Rio Preto (SP), Paranaguá e Foz do Iguaçu (PR), e longe do centro de distribuição, com todos estes mercados se localizando a mais de 400 quilômetros de tal estrutura.

Já as informações contidas na Tabela 2 mostram três fatores importantes da seletividade espacial das atividades supermercadistas do Grupo Muffato: 1) o contingente populacional interno a cada cidade; 2) o potencial de consumo das cidades; e 3) o nível de centralidade de acordo com a classificação REGIC, contida em IBGE (2008). Quanto ao critério populacional,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

no contexto das cidades paranaenses e do oeste e noroeste paulista, todas as cidades com mais de 250.000 habitantes e quase todas entre 150.000 e 250.000 habitantes contam com lojas do grupo (exceto Colombo, conurbada a Curitiba e Guarapuava),[12] ao passo que, nas cidades com população abaixo destes números, a sua presença é cada vez mais rara, expressando uma correlação entre as operações do Grupo Muffato e as cidades com contingentes populacionais elevados, nas regiões em que escolhe atuar.

Além disso, quanto mais populosa for uma cidade, também é mais provável que nela seja instalada uma grande quantidade de unidades, já que todas as cidades com mais de 250.000 habitantes de sua rede (exceto São José do Rio Preto (SP), que recebeu sua primeira loja apenas em 2015)[13] contam com pelo menos três estabelecimentos, como Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, Curitiba, Maringá e Ponta Grossa, no Paraná. Somadas, apenas estas seis cidades possuem 31 unidades, ou 70,45% do total de unidades do grupo. Tal concentração em cidades com população acima de 250.000 habitantes mostra que esses são os principais nós de acumulação para essa empresa. Fora as já citadas, as únicas cidades que se localizam a mais de 100 quilômetros de distância de outras que possuem lojas e que também contam com estabelecimentos dessa empresa são Presidente Prudente e Araçatuba, em São Paulo, que possuem aproximadamente 200.000 habitantes, sinalizando que este é, até então, uma espécie de limite inferior para que uma cidade receba uma unidade do Grupo Muffato, mesmo estando distante de outras maiores.

Abaixo dessa faixa populacional, quase todas as cidades que têm lojas do Grupo Muffato são vizinhas ou próximas (menos de 100 quilômetros de distância) de outra cidade de maior porte populacional em que a empresa se estabeleceu anteriormente e que possui uma concentração importante de lojas, como Apucarana, Cambé e Ibiporã,[14] em relação à Londrina; Paranaguá e São José dos Pinhais, próximas a Curitiba; Toledo, vizinha a Cascavel;

[12] O centro-sul paranaense, como um todo, é pouco atendido pelo Grupo Muffato, inclusive, em suas cidades de maior população, como Guarapuava. Nesta, a forte presença do Supermercado Superpão Ltda., com oito lojas, pode ser um dos motivos para isto.

[13] Apesar de ter se instalado em São José do Rio Preto (SP) apenas em 2015, nos chamou a atenção a avidez com que o Grupo Muffato iniciou neste mercado, pois, além do primeiro hipermercado, que demandou investimentos de R$ 45 milhões (MIRELLA, 2015), a empresa já anunciou a construção de um atacado de autosserviço nesta cidade, ao custo de R$ 28 milhões (FRIAS, 2015). Também destacamos as declarações de Ederson Muffato a Mirella (2015), demonstrando o desejo de expandir as operações da empresa para este mercado e nele construir um segundo centro de distribuição, que poderia melhorar o abastecimento das lojas atuais e futuras das proximidades. Segundo Ederson, "esse projeto está em gestação há anos, desde 2002. Sempre foi nosso objetivo vir para Rio Preto e colocar aqui nosso centro de distribuição no Estado".

[14] Ibiporã (PR) é a única cidade com menos de 80.000 habitantes em que há uma unidade Super Muffato. Provavelmente, isto se deu pelo fato de sua loja ter sido uma das três adquiridas do Fatão, em 2008, bem como por sua proximidade com Londrina e com o centro de distribuição de Cambé.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

e Paranavaí,[15] próxima a Maringá. Dessa forma, se, para as cidades de maior população, o critério de proximidade territorial não se mostra como um elemento-chave para receber uma de suas lojas, este parece ser um fator importante para que aquelas menos populosas possam receber ações dessa empresa. Além disso, todas as cidades deste conjunto têm, no máximo, duas lojas cada.

Um critério complementar ao contingente populacional é o potencial de consumo dos respectivos mercados de atuação do grupo. De acordo com dados de *IPC Maps* (2012), as cidades que contam com suas atividades supermercadistas são justamente aquelas que possuem alguns dos maiores Índices de Potencial de Consumo (IPC) de suas respectivas regiões. No estado do Paraná, todas as 14 cidades com lojas Muffato, exceto Ibiporã (que ocupa a 36ª posição), estão entre os 21 maiores potenciais de consumo, inclusive com sete delas entre as dez maiores, ao passo que São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba são precisamente as líderes do potencial de consumo das porções oeste e noroeste paulista.[16]

No quadro analisado, as aglomerações urbanas de maior população são justamente aquelas dotadas de maiores níveis de centralidade. Dessa forma, quanto maior for o nível de centralidade da cidade, maior é a probabilidade de que esta tenha recebido, primeiramente e em maior quantidade, lojas do Grupo Muffato. No contexto paranaense, a metrópole e todas as capitais regionais B e C possuem lojas desse grupo. Nos níveis abaixo, apenas os centros sub-regionais A contam com suas unidades, mas numa intensidade menor (seis das dez em nível estadual).[17]

No Quadro 1, também é possível observar que, excetuando Foz do Iguaçu e Campo Mourão, o Grupo Muffato veio, ao longo dos anos, se apropriando inicialmente das capitais regionais e metrópoles, tendo, apenas nos últimos anos, um maior interesse pelos centros sub-regionais A e pelos mercados do estado de São Paulo. Neste, frisamos que

[15] Apesar da proximidade com Maringá, Campo Mourão se trata de uma exceção, pois foi a cidade que recebeu primeiramente uma loja do Grupo Muffato, ainda em 1992.

[16] Uma limitação de nosso trabalho é que tanto os dados de contingente populacional, quanto os de potencial de consumo dão conta apenas da cidade em que as lojas estão instaladas, não considerando aquelas que compreendem as respectivas zonas de influência. Para suprir esta lacuna elencamos o nível de centralidade das cidades contido em REGIC (2008) como fator complementar da análise. Por outro lado, conforme hipótese que apresentamos anteriormente, é provável que o alcance espacial máximo dos super/hipermercados, tais como os operados pela empresa, seja baixo na escala da rede urbana.

[17] Os demais centros sub-regionais A paranaenses em que não atua, com exceção de Umuarama (a exemplo de Guarapuava, Francisco Beltrão e Pato Branco), se localizam no centro-sul do estado. O fato de todas essas cidades possuírem níveis de centralidade e contingentes populacionais compatíveis (entre 77.230 e 175.779) a de outras com cidades com lojas, mas se encontrarem a uma distância muito superior de outros mercados maiores com estabelecimentos reforça a nossa hipótese de que é o fator proximidade com cidades maiores, nelas ausente, que aumenta a probabilidade com que certos mercados recebam unidades da empresa.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto também são as cidades de maior centralidade, nas porções oeste e noroeste paulista, sendo capitais regionais B ou C. Dessa forma, constatamos que, até então, a regra da disposição da rede intragrupo da empresa analisada é que as cidades de interesse direto para suas operações sejam, ao menos, centros sub-regionais A ou possuam centralidade superior, e que, quando não classificadas no REGIC (IBGE, 2008), sejam conurbadas com outras cidades que já possuam suas unidades.

Quanto aos formatos de operação, os atacados de autosserviço do Grupo Muffato estão, majoritariamente, na metrópole (Curitiba) ou nas capitais regionais (Maringá e Cascavel (PR) e Presidente Prudente (SP)), sinalizando que este formato requer centralidade ainda maior que os super/hipermercados, mais comuns em cidades de menor população e centralidade, ou nos centros sub-regionais A de maior população (Foz do Iguaçu e Paranaguá), o que, por sua vez, também indica que cidades de menor centralidade podem suportar este formato, caso tenham grandes contingentes populacionais internos. Também chama a atenção que Londrina, mesmo sendo a principal cidade de operação da empresa, não tenha tido, até 2015, nenhum Max Atacadista, ainda que, na década passada, este formato já fosse oferecido aos seus consumidores por duas outras empresas (um Atacadão e um Maxxi Atacado), além de um Makro, na vizinha Cambé.

Em síntese, podemos apontar que o quadro da dispersão histórica da rede intragrupo do Irmãos Muffato & Cia. Ltda. privilegiou as cidades de maior porte populacional e centralidade das porções sudeste, sudoeste e norte do Paraná, bem como oeste e noroeste de São Paulo. As operações nestas, geralmente, marcaram a entrada da empresa em regiões nas quais ainda não operava, entretanto, após alguns anos, vários foram os casos em que suas ações se voltaram a cidades menores das proximidades, que também passaram a receber algumas lojas. Isto explicita que, ao longo de sua história, a apropriação da rede urbana seguiu um padrão hierárquico, mas também que, recentemente (Tabela 2), seus alvos passaram a incluir mercados cada vez menores. No entanto, concomitantemente à entrada em novas cidades, o Grupo Muffato continuou inaugurando lojas naquelas em que já operava. Assim, é possível afirmar que o crescimento dessa empresa é fruto de um duplo processo, marcado tanto pela entrada em novas cidades, quanto pelo aumento da exploração daquelas em que já estava presente a partir da continuidade de inauguração de unidades (Quadro 1 e Figura 2).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Quadro 1 - Localização das atividades comerciais do grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. (2015).

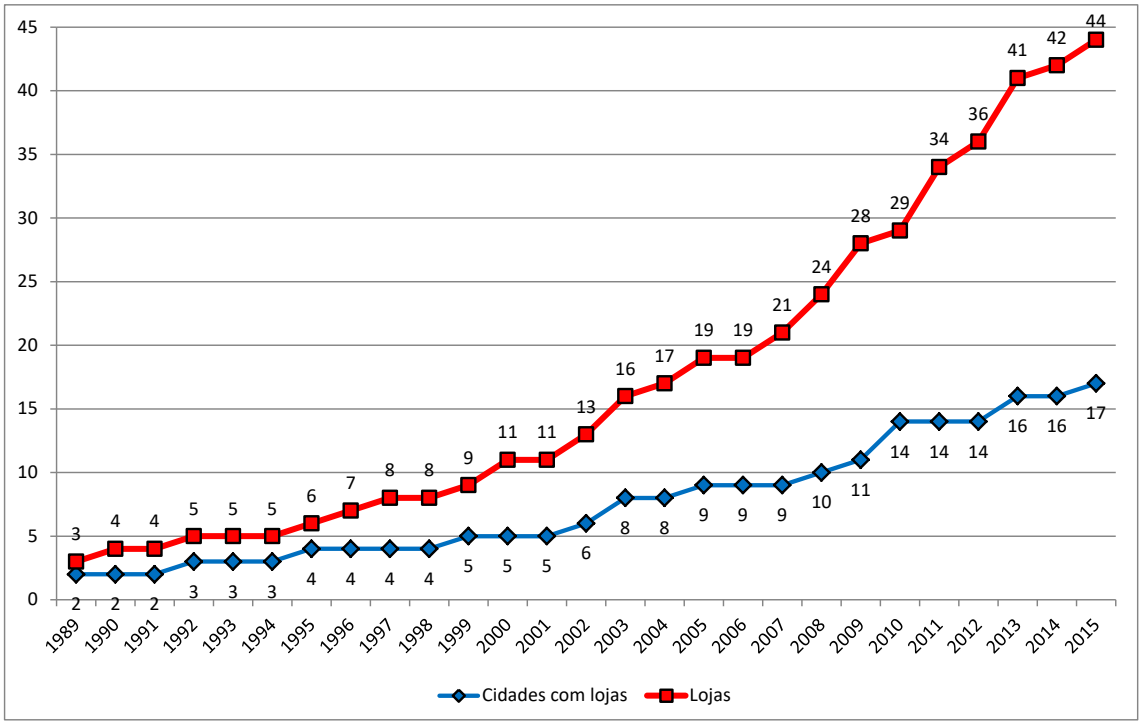
Lojas do ramo supermercadista do Grupo Irmãos Muffato & Cia Ltda. em funcionamento/construção				
Cidade	**Unidade federativa**	**Ano de inauguração**	**Endereço**	**Formato/atividade atual**
Apucarana	PR	2011	Av. Minas Gerais nº 385	Super/hipermercado
Araçatuba	SP	2013	Av. da Saudade nº 1165	Super/hipermercado
Cambé	PR	2011	Rua Carlos Sawade nº 402	Super/hipermercado
Campo Mourão	PR	1992	Av. Perimetral Tancredo de Almeida Neves nº 1614	Super/hipermercado
Cascavel	PR	1978*	Rua Carlos Gomes nº 2685	Super/hipermercado
Cascavel	PR	1990*	Rua Paraná s/n	Super/hipermercado
Cascavel	PR	1996	Av. Juscelino Kubitscheck nº 1015	Super/hipermercado
Cascavel	PR	2000*	Av. Brasil nº 7210	Super/hipermercado
Cascavel	PR	2011	Rua Altemar Dutra nº 1327	Super/hipermercado
Cascavel	PR	2013	Av. Brasil nº 900	Atacado de autosserviço
Curitiba	PR	2003	Rua Eduardo Carlos Pereira nº 3605	Super/hipermercado
Curitiba	PR	2007	Av. Marechal Floriano Peixoto nº 6400	Super/hipermercado
Curitiba	PR	2009	Av. Victor Ferreira do Amaral nº 1088	Super/hipermercado
Curitiba	PR	2010	Av. Alberto Folloni nº 420	Super/hipermercado
Curitiba	PR	2013	Rua Lothario Boutin, 554	Atacado de autosserviço
Foz do Iguaçu	PR	1980*	Rua 24 de Março nº 386	Super/hipermercado
Foz do Iguaçu	PR	1989*	Av. Juscelino Kubitscheck nº 1565	Super/hipermercado
Foz do Iguaçu	PR	1999	Rua das Missões nº 2550	Atacado de autosserviço
Foz do Iguaçu	PR	2005*	Av. Republica Argentina nº 5200	Super/hipermercado
Foz do Iguaçu	PR	2009	Av. Costa e Silva nº 185 **(Shopping Cataratas JL)**	Super/hipermercado
Foz do Iguaçu	PR	2012	Av. Silvio Américo Sasdelli nº 3004	Super/hipermercado
Ibiporã	PR	2008	Av. Ronat Walter Sodre nº 300	Super/hipermercado
Londrina	PR	1995	Rua Quintino Bocaiuva nº 1045	Super/hipermercado
Londrina	PR	1997	Av. Duque de Caxias nº 1200	Super/hipermercado
Londrina	PR	2000	Av. Saul Elkind nº 2177 **(Planet Shopping)**	Super/hipermercado
Londrina	PR	2004	Av. Tiradentes nº 2200	Super/hipermercado
Londrina	PR	2007	Av. Madre Leônia Milito nº 1175	Super/hipermercado
Londrina	PR	2009	Av. Robert Koch nº 20	Super/hipermercado
Londrina	PR	2008	Rua Brasil nº 533	Super/hipermercado
Londrina	PR	2014	Av. Presidente Eurico Gaspar Dutra nº 55	Super/hipermercado
Maringá	PR	2002	Av. João Paulino Vieira Filho nº 190	Super/hipermercado
Maringá	PR	2008	Av Cerro Azul nº 2075	Super/hipermercado
Maringá	PR	2012	Av. Colombo nº 2720	Atacado de autosserviço
Paranaguá	PR	2011	Av. Coronel José Lobo nº 939	Atacado de autosserviço
Paranavaí	PR	2013	Av. Distrito Federal nº 1005	Super/hipermercado
Ponta Grossa	PR	1999	Av. Jacob Holzmann nº 333	Super/hipermercado
Ponta Grossa	PR	2003	Av. Dom Pedro II nº 850 **(Shopping Total)**	Super/hipermercado
Ponta Grossa	PR	2015	Rua Vicente Sposito nº 205	Super/hipermercado
Presidente Prudente	SP	2003	Rua Siqueira Campos nº 1545 **(Parque Shopping Prudente)**	Super/hipermercado
Presidente Prudente	SP	2013	Av. Salin Farah Maluf nº 270	Atacado de autosserviço
São José dos Pinhais	PR	2005	Av. XV de Novembro nº 2401	Super/hipermercado
Toledo	PR	2009	Av. Parigot de Souza nº 1130	Super/hipermercado
Toledo	PR	2011	Av. Maripá nº 3792	Super/hipermercado
São José do Rio Preto	SP	2015	Av. Juscelino Kubitscheck nº 800	Super/hipermercado
Total	2 Unidades Federativas	-	-	38 Super/hipermercados 06 atacados de autosserviço
Demais atividades correlatas ao ramo supermercadista				
Cidade	**Unidade federativa**	**Ano de inauguração**	**Endereço**	**Formato/atividade atual**
Cambé	PR	1998	Rua José Carlos Muffato nº 1736	Atacado, Centro de compras
Cambé	PR	2008	Rod. Melo Peixoto - Km. 164	Centro de distribuição
Cambé	PR	2011	Rua Carlos Sawade nº 408	Posto de combustível
Cascavel	PR	-	Av. Dr. Ezuel Portes s/n	Atacado, Centro administrativo
Cascavel	PR	2011	Av. Brasil nº 900	Posto de combustível
Curitiba	PR	-	Rua Omílio Monteiro Soares n º920	Atacado
Londrina	PR	2015	Av. Celso Garcia Cid s/n	Posto de combustível
Paranavaí	PR	2015	Av Distrito Federal nº 1005	Posto de combustível

Fonte: Os endereços das unidades foram obtidos em Super Muffato (2015). As datas de inauguração foram coletadas

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

em, aproximadamente, 50 fontes jornalísticas que abordavam cada loja. Já para aquelas apontadas com um (*), não foi obtida nenhuma informação de acordo com tal metodologia, sendo suas datas coletadas em CNPJ Brasil (2015), e representam a data de obtenção do CPNJ da unidade, que, apesar de comumente próxima, não é necessariamente a mesma da data de inauguração, sobretudo para aquelas mais antigas. Elaborado pelo autor (2017).

Figura 2 – Estabelecimentos e cidades com lojas do grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. (1989 – 2015).



Fonte: Super Muffato (2015a), fontes do Quadro 1. Elaborada pelo autor (2017).

A Figura 2 mostra que, no decorrer dos anos, houve um aumento contínuo das operações do Grupo Muffato, tanto no número de cidades atendidas, quanto no de lojas. O ritmo de inaugurações foi acelerado, na década de 2000, quando foram abertas 17 novas unidades (crescimento de 154,54%). Este crescimento foi intensificado, na década presente, pois, apenas nos cinco primeiros anos, foram abertas 15 lojas. Ao mesmo tempo, a empresa praticamente triplicou os mercados de operação, entre 2000 e 2010, passando de cinco para 14, e, ainda que tenha desacelerado a busca por novos mercados, na década presente, atingiu um total de 17 cidades. Frisamos que este processo de crescimento é majoritariamente orgânico, sendo pontuais as aquisições, conforme exposto em Valério (2011). Além disso, nos chamou a atenção que, em alguns casos, essa empresa contou com financiamentos de órgãos governamentais, como na construção da loja Max Atacado de Paranaguá, que recebeu R$ 4,7 milhões do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE, 2013).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Na escala nacional, uma questão que deve estar ligada ao seu duplo (entrada em novas cidades e aumento do número de lojas naquelas em que já operava) e rápido processo de crescimento, nas duas últimas décadas, foi a expansão generalizada da capacidade consuntiva do brasileiro, pois, conforme IBGE (2015), entre 2004 e 2014, houve um contínuo crescimento (54,8%) no volume de vendas, nos supermercados e hipermercados do Brasil, coincidindo justamente com o período em que a empresa inaugurou a maioria de suas unidades e entrou em mais cidades. As observações de Christaller (1966) sobre situações de aumento da demanda e surgimento de novas localidades centrais para o oferecimento de bens antes comercializados em menos estabelecimentos também apontam nesse sentido. Conforme esse autor,

> *Generally, the result of the foregoing reasoning is that if the population of a region grows evenly in town and country or if there are originally small towns which receive the whole increase of population, then it is certain in the first case (and probable in the second case) that a new auxiliary central place will develop at this point which lies as far away as possible from the old central places (CHRISTALLER, 1966, p. 87).*

Guardadas as devidas particularidades, os exemplos de Christaller consideram situações de ampliação da demanda, que também ocorre em situações de mudanças na estrutura ocupacional, na renda e nas formas de sua aplicação no consumo. Como os dados anteriormente elencados mostram que, no período 2004-2014, o crescimento das vendas no ramo supermercadista ocorreu, de fato, levantamos a hipótese de que o cenário econômico favorável ao consumo vivenciado neste recorte temporal tenha, em geral, por meio do aumento no consumo dos supermercados, diminuído o alcance espacial mínimo dos estabelecimentos do ramo. Isto permitiu o surgimento de outros lugares centrais para o oferecimento dos mesmos itens, inclusive, outras lojas do Grupo Muffato, que, buscando atender mais diretamente os consumidores, pode ter ampliado a dispersão de suas unidades, instalando-as mais próximas daquela clientela que outrora precisava se deslocar por maiores distâncias para consumir em suas lojas. Segundo Christaller,

> *If, however, the lower limit of the range is lowered at the central place, then the central good in question might be offered in other central places in the vicinity also; either new central places will be created or the importance of existing central places will increase (CHRISTALLER, 1966, p. 111).*

Lembramos que mais de 80% do faturamento dos supermercados são representados pela comercialização de seções compostas, em grande parte, de itens que, na teoria christalleriana, poderiam ser enquadrados na classe de bens centrais de baixa ordem, com baixos limites de alcances espaciais mínimo e máximo, favorecendo sua oferta em

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

vários lugares centrais. Desta forma, no caso da atividade supermercadista, o crescimento da demanda teria um poder ainda maior de fomentar a diminuição do alcance espacial mínimo dos estabelecimentos existentes, incrementando as possibilidades para a construção de novas lojas.

Em relação à possível diminuição do alcance espacial de determinados bens e serviços, outra questão é que, historicamente, por ter se instalado primeiro nas cidades de maior centralidade no contexto regional, o Grupo Muffato tendeu, neste estágio, a ampliar a diferenciação destas cidades perante as demais polarizadas por elas, o que tem o potencial de reforçar a centralidade destas cidades na escala regional. No entanto, como colocado anteriormente, após alguns anos de operação nessas cidades, a empresa abriu novas lojas em outros mercados menores das proximidades. Tal movimento pode fazer com que, com o tempo, os consumidores das cidades menores que também passaram a ser alvos das ações diretas dessa empresa não precisem mais se deslocar até a principal cidade da região para ter acesso aos seus serviços, invertendo, assim, a tendência inicial, e, desse ponto de vista, reduzindo o nível de centralidade da principal cidade polarizadora no contexto regional.

Nessa perspectiva, consideramos possível que a seletividade do Grupo Muffato seja, inicialmente, voltada a cidades maiores pelo fato de estas possuírem mercados consumidores internos volumosos – e, de maneira secundária, com maior polarização no contexto regional –, o que tende a tornar menos arriscado o investimento proposto, e também porque oferecem maior possibilidade de crescimento futuro, com a instalação de mais lojas na própria cidade e nas de seu entorno próximo, se colocando como pivôs de uma dispersão regional. Após a etapa inicial, a empresa pode se valer da consolidação de sua marca frente ao público regional, do conhecimento sobre seus hábitos consuntivos e de menores custos compartilhados nas operações intragrupo (em ações logísticas, administrativas e de *marketing*, entre outras). E, aproveitando-se de conjunturas favoráveis no cenário econômico nacional, expandir suas ações rumo a outros mercados próximos, atendendo mais diretamente a consumidores que, caso estivessem mais distantes, talvez não justificassem o investimento necessário para uma nova loja.

Além de também se beneficiar desses fatores, como lembra Sousa (2015), a estratégia complementar de continuar a inauguração de lojas nas cidades em que já opera tende a garantir à empresa um crescimento da capilaridade de cobertura, podendo ser esta entendida como uma tática que possibilita a ampliação da participação frente a dado mercado consumidor e também evita a entrada e o crescimento das concorrentes, ampliando os benefícios decorrentes dos ganhos de escala.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Frisamos que, ainda que essa hipótese apontada com base na Teoria dos Lugares Centrais e no crescimento do consumo do brasileiro nos supermercados possa ser um caminho para se entender a expansão das atividades do agente analisado, outros processos mais específicos e ligados a cada cidade ou região envolvida também devem estar atrelados. Citamos como exemplos destes processos as mudanças no cenário concorrencial, o crescimento e/ou o adensamento demográfico de determinadas porções do espaço urbano, a expansão da mancha urbana e as ocorrências internas ao próprio grupo, como o crescimento na capacidade de investimento por meio da ampliação nos lucros, as facilitações na obtenção de financiamentos e negociações com fornecedores em decorrência dos ganhos de escala, entre outros.

O fato de que a entrada dessa empresa em novos mercados tenha ocorrido nos momentos em que estes não possuíam ou tinham uma atuação restrita de outras grandes redes, principalmente as de capital internacionalizado (como os grupos Carrefour, Pão de Açúcar e Walmart), fez com que o Grupo Muffato tenha sido um dos pioneiros em instalar grandes super/hipermercados e atacados de autosserviço, apresentando-lhes um serviço relativamente novo, e, por isso, possivelmente tenha enfrentado relações concorrenciais mais facilitadas. Exemplos de tal situação podem ser verificados, sobretudo, em algumas das cidades que, atualmente, possuem porte populacional médio e grande, nas quais o grupo se estabeleceu há mais tempo, como Cascavel, Foz do Iguaçu e Londrina, e também em algumas cidades menores em que entrou recentemente, como Apucarana, Cambé, Ibiporã, Paranavaí e Toledo. Conforme demonstrado em Gomes (2015, 2017), cidades como estas últimas ou como as duas primeiras citadas, no momento em que o Grupo Muffato iniciou suas operações nelas, com população abaixo de 200.000 habitantes e que não são metrópoles ou capitais regionais, dificilmente recebem estabelecimentos dos grandes grupos de capital internacionalizado.

Por outro lado, sua entrada em cidades como Curitiba e, mais recentemente, São José do Rio Preto (SP), que possuem um mercado amplamente disputado por redes de capital internacionalizado – no caso de Curitiba, também por grandes grupos de atuação regional –, mostra que o Grupo Muffato se coloca voluntariamente em situações de enfrentamento de grandes concorrentes. Além disso, outras cidades de maior população nas quais a empresa se estabeleceu há bastante tempo, como Cascavel, Foz do Iguaçu e Londrina, recentemente, vêm passando por um acirramento das relações concorrenciais, com a abertura de novas lojas de grandes empresas. Mesmo assim, consideramos que, nestas cidades, o Grupo Muffato manteve uma proeminente força concorrencial por ter historicamente constituído uma grande quantidade de lojas (Tabela 3).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Tabela 3 - Participação do grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda. no total de lojas das grandes redes supermercadistas nas cidades de maior porte populacional do Paraná (2015).[18]

Cidades	Lojas Muffato	Grupos internacionalizados	Grupos regionais	Total demais grupos	Total 50 maiores grupos	Participação Muffato (%)
Londrina	8	7	3	10	18	44,44
Cascavel	6	1	5	6	12	50,00
Foz do iguaçu	6	1	0	1	7	85,71
Curitiba	5	37	24	61	66	7,58
Maringá	3	5	18	23	26	11,54
Ponta Grossa	3	4	5	9	12	25,00

Fonte: Super Muffato (2015a). Elaborada pelo autor (2017).

Conforme a tabela acima, entre as cidades que possuem maiores concentrações de lojas, o Grupo Muffato conta com uma destacada capacidade concorrencial em, ao menos, três delas, nas quais possui mais de 40% de todos os estabelecimentos das 50 maiores redes: Foz do Iguaçu, que é pouco explorada pelos maiores grupos do ramo; Cascavel, sua cidade-sede, e onde também se destaca a concorrência da Cia. Beal de Alimentos; e, Londrina, onde enfrenta uma presença mais forte de redes regionais e internacionalizadas, mas, ainda assim, concentra 44,44% de todos os estabelecimentos deste conjunto. Já nas cidades de Maringá, Curitiba e Ponta Grossa, o Grupo Muffato também possui uma quantidade considerável de lojas, mas conta com uma participação menor frente ao total das grandes redes.

Em síntese, é possível apontarmos algumas características principais nas operações e no processo de constituição da rede intragrupo do Grupo Muffato, entre 1989 e 2015:

- Iniciou suas operações a partir do desmembramento da organização societária anterior, com um pequeno número de lojas, mantendo, até os dias atuais, o caráter de administração familiar e de capital fechado.
- Possui operações complexas, atuando com lojas físicas de supermercados, hipermercados e atacados de autosserviço e em canais virtuais na venda de produtos duráveis e não duráveis.
- Possui atividades de apoio às operações supermercadistas, como restaurantes, postos de combustíveis, no mercado imobiliário e outras não correlatas, em setores de hotelaria e comunicações.

[18] Foram utilizadas, nessa comparação, apenas as lojas que se enquadram nas tipologias super/hipermercado e atacado de autosserviço, de acordo com as suas empresas detentoras. Por grandes redes, leia-se as 50 maiores constantes no Ranking Supermercado Moderno (2015).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

- Em 1998, transferiu o principal centro operacional de sua rede intragrupo (centro de distribuição) para o norte do Paraná, instalando-o em Cambé, posição esta reforçada em 2008, com a inauguração da atual estrutura do tipo nesta mesma cidade.
- Tem destacada força concorrencial, nas cidades paranaenses de Foz do Iguaçu, Cascavel e Londrina, além de uma presença importante em Maringá, Ponta Grossa e Curitiba.
- Sua rede intragrupo cresceu ininterruptamente, após 1989, tendo alcançado maior ritmo de crescimento nas décadas de 2000 e 2010, via de regra, seguindo alguns dos seguintes preceitos básicos:

1. seu crescimento se deu de maneira majoritariamente orgânica, via concentração de capitais;
2. com o passar dos anos, vem abrindo lojas a maiores distâncias do seu centro de distribuição;
3. sua expansão é resultado de um duplo processo, com a abertura de lojas em novas cidades e continuidade das inaugurações naquelas em que já opera;
4. nos momentos de entrada em novos mercados, geralmente encontra cenários com poucos concorrentes de porte semelhante ou superior, ainda que, historicamente, não tenha se abstido de atuar em cidades onde empresas de porte muito superior, inclusive estrangeiras, já estavam presentes;
5. sua entrada nos mercados regionais ocorre de maneira específica, com preferência inicial às cidades médias e grandes (de maior contingente populacional, potencial de consumo e centralidade), depois se expandindo para algumas cidades menores das proximidades;
6. opera em cidades com população mínima de 80.000 habitantes e, ao menos, centro sub-regional A, ou, então, conurbadas com outras maiores, embora concentre a maioria de suas unidades em mercados que contam com grande população (acima de 250.000 habitantes) e potencial de consumo, bem como elevada centralidade no cenário regional (acima de capital regional C).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

CONCLUSÃO

A lógica operacional dos grandes grupos do ramo supermercadista, expressa pelo senso comum como "rede de supermercados", tem no território em rede o seu fundamento e sua forma geográfica. As estruturas diferenciadas das centrais de administração e de distribuição, bem como as lojas comerciais, são os seus nós, descontinuamente distribuídos no espaço, mas organizados de forma reticular, na qual as suas funcionalidades únicas são organizadas e apropriadas em prol do funcionamento integrado do todo, explicitando a sua interdependência para a empresa, seus fornecedores e o próprio pesquisador.

As atividades do Grupo Irmãos Muffato & Cia. Ltda., oriundo de Cascavel (PR), são representativas de tal questão, vide a difusão de estruturas funcionalmente díspares nas partes administrativa, de circulação e de vendas por um amplo conjunto de cidades. Destacamos, entre seus marcos fundamentais, a separação societária de 1988, da qual a bandeira Super Muffato é decorrente, e, sobretudo, a transferência de sua principal estrutura logística para o norte do Paraná, em 1998. A partir disto, o rápido crescimento desenrolado nas décadas posteriores vem se caracterizando como um processo duplo e conjunto, com a apropriação de novos mercados consumidores em múltiplas direções em que haja regiões com cidades que correspondam à sua lógica expansiva seletiva, bem como pelo aumento constante do número de lojas nos mercados em que já atua.

Também constatamos que sua rede intragrupo possui um caráter disperso e pontual, com todas as lojas dependentes, no que envolve seu abastecimento, ao centro de distribuição de Cambé, tendo, por isso, a sua instalação possibilitada, mas, ao mesmo tempo, restringida em relação a tal estrutura, sendo também ligada à central administrativa de Cascavel, nó no qual se encontram em relação de subordinação organizacional, reaplicando o poder lá emanado sob os mercados consumidores de seus respectivos alcances espaciais.

Verificou-se que seu crescimento inicial, entre 1989 e 2005, privilegiou cidades com população acima de 200.000 habitantes e elevada centralidade, nas quais, em alguns casos, estabeleceu uma forte presença no cenário concorrencial, constituindo-as como seus principais nós de acumulação. Além disso, normalmente, estas cidades vêm servindo como pivôs para uma expansão regional próxima, nestes casos, com uma seletividade diferenciada, menos rígida, mas, ainda assim, basicamente restrita a centros urbanos com mais de 80.000 habitantes e que sejam, ao menos, centros sub-regionais A. Por outro lado, sua presença neste conjunto de mercados não significa que suas ações estejam limitadas a eles, visto que o alcance espacial de suas lojas pode se sobrepor a seus limites político-

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

administrativos, apoiando-se em sua centralidade, além de que a empresa possui complexas operações virtuais que ampliam sobremaneira a distância coberta por suas ações.

Por último, o desenvolvimento histórico de sua rede intragrupo mostra que os mercados tidos como solváveis mudaram, durante a história, não havendo indícios de que suas lógicas espaciais não possam ser alteradas futuramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERRY, Brian J. T.; GARRISON, William L. **A note on central place theory and the range of a good**. In: *Economic Geography*, Worcester, v. 34, n. 4, 1958, p. 304-311.
2. BERNSTEIN, William. **Uma mudança extraordinária** – como o comércio revolucionou o mundo. São Paulo: Campus Elsevier, 2009, 332 p.
3. BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo** – O tempo do mundo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009a.
4. _____. **Civilização material, economia e capitalismo** – Séculos XV-XVIII – Os jogos das trocas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009b, 578 p.
5. BRENNER, Neil. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana**. In: *GEOUSP*. São Paulo, v. 1, n. 33, p. 198-220, 2013.
6. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, 698 p.
7. CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966, 230 p.
8. CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
9. _____. **Uma nota sobre o urbano e a escala**. In: *Território*. Rio de Janeiro, n. 11, 12, 13, p. 133-136, set-out. 2003.
10. CYRILLO, Denise Cavallini. **O papel dos supermercados no varejo de alimentos**. São Paulo: IPE. 1987, 197 p.
11. DIAS, Leila Christina. **Redes: emergência e organização**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 141-164.
12. GOMES, Vinícius Biazotto. **A questão escalar e a conformidade espacial do circuito superior supermercadista contemporâneo**. IN: III CIMDEPE – Simpósio Internacional Cidades Médias, n. 3, 2015, Rio de Janeiro. *Anais do III CIMDEPE – Simpósio Internacional Cidades Médias*. Rio de Janeiro, 2015, p. 1-20.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

13. _____. **As atividades das grandes empresas do ramo supermercadista e a rede urbana brasileira no período recente. 2017**. 510 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente/SP, 2017.

14. _____; Oliveira, Edilson Luis de. **Panorama do setor supermercadista em Londrina (PR) na perspectiva da teoria dos circuitos da economia urbana**. In: *Formação (Online)*, Presidente Prudente, v. 2, n. 21, p. 95-118, jul-dez. 2014.

15. GUALDESSI, Lilian Waschburguer. **Influência da tecnologia da informação no processo de adaptação estratégica, na rede de supermercados Irmãos Muffato & Cia. Ltda**. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

16. IBGE. **REGIC** – Regiões de influência das cidades. Brasília: [s.n], 2008.

17. IPC MAPS. Índice Potencial de Consumo. São Paulo: IPC Marketing Editora, 2012.

18. MASANO, Tadeu Francisco. **Localização de supermercados e o comportamento do consumidor:** estudo de caso em São José do Rio Preto. 1984. 187 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 1984.

19. NOSSO TEMPO. **Muffatão inaugura o Super-tridimencional em Foz do Iguaçu**. In: *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, 23-29 dez., 1983, p. 31.

20. PARENTE, Jurandir. **Um estudo dos supermercados no Brasil: uma investigação sobre a demanda de mercado, a fatia de mercado e a área de influência**. São Paulo: FGV/NPP, 2003, 123 p.

21. _____; KATO, Heitor Takashi. Área de influência: um estudo no varejo de supermercados. In: *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 46-53, abr-jun. 2001.

22. PINTAUDI, Silvana Maria. **Os supermercados na Grande São Paulo**. 1981. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 1981.

23. RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 17-35.

24. _____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

25. SANTOS, Milton. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003, 200 p.

26. _____. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

27. SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

28. SESSO FILHO, Umberto Antonio. **O setor supermercadista no Brasil nos anos 1990**. 2003. 216 fls. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP, 2003.

29. SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades** – centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. 2006. 280 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente/SP, 2006.

30. SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas** – a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, 324 p.

31. SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

32. SUPERHIPER. **Ranking Abras 2014**. São Paulo: ABRAS, v. 40, n. 454, abr. 2014.

33. SOUSA, Viviane. **Ranking 2015** – Regionais. Supermercado Moderno, São Paulo, v. 46, n. 551, p. 67-73, abr. 2015.

NOTÍCIAS E DEMAIS FONTES CONSULTADAS NA INTERNET:

34. ABRAS. **A escalada das 500 maiores do setor**. 2013a. Disponível em: <http://www.abrasnet.com.br/economia-e-pesquisa/ranking-abras/as-500-maiores/>. Acesso em: 25 maio 2013.

35. ARAÇATUBA S. A. Ederson Muffato. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wxbIEilv8mk>. Acesso em: 30 janeiro 2015.

36. BRDE. **Nova loja marca parceria entre BRDE e Muffato**. 2013. Disponível em: <http://www.brde.com.br/index.php/noticia/mostrar/id/629>. Acesso em: 22 agosto 2015.

37. CARDOSO, Camille Bropp. **Varejistas tradicionais reveem projetos de venda pela Internet**. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/varejistas-tradicionais-reveem-projetos-de-venda-pela-internet-1kjyplsrk9q3wjduk7drrpfta>. Acesso em: 26 agosto 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

38. CHIARA, Márcia de. **Supermercados têm margem de lucro recorde em 2011**. 2012. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,supermercados-tem-margens-de-lucro-recordes-em-2011-imp-,865915>. Acesso em: 24 agosto 2015.

39. CNPJBRASIL. **Empresas**. 2015. Disponível em: <http://www.cnpjbrasil.com/>. Acesso em: 15 agosto 2015.

40. FOLHAWEB. **Sociedade**. 2011. Disponível em: <www.folhaweb.com.br/?id_folha=2-1--2753-20110716>. Acesso em: 22 agosto 2015.

41. FRIAS, Maria Cristina. **Rede de mercados investe em atacarejo**. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2015/07/1662636-prefeitura-tera-ppp-para parque-industrial-em-mg.shtml>. Acesso em: 26 agosto 2015.

42. FUENTES, Liége. **Duro aprendizado**. 2002. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/764/noticias/duro-aprendizado-m0050592>. Acesso em: 25 agosto 2015.

43. GAZETA DE TOLEDO. **Mercado investe na compra *online* como opção**. 2015. Disponível em: <http://www.gazetatoledo.com.br/NOTICIA/16585/MERCADO_INVESTE_NA_COMPRA_ONLINE_COMO_OPCAO_AOS_CLIENTES#.Vd4fl1Ly1O8>. Acesso em: 21 agosto 2015.

44. IBGE. **Estimativas de população para 1º de julho de 2013**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 20 agosto 2015.

45. _____. **Volume de vendas** – varejo índice acumulado de 12 meses. 2015. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=2&op=0&vcodigo=MC83&t=volume-vendasvarejo-indice-acumulado-12meses>. Acesso em: 20 outubro 2015.

46. MIRELLA, Liza. **Muffato vai gerar 400 empregos em Rio Preto**. 2015. Disponível em: <http://www.diariodaregiao.com.br/economia/muffato-vai-gerar-400-empregos-em-rio-preto1.326 0> . Acesso em: 26 agosto 2015.

47. MUFFATO SUPERMERCADOS. **Super Muffato**. 2015. Disponível em: <http://www.muffatosupermercados.com.br/>. Acesso em: 20 agosto 2015.

48. NAIDITCH, Suzana. **Três garotos e uma rede de 640 milhões**. 2004a. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/822/noticias/tres-garotos-e-uma-rede-de-640milhoes-m0050326>. Acesso em: 25 agosto 2015.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

49. _____. **No lugar certo, na hora exata**. 2004b. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/no-lugar-certo-na-hora-exata-m0040013>. Acesso em: 26 agosto 2015.

50. RICIERI, Thiago. **Muffato inaugura Centro de Distribuição em Cambé**. 2008. Disponível em: <http://www.jornalnossacidade.com.br/news/?noticia=23>. Acesso em: 15 junho 2015.

51. RIOS, Cristina. **Condor investe R$ 500 milhões e entra em SC**. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/condor-investe-r-500-milhoes-e-entra-em-sc33pkfq21aev2xs8tsgdmli15a>. Acesso em: 24 agosto 2015.

52. SHOP FATO. **Shop Fato**. 2015. Disponível em: <http://www.shopfato.com.br/?utm_source=hi_midia_afilio&utm_medium=display&utm_campaign=HiMidia>. Acesso em: 20 agosto 2015.

53. SUPER MUFFATO. **Localizador de lojas**. 2015a. Disponível em: <http://www.supermuffato.com.br/Institucional/lojas/>. Acesso em: 18 agosto 2015.

54. _____. **Super Muffato**. 2015b. Disponível em: <http://www.super muffato.com.br/?gclid=CI2CwpTIx8cCFYgGkQodk9YAuw>. Acesso em: 20 agosto 2015.

55. SUPERMERCADO MODERNO. **Ranking Supermercados**. 2015. Disponível em: <http://www.sm.com.br/Ranking-Supermercados-38>. Acesso em: 28 julho 2015.

56. TAROBÁ LONDRINA. **Morre empresário e um dos fundadores do Grupo Muffato, Hermínio Bento Vieira**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BvQ0cJ93nyQ>. Acesso em: 4 janeiro 2016.

57. TOP DE MARCAS. **Categoria supermercado**. 2014. Disponível em: <http://www.topdemarcas.com.br/versubcategorias.aspx?idcat=90&idsub=540>. Acesso em: 24 agosto 2015.

58. VALÉRIO, Marisa. **Muffato quer comprar**. 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/fusao-estrategica-4an1tunkgjdw6l0xbazdxsci6>. Acesso em: 26 agosto 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

DOI 105418/RA2018.1424.0006

COAUTORIA OU ORIENTAÇÃO? ALGUMAS QUESTÕES ÉTICAS E CIENTÍFICAS ENVOLVIDAS NA COLABORAÇÃO ACADÊMICA ENTRE ORIENTADORES E ORIENTANDOS

CO-AUTHORSHIP OR SUPERVISION? SOME ETHICAL AND SCIENTIFIC QUESTIONS INVOLVED IN THE COLLABORATION BETWEEN ACADEMIC SUPERVISORS AND THEIR STUDENTS

COAUTORÍA O ORIENTACIÓN? ALGUNAS CUESTIONES ÉTICAS Y CIENTÍFICAS INVOLUCRADAS EN LA COLABORACIÓN ACADÉMICA ENTRE DOCENTES ORIENTADORES Y SUS ESTUDIANTES

Marcelo Lopes de Souza
Doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha). Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: mlopesdesouza@terra.com.br

Rafael Luiz Leite Lessa Chaves
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorando em Geografia e professor substituto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: rafchaves@gmail.com

Thiago Roniere Rebouças Tavares
Mestre em Geografia. Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: thiagoroniere@gmail.com

Thiago Wentzel de Melo Vieira
Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPG-CIAC/UFRJ) e mestrando em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: wentzel_bio@hotmail.com

Resumo

A relação entre orientador e orientando é, sabidamente, assimétrica, e não apenas do ponto de vista da experiência profissional: em matéria de relações de poder, a margem de manobra de que um(a) jovem pesquisador(a) dispõe para dizer "não" a um(a) orientador(a) é, o mais das vezes, pequena, por várias razões. Isto gera uma fragilidade da qual o(a) pesquisador(a) mais velho(a) (e influente) não deveria, em hipótese alguma, se aproveitar. No entanto, a cada vez mais disseminada conversão de orientadores em "coautores natos" dos artigos que seus orientandos submetem a congressos ou periódicos suscita várias questões a propósito da consistência ética dos comportamentos profissionais em nossos ambientes acadêmicos. Longe, porém, de pretendermos conduzir esta discussão em termos moralistas, tencionamos salientar o contexto geral do *produtivismo acadêmico*, que vem engendrando um padrão comportamental crescentemente marcado, por parte

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

de orientadores, por uma questionável apropriação de uma parcela da responsabilidade autoral, enquanto que, no que se refere aos orientandos, não raro se nota uma dimensão de "servidão voluntária" que leva à naturalização de determinadas práticas, com isto dificultando grandemente o seu tratamento crítico. Por trás do próprio produtivismo, contudo, há ainda algo mais profundo, de caráter estrutural: as dinâmicas do capitalismo contemporâneo, e, em particular, as características do neoliberalismo e seus efeitos sobre as instituições de produção de conhecimento científico.

Palavras-chave: orientação acadêmica, coautoria, produtivismo acadêmico, ética na pesquisa.

Abstract

The relationship between supervisor and student is known to be asymmetrical, and not only from the point of view of professional experience: as far as power relations are concerned, the room for manoeuvre a young researcher has to say "no" to his or her supervisor is often small, for various reasons. This creates a fragility that a senior (and more influential) researcher should not, under any circumstances, take advantage of. However, the increasingly widespread way how advisors have been seen as "automatic co-authors" of articles submitted by their students to conferences or journals raises several questions about the ethical consistency of professional behaviour in our academic settings. Far from intending to conduct this discussion in moralistic terms, we intend to emphasise the general context of *academic productivism* that has been engendering a behavioural pattern increasingly marked on the part of academic supervisors by a questionable appropriation of a portion of the authorship, while the students' behaviour often present by a dimension of "voluntary servitude" that leads to the naturalization of certain practices, thus greatly hindering their critical treatment. Behind productivism itself, however, there is still something deeper and structural: the dynamics of contemporary capitalism, and in particular the characteristics of neoliberalism and their effects on the institutions where the production of scientific knowledge takes place.

Keywords: academic supervision, co-authorship, academic productivism, research ethics.

Resumen

La relación entre docente orientador y estudiante es, sabidamente, asimétrica, y no sólo desde el punto de vista de la experiencia profesional: en materia de relaciones de poder, el margen de maniobra de que un joven investigador dispone para decir "no" a un orientador es en general pequeño, por varias razones. Esto genera una fragilidad de la que el investigador con más experiencia (e influencia) no debería, en ninguna hipótesis, aprovecharse. Sin embargo, está cada vez más diseminada la conversión de directores de tesis y monografías académicas en "coautores automáticos" de los artículos que sus estudiantes someten a congresos o periódicos, y esto suscita varias cuestiones a propósito de la consistencia ética de los comportamientos profesionales en nuestros ambientes académicos. Lejos, sin embargo, de pretender conducir la discusión en términos moralistas, pretendemos subrayar el contexto general del *productivismo académico*, que viene engendrando un patrón de comportamiento crecientemente marcado, por parte de docentes orientadores,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

por una cuestionable apropiación de una parte de la responsabilidad autoral, mientras que, en lo que se refiere a los estudiantes, a menudo se percibe una dimensión de "servidumbre voluntaria" que lleva a la naturalización de determinadas prácticas, con ello dificultando grandemente su tratamiento crítico. Por detrás del propio productivismo, sin embargo, hay todavía algo más profundo y estructural: las dinámicas del capitalismo contemporáneo, y en particular las características del neoliberalismo y sus efectos sobre las instituciones de producción de conocimiento científico.

Palabras clave: tutoría académica, coautoría, productivismo académico, ética de la investigación.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Introdução: usos e abusos de uma relação assimétrica

A ciência moderna não é um empreendimento para sábios solitários. Ela não se faz sem uma cooperação, direta e indireta, com graus variáveis de intensidade, entre colegas que, geográfica e institucionalmente, estão mais ou menos próximos, mais ou menos distantes. Isto significa que as parcerias, mais do que desejáveis e bem-vindas, são imprescindíveis.

No entanto, há parcerias e parcerias. Algumas são, ao menos formalmente, "horizontais", porque se estabelecem entre profissionais que são professores e pesquisadores concursados e empregados, com significativa estabilidade laboral. Esta "horizontalidade", claro, às vezes, é um tanto formal, porque hierarquias informais ligadas ao prestígio, à reputação e à influência condicionam algum nível de dependência real ou latente. Apesar disso, dificilmente se poderia comparar esse tipo de relação, no geral, com aquela entre orientadores e orientandos. Queiramos ou não, há aí uma dimensão intrínseca de "verticalidade", dada pela dependência formal e também pelas expectativas (de benefícios futuros) e receios concretos (de retaliação) que, em princípio, acompanham este tipo de laço.

Um problema dos mais relevantes é aquele que temos visto, nos últimos anos, com a proliferação de uma prática condenável por diversas razões: *a conversão de orientadores em "coautores natos" dos artigos que seus orientandos submetem a congressos ou periódicos*. Questionar esta prática é a finalidade deste artigo.

O problema de que tratamos, aliás, vai, aos poucos, ganhando contornos de prática cada vez mais institucionalizada, em sentido forte. Podemos, com efeito, apontar a existência de uma modalidade especialmente rígida e difícil de ser combatida de relação "vertical" entre orientador e orientando, no tocante à questão das coautorias. Ela vem na esteira da exigência formal, por parte de alguns programas de pós-graduação, para que os pós-graduandos aceitem que os orientadores figurem, automaticamente, como coautores de toda e qualquer publicação discente. Considerando que os regimentos internos dos programas de pós-graduação são elaborados e ratificados pelo corpo docente com uma mínima participação dos alunos, tais regimentos podem facilmente se tornar instrumentos de uma "despersonalização" e, assim, de uma (pseudo)legitimação burocrática das práticas que queremos problematizar neste artigo - sem contar a sua quase imposição a alguns professores que, em princípio, por razões éticas, nem sequer concordam com elas.

A relação entre orientador e orientando é *assimétrica*: a margem de manobra de que um(a) jovem pesquisador(a) dispõe para dizer "não" a um(a) orientador(a) é, o mais das vezes, pequena, por várias razões. É razoável imaginar que um orientando,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

tipicamente, só irá contrariar uma solicitação de um orientador em duas situações: 1) quando estiverem em jogo apenas pequenas divergências referentes ao próprio trabalho do orientando (monografia/trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese), caso em que o orientando, de forma geral, não terá medo de externar, ainda que com diplomacia, seu ponto de vista discordante; 2) em casos graves de assédio moral ou sexual, pois se tratará, então, de um quadro comumente insustentável (e, ainda assim, não raro, o temor de represálias leva ao silêncio, até mesmo em tais circunstâncias). Já em outras situações, seja por receio ou por algum tipo de interpretação equivocada, orientandos dificilmente se insurgirão contra solicitações ou exigências de seus orientadores, mesmo quando estas extrapolam o limite da ética. Uma recusa de tal ordem se torna quase inviável quando a prática é institucionalizada pelo programa de pós-graduação, pois a recusa colocaria em risco a própria conclusão do curso pelo aluno.

No bojo de um vínculo assimétrico referendado pelas próprias instituições e seus estatutos, verifica-se uma relação de dominação que, como coloca Pierre Bourdieu (2015), se faz, desfaz e refaz na e pela interação entre as pessoas, sendo que as formações sociais mediatizadas por mecanismos objetivos e institucionalizados, responsáveis por "objetificar" o capital social acumulado, escapam, em geral, à influência da consciência e do poder individuais. Desse modo, as relações de poder e dependência deixam de se estabelecer diretamente entre indivíduos, instaurando-se na própria objetividade, ou seja, *nas instituições*, que garantem os mecanismos sociais que produzem o valor social de uma determinada prática. Isto nos ajuda a compreender que até mesmo uma crítica de base ética não pode ficar refém de explicações moralistas, pois o que está sendo interpelado são processos e dinâmicas com graus diversos de institucionalização nos marcos de uma universidade cada vez mais submetida às lógicas da mercantilização e da burocratização (SOUZA, 2015).

As críticas e as sugestões que se acham nestas páginas são frutos de uma combinação de experiências, derivadas de posições diferentes (neste momento, um dos autores é um professor titular, dois são doutorandos e um é mestrando) e, também, de interpretações e pontos de vista que se complementam. Em comum, entre os quatro autores, há uma indignação e uma preocupação crescentes, além de uma convicção: se as práticas antiéticas e abusivas de exploração do trabalho de uns por outros, no meio acadêmico, persistirem e se ampliarem ainda mais, isto fará um grande mal para um ambiente de trabalho e convívio já tão assolado por problemas outros, como a escassez de recursos para o ensino e a pesquisa, a falta de perspectivas profissionais e a deterioração institucional. Diante desse quadro, devemos, no mínimo, agir corretamente entre nós, cabendo aos pesquisadores mais velhos e experientes dar o exemplo para as gerações mais novas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

"QUANTO VALE O MEU TEMPO?"

Não é em qualquer sociedade que fornecer uma ajuda, dar um conselho e oferecer préstimos faz suscitar o pensamento: "e quanto eu levo nisso?". Vivemos, porém, imersos na tirania crescente do mundo da mercadoria, em que se expande o universo das coisas e relações aparentemente "precificáveis" e mercantilizáveis, sejam elas tangíveis ou intangíveis: a beleza cênica, a saúde, a educação, a água potável, a "honra"... Como diz o (malfadado) ditado popular, sempre atual: "se conselho fosse bom, a gente não dava, vendia". Por mais que isto não seja conscientemente articulado, tem-se a impressão de que tudo se passa como se não poucos orientadores acadêmicos estivessem levando ao pé da letra o velho ditado, com a peculiaridade de que o "pagamento" vem sob a forma de alguns pontos a mais no currículo Lattes, graças à inserção de seus nomes como autores secundários dos trabalhos derivados das dissertações e teses (ou também monografias/trabalhos de conclusão de curso) de seus orientandos.

O que parece estar oculto nas entrelinhas dos artigos que seguem essa lógica? Não por coincidência, a inclusão dos nomes dos orientadores com o objetivo de ampliar a pontuação dos seus currículos não pode ser dissociada do contexto geral do *produtivismo acadêmico.* Este produtivismo incentiva, por parte dos pesquisadores, a incorporação e a reprodução de atitudes oportunistas e utilitaristas que não deveriam ter lugar na vida acadêmica. No entanto, elas não só têm lugar como, ainda por cima, se difundem, transformando-se em rotina e sendo "naturalizadas". Uns e outros - os que mais diretamente se beneficiam e, lamentavelmente, também alguns dos que são prejudicados - acreditam que, dessa forma, conquistarão uma melhor posição no cenário acadêmico. Esta "astúcia", porém, tem um custo elevado no que tange à convivência nas e à consistência das instituições, ou mesmo à credibilidade destas.

Ao estimular os pesquisadores-orientadores a possuírem como seu objetivo o "publicar, publicar e publicar", o produtivismo faz com que "engordar" o Lattes seja convertido em uma finalidade perseguida com cada vez menos escrúpulos éticos e custe o que custar. Aquilo que mal chega a ser um meio converte-se em um fim em si mesmo. A lógica do produtivismo subtrai e solapa algumas características intrínsecas ao saber/fazer científico - como a *reflexão* e a *criticidade* -, e, em decorrência disto, colabora para reduzir drasticamente as possibilidades de produzir aperfeiçoamento e inovação que sejam promotores de avanços científico e social, e não o contrário, como parecem acreditar os obcecados pela quantidade e os fetichistas de estatísticas.

A relação mercadológica que vai se tornando hegemônica nos processos de produção e transmissão de conhecimento é, acima de tudo, uma relação privatista, e parece que nada escapa aos fluxos privatistas. A socialização do trabalho intelectual, que precisa também se basear em relações de confiança, respeito e admiração (entre orientadores e orientandos, entre professores e alunos e entre colegas), se vê ameaçada pela apropriação privada e até mesmo pela usurpação das ideias. Algo que não parece estar sendo percebido com toda a sua clareza, no cotidiano de nossas instituições universitárias, é que, inclusive, *se vai ferindo o próprio direito de propriedade intelectual, nos termos da lei.* Observemos, pois, o que diz o primeiro parágrafo do Art. 15 da legislação brasileira em vigor sobre direitos autorais (Lei 9610/98): "§ 1º Não se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio".

Mais especificamente, no que tange à produção científica, entidades nacionais e internacionais, em diversas áreas, vêm debatendo e se pronunciando sobre essa problemática, mesmo que ainda de maneira tímida, em certos casos. No Brasil, podemos citar a portaria baixada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a PO 085/2011, de 5 de maio de 2011, que instituiu a Comissão de Integridade de Pesquisa para avaliar questões que versem sobre condutas inadequadas ou reprováveis, tratando desde casos de falsificação, plágio e autoplágio até manipulações de resultados. Para lidar com situações como estas ou semelhantes, duas linhas de ação são recomendadas: 1) ações preventivas e pedagógicas; 2) ações de desestímulo a más condutas, inclusive de natureza punitiva. A partir destes eixos, 21 diretrizes foram elaboradas. Para as finalidades do presente artigo, chamamos a atenção para os seguintes pontos:

> *(16) A inclusão de autores no manuscrito deve ser discutida antes de começar a colaboração e deve se fundamentar em orientações já estabelecidas, tais como as do International Committee of Medical Journal Editors.*
>
> *(17) Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito. Por contribuição significativa entende-se realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental, análise de resultados ou elaboração do corpo do manuscrito. Empréstimo de equipamentos, obtenção de financiamento ou supervisão geral, por si só não justificam a inclusão de novos autores, que devem ser objeto de agradecimento.*
>
> *(18) A colaboração entre docentes e estudantes deve seguir os mesmos critérios. Os supervisores devem cuidar para que não se incluam na autoria estudantes com pequena ou nenhuma contribuição nem excluir aqueles que efetivamente participaram do trabalho. Autoria fantasma em ciência é eticamente inaceitável.*

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *(19) Todos os autores de um trabalho são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho, cabendo ao primeiro autor e ao autor correspondente responsabilidade integral, e aos demais autores responsabilidade pelas suas contribuições individuais.*
>
> *(20) Os autores devem ser capazes de descrever, quando solicitados, a sua contribuição pessoal ao trabalho [...] (CNPq, 2011, grifo nosso).*

Que não se pense, porém, que a referida problemática constitui uma peculiaridade brasileira. Longe disso. O problema que suscita esse debate ético(-político) existe em muitíssimos outros lugares. A produção científica nacional é somente um deles. Isto pode ser exemplificado pela sintomática iniciativa do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) - citada, aliás, como se viu acima, no ponto 16 do relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, que a toma como modelo a ser seguido. No âmbito do referido Committee, a discussão sobre a problemática da coautoria indevida (ou "autoria fantasma", nos termos empregados pelo comitê) ensejou recomendações que buscam efetivar uma rotina ética por meio de normas claras e objetivas para a definição de quem é autor de uma publicação. Vejamos o que consta nas *Guidelines on authorship*:

> *Cada autor deve ter participado suficientemente da publicação e assumir a responsabilidade pelo conteúdo. Essa participação deve incluir: (a) concepção ou desenho, ou análise e interpretação de dados, ou ambos; (b) redigir o artigo ou revisá-lo para fins do conteúdo; (c) por fim, aprovar a versão que será publicada. A participação unicamente na coleta de dados não justifica o enquadramento como autor (INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS, 1985, p. 722).*[1]

Talvez não seja mais óbvio, para muita gente, hoje em dia, e, por isso mesmo, é algo que, para nós, autores do presente artigo, continua a ser evidente e precisa ser afirmado: *de um orientador se espera que ele oriente*. Talvez numa época como a nossa, em que são crescentes as queixas de orientandos de que seus orientadores "não têm tempo" para eles e "não orientam", muitos orientadores tenham passado a ver como "natural" a exigência de uma contrapartida adicional ao salário que já ganham (sem esquecer que, a cada trabalho defendido com sucesso por um orientando, seu currículo se amplia). A ironia, assim, é múltipla:

1) Pode alguém que recebe um salário - e possui o dever de orientar um aluno que aceitou orientar - exigir uma contrapartida sob a forma de "não se esqueça de colocar o meu nome como segundo autor"? Afinal, não é obrigação de um orientador, justamente, *orientar* (aconselhar, criticar, sugerir etc.)?

[1] Em inglês, no original: "Each author should have participated sufficiently in the work to take public responsibility for the content. This participation must include: (a) conception or design, or analysis and interpretation of data, or both; (b) drafting the article or revising it for critically important intellectual content; and (c) final approval of the version to be published. Participation solely in the collection of data does not justify authorship."

2) Não é tragicômico que, ao menos em parte dos casos, precisamente quem pouco ou mal orientou ainda queira, adicionalmente, ter o seu nome inserido como coautor de trabalhos derivados do trabalho original do orientando?

O produtivismo é uma decorrência de características sistêmicas, e não uma mazela moral que exista no plano puramente pessoal (voltaremos a isto na próxima seção). Entretanto, é preciso que fique claro que, se os indivíduos que a ele aderem nada ganhassem com isso, não adeririam ou, pelo menos, resistiriam muito mais do que parece estar sendo o caso. Ao inflacionar indevidamente o currículo à custa dos trabalhos de orientandos de pós-graduação e até mesmo de graduação, pesquisadores podem não ter ganhos pecuniários diretos, mas os *ganhos materiais indiretos* não deixam, por isso, de existir. Para ficar em um único exemplo: ao aumentarem as chances de melhor avaliação do currículo quando dos processos de promoção ao longo da carreira acadêmica, no âmbito de seus departamentos (progressão de professor adjunto 1 para 2 etc., ou do nível de adjunto para o de associado, até chegarmos à promoção a titular), os professores universitários estão, ao mesmo tempo, aumentando as probabilidades de melhoria salarial.

Valer-se de uma posição privilegiada (formalmente e, na prática, várias vezes, também informalmente ou de modo latente, devido à influência e ao poder) para demandar algo assim de um orientando caracteriza uma situação de *exploração*. Isto justifica o que um de nós (Marcelo Lopes de Souza), há vários anos, vem chamando de "extração de mais-valia acadêmica", em analogia com o processo econômico de exploração do trabalho que é a marca registrada das sociedades capitalistas. Mais do que isso, trata-se de uma covardia, pois o orientando raramente terá condições de não aceitar esse tipo de espoliação.

O tempo de cada um de nós é precioso, sem dúvida. Ou, pelo menos, temos o direito de assim julgá-lo. Por isso mesmo, cumpre respeitar o investimento de tempo e o grande esforço feitos pelos orientandos, sem pretender tirar vantagens abusivas da atenção que orientadores dedicam (ou deveriam dedicar) aos seus alunos.

Contra a culpabilização generalizada (e a "servidão voluntária")

Apesar de tudo o que dissemos acima, há várias relativizações a serem feitas, assim como há cuidados a serem tomados. Não é nossa intenção contribuir para que se inicie uma cruzada moralista pouco racional, e, tampouco, pretendemos oferecer argumentos que possam servir para justificar, sob uma hipócrita ou cínica alegação de "combate às fraudes", cortes ainda maiores de recursos para a pesquisa por parte das agências de fomento. Muito menos acreditamos que uma verdadeira solução possa ser imposta autoritariamente. Para

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

além do fato de que, como é evidente, não são todos os orientadores que abusam de sua relação de confiança e poder com os orientandos, há também vários outros aspectos que precisam ser levados em conta para se evitarem injustiças ou ingenuidade.

Um primeiro cuidado a ser tomado, a fim de evitarmos interpretações panfletárias e desinformadas, é que não podemos ignorar que há diferenças significativas entre as áreas do conhecimento. Mais especificamente, as condições materiais da pesquisa científica variam muito. A questão da "autoralidade" possui, é bem verdade, alguns aspectos universais (e é isto que justifica este nosso artigo), mas há peculiaridades nas ciências da natureza ou na pesquisa tecnológica, assim como também há peculiaridades nas ciências da sociedade. A geografia, campo disciplinar ao qual se vinculam os autores deste artigo, por "sentar-se em duas cadeiras" ao mesmo tempo - o estudo da sociedade e o estudo da natureza -, apresenta uma grande diversidade de comportamentos e visões no seu próprio interior, o que nos permite visualizar melhor a heterogeneidade do quadro geral, ou seja, do universo científico como um todo. Até certo ponto, podemos tranquilamente dizer, seria absurdo e autoritário pretender homogeneizar os procedimentos, uma vez que as condições e o dia a dia da pesquisa não são idênticos.

Uma das grandes diferenças entre pesquisa natural e pesquisa social tem a ver, via de regra, com os recursos movimentados, comumente muito maiores no primeiro caso, o que se refere não apenas às necessidades distintas em matéria de recursos, derivadas dos custos desiguais no que concerne a equipamentos e insumos, mas também à frequente subvalorização da pesquisa social, conforme salientado por Souza (2015:18-19). Esta diferença se reflete, entre outras coisas, na dependência crescente das ciências da natureza, seus laboratórios e pesquisadores, para com grandes empresas capitalistas: fenômeno experimentado há muitos anos e crescentemente sentido, espaços de pesquisa médica, química, farmacológica etc. são "cooptados" por corporações capitalistas, o que têm reduzido as universidades ao papel de subcontratadas a serviço de empresas cuja motivação essencial é a geração de lucros, e não o bem-estar coletivo. Com efeito, os financiamentos privados têm se tornado mais volumosos nas universidades, ocupando o espaço das minguantes verbas públicas destinadas às atividades de pesquisa. Se a aquisição de equipamentos e insumos (de reagentes a cobaias, de livros a instrumentos diversos) se torna mais dependente de interesses privados, não é difícil imaginar as consequências: em vez de a agenda ser estabelecida em função de interesses ligados à resolução de problemas coletivos, esta será, isso sim, sempre refém das prioridades de firmas particulares. Esta dependência não é, nem de longe, tão grande no caso das pesquisas sociais, cujo destino tem sido, em parte, pura e simplesmente, a negligência e o subfinanciamento crescentes.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A economia capitalista, que começou com a conversão da terra e do trabalho em mercadorias, como se fossem produzidos para a venda, vem cada vez mais demolindo as barreiras do supostamente não mercantilizado: a mercantilização, nos dias atuais, atinge a produção e a socialização do conhecimento, de modo mais intenso. Percebe-se mais e mais que "em vez de o sistema econômico enraizar-se nas relações sociais, estas passaram a se enraizar no sistema econômico", como Karl Polanyi (2012, p. 221) já havia registrado, em um plano bastante geral, muitas décadas atrás. Como tudo aquilo que passa a ser tratado como mera mercadoria, também no caso da produção de conhecimento, restrições de ordem ética tendem a ser paulatinamente afrouxadas, e travas morais são abandonadas sempre que forem percebidas como um obstáculo à realização de ganhos (individuais e institucionais).

À luz dessa dinâmica, fica fácil perceber, por exemplo, que os crescentes casos de plágio e autoplágio não são acontecimentos "acidentais" ou "desvios" totalmente explicáveis ao nível da personalidade e do caráter de cada indivíduo. Pelo contrário: o produtivismo – ele próprio resultado da lógica do capitalismo (sobretudo, em sua versão neoliberal) – pressiona cada pesquisador e todos os pesquisadores para que se adaptem, de maneira acrítica, à mentalidade do "publicar, publicar, publicar...". Não deveria ser difícil intuir que, nessas circunstâncias, os limites éticos tendem a ser relativizados e sacrificados. Cada regime social produz o seu próprio "regime de moralidades", e o neoliberalismo vem produzindo, como seus subprodutos, cinismo e comportamentos predatórios e parasitários. Com isto, não queremos dizer que não houve ou não haja espaços comprometidos com um saber/fazer científico responsável, coerente e que "nade contra" a corrente hegemônica, ou mesmo que a universidade seja uma "luta perdida", não sendo possível nenhuma resistência política em seu interior. Se assim fosse, não escreveríamos este artigo. O fato, porém, é que cada vez menos a universidade escapa à lógica da mercantilização descortinada por Souza (2015), com consequências desagradáveis e deploráveis como as que vimos discutindo nestas páginas.

Seja como for, é necessário compreender que, na pesquisa empírica, a colaboração para se gerar um resultado (por exemplo, para se proceder a um experimento numa bancada de laboratório), muitas vezes, possuirá facetas bem distintas do trabalho de reflexão teórico-conceitual, que, usualmente, possui um quinhão de "autoralidade individual" muito mais acentuado. Isto não é pretexto para se simplificar as diferenças entre pesquisa natural e social, já que as ciências da sociedade também fazem pesquisas empíricas que, não raro, demandam bastante colaboração (como trabalhos de campo mais custosos e penosos), da mesma maneira que, em contrapartida, as ciências da natureza não estão isentas de uma dimensão de reflexão teórica fortemente marcada, ainda na atualidade, pela "autoralidade

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

individual" (como o demonstram os processos de criação e imaginação na física matemática). De todo modo, o que importa é conceber que os cotidianos de trabalho científico podem ser bastante diferentes, e apenas aqueles realmente envolvidos com as condições concretas de produção científica em cada campo terão plenas condições de julgar, com conhecimento de causa, o que constitui ou não uma atribuição abusiva de coautoria.

Uma ponderação adicional, a nosso ver, relevante para mostrar que acusações generalizadas e atinentes a um plano puramente individual, a propósito dos orientadores, seriam, muitas vezes, injustas, refere-se a um problema de difícil equacionamento. Todos nós sabemos das dificuldades de redação e formulação de ideias dos jovens de hoje, notadamente em um país como o Brasil - e não apenas no que concerne àqueles egressos do ensino público! Em muitos casos, sacrificando o tempo que poderiam estar dedicando a leituras e à preparação de aulas etc., orientadores são forçados a praticamente "pegarem na mão" de orientandos, se não quiserem que o texto final de um trabalho de conclusão de curso, de uma dissertação ou de uma tese venha coalhado de erros de português e com uma redação confusa. Se isto se aplica aos trabalhos de conclusão de curso, às dissertações e às teses, com tanta ou mais razão, se aplica a eventuais artigos. Parece residir aí, ao menos em situações em que a intervenção do orientador, com suas correções, tenha sido mais intensa, uma justificativa ética para que se entenda a parceria em questão como constituindo uma coautoria. Eis, portanto, uma espécie de "zona cinzenta": por um lado, esse investimento de energia e atenção do orientador, obrigado praticamente a reescrever ou reformular frases e parágrafos inteiros de um texto, deveria ser reconhecido e recompensado; por outro lado, qual seria o limite intelectual e eticamente aceitável entre uma orientação, quanto à forma e ao estilo, e uma efetiva coautoria? Em muitos casos, o mais lógico seria que o aluno, em publicando sozinho, agradecesse com a devida ênfase ao orientador em uma nota (infelizmente, nossos alunos e também muitos pesquisadores experientes não têm esse hábito, em contraste, por exemplo, com os países anglófonos, em que os agradecimentos formais ocupam generosas notas de rodapé e, no caso de livros, não raro, mais de uma página). Entretanto, é dever de justiça reconhecer que é legítimo que um orientador que reescreveu e reformulou partes inteiras de um texto se veja no direito de solicitar a inclusão de seu nome como segundo autor. O ideal, evidentemente, seria que "ensinar a escrever com clareza" não fosse necessário, ao menos na pós-graduação - até mesmo para que os orientadores ficassem menos sobrecarregados. Lamentavelmente, uma coisa é o ideal e outra coisa é a realidade, e esta discrepância não é compatível com julgamentos fáceis.

Assim como seria injusta uma culpabilização generalizada dos orientadores, e que, ainda por cima, desconhecesse as particularidades de cada área do conhecimento e cada

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

situação de pesquisa concreta, seria ingênuo imaginarmos que os orientandos são sempre matéria passiva e totalmente inocente nas mãos de supostos orientadores malévolos e de instituições corrompidas. As deformações, infelizmente, possuem já uma capilaridade que talvez não gostemos de admitir, mas que nem por isso deixa de existir. Identificá-la faz parte da tarefa de enfrentar essas deformações, tais como as entendemos.

Como a experiência nos tem mostrado, muitos orientandos parecem não se sentir propriamente explorados, mas sim "honrados" com a possibilidade de terem o nome do orientador ao lado do seu em um artigo, ainda que o orientador nada mais tenha feito que cumprir a sua obrigação, ou seja, orientar. Isto não é diferente, na essência, da situação em que um doutorando é, digamos, "convidado" por seu orientador a ser, informalmente, um coorientador de mestrandos ou graduandos, ou para coministrar (ou até ministrar sozinho!) aulas na graduação - sentindo-se, com isso, lisonjeado com a "confiança" do seu orientador, quando não "empoderado" perante os demais estudantes. Quem de nós já não testemunhou ou tomou conhecimento de casos assim?

Em 1548, um jovem francês de dezoito anos de idade, estudante de Direito, chamado Étienne de la Boétie, propôs uma fórmula para explicar o consentimento que tantos e tantos indivíduos dão para as condições de dominação e sujeição que sofrem, e sem o qual estas não existiriam: *servidão voluntária* (De la BOÉTIE, 1982). De onde vem a servidão voluntária? Para De la Boétie, de três fontes básicas: 1) da circunstância de que os indivíduos, não tendo conhecido outra realidade que não a da submissão, a encaram como natural e a aceitam como que instintivamente; 2) do fato de que a submissão, no longo prazo, produz pusilanimidade, tibieza, pouco desejo de se insurgir; e 3) da existência de uma teia complexa de favores e dependências, em que indivíduos investidos de posições de poder e autoridade transferem autoridade e outorgam benesses a um círculo de pessoas que venderão sua lealdade em troca de vantagens no presente e da expectativa de vantagens no futuro, sendo que estas pessoas farão o mesmo com outros tantos que lhes serão subordinados, e assim sucessivamente, em camadas e mais camadas de cumplicidade. "Cumplicidade", aliás, é também uma noção enfatizada por um autor contemporâneo, o sociólogo Pierre Bourdieu: para ele, o sistema de produção dos bens simbólicos desempenha funções ideológicas pelo fato de que mantém escondidos os mecanismos pelos quais eles contribuem para a reprodução da ordem social e a permanência das relações de dominação (BOURDIEU, 2015). Como ele afirmou, "os efeitos ideológicos mais óbvios são aqueles que, para se exercerem, não precisam de palavras, mas do silêncio cúmplice" (BOURDIEU, 2015, p. 200). Essa "cumplicidade", ou a dimensão de "servidão voluntária", não elimina, por certo, a assimetria e a dominação, que se valem, inclusive, da desinformação e da manipulação

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

da informação. Mas seria, em todo caso, importante evitar a interpretação segundo a qual os orientandos engolidos pelos mecanismos de "extração de mais-valia acadêmica" nunca sabem o que fazem, ou, em outras palavras, são sempre vítimas completamente inocentes.[2]

A perpetuação e a propagação da assunção do orientador como coautor nato vêm sendo fortalecidas por um comportamento de imitação sem reflexão, que se baseia em um desconhecimento generalizado (entre orientadores e orientandos) das regras autorais e da "etiqueta acadêmica". A falta de reflexão pode se apoiar na comodidade de participação em um jogo no qual, supostamente, todos ganham – o que, muitas vezes, não passará de uma ilusão. Há quem ache que o nome do orientador pode ajudar a "turbinar" o seu currículo, e o próprio orientador pode, em alguns casos, sugerir que o seu nome possa "proteger" o orientando ou "abrir caminho" para este. Descontadas as raras situações em que algo assim pode mais ou menos se justificar, como deveríamos interpretar isto, em geral, senão como uma mescla de oportunismo (às vezes, de ambas as partes) com autoengano (de ambas as partes?).

Por outro lado, naqueles casos em que uma autêntica parceria autoral tiver lugar entre orientadores e orientandos, é lógico que isto necessita ser formalmente reconhecido. Na maioria dos casos, a questão é, em sua essência, de foro íntimo para os orientadores, pois frequentemente não será viável estabelecer uma fronteira nítida entre o "simples" aconselhamento, típico da *parceria de orientação*, e o elaborar e redigir em conjunto, característico da *parceria de coautoria*. A sensatez e o senso ético devem presidir as escolhas e os acordos, não sendo, afinal de contas, justo que se deite uma desconfiança generalizada sobre todos os trabalhos assinados em coautoria por um orientando e seu orientador.

[2] A título de experimentação, um de nós, no dia 25/05/2018, iniciou uma pesquisa de opinião (que durou 48 horas) em um fórum on-line formado por estudantes de pós-graduação de diversas instituições brasileiras contemplados por bolsas da CAPES. Foi formulada a seguinte pergunta: "Qual é a opinião de vocês sobre o orientador entrar como coautor nos artigos do orientando?". Sem pretender, de modo algum, sugerir que as respostas oferecidas tenham sido representativas do universo (pois não teríamos como garantir isto), pareceu-nos evidente, de toda maneira, que uma boa parcela das respostas revelou certa ingenuidade, para dizer o mínimo. Alguns exemplos: "[No meu programa] o orientador vai como coautor. O aluno não pode publicar sem a aprovação dele, e quem submete é o orientador."; "Sempre boto orientador e coorientador como coautores. Saio submetendo sem dó. Muitas vezes, eles nem olham... Parceria total, sem ego."; "Se a orientação só existir "no papel" ou existir apenas pontualmente, sem grande relevância para o resultado, acho que não tem que botar é nada... Só se for uma revista esnobe ou badalada, e isso sabidamente ajudar na "publiqueixom""; "Meu orientador sempre foi muito parceiro, e todas as ideias que ele criava, compartilhava comigo pra tentarmos fazer dar certo... Tenho uma admiração profunda por ele... Quanto aos artigos, acredito que todos os orientadores tenham de ser coautores, o próprio programa exige isto."; "No meu programa de pós-graduação [...], a exigência de publicação junto com o orientador estava no regimento do curso, porque, para o programa subir de nota ou mesmo manter a nota atual junto à CAPES, os docentes do programa também precisam publicar... [...] O meu orientador de mestrado e doutorado participou de todas as fases, não teria porque não incluí-lo... Além disso, temos que ter consciência também de que concluirmos nossa pós em um programa bem conceituado também é interessante para nosso currículo profissional, e, para isso, a colaboração da publicação docente também conta muito..."; "Ele [o orientador] como coautor, ok... O ruim é ele querer colocar meio mundo de gente que não contribuiu em nada com minha escrita."

Uma sugestão prática, a esse respeito: para que não haja dúvidas, seria conveniente que, numa situação em que os autores são apenas dois, em que o orientando é o primeiro autor e em que o artigo, capítulo etc. guarde estreita relação com um trabalho do orientando, se esclarecesse devidamente, em uma nota de rodapé, a razão de se julgar legítima esta parceria como uma relação de coautoria.

Sabemos muito bem das dificuldades de se fazer pesquisa no Brasil, em que os pesquisadores têm, ao mesmo tempo, de resolver problemas elementares em seus espaços de trabalho, dedicar tempo a várias outras atividades (nem sempre gratificantes) e buscar financiamentos. Como, porém, isto poderia ser um álibi válido para se aproveitar do tempo e do trabalho alheios, e justamente dos jovens que dependem dos orientadores e neles depositam confiança?! Note-se que, no passado como ainda nos dias presentes, nomes de destaque não precisaram e não precisam valer-se de expedientes antiéticos para fazerem suas carreiras e publicar. Aliás, temos a impressão de que, curiosamente (mas não inexplicavelmente), muitas vezes, são mesmo os pesquisadores menos talentosos ou de menor expressão aqueles que se socorrem sistematicamente da estratégia de "pegar carona" em trabalhos que, a rigor, deveriam ser assinados apenas por seus alunos, os legítimos autores.

Orientadores que se aproveitam, de forma indevida, da inexperiência e da posição vulnerável de seus orientandos, flagrantemente abdicam de sua responsabilidade pedagógica. Nas palavras de Paulo Freire, esta responsabilidade se baseia na consciência da impossibilidade

> *[...] de desunir o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. De separar prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender. Nenhum destes termos pode ser mecanicistamente separado um do outro. Como professor, tanto lido com minha liberdade quanto com minha autoridade em exercício, mas também diretamente com a liberdade dos educandos, que devo respeitar, e com a criação de sua autonomia, bem como com os anseios de construção da autoridade dos educandos. [...] A minha pura fala sobre esses direitos a que não corresponda à sua concretização, não tem sentido (FREIRE, 1996, p. 95).*

Conclusões

Tentamos deixar claro que, com este convite à reflexão, nossa intenção não foi, de modo algum, investir em qualquer moralismo e fazer sensacionalismo, simplificando caricaturalmente um quadro complexo e repleto de sutilezas. Seja salientado, acima de tudo, que o moralismo, quando não é totalmente cego, é, no mínimo, míope, por duas razões básicas: 1) ele tende a desconsiderar as muitas situações específicas, substituindo princípios éticos que devem ser manejados com inteligência e bom senso (e que não eliminam uma

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

análise caso a caso) por juízos peremptórios e dogmáticos, que são aplicados de forma mecânica; 2) ele transfere toda a carga de responsabilidade para o plano individual, não permitindo que se enxergue que os comportamentos e as subjetividades individuais são moldados por condicionamentos sistêmicos e institucionais. O principal fator por trás da exploração de orientandos (bem como do autoplágio e do plágio) não são máculas morais como "descaramento" e congêneres, mas sim o produtivismo e as pressões que dele decorrem. E isto, por sua vez, deriva de algo ainda mais profundo: a transformação que o mundo acadêmico vem sofrendo, globalmente, ao ser submetido, cada vez mais, às lógicas da mercantilização e da burocratização. O oportunismo nada mais é que um senso de oportunidade que, menos ou mais indiferente a imperativos éticos, surge e se dissemina em função das transformações estruturais que têm afetado as universidades na era do capitalismo neoliberal.

Perceber que precisamos ter uma visão de conjunto e uma compreensão mais aprofundada da problemática não quer dizer, por outro lado, que os indivíduos de carne e osso possam ser inteiramente desresponsabilizados. Cada um de nós, por mais restrita que seja a margem de manobra para se insurgir contra o que consideramos errado, geralmente possuirá, pelo menos, a possibilidade de fazer alguma coisa: para começar, ajudar a suscitar um debate entre os pares, como estamos fazendo com o presente artigo. De vários modos, é fácil constatar que o problema que aqui detectamos já se encontra bastante difundido, ao ponto de uma parcela dos próprios alunos "naturalizá-lo" e, por motivos diversos, defender ou tentar justificar a exploração que sofre. (Ora, não é essa mesma a função dos discursos ideológicos - justificar posições ou situações que, de outra forma, se revelariam como indefensáveis? Não há nada de novo no fato de aqueles que sofrem algum tipo de opressão acabarem por defender o sistema opressor.)

Não cultivamos a esperança de que o produtivismo acadêmico possa ser seriamente desafiado sem mobilizações e ações coletivas de repúdio e protesto, baseadas em reflexões e debates que questionem e confrontem os processos de burocratização e mercantilização que ameaçam minar a credibilidade das publicações acadêmicas e restringir mais ainda a contribuição científica que elas possam oferecer para, por exemplo, diminuir as desigualdades sociais e equacionar os problemas ambientais. Não devemos nos esquecer de que a universidade, por maior que seja o seu valor real ou potencial para fazer avançar o conhecimento humano (inclusive, às vezes, a crítica social emancipatória), é uma instituição com origens e dinâmicas bastante elitistas. À luz disso, a sua atual lógica produtivista, por mais que contraste com os elevados e sempre recordados ideais preconizados por Wilhelm von Humboldt e que presidiram a modelagem da universidade moderna, é nada mais que

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

uma adaptação que acompanha a própria mutação do modo de produção capitalista e o papel do Estado nos marcos da hegemonia do neoliberalismo.

Apesar das dificuldades, acreditamos que é possível discutir com franqueza e honestidade, mas também com serenidade, o problemático quadro que abordamos neste artigo. Defender adequadas condições de trabalho para os pesquisadores brasileiros é uma tarefa urgente; mas pensamos que esta tarefa não se restringe à luta por mais recursos, melhores salários, mais bolsas de estudo e melhor infraestrutura. Lutar por um ambiente mais ético e fraterno e menos autoritário ou explorador é, também, uma condição para se conquistar maior legitimidade para aquilo que nós, pesquisadores, fazemos. Além do mais, os pesquisadores mais experientes e profissionalmente já estabilizados precisam dar um *exemplo de conduta* aos pesquisadores mais jovens, que estão em formação tanto intelectualmente quanto em matéria de ética. Colheremos, afinal, aquilo que agora semearmos.

Referências bibliográficas

1. BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2015.
2. CNPq. **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq**. 2011. *On-line*: http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda Acesso: 9 de junho de 2018.
3. De la BOÉTIE, Étienne. **Discurso da servidão voluntária.** São Paulo: Brasiliense, 1982 [1548].
4. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
5. INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. **Guidelines on authorship.** In: *British Medical Journal*, 1985, vol. 291, p. 722. *On-line*: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1416675/pdf/bmjcred00465-0038.pdf Acesso: 9 de junho de 2018.
6. POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
7. SOUZA, Marcelo Lopes de. **Universidades:** burocratização, mercantilização e mediocridade. In: *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: Escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X